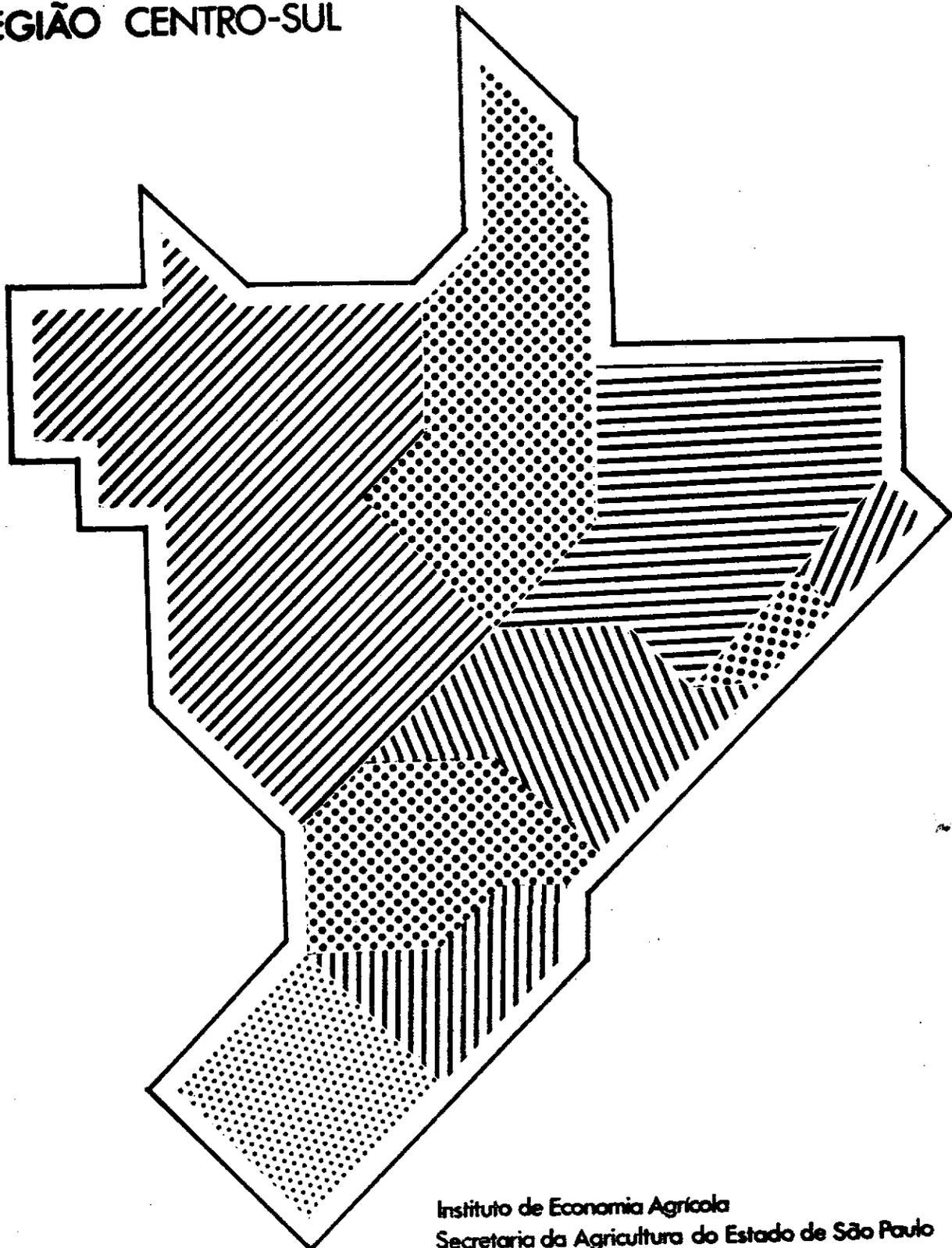


# PROGNÓSTICO 75|76

REGIÃO CENTRO-SUL



Instituto de Economia Agrícola  
Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo

## APRESENTAÇÃO

A agricultura da Região Centro-Sul assume, a cada ano, posição de maior relevo no concerto da economia brasileira. Ao mesmo tempo, vão se tornando, também, mais pronunciadas, as semelhanças entre os padrões das Unidades da Federação que a compõem. Isto se deve, sobretudo, à forte motivação para o desenvolvimento de uma agricultura comercial, gerada pela existência de mercados comuns às várias áreas produtoras. Por sua vez, face a tais evidências, a política agrícola nacional vem demandando, de maneira crescente, análises que possibilitem a adoção de medidas concretas na solução de problemas regionais.

Tais aspectos justificam plenamente e realçam a importância deste Prognóstico da Região Centro-Sul, fruto de um trabalho conjugado entre o Instituto de Economia Agrícola desta Pasta, o Governo Federal, as Secretarias de Agricultura e inúmeras instituições públicas e privadas de todos os estados desta importante Região.

Assim sendo, e ainda que em fase de aprimoramento, este documento é uma contribuição do Governo PAULO EGYDIO MARTINS para a formulação de políticas cada vez mais objetivas e de interesse social.

Ao apresentarmos o presente trabalho, estamos convictos do seu valor para uma integração mais profunda entre os objetivos de crescimento da produção e progresso tecnológico, que tão propriamente caracterizam a agricultura do Brasil meridional.

São Paulo, outubro de 1975.



PEDRO TASSINARI FILHO  
Secretário da Agricultura do  
Estado de São Paulo

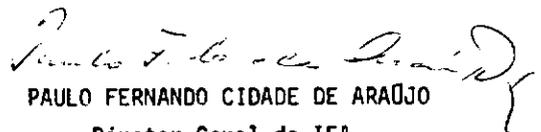
## AGRADECIMENTOS

Ao desfecho de mais este trabalho, fruto do paciente e dedicado esforço de tantos participantes, o Instituto de Economia Agrícola não pode deixar de registrar seus melhores agradecimentos àqueles que o tornaram uma realidade.

Em especial, cabe agradecer o apoio e confiança outorgados ao IEA pelo Ministério da Fazenda e as valiosas contribuições, na forma de relatórios e estimativas, realizadas pelas seguintes instituições: Ministério da Agricultura, Secretarias de Agricultura dos Estados do Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina, Fundação IBGE, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Instituto Agronômico do Paraná, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A., Associação de Crédito e Assistência Rural dos Estados de Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária, Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Goiás, Associação Nacional para Difusão de Adubos, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Planejamento e Assistência Técnica S.C. Ltda.

Se a colaboração dessas instituições fez deste "Prognóstico Agrícola da Região Centro-Sul" uma realização viável, foi o apoio desinteressado e amigo de um grupo de competentes e dedicados técnicos que a tornou mais fácil. É, portanto, um dever de justiça destacar também o trabalho de Marcio Luiz Pellizzaro Lima e Walter Teixeira em Minas Gerais, de Hilton Cunha, Celio Sampaio e Arthur M.C. Barbosa no Rio de Janeiro, de Eugenio L.Stefanello, Judas Tadeu G.Mendes, Arnaldo J.de Conto, Paulo V.Sendim, Acir A.Pinto, Hajime Kato, e Henrique Souza Dias no Paraná, de Isaac Magrisso e Remi Stein, no Rio Grande do Sul, de Altino da Cunha e Carlos Antonio Loch em Santa Catarina, de Egon E.Bischoff e Maria Lucia D'Apice Paez, em Brasília, de Lourival M.Fagundes, Mariana B.D.Silva, Gabriel M. dos Anjos e João Rezende, em Mato Grosso, de Enyr Antonio Garcia de Freitas, em Goiás, de Osmar F. de Magalhães, no Espírito Santo, de Constantino Carneiro Fraga, Fernando Sebastião Gomes Jr. e Evaristo M.Neves, em São Paulo.

A todos, a equipe técnica do IEA, responsável pela elaboração deste trabalho, estende seu melhor reconhecimento.

  
PAULO FERNANDO CIDADE DE ARAÚJO  
Diretor Geral do IEA

## CORPO TÉCNICO DO IEA

- em exercício -

Diretor Geral

Paulo Fernando Cidade de Araújo

### Assessoria Técnica

Caio Takagaki Yamaguishi

Clovis de Toledo Piza Junior

Natanael Miranda dos Anjos

### Assessoria de Programação

Paulo David Criscuolo

Paul Frans Bemelmans

### Divisão de Economia da Produção

Diretor: Iby Arvatti Pedroso

Alfredo de Almeida Bessa Junior

Hernando Ferreira de Noronha

José Roberto Viana de Camargo

Luiz Carlos Assef

Minoru Matsunaga

Nelson Batista Martin

Nelson Kazaki Toyama

Paulo Edgard Nascimento de Toledo

Richard Domingues Dulley

Yoshihiko Sugai

Zuleima Alleoni Pires

### Divisão de Comercialização

Diretor: Alberto Veiga

Everton Ramos de Lins

Flávio Condê de Carvalho

Hiroshige Okawa

Irene José Einhorn Goldenberg

José Diniz de Araujo

Lidia Hatue Ueno

Maria Celina Mauro Padovani

Maria Elisa Benetton Junqueira

Maria de Lourdes do Canto Arruda

Mauro de Souza Barros

Vicente de Paula Melo Figueiredo

Waldemar Pires de Camargo Filho

### Divisão de Política e Desenvolvimento Agrícola

Diretor: Antônio Ambrósio Amaro

Alfredo Tsunehiro

Ana Perina Rabello Arruda

Antônio Carlos Furlan Gimenes

Arciley Alves Pinheiro

Elcio Umberto Gatti

Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva

Ismar Florêncio Pereira

José Carlos Mollo Alarcon

Luiz Flávio Barbosa Cancegliero

Luiz Moricochi

Nelson Giulietti

Paulo Augusto Wiesel

Sebastião Nogueira Junior

Yoshio Namekata

Yuly Ivete Mizaki de Toledo

### Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas

Diretor: Décio Sodrzeieski

Alceu de Arruda Veiga Filho

Ana Maria Montragio Pires de Camargo

Antônio Fernando Scheibel Padula

Fernando Antônio de Almeida Séver

Francisco Alberto Pino

José Francisco Coluço

Julio Humberto Jimenez Ossio

Lineu Bueno de Moraes

Luiz Henrique de Oliveira Piva

Manoel Joaquim Martins Falcão

Milton Nogueira de Camargo

Paulo Tomoo Morimoto

Rosa Maria Carmignani Pescarin

Wagner José de Barros

### Comunicação

Antônio Augusto Botelho Junqueira

Devancyr Aparecido Romão

Maria de Lourdes Barros Camargo

### Biblioteca

Helena Souza e Silva de Oliveira

Edneuzza Souza Póvoa

Gabriella Menni Ferreri

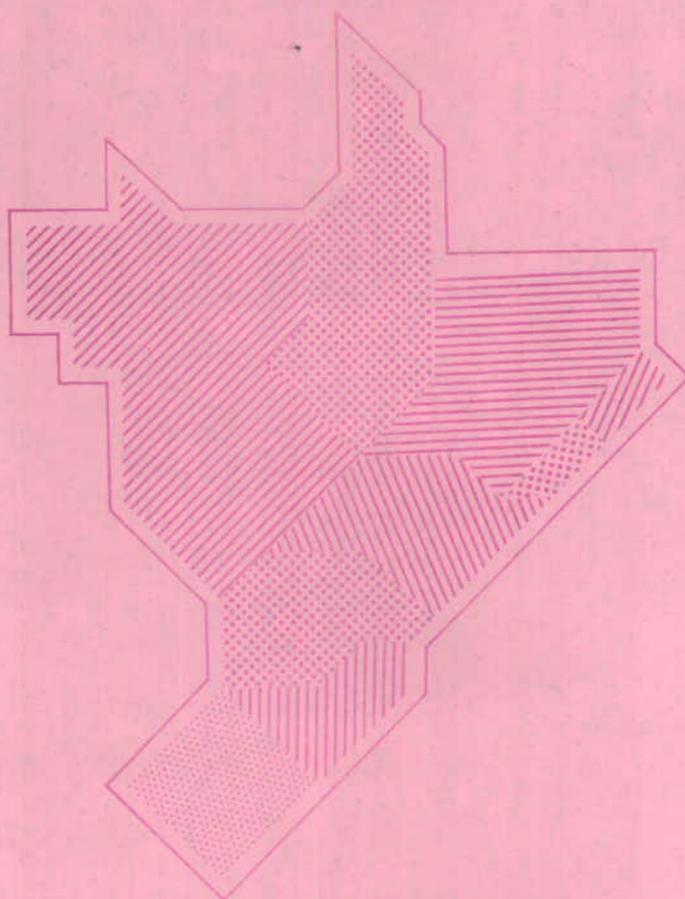
Maria Luiza Alexandre Peão

## PROGNÓSTICO-REGIÃO CENTRO-SUL-75/76

### ÍNDICE

1 - ESTIMATIVAS DE CUSTO OPERACIONAL.....	1
2 - MERCADOS DE FATORES.....	41
- Fertilizantes.....	41
- Tratores.....	63
- Sementes.....	70
- Mão-de-obra.....	78
3 - MERCADOS DE PRODUTOS.....	89
- Algodão.....	89
- Amendoim.....	94
- Feijão.....	100
- Laranja.....	107
- Milho.....	117
- Avicultura.....	132
- Pecuária de Corte.....	141
- Soja.....	151
- Café.....	165
- Arroz.....	175
- Cana-de-açúcar.....	184
- Trigo.....	190
- Pecuária Leiteira.....	193
- Tomate.....	199
4 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO.....	205

# PROGNÓSTICO | REGIÃO CENTRO-SUL 75|76



**1. estimativas de  
custo operacional**

## 1 - ESTIMATIVAS DE CUSTO OPERACIONAL

Os custos operacionais de produção estimados para alguns dos principais produtos de cada estado da região Centro-Sul do Brasil, estão baseados primordialmente nos coeficientes técnicos regionais que o Instituto de Economia Agrícola pode obter junto às diversas instituições estaduais e federais. Quanto aos preços de diferentes insumos e serviços, foram eles apropriados de acordo com as disponibilidades, tornando-se uma vez mais evidente a urgência de estudos técnicos mais profundos na maioria dos estados que compõem a principal região agrícola do País.

Evidentemente, as estimativas tiveram um tratamento crítico inicial no sentido de buscar uma uniformização, tanto quanto possível em relação à metodologia adotada pelo IEA, visando-se com isso a comparação entre os custos de diversos estados. Mesmo assim, sabe-se que algumas limitações devem ser observadas nas análises, como por exemplo a falta de informações quanto ao tipo, potência e tamanho de máquinas e equipamentos que variam conforme as tecnologias empregadas nas regiões produtoras. Outra limitação é que provavelmente os modelos de custos não são médias representativas da tecnologia típica de cada região, e sim, de sistemas de alta produtividade, empregando de forma mais intensa insumos e práticas não-tradicionais. Vale destacar também que quando não se dispunha de informes sobre os preços dos fatores em alguns estados, tomou-se como preço-padrão o vigente em São Paulo.

Muitas são as finalidades do custo operacional. Os agentes financeiros que atuam no setor agrícola utilizam-no para fixar ou limitar os montantes de crédito de custeio a ser oferecido, por cultura ou atividade. Por outro lado, o agricultor planeja e executa seus orçamentos e decisões na fazenda, com base nos custos projetados e em informes conjunturais dos mercados.

As estimativas de custos operacionais para 1975/76 envolvem despesas desembolsadas em mão-de-obra, combustível, lubrificantes, reparos de máquinas, fertilizantes, sementes, corretivo do solo, defensivos e herbicida, sendo adicionados ainda a depreciação das máquinas e o juro bancário eventualmente pago, na base de 14% para custeio e 15% para adubo, levando-se, neste caso, em consideração o subsídio de 40%.

Os coeficientes técnicos para São Paulo são oriundos de pesquisas realizadas pelo Instituto de Economia Agrícola e os de Minas Gerais, da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG). Para os demais estados, foram utilizados os dados dos

pacotes tecnológicos divulgados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e os fornecidos pelas agências de extensão e assistência técnica.

#### - Espírito Santo

Com coeficientes técnicos obtidos pela ACARES, estimou-se o custo operacional por hectare para as culturas de milho, soja e sorgo, os quais tem sido objeto de fortes campanhas promocionais no Estado.

O milho, produto mais importante dos três, é cultivado ainda por processo manual, sem uso de fertilizantes e teria um custo operacional por hectare de Cr\$ 544,00 e Cr\$ 20,15 por saco quando considerada a produção bastante otimista de 27sc.60kg/ha. Neste caso, a mão-de-obra oneraria o custo operacional em 88%.

Na cultura da soja, conduzida mecanicamente, poderiam ser obtidos 22 sacos de 60kg por hectare. A colheita, feita com máquina alugada, e as demais despesas originam um custo operacional de Cr\$ 1.310,52 por hectare, e Cr\$ 59,57 por saco produzido. A mão-de-obra é responsável por 13% desse custo operacional total, o adubo por 30%, os outros materiais por 17% e as despesas com operações de máquinas pelos 40% restantes. Comparativamente ao preço mínimo, o presente custo por saco apresenta-se bastante razoável, mesmo considerando a baixa produtividade do modelo disponível.

O sorgo, cultivado pelo processo motomecanizado, teve sua produção por hectare estimada em 28 sacos de 60kg. Utilizando colhedeira mecânica própria (o que não é muito comum), adubação na base de 350kg e defensivos, obtem-se um custo operacional por hectare de Cr\$ 831,86 e de Cr\$ 29,71 por saco. A mão-de-obra participa neste custo operacional com 19% e o adubo com 44%.

Os quadros 1, 2 e 3 apresentam os coeficientes e os custos das três culturas.

#### - Minas Gerais

Para a estimativa de custos operacionais nesse Estado (quadro 4 a 11), foram utilizados coeficientes técnicos de 7 produtos (algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho e soja). A mão-de-obra foi estimada a Cr\$ 17,30 para o trabalhador comum e Cr\$ 23,00 para o tratorista.

A título de comentário geral, observa-se em Minas Gerais maior emprêgo de mão-de-obra por unidade de área. A participação da mão-de-obra no custo operacional total varia de 18% a 54%. Na soja é de 18%, no algodão e cana (soca) participa com 22%, no milho 30%, no arroz 32%, na cana (nova) 33%, no feijão 39% e na mandioca com 54%.

O maior custo operacional por hectare estimado é o da cana-de-açúcar (lavoura nova) com Cr\$ 5.790,00, seguido pela cultura do algodão com Cr\$ 3.739,00.

Em resumo, o quadro 12 apresenta as estimativas dos custos operacionais por hectare, por unidade de produto e as respectivas produtividades esperadas em Minas Gerais no ano agrícola 1975/76.

QUADRO 12. - Estimativas de Custo Operacional, por Hectare e por Unidade de Produto, de Algumas Culturas, Estado de Minas Gerais, 1975/76

Exploração	Produtividade por hectare	Custo operacional	
		Por hectare	Por unidade de produto
Algodão	120 @	3.739,64	31,16
Arroz sequeiro	25 sc.60kg	2.029,72	81,19
Cana-de-açúcar (nova)	100 t	5.790,75	57,91
Cana-de-açúcar (soca)	55 t	2.106,52	38,30
Feijão	17 sc.60kg	1.971,86	115,99
Mandioca	25 t	3.325,18	133,01
Milho	50 sc.60kg	1.703,31	34,07
Soja	27 sc.60kg	1.705,73	63,18

- Goiás

Para Goiás foram estimados custos operacionais das culturas de algodão, arroz de sequeiro, feijão e milho (quadros 13 a 16), conforme os coeficientes técnicos disponíveis, divulgados pela ACARGO. A mão-de-obra oneraria o custo operacional em 30% no algodão incluindo a colheita, 14% no arroz, 22% no feijão e 11% no milho.

Os custos operacionais por unidade de produto estão relativamente baixos, face às produtividades provavelmente muito altas, principalmente nos casos do feijão e do milho (quadro 17).

QUADRO 17. - Estimativas de Custo Operacional, por Hectare e por Unidade de Produto, de Algumas Culturas, Estado de Goiás, 1975/76

Exploração	Produtividade por hectare	Custo operacional	
		Por hectare	Por unidade de produto
Algodão	130 @	3.175,94	24,43
Arroz	40 sc.60kg	1.572,55	39,31
Feijão	20 sc.60kg	1.319,55	65,98
Milho	60 sc.60kg	1.248,29	20,80

- Mato Grosso

Os quadros 18 a 20 mostram os custos operacionais e coeficientes técnicos para as culturas de arroz irrigado na região de Dourados, arroz de sequeiro e trigo, estimados a partir de informações da EMBRAPA e da ACARMAT. Dentre os itens mais onerosos destaca-se o adubo com 18%, 22% e 34%, respectivamente, para as três atividades.

- São Paulo

O custo operacional é estimado para 13 culturas anuais e 7 permanentes, nos quadros 21 e 22. O IEA apresenta, neste Prognóstico, apenas os valores em cruzeiro por hectare e por unidade produzida. Os coeficientes técnicos da agricultura paulista são normalmente divulgados em "Informações Econômicas" e, para maiores detalhes, poderá ser consultado o "Prognóstico 75/76" para o nosso Estado.

- Paraná

Com os coeficientes técnicos obtidos pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, EMBRAPA e OCEPAR, estimaram-se os custos operacionais de feijão, milho, soja e trigo (quadros 23 a 30). O trigo aparece regionalizado para Ponta Grossa, Norte e Centro-Sul do Estado. Ainda com relação ao trigo, o maior custo por unidade de produto foi de Cr\$ 64,47, assemelhando-se bastante ao custo estimado para São Paulo.

As produtividades do feijão e milho parecem estar superestimadas, provocando, conseqüentemente, baixos custos por saco. Culturas de tecnologia moderna utilizam pouca mão-de-obra como indicam os montantes encontrados na soja e no trigo, cerca de 3% sobre o cus-

to operacional total. Outras culturas, como feijão e milho, já mostraram maior utilização desse recurso, variando de 15% a 46%.

O quadro 31 sintetiza as estimativas feitas para o Estado do Paraná,

QUADRO 31. - Estimativas de Custo Operacional, por Hectare e por Unidade de Produto, de Algumas Culturas, Estado do Paraná, 1975/76

Exploração	Produtividade por hectare (sc.60kg)	Custo operacional	
		Por hectare	Por unidade de produto
Feijão TA	17	754,03	44,35
Feijão TM	17	843,50	49,62
Milho TA	50	1.066,04	21,32
Milho TM	50	979,77	19,60
Soja TM	30	1.141,57	38,05
Trigo-Ponta Grossa	30	1.785,69	59,52
Trigo-Norte /PR	30	1.630,12	54,34
Trigo-Centro-Sul /PR	30	1.934,06	64,47

TA = tração animal e TM = tração motomecanizada.

- Santa Catarina

Através de publicações, contendo pacotes tecnológicos, da EMBRAPA, pode-se estimar o custo operacional para soja e trigo (quadros 32 e 33). O dispêndio por hectare da cultura da soja seria da ordem de Cr\$ 1.017,58, para alta produtividade de 30 sacos por hectare, originando o custo de Cr\$ 33,92 por saco. O item de maior peso no custo operacional seria o adubo (34%). No trigo os fertilizantes concorrem com 25% do custo operacional.

- Rio Grande do Sul

Para este Estado, são apresentadas estimativas de custo operacional para arroz irrigado, soja e trigo (quadros 34 a 36). O Rio Grande do Sul, importante e tradicional produtor desses produtos, apresenta custos por unidade relativamente mais baixos que os de mais estados produtores. Os fertilizantes representam a maior parcela do custo operacio-

nal detendo cerca de 21%, 22% e 40%, respectivamente, para as culturas de arroz, soja e trigo.

Um possível problema dessas estimativas está no fato de terem sido apropriados valores monetários inadequados aos tipos de máquinas e equipamentos utilizados no Rio Grande do Sul, pois sabe-se da predominância, ali, de tipos mais potentes (face à topografia e sistemas de cultivo) obtendo-se, com isso, maiores rendimentos operacionais.

QUADRO 1. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Milho, Processo Manual, 1 Hectare, Produção de 27 sc.60kg, Estado do Espírito Santo, 1975/76

Item	Mão-de-obra comum	Total (Cr\$)
A-Operação	(Dia. de serviço)	
Limpeza	7,00	
Plantio	3,00	
Tratos culturais	12,00	
Colheita, transporte e armazenamento	<u>10,00</u>	
Total de dias	32,00	
Custo diário (Cr\$)	<u>15,00</u>	
Despesas com operação	480,00	480,00
B-Material consumido	Quantidade	Preço
Semente	15 kg	2,40/kg
Despesa com material		36,00
Custo operacional efetivo (A+B)		516,00
Depreciação das máquinas		-
Juros bancários		<u>28,00</u>
Custo operacional total		544,00
Custo operacional por sacco de 60kg		20,15

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACARES.

QUADRO 2. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura da Soja, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 22 sc.60kg, Estado do Espírito Santo, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira adubadeira	Pulverizador	Colhedeira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista							
A-Operação					(Dia de serviço)				
Aração	-	0,37	0,37	0,37		-	-	-	
Gradeação	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	
Plantio e adubação	-	0,25	0,25	-	-	0,25	-	-	
Carpa manual	8,00	-	-	-	-	-	-	-	
Aplicação de defensivos	3,00	-	-	-	-	-	3,00	-	
Colheita e beneficiamento	-	-	-	-	-	-	-	(1)	
Total de dias	11,00	0,87	0,87	0,37	0,25	0,25	3,00	-	
Costo diário (Cr\$)	15,00	20,00	108,75	11,88	26,26	42,50	21,84	-	
Despesa com operação	165,00	17,40	94,61	4,40	6,57	10,63	65,52	180,40	544,53
B-Material consumido		Quantidade		Preço		Valor			
Semente		60 kg		2,80/kg		168,00			
Inoculante		200 g		0,02/g		4,00			
Adubo		350 kg		1,86/kg	651,00	390,60 (2)			
Defensivos		30 kg		1,78/kg		53,40			
Despesa com material									616,00
Costo operacional efetivo (A+B)									1.160,53
Depreciação das máquinas									70,80
Juros bancários									79,19
Costo operacional total									1.310,52
Costo operacional por sacco de 60kg									59,57

(1) Por empreita a Cr\$ 8,20 por sacco.

(2) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACARES.

QUADRO 3. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores da Cultura do Sorgo, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 28 sc.60kg, Estado do Espírito Santo, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira adubadeira	Colhedeira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista						
A-Operação (Dia de serviço)								
Aração	-	0,37	0,37	0,37	-	-	-	
Gradeação	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	
Plantio e adubação	-	0,25	0,25	-	-	0,25	-	
Carpa manual	9,00	-	-	-	-	-	-	
Colheita e beneficiamento	-	0,13	-	-	-	-	0,13	
Total de dias	9,00	1,00	0,87	0,37	0,25	0,25	0,13	
Custo diário (Cr\$)	15,00	20,00	108,75	11,88	26,26	42,50	61,23	
Despesas com operação	135,00	20,00	94,61	4,40	6,57	10,63	7,96	279,17
φ B-Material consumido								
		Quantidade		Preço		Valor		
Semente		10 kg		2,00/kg		20,00		
Adubo 4-14-8		350 kg		1,75/kg	612,50	367,50 (1)		
Defensivo		20 kg		1,78/kg		35,60		
Despesas com material								423,10
Custo operacional efetivo (A+B)								702,27
Depreciação das máquinas								64,60
Juros bancários								64,99
Custo operacional total								831,86
Custo operacional por saco de 60kg								29,71

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACARES.

QUADRO 4. - Estimativa do Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura de Algodão, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 120 Arrobas, Estado de Minas Gerais, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira	Cultivador	Distrib. calcário	Cultiv. animal	Burro	Pulver. costal	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista											
A-Operação													
	(Dia de serviço)												
Destruição das soqueiras	0,12	0,31	0,31	-	-	-	0,31	-	-	-	-	-	-
Aração	-	0,37	0,37	0,37	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,19	0,19	-	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,09	0,09	-	-	-	-	0,09	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,19	0,19	-	-	0,19	-	-	-	-	-	-	-
Desbaste e adubação em cobertura	5,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpa animal (3 x)	4,50	-	-	-	-	-	-	-	4,50	4,50	-	-	-
Carpa manual	5,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pulverização	18,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18,00	-	-
Secar e ensacar	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte	<u>9,00</u>	<u>1,00</u>	<u>1,00</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<u>1,00</u>
Total de dias	44,12	2,15	2,15	0,37	0,19	0,19	0,31	0,09	4,50	4,50	18,00	-	1,00
Custo diário (Cr\$)	<u>17,30</u>	<u>23,00</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>9,33</u>	<u>17,41</u>	<u>20,00</u>	<u>0,67</u>	<u>3,99</u>	<u>2,28</u>	<u>14,56</u>	
Despesa com operações	763,28	49,45	233,81	4,40	4,99	1,77	5,40	1,80	3,01	17,96	41,04	14,56	1.141,47
Colheita (1)													624,00
B-Material consumido													
		Quantidade			Preço			Valor					
Semente		30 kg			1,82/kg			54,60					
Calcário		2 t (2)			120,00/t			120,00					
Sulfato de amônio		300 kg			1,96/kg			588,00			352,80 (3)		
Superfosfato simples		315 kg			1,31/kg			412,65			247,59 (3)		
Cloreto de potássio		67 kg			1,51/kg			101,17			60,70 (3)		
Inseticida clorado		5 l			19,00/l						95,00		
Fosforado sistêmico		3 l			40,35/l						121,05		
Fosforado e clorado (pô)		10 kg			46,70/kg						467,00		
Aldrin 5% formicida		2 kg			4,35/kg						8,70		
Despesas com material													<u>1.527,44</u>
Custo operacional efetivo													3.292,91
Depreciação das máquinas													206,01
Juros bancários													<u>240,72</u>
Custo operacional total													3.739,64
Custo operacional por arroba													31,16

(1) Por empreita estimada a Cr\$ 5,20 por arroba.

(2) Incorporado em 2 anos.

(3) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 5. - Estimativa do Custo Operacional e Exigência Média dos Fatores de Produção da Cultura de Arroz de Sequeiro, Tração Mecânica, 1 Hectare, Produção de 25 Sacos de 60kg, Estado de Minas Gerais, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Distrib. calcário	Semeadeira	Cultivador animal	Burro	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista									
A-Operação	-	0,37	0,37	0,37	-	-	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,19	0,19	-	0,19	-	-	-	-	-	
Distribuição de calcário	-	0,25	0,25	-	-	0,25	-	-	-	-	
Plantio e adubação	-	0,25	0,25	-	-	-	0,25	-	-	-	
Carpa animal (3 x)	4,00	-	-	-	-	-	-	4,00	4,00	-	
Carpa manual	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adubação em cobertura	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Combate à pragas	2,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Colheita (corte, bater, ensacar)	15,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transportes internos	<u>7,00</u>	<u>1,00</u>	<u>1,00</u>	-	-	-	-	-	-	<u>1,00</u>	
Total de dias	35,50	2,06	2,06	0,37	0,19	0,25	0,25	4,00	4,00	1,00	
Custo diário (Cr\$)	<u>17,30</u>	<u>23,00</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>20,00</u>	<u>9,33</u>	<u>17,41</u>	<u>3,99</u>	<u>14,56</u>	
Despesas com operações	614,15	47,38	224,02	4,40	4,99	5,00	2,33	69,64	15,96	14,56	1.002,43
B-Material consumido		Quantidade			Preço		Valor				
Semente		40 kg			3,90/kg		156,00				
Calcário		2 t <sup>(1)</sup>			120,00/kg		120,00				
Sulfato de amônio		200 kg			1,96/kg	392,00	235,20 <sup>(2)</sup>				
Superfosfato simples		210 kg			1,31/kg	275,10	165,06 <sup>(2)</sup>				
Cloreto de potássio		33 kg			1,51/kg	49,83	29,90 <sup>(2)</sup>				
Aldrin 2,5% no sulco		20 kg			3,80/kg		76,00				
Aldrin 5% formicida		2 kg			4,35/kg		8,70				
Despesa com material											<u>790,86</u>
Custo operacional efetivo (A+B)											1.793,29
Depreciação das máquinas											117,96
Juros bancários											<u>118,47</u>
Custo operacional total											2.029,72
Custo operacional por saco de 60kg											<u>81,19</u>

<sup>(1)</sup> Incorporado em 2 anos.

<sup>(2)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 6. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura de Cana-de-Açúcar, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 100 Toneladas, Estado de Minas Gerais, 1975/76

(Lavoura nova)

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Distrib. calcário	Sulcador	Sulcador animal	Burro	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista								
A-Operação					(Dia de serviço)					
1a. aração	-	0,44	0,44	0,44	-	-	-	-	-	
2a. aração	-	0,37	0,37	0,37	-	-	-	-	-	
Gradeação (2 x)	-	0,63	0,63	-	0,63	-	-	-	-	
Distribuição de calcário	-	0,12	0,12	-	-	0,12	-	-	-	
Sulcamento e adubação	-	0,44	0,44	-	-	-	0,44	-	-	
Distribuir, picar e cobrir toletes	10,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
Carpa animal (3 x)	4,00	-	-	-	-	-	-	4,00	4,00	
Carpa manual (2 x)	20,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
Combate à pragas	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
Corte e carregamento	70,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total de dias	108,00	2,00	2,00	0,81	0,63	0,12	0,44	4,00	4,00	
Custo diário (Cr\$)	17,30	23,00	108,75	11,88	26,26	20,00	3,40	0,67	3,99	
Despesa com operações	1.868,40	46,00	217,50	9,62	16,54	2,40	1,50	2,68	15,96	2.180,60
Transporte <sup>(1)</sup>										1.150,00
-12- Despesa total com operações										3.330,60
B-Material consumido		Quantidade		Preço		Valor				
Tolete		7 t		120,00/t		840,00				
Calcário		2 t <sup>(2)</sup>		120,00/t		120,00				
Sulfato de amônio		400 kg		1,96/kg	784,00	470,40 <sup>(3)</sup>				
Superfosfato simples		421 kg		1,31/kg	551,51	330,91 <sup>(3)</sup>				
Cloreto de potássio		100 kg		1,51/kg	151,00	90,60 <sup>(3)</sup>				
Aldrin 2,5% no sulco		20 kg		3,80/kg		76,00				
Despesa com material										1.927,91
Custo operacional efetivo (A+B)										5.258,51
Depreciação das máquinas										76,12
Juros bancários										456,12
Custo operacional total										5.790,75
Custo operacional por tonelada										57,91

<sup>(1)</sup> Estimado por empreita a Cr\$ 11,50 por tonelada.

<sup>(2)</sup> Incorporado em 2 anos.

<sup>(3)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 7. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura de Cana-de-Açúcar, Tração Motomecanizada, 1 Hectare ,  
Produção de 55 Toneladas, Estado de Minas Gerais, 1975/76

(Cana soca e ressoca)

Item	Mão-de-obra		Trator	Cultivador	Sulcador	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista				
<b>A-Operação</b>						
			(Dia de serviço)			
Construção de aceiros	3,00	-	-	-	-	
Adução em cobertura	3,00	-	-	-	-	
Cultivo mecânico (2 x)	-	0,50	0,50	0,50	-	
Destruir raízes velhas	-	0,31	0,31	-	0,31	
Corte e carregamento	<u>20,00</u>	-	-	-	-	
Total de dias	26,00	0,81	0,81	0,50	0,31	
Custo diário (Cr\$)	<u>17,30</u>	<u>23,00</u>	<u>108,75</u>	<u>17,41</u>	<u>3,40</u>	
Despesa com operações	449,80	18,63	88,09	8,70	1,05	566,27
Transporte <sup>(1)</sup>						<u>632,50</u>
Despesa total com operação						1.198,77
<b>B-Material consumido</b>						
	Quantidade	Preço		Valor		
Sulfato de amônio	200 kg	1,96/kg	392,00	235,20 <sup>(3)</sup>		
Superfosfato simples	316 kg	1,31/kg	413,96	248,38 <sup>(3)</sup>		
Cloreto de potássio	100 kg	1,51/kg	151,00	90,60 <sup>(3)</sup>		
BHC	12 kg	1,80/kg		21,60		
Calcário	2 t <sup>(2)</sup>	120,00/t		120,00		
Despesa com material						<u>715,78</u>
Custo operacional efetivo (A+B)						1.914,55
Depreciação das máquinas						21,93
Juros bancários						<u>170,04</u>
Custo operacional total						2.106,52
Custo operacional por tonelada						38,30

<sup>(1)</sup> Estimado por empreita a Cr\$ 11,50 por tonelada.

<sup>(2)</sup> Incorporação de 2 anos.

<sup>(3)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 8. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência de Fatores de Produção da Cultura de Feijão, Tração Animal,<sup>1</sup> Hectare, Produção de 17 Sacos de 60kg, Estado de Minas Gerais, 1975/76

Item	Homem	Arado	Grade de dentes	Semeadeira	Burro	Cultivador planet	Carroça	Total (Cr\$)
<b>A-Operação</b>								
	(Dia de serviço)							
Limpeza do terreno	8,00	-	-	-	-	-	-	
Aração	6,00	3,00	-	-	3,00	-	-	
Gradeação	4,00	-	2,00	-	2,00	-	-	
Distribuição calcário	2,00	-	-	-	-	-	-	
Plantio e adubação	4,00	-	-	2,00	2,00	-	-	
Carpa animal (3 x)	6,00	-	-	-	3,00	3,00	-	
Carpa manual	4,00	-	-	-	-	-	-	
Defesa da lavoura	1,00	-	-	-	-	-	-	
Colheita, bateção	8,00	-	-	-	-	-	-	
Transporte interno	2,00	-	-	-	4,00	-	1,00	
Total de dias	45,00	3,00	2,00	2,00	14,00	3,00	1,00	
Custo diário (Cr\$)	17,30	0,64	1,84	4,13	3,99	0,67	1,75	
Despesa com operações	778,50	1,92	3,68	8,26	55,86	2,01	1,75	851,98
<b>B-Material consumido</b>								
	Quantidade		Preço		Valor			
Semente	90 kg		2,80/kg		252,00			
Calcário	2 t <sup>(1)</sup>		120,00/t		120,00			
Adubo:								
Sulfato de amônio	100 kg		1,96/kg	196,00	117,60			
Superfosfato	316 kg		1,31/kg	413,96	248,38			
Cloreto de potássio	33 kg		1,51/kg	49,83	29,90			
Aldrin 2,5%	20 kg		3,80/kg		76,00			
Sistêmico fosforado	3 l		40,35/l		121,05			
Fungicida	2 kg		24,50/kg		49,00			
Despesa com material								1.013,93
Custo operacional efetivo								1.865,91
Depreciação das máquinas								39,86
Juros bancários								66,09
Custo operacional total								1.971,86
Custo operacional por saco de 60kg								115,99

<sup>(1)</sup> Incorporado em 2 anos.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 9. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura de Mandioca, Tração Animal, 1 Hectare, Produção de 25 Toneladas, Estado de Minas Gerais, 1975/76

Item	Homem	Arado	Grade	Riscador	Carroça	Boi	Total (Cr\$)
A-Operação			(Dia de serviço)				
Limpeza do terreno	3,50	-	-	-	-	-	
Aração	6,00	3,00	-	-	-	3,00	
Gradeação	4,00	-	2,00	-	-	2,00	
Distribuição de calcário	10,00	-	-	-	-	-	
Sulcamento	2,00	-	-	1,00	-	1,00	
Adubação	2,00	-	-	-	-	-	
Preparo, distribuição e cobertura das manivas	8,00	-	-	-	-	-	
Capinas manuais	17,00	-	-	-	-	-	
Adubação em cobertura	1,00	-	-	-	-	-	
Combate à pragas	3,00	-	-	-	-	-	
Colheita manual	40,00	-	-	-	-	-	
Carregamento e transporte	<u>8,00</u>	-	-	-	<u>2,00</u>	<u>8,00</u>	
Total de dias	104,50	3,00	2,00	1,00	2,00	14,00	
Custo diário (Cr\$)	<u>17,30</u>	<u>0,64</u>	<u>1,84</u>	<u>0,67</u>	<u>1,75</u>	<u>3,99</u>	
Despesas com operações	1.807,85	1,92	3,68	0,67	3,50	55,86	1.873,48
B-Material consumido		Quantidade	Preço	Valor			
	Rama	550 kg	0,30/kg	165,00			
	Calcário	3 t	120,00/t	360,00			
	Sulfato de amônio	200 kg	1,96/kg	392,00	235,20 <sup>(1)</sup>		
	Superfosfato simples	210 kg	1,31/kg	275,10	165,06 <sup>(1)</sup>		
	Cloreto de potássio	33 kg	1,51/kg	49,83	29,90 <sup>(1)</sup>		
	Aldrin 5% (formicida)	10 kg	4,35/kg	43,50			
	Aldrin 2,5% (no solo)	60 kg	3,80/kg	228,00			
	Despesas com material				<u>1.226,66</u>		
	Custo operacional efetivo (A+B)				3.100,14		
	Depreciação das máquinas				29,38		
	Juros bancários				<u>195,66</u>		
	Custo operacional total				3.325,18		
	Custo operacional por tonelada				133,01		

<sup>(1)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 10. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência de Fatores de Produção da Cultura de Milho, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 50 Sacos 60kg, Estado de Minas Gerais, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadei- ra	Distrib. calcário	Roçadei- ra	Cultivador planet	Burro	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista										
A-Operação												
	(Dia de serviço)											
Limpeza do terreno	-	0,13	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-	-	-
Aração	-	0,37	0,37	0,37	-	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,19	0,19	-	0,19	-	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,12	0,12	-	-	-	0,12	-	-	-	-	-
Plantio	-	0,13	0,13	-	-	0,13	-	-	-	-	-	-
Adubação em cobertura	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpa animal (3 x)	3,00	-	-	-	-	-	-	-	3,00	3,00	-	-
Carpa manual	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita, debulha	16,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte interno	<u>5,60</u>	<u>0,40</u>	<u>0,40</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	<u>0,40</u>
Total de dias	27,60	1,34	1,34	0,37	0,19	0,13	0,12	0,13	3,00	3,00	-	0,40
Custo diário (Cr\$)	<u>17,30</u>	<u>23,00</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>9,33</u>	<u>20,00</u>	<u>13,55</u>	<u>0,67</u>	<u>3,99</u>	<u>14,56</u>	-
Despesas com operações	477,48	30,82	145,72	4,39	4,99	1,21	2,40	1,76	2,01	11,97	5,82	688,57
B-Material consumido												
		Quantidade			Preço			Valor				
Semente		18 kg			2,40/kg			43,20				
Calcário		2 t <sup>(1)</sup>			120,00/t			120,00				
Adubo:												
Sulfato de amônio		300 kg.			1,96/kg			588,00			352,80 <sup>(2)</sup>	
Superfosfato simples		316 kg			1,31/kg			413,96			248,38 <sup>(2)</sup>	
Cloreto de potássio		33 kg			1,51/kg			49,83			29,90 <sup>(2)</sup>	
Despesas com material												<u>794,28</u>
Custo operacional efetivo (A+B)												1.482,85
Depreciação das máquinas												48,82
Juros bancários												<u>171,64</u>
Custo operacional total												1.703,31
Custo operacional por saco de 60kg												34,07

<sup>(1)</sup> Incorporado em 2 anos.

<sup>(2)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 11.- Estimativa do Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura de Soja, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 27 Sacos de 60kg, Estado de Minas Gerais, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira	Roçadeira	Distrib. calcário	Cultivador	Pulver. costal	Colheitadeira	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista											
A-Operação													
	(Dia de serviço)												
Limpeza do terreno	-	0,12	0,12	-	-	-	0,12	-	-	-	-	-	
Aração	-	0,37	0,37	0,37	-	-	-	-	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	-	-	-	-	
Calagem	-	0,13	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-	-	-	
Plantio e adubação	-	0,25	0,25	-	-	0,25	-	-	-	-	-	-	
Carpa mecânica (2 x)	-	0,50	0,50	-	-	-	-	-	0,50	-	-	-	
Carpa manual	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Combate a pragas	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3,00	-	-	
Colheita mecânica	-	0,37	-	-	-	-	-	-	-	-	0,37	-	
Armazenamento e transporte	8,00	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	
Total de dias	14,00	2,99	1,62	0,37	0,25	0,25	0,12	0,13	0,50	3,00	0,37	1,00	
Custo diário (Cr\$)	17,30	23,00	108,75	11,88	26,26	9,33	27,92	20,00	17,41	2,28	301,35	14,56	
Despesa com operações	242,20	68,77	176,17	4,40	6,56	2,33	3,35	2,60	8,70	6,84	111,50	14,56	647,98
B-Material consumido													
			Quantidade			Preço			Valor				
Semente			60 kg			2,80/kg			168,00				
Calcário			2 t <sup>(1)</sup>			120,00/t			120,00				
Inoculante			200 g			0,02/g			4,00				
Sulfato de amônio			100 kg			1,96/kg	196,00		117,60 <sup>(2)</sup>				
Superfosfato simples			316 kg			1,31/kg	413,96		248,38 <sup>(2)</sup>				
Cloreto de potássio			33 kg			1,51/kg	49,83		29,90 <sup>(2)</sup>				
Aldrin 2,5% no sulco			20 kg			3,80/kg			76,00				
Aldrin 5% formicida			2 kg			4,35/kg			8,70				
Inseticida clorado			3 l			19,00/l			57,00				
Despesa com material													829,50
Custo operacional efetivo													1.477,56
Depreciação das máquinas													143,98
Juros bancários													84,19
Custo operacional total													1.705,73
Custo operacional por saco de 60kg													63,18

<sup>(1)</sup> Incorporado em 2 anos.

<sup>(2)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.



QUADRO 14. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Arroz de Sequeiro, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 40 sc.60kg, Estado de Goiás, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira adubadeira	Cultivador	Pulverizador	Colhedeira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista								
A-Operação	(Dia: de serviço)									
Limpeza	6,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aração (2 x)	-	0,75	0,75	0,75	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2 x)	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	-	-
Conservação de terraços	-	0,13	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	1,00	0,13	0,13	-	-	0,13	-	-	-	-
Adubação em cobertura	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-	-
Aplicação de defensivos	0,13	0,13	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-
Combate à formiga	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Total de dias	8,33	1,62	1,62	0,88	0,25	0,13	0,13	0,13	-	-
Custo diário (Cr\$)	<u>22,00</u>	<u>22,00</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>9,33</u>	<u>17,41</u>	<u>9,90</u>	-	-
Despesa com operação	183,26	35,64	176,18	10,45	6,57	1,21	2,26	1,29	440,00	856,86
B-Material consumido	Quantidade		Preço		Valor					
Semente	24 kg		3,90/kg		93,60					
Sulfato de amônio	125 kg		2,15/kg		268,75		161,25 (2)			
Superfosfato simples	263 kg		1,17/kg		307,71		184,63 (2)			
Cloreto de potássio	34 kg		1,62/kg		55,08		33,05 (2)			
Formicida	1 kg		4,35/kg		4,35					
Inseticida(folidol-60)	1 l		46,70/l		46,70					
Despesas com material										<u>523,58</u>
Custo operacional efetivo (A+B)										1.380,44
Depreciação das máquinas										88,97
Juros bancários										<u>103,14</u>
Custo operacional total										1.572,55
Custo operacional por saco de 60kg										39,31

(1) Por empreita a Cr\$ 11,00 por saco.

(2) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACAR/GO.

QUADRO 15. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura de Feijão Solteiro, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 20 sc.60kg, Estado de Goiás, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Distribuidor calcário	Semeadeira adubadeira	Cultivador	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista							
A-Operação					(Dia. de serviço)				
Aração	-	0,41	0,41	0,41	-	-	-	-	
Gradeação (2 x)	-	0,31	0,31	-	0,31	-	-	-	
Calagem	-	0,13	0,13	-	-	0,13	-	-	
Plantio e adubação	-	0,25	0,25	-	-	-	0,25	-	
Carpa mecânica	-	0,25	0,25	-	-	-	-	0,25	
Carpa manual	4,00	-	-	-	-	-	-	-	
Colheita	8,00	-	-	-	-	-	-	-	
Total de dias	12,00	1,35	1,35	0,41	0,31	0,13	0,25	0,25	
Custo diário (Cr\$)	22,00	22,00	108,75	11,88	26,26	20,00	9,33	17,41	
Despesas com operação	264,00	29,70	146,81	4,87	8,14	2,60	2,33	4,35	462,80
B-Material consumido		Quantidade		Preço		Valor			
Semente		38 kg		3,83/kg		145,54			
Adubo formulado		320 kg		2,53/kg	809,60	485,76 <sup>(1)</sup>			
Calcário		0,50 t		170,00/t		85,00			
Despesas com material									716,30
Custo operacional efetivo (A+B)									1.179,10
Depreciação das máquinas									76,35
Juros bancários									64,10
Custo operacional total									1.319,55
Custo operacional por sacco de 60kg									65,98

<sup>(1)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACAR/GO.

QUADRO 16. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Milho, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 60 sc.60kg, Estado de Goiás, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Roçadeira	Semeadeira adubadeira	Cultivador	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista								
A-Operação										
	(Dia de serviço)									
Limpeza	-	0,20	0,20	-	-	0,20	-	-	-	-
Aração	-	0,30	0,30	0,30	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2 x)	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	-	-
Conservação de terraços	-	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	0,50	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,19	0,19	-	-	-	-	0,19	-	-
Carpa manual	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adubação em cobertura	0,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte interno	0,60	0,25	0,25	-	-	-	-	-	0,25	-
Combate à formiga	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de dias	5,10	1,38	1,38	0,36	0,25	0,20	0,13	0,19	0,25	-
Custo diário (Cr\$)	22,00	22,00	108,75	11,88	26,26	13,55	9,33	17,41	14,56	-
Despesas com operação	112,20	30,36	150,08	4,28	6,57	2,71	1,21	3,31	3,64	314,36
Colheita e beneficiamento (1)										300,00
B-Material consumido										
		Quantidade		Preço		Valor				
Semente		20,0 kg		2,40/kg		48,00				
Sulfato de amônio		125,0 kg		2,15/kg	268,75	161,25 (2)				
Superfosfato simples		263,0 kg		1,17/kg	307,71	184,63 (2)				
Cloreto de potássio		42,0 kg		1,62/kg	68,04	40,82 (2)				
Inseticida (Aldrin)		0,2 kg		33,53/kg		6,71				
Formicida		0,2 kg		4,35/kg		0,87				
Despesas com material										442,28
Custo operacional efetivo (A+B)										1.056,64
Depreciação das máquinas										75,25
Juros bancários										116,40
Custo operacional total										1.248,29
Custo operacional por saco de 60kg										20,80

(1) Por empreita a Cr\$ 5,00 por saco.  
 (2) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACAR/GO.

QUADRO 18. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Arroz Irrigado, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 40 Sacos de 60kg, Região de Dourado, Estado de Mato Grosso, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Plantadeira adubadeira	Pulverizador acop/trator	Colhedeira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista							
(Dia: de serviço)									
A-Operação									
Limpeza dos drenos	6,25	-	-	-	-	-	-	-	
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	
Gradeação (2 x)	-	0,38	0,38	-	0,38	-	-	-	
Plantio e adubação	-	0,13	0,13	-	-	0,13	-	-	
Aplicação de herbicidas	-	0,06	0,06	-	-	-	0,06	-	
Aplicação de defensivos	-	0,06	0,06	-	-	-	0,06	-	
Colheita, transporte e secagem	-	-	-	-	-	-	-	(1)	
Total de dias	6,25	1,01	1,01	0,38	0,38	0,13	0,12	-	
Custo diário (Cr\$)	<u>23,10</u>	<u>35,20</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>42,50</u>	<u>9,58</u>	-	
Despesas com operações	144,38	35,55	109,84	4,51	9,98	5,53	1,15	676,00	986,94
B-Material consumido			Quantidade		Preço		Valor		
Sementes			50 kg		5,00		250,00		
Adubo: 5-30-10			200 kg		2,75	550,00	330,00 (2)		
Defensivos:									
Fungicida para semente			0,25 kg		32,53		8,13		
Inseticida			1,5 l		46,70		70,05		
Despesa com material									<u>658,18</u>
Custo operacional efetivo (A+B)									1.645,12
Depreciação de máquinas									62,15
Juros bancários									<u>101,06</u>
Custo operacional total									1.808,33
Custo operacional por saco de 60kg									<u>45,21</u>

(1) Estimado por empreita a Cr\$ 16,90 por saco.

(2) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA.

QUADRO 19. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Arroz de Sequeiro, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 30 sc.60kg, Estado de Mato Grosso, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira adubadeira	Pulv. acoplado	Pulv. costal	Cultivador	Colhedeira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista									
A-Operação											
(Dia: de serviço)											
Aração	-	0,37	0,37	0,37	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2 x)	-	0,37	0,37	-	0,37	-	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,13	0,13	-	-	0,13	-	-	-	-	-
Aplicação de inseticida	-	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,13	0,13	-	-	-	-	-	0,13	-	-
Aplicação de fungicida	1,00	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
Colheita, transporte e secagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Total de dias	1,00	1,13	1,13	0,37	0,37	0,13	0,13	1,00	0,13	-	-
Custo diário (Cr\$)	<u>23,10</u>	<u>35,20</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>42,50</u>	<u>9,58</u>	<u>21,84</u>	<u>17,41</u>	-	-
Despesa com operação	23,10	39,78	122,89	4,40	9,72	5,53	1,25	21,84	2,26	507,00	737,77
B-Material consumido											
			Quantidade			Preço		Valor			
Semente			35,0 kg			5,00/kg		175,00			
Adubo 5-30-10			200,0 kg			2,75/kg		550,00		330,00 (2)	
Defensivo: inset. semente			0,2 kg			32,53/kg		6,51			
inst. planta			1,0 l			46,70/l		46,70			
fungicida			1,5 l			20,00/l		30,00			
Formicida			1,0 kg			15,10/kg		15,10			
Despesa com material											603,31
Custo operacional efetivo (A+B)											1.341,08
Depreciação das máquinas											73,24
Juros bancários											89,43
Custo operacional total											1.503,75
Custo operacional por sacco de 60kg											50,13

(1) Estimado por empreita a Cr\$ 16,90 por sacco.

(2) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACARMAT.

QUADRO 20. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção de Trigo, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 20 sc.60kg, Estado de Mato Grosso, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Plantadeira adubadeira	Pulverizador	Distribuidor de adubo	Colhedeira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista								
A-Operação	(Dia. de serviço)									
Aração	-	0,22	0,22	0,22	-	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,09	0,09	-	0,09	-	-	-	-	
Adubação e plantio	0,18	0,18	0,18	-	-	0,18	-	-	-	
Aplicação de herbicida	0,10	0,10	0,10	-	-	-	0,10	-	-	
Aplicação de defensivos	0,06	0,06	0,06	-	-	-	0,06	-	-	
Adubação em cobertura	0,04	0,04	0,04	-	-	-	-	0,04	-	
Colheita	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-	0,06	
Total de dias	0,44	0,75	0,69	0,22	0,09	0,18	0,16	0,04	0,06	
Custo diário (Cr\$)	23,10	35,20	108,75	11,88	26,26	42,50	9,58	20,00	342,55	
Despesas com operações	10,16	26,40	75,04	2,61	2,36	7,65	1,53	0,80	20,55	147,10
Transporte <sup>(1)</sup>										40,00
Secagem <sup>(1)</sup>										80,00
Despesas com operações										267,10
B-Material consumido			Quantidade		Preço		Valor			
Sementes			135 kg		2,60/kg		351,00			
Adubo 3-30-10			250 kg		2,66/kg	665,00	399,00 <sup>(2)</sup>			
Sulfato de amônio			30 kg		1,86/kg	55,80	33,48 <sup>(2)</sup>			
Inseticida pó			1 kg		40,00/kg		40,00			
Inseticida líquido			1 l		10,00/l		10,00			
Herbicida			1 l		18,50/l		18,50			
Despesa com material										851,98
Custo operacional efetivo (A+B)										1.119,08
Depreciação de máquinas										53,90
Juros bancários										84,01
Custo operacional total										1.256,99
Custo operacional por sacco de 60kg.										62,85

<sup>(1)</sup> Por empreita, estimados em Cr\$ 2,00 e Cr\$ 4,00 respectivamente.

<sup>(2)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACARMAT.

QUADRO 21. Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade Simples de Produção de Culturas Anuais, Estado de São Paulo, 1975/76  
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Colheita por empreita	Depreciação (3)	Custo por Hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Algodão (TMA)	120	arroba	722,14	96,03	774,91	691,59	414,70	353,47	1.320,00	140,34	4.513,18	37,61
Amendoim (TA)	70	25kg	627,90	756,00	583,92	214,52	19,82	208,89	595,00	53,92	3.059,97	43,71
Amendoim (TM)	87	25kg	441,93	858,00	583,92	229,62	338,02	134,60	739,50	123,78	3.449,37	39,65
Arroz sequeiro (TMA)	31	60kg	1.252,92	145,20	355,05	133,63	153,16	382,83	-	89,87	2.512,66	81,05
Batata (TMM) (4)	372	60kg	1.765,74	5.123,14	2.652,51	215,09	752,39	2.055,14	-	295,77	12.859,78	34,57
Batata (TAM) (4)	207	60kg	1.952,48	2.914,89	1.524,24	163,14	55,75	1.335,60	-	116,73	8.062,83	38,95
Cana-de-açúcar (nova) (TM) (5)	103	t	775,06	967,20	1.410,53	205,55	632,45	595,61	2.708,90 (6)	228,24	7.532,54	73,04
Cana-de-açúcar (soca) (TM)	62	t	317,11	-	708,73	7,55	204,51	338,11	1.630,60 (6)	72,77	3.279,38	52,89
Cana-de-açúcar (ressoca) (TM)	50	t	317,11	-	708,73	7,55	215,30	315,29	1.315,00 (6)	72,77	2.951,75	59,04
Cebola de muda (TM) (Sub-região Casa Branca)	230	45kg	2.217,88	2.407,50	2.197,70	456,52	443,38	1.504,26	-	177,62	9.404,86	40,89
Cebola de muda (TA) (Sub-região Sorocaba)	307	45kg	3.514,88	1.612,80	1.720,13	850,87	138,19	2.000,62	-	107,23	9.944,72	32,39
Cebola de muda (TM) (Sub-região Sorocaba)	281	45kg	3.087,81	1.612,80	2.321,62	447,07	718,99	1.915,96	-	230,87	10.335,12	36,78
Cebola de bulbilho (TA) (Sub-região Sorocaba)	173	45kg	3.897,60	3.231,20	2.045,09	425,17	324,50	1.624,26	-	180,97	11.728,79	67,80
Cebola de bulbilho (TM) (Sub-região Sorocaba)	248	45kg	4.365,02	3.231,20	3.572,78	702,91	1.135,57	2.167,63	-	393,45	15.568,56	62,78
Feijão das águas (TA) (Sub-região Itapeva e Avaré)	9	60kg	453,86	135,28	172,40	42,33	8,58	192,71	-	19,94	1.025,10	113,90
Feijão das águas (TMA) (Sub-região Itapeva e Avaré)	9	60kg	402,16	134,36	194,47	42,33	183,22	109,11	-	73,75	1.139,40	126,60
Feijão da seca (TA) (Sub-região Itapeva e Avaré)	12	60kg	527,63	116,68	182,91	58,84	9,11	245,53	-	22,29	1.162,99	96,92
Feijão da seca (TMA) (Sub-região Itapeva e Avaré)	12	60kg	438,26	140,68	207,08	58,84	241,04	132,91	-	93,99	1.312,80	109,40
Mamona (TA)	28	60kg	867,83	37,20	404,18	-	8,80	178,87	-	32,80	1.529,68	54,62
Mandioca (TA) (5)	29	t	1.746,68	149,50	707,55	75,00	14,14	533,20	-	40,99	3.267,06	112,66
Milho (TM)	50	60kg	279,58	42,37	549,31	-	351,63	496,28	-	141,98	1.861,15	37,22
Soja (TM)	33	60kg	235,35	227,20	429,96	64,89	254,38	63,43	-	117,93	1.393,14	42,22
Tomate Santa Cruz envarado (TM)	1.715	cx.	21.649,75	303,92	10.484,33	3.236,93	1.753,39	23.904,86	-	1.365,79	62.698,97	36,56
Tomate Caqui envarado	930	cx.	20.715,62	360,32	11.556,52	2.513,09	1.135,98	19.351,61	-	1.059,87	56.693,01	60,96
Tomate rasteiro (TM)	18,6	t	2.162,77	15,28	1.177,20	1.055,60	1.622,47	279,63	-	527,84	6.840,79	367,78
Trigo (TM) (ano 1975)	29,5	60kg	69,32	375,00	387,66	121,86	382,28	268,39	-	260,52	1.865,03	63,22

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos operação animal, sacaria e beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(4) Tração mecanizada e animal na região de Itapetininga e tração animal e manual na região de Divinolândia.

(5) Cultura de ano e meio.

(6) Inclui também carregamento e transporte.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal; TAM = tração animal e manual.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 22. Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidades Simples de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1975/76  
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade									
Abacaxi (TA) (Implantação e 2º ano) (4)	23.000	kg	4.956,79	4.338,60	607,45	197,95	32,27	1.333,31	76,00	11.542,37	0,50
Abacaxi (TM) (Implantação e 2º ano) (4)	24.500	kg	5.313,03	4.338,60	780,95	192,85	613,23	1.412,32	243,16	12.894,14	0,53
Abacaxi (TMM) (Implantação e 2º ano) (4)	23.200	kg	4.638,78	4.950,00	1.593,53	478,99	394,34	1.543,36	160,78	13.759,78	0,59
Banana na varzea	33	t	2.081,12	-	1.921,66	455,10	43,24	629,12	9,34	5.139,58	155,74
Banana no morro	32	t	2.168,78	-	1.971,35	455,10	55,25	648,52	11,94	5.310,94	165,97
Cafê formação - 1º ao 4º ano (1.000 covas)	10	60kg	5.849,76	990,00	5.364,62	1.222,56	938,08	-	405,88	14.770,90	14,77(6)
Cafê (5)	20	60kg	3.370,73	20,00	1.293,60	911,95	261,32	1.417,22	857,57	8.132,39	406,62
Cafê (5)	15	60kg	3.253,73	30,00	800,04	911,95	259,57	1.179,22	850,75	7.285,26	485,68
Cafê (5)	10	60kg	2.985,61	40,00	562,32	911,95	232,22	1.000,86	742,14	6.475,10	647,51
Cafê (5)	5	60kg	2.099,23	-	-	872,85	203,12	612,28	706,01	4.493,49	898,70
Figo formação - 1º e 2º ano (1.660 pés)	-	-	7.748,88	-	5.279,60	2.197,99	482,00	4.427,25	137,12	20.272,84	12,21(6)
Figo produção	6.204	engrad.	13.543,16	-	5.641,07	7.812,00	1.084,57	23.486,19	1.289,18(7)	52.856,17	8,52
Laranja formação - 1º ao 4º ano (200 pés) TM)	-	-	2.422,94	750,00	2.505,03	1.189,83	1.295,01	-	542,48	8.705,29	43,53(6)
Laranja produção	400	cx.	671,76	-	866,00	572,64	374,06	253,81	606,35(7)	3.344,62	8,36
Maracujá formação (1.000 pés)	-	-	2.964,97	987,00	1.152,55	128,43	836,26	14.815,30	390,35	21.274,86	21,27(6)
Maracujá produção	875	cx.	2.021,30	-	1.671,48	999,22	1.158,42	644,30	3.390,62(7)	9.885,34	11,30
Uva niagara formação - 1º ao 3º ano (4.000 pés)	-	-	22.443,84	680,00	26.654,00	2.652,14	903,42	17.766,15	478,58	71.578,13	17,89(6)
Uva niagara produção	2.000	cx.	8.999,85	-	7.792,80	1.226,05	398,81	7.910,11	2.827,87(7)	29.155,49	14,58

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foi incluída operação animal, juros bancários e no café administração e despesas gerais.

(3) Somente do capital em máquinas, exceto para café que inclui benfeitorias específicas e cafezal.

(4) Cultura do abacaxi - semi-perene - tração animal (TA) e mecanizada (TM) na região de Bauru e mecanizada e manual (TMM) no Vale do Ribeira.

(5) Incluiu-se controle à ferrugem utilizando pulverizador acoplado a micro-tractor, usando 4kg de fungicida por vez, em 6 pulverizações por ano.

(6) Custo de formação por unidade de pé (1.000, 1.660, 200, 1.000 e 4.000 pés) conforme cada caso. Não foi incluído juros bancários e subsídios de 40% a fertilizantes.

(7) Inclui depreciação do pomar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 23. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Feijão, Tração Animal, 1 Hectare, Produção de 17 Sacos de 60kg, Estado do Paraná, 1975

Item	Mão-de-obra comum	Animal	Arado	Grade	Riscador	Plantadeira	Cultivador	Pulverizador	Total (Cr\$)
A-Operações									
	(Dia de serviço)								
Aração	2,50	2,50	2,50	-	-	-	-	-	
Gradação (2 x)	3,00	3,00	-	3,00	-	-	-	-	
Riscação	0,75	0,75	-	-	0,75	-	-	-	
Plantio	0,87	0,87	-	-	-	0,87	-	-	
Cultivo mecânico	1,37	1,37	-	-	-	-	1,37	-	
Aplicação de inseticidas	1,00	-	-	-	-	-	-	1,00	
Arranquio	5,00	-	-	-	-	-	-	-	
Amontoa	0,25	-	-	-	-	-	-	-	
Batedura	0,31	-	-	-	-	-	-	-	
Total de dias	15,05	8,49	2,50	3,00	0,75	0,87	1,37	1,00	
Custo diário (Cr\$)	23,10	3,99	0,64	1,84	0,67	4,13	0,67	2,28	
Despesas com operações	347,66	33,88	1,60	5,52	0,50	3,59	0,92	2,28	395,95
-27- B-Material consumido									
		Quantidade		Preço		Valor			
Sementes		60 kg		2,80/kg		168,00			
Inseticida folíol		2,2 l		46,70/l		102,74			
Fungicida Manzate		3,0 kg		15,20/kg		45,60			
Despesas com material consumido									316,34
Custo operacional efetivo (A+B)									712,29
Depreciação de máquinas									30,19
Juros bancários									11,55
Custo operacional total									754,03
Custo operacional por saco de 60kg									44,35

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA.

QUADRO 24. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Feijão, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 17 Sacos de 60kg, Estado do Paraná, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira	Pulverizador	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista						
A-Operação								
					(Dia: de serviço)			
Aração	-	0,37	0,37	0,37	-	-	-	
Gradeação (2 x)	-	0,37	0,37	-	0,37	-	-	
Manutenção de terraços	-	0,06	0,06	0,06	-	-	-	
Plantio	-	0,37	0,37	-	-	0,37	-	
Aplicação de inseticidas	-	0,56	0,56	-	-	-	0,56	
Arranquio	5,00	-	-	-	-	-	-	
Amontoa	0,25	-	-	-	-	-	-	
Batedura	0,31	-	-	-	-	-	-	
Total de dias	5,56	1,73	1,73	0,43	0,37	0,37	0,56	
Custo diário (Cr\$)	23,10	35,20	108,75	11,88	26,26	9,33	9,58	
Despesas com operações	128,44	60,90	188,14	5,11	9,72	3,45	5,36	401,12
B-Material consumido		Quantidade		Preço		Valor		
Sementes		60 kg		2,8/kg		168,00		
Inseticida		3 kg		46,70/kg		140,10		
Fungicida		2 kg		15,20/kg		30,40		
Despesas com material consumido								398,50
Custo operacional efetivo (A+B)								739,62
Depreciação de máquinas								92,18
Juros bancários								11,70
Custo operacional total								843,50
Custo operacional por saco de 60kg								49,62

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA.

QUADRO 25.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Milho, Tracção Animal, 1 Hectare, Produção de 50 Sacos de 60kg, Estado do Paraná, 1975/76

Item	Mão-de-obra comum	Animal	Arado	Grade	Semeadeira adubadeira	Cultivador riscador	Pulverizador polvilhadeira	Total (Cr\$)
A-Operação								
	(Dia de serviço)							
Aração	2,50	2,50	2,50	-	-	-	-	
Gradeação	1,25	1,25	-	1,25	-	-	-	
Enleiramento em nível	2,00	2,00	2,00	-	-	-	-	
Riscação	0,75	0,75	-	-	-	0,75	-	
Semeadura e adubação	1,00	1,00	-	-	1,00	-	-	
Adubação em cobertura	0,50	0,50	-	-	0,50	-	-	
Carpa mecânica	1,38	1,38	-	-	-	1,38	-	
Aplicação de inseticida	1,00	-	-	-	-	-	1,00	
Colheita e beneficiamento	<u>4,13</u>	-	-	-	-	-	-	
Total de dias	14,51	8,88	4,50	1,25	1,50	2,13	1,00	
Custo diário (Cr\$)	<u>23,10</u>	<u>3,99</u>	<u>0,64</u>	<u>1,84</u>	<u>4,13</u>	<u>0,67</u>	<u>2,28</u>	
Despesas com operação	335,18	35,43	2,88	2,30	6,20	1,43	2,28	385,70
B-Material consumido								
	Quantidade		Preço		Valor			
Semente	15 kg		2,00/kg		30,00			
Sulfato de amônio	200 kg		1,86/kg		372,00			
Superfosfato simples	316 kg		1,29/kg		407,64			
Cloreto de potássio	25 kg		1,62/kg		40,50			
Despesa com material								<u>522,08</u>
Custo operacional efetivo (A+B)								907,78
Depreciação com máquinas								33,24
Juros bancários								<u>125,02</u>
Custo operacional total								1.066,04
Custo operacional por saco de 60kg								21,32

(<sup>1</sup>) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA.

QUADRO 26. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Milho, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 50 Sacos de 60kg, Estado do Paraná, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira adubadeira	Cultivador trator	Cultivador planet	Antma1	Pulverizador polvilhadeira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista									
A-Operação	(Dia de serviço)										
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,19	0,19	-	0,19	-	-	-	-	-	-
Conservação de terraços	-	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-	-
Semeadura e adubação	-	0,20	0,20	-	-	0,20	-	-	-	-	-
Adubação em cobertura	0,20	-	-	-	-	0,20	-	-	0,20	-	-
Carpa mecânica	-	0,16	0,16	-	-	-	0,16	-	-	-	-
Carpa com animal	0,63	-	-	-	-	-	-	0,63	0,63	-	-
Aplicação de defensivos	0,08	-	-	-	-	-	-	-	-	0,08	-
Colheita e beneficiamento	<u>4,13</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de dias	5,04	0,99	0,99	0,44	0,19	0,40	0,16	0,63	0,83	0,08	-
Custo diário (Cr\$)	<u>23,10</u>	<u>35,20</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>9,33</u>	<u>17,41</u>	<u>0,67</u>	<u>3,99</u>	<u>2,28</u>	-
Despesas com operação	116,42	34,85	107,66	5,23	4,99	3,73	2,79	0,42	3,31	0,18	279,58
B-Material consumido	Quantidade										
Semente	15 kg										
Sulfato de amônio	200 kg										
Superfosfato simples	316 kg										
Cloreto de potássio	25 kg										
Despesas com material	Preço										
	Valor										
	2,00/kg										
	30,00										
	1,86/kg										
	372,00										
	223,20 (1)										
	1,29/kg										
	407,64										
	244,58 (1)										
	1,62/kg										
	40,50										
	24,30 (1)										
	<u>522,08</u>										
Custo operacional efetivo (A+B)	<u>801,66</u>										
Depreciação das máquinas	59,28										
Juros bancários	<u>118,83</u>										
Custo operacional total	<u>979,77</u>										
Custo operacional por saco de 60kg	19,60										

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA.

QUADRO 27. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura da Soja, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 30 Sacos de 60kg, Norte do Estado do Paraná, Safra 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Plantadeira adubadeira	Pulverizadora	Colhedora	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista								
A-Operação (Dia de serviço)										
Aração	-	0,21	0,21	0,21	-	-	-	-	-	-
Gradeação ( 2 x)	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	-	-
Aplicação de herbicida	-	0,10	0,10	-	-	-	0,10	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,10	0,10	-	-	0,10	-	-	-	-
Aplicação de defensivos	0,15	0,15	0,15	-	-	-	0,15	-	-	-
Colheita	-	0,10	0,10	-	-	-	-	0,10	-	-
Transporte interno	<u>0,08</u>	<u>0,08</u>	<u>0,08</u>	-	-	-	-	-	-	<u>0,08</u>
Total de dias	0,23	0,99	0,99	0,21	0,25	0,10	0,25	0,10	-	0,08
Custo diário (Cr\$)	<u>23,10</u>	<u>35,20</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>9,33</u>	<u>9,58</u>	<u>301,35</u>	<u>14,56</u>	
Despesas com operações	5,31	34,85	107,66	2,49	6,57	0,93	2,40	30,14	1,16	191,51
B-Material consumido										
		Quantidade		Preço		Valor				
Sementes		103 kg		3,30/kg		339,90				
Herbicida		2 l		55,00/l		110,00				
Defensivos:										
Fosforado		1,6 l		46,60/l		74,56				
Sistêmico		4 l		46,40/l		185,60				
Adubos 0-18-6		125 kg		1,85/kg		231,25		138,75 (1)		
Despesas com material consumido										<u>848,81</u>
Custo operacional efetivo (A+B)										1.040,32
Depreciação de máquinas										73,20
Juros bancários										<u>28,05</u>
Custo operacional total										1.141,57
Custo operacional por saco de 60kg										38,05

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná.

QUADRO 28.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Trigo, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 30 Sacos de 60kg, Estado do Paraná (Guarapuava, Irati, Lapa, Ponta Grossa), Safra 1975

Item	Mão-de-obra		Trator	Grade pesada	Grade	Semeadeira adubadeira	Pulveriza- dor	Distrib.de adubo	Colhedei- ra	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista									
A-Operação											
	(Dias de serviço)										
Gradeação pesada	-	0,18	0,18	0,18	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação niveladora (2 x)	-	0,18	0,18	-	0,18	-	-	-	-	-	-
Semeadura e adubação	-	0,08	0,08	-	-	0,08	-	-	-	-	-
Aplicação de herbicidas	-	0,06	0,06	-	-	-	0,06	-	-	-	-
Aplicação de inseticidas	0,06	0,06	0,06	-	-	-	0,06	-	-	-	-
Adubação em cobertura	-	0,06	0,06	-	-	-	-	0,06	-	-	-
Colheita	0,08	0,08	-	-	-	-	-	-	0,08	-	-
Transporte	0,08	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-	0,06	-
Total de dias	0,22	0,76	0,68	0,18	0,18	0,08	0,12	0,06	0,08	0,06	-
Custo diário (Cr\$)	23,10	35,20	108,75	65,12	26,26	42,50	9,58	20,00	342,55	14,56	-
Despesas com operação	5,08	26,75	73,95	11,72	4,73	3,40	5,10	1,20	27,40	0,87	60,20
Pulverização aérea <sup>(1)</sup>											23,33
Despesas com operações											183,53
B-Material consumido											
	Quantidade		Preço		Valor						
Sementes	120 kg		2,60/kg		312,00						
Herbicida (2,4 D)	1,3 l		55,00/l		71,50						
Sulfato de amônio	190 kg		1,86/kg		353,40		212,04 <sup>(2)</sup>				
Superfosfato simples	473 kg		1,29/kg		610,17		366,10 <sup>(2)</sup>				
Cloreto de potássio	100 kg		1,62/kg		162,00		97,20 <sup>(2)</sup>				
Inseticidas	4 l		46,40/l		185,60						
Formicidas	4 l		45,60/l		182,40						
Espalhante adesivo	0,2 l		19,00/l		3,80						
Despesas com material consumido											1.430,64
Custo operacional efetivo (A+B)											1.614,17
Depreciação de máquinas											65,54
Juros bancários											105,98
Custo operacional total											1.785,69
Custo operacional por saco de 60kg											59,52

<sup>(1)</sup> Por empreita a Cr\$ 23,33 por ha.

<sup>(2)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA.

QUADRO 29. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção, da Cultura do Trigo, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 30 Sacos de 60kg, Região Norte do Estado do Paraná, 1975

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Espalhadora de calcário	Plantadeira adubadeira	Pulverizador	Colhedeira	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista									
A-Operação	(Dia: de serviço)										
Aração	-	0,41	0,41	0,41	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2 x)	-	0,18	0,18	-	0,18	-	-	-	-	-	-
Aplicação de herbicida	0,08	0,08	0,08	-	-	0,08	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	0,11	0,11	0,11	-	-	-	0,11	-	-	-	-
Polvilhamento (2 x)	0,15	0,15	0,15	-	-	-	-	0,15	-	-	-
Colheita e beneficiamento	0,34	0,17	0,17	-	-	-	-	-	0,17	-	-
Transporte interno	0,35	0,35	0,35	-	-	-	-	-	-	0,35	-
Total de dias	1,03	1,45	1,45	0,41	0,18	0,08	0,11	0,15	0,17	0,35	-
Custo diário (Cr\$)	23,10	35,20	108,75	11,88	26,26	20,00	42,50	9,58	342,55	14,56	-
	23,79	51,04	157,69	4,87	4,73	1,60	4,68	1,44	58,23	5,10	313,17
Secagem e Limpeza <sup>(1)</sup>											42,00
Despesas com operações											355,17
B-Material consumido	Quantidade		Preço		Valor						
Sementes	125 kg		2,60/kg		325,00						
Adubo químico 3-30-10	210 kg		2,66/kg		558,60		335,16 <sup>(2)</sup>				
Herbicida 2,4 D	2 l		55,00/ l		110,00						
Inseticida Toxasan	2 l		14,80/ l		29,60						
Sacaria de reposição	10 sc.		6,55/sc.		65,50						
Calcário	2,6 t		180,00/ t		234,00 <sup>(3)</sup>						
Despesas com material											1.099,26
Custo operacional efetivo (A+B)											1.454,43
Depreciação de máquinas											112,31
Juros bancários											63,38
Custo operacional total											1.630,12
Custo operacional por saco de 60kg											54,34

<sup>(1)</sup> Por empreita a Cr\$ 1,40 por saco.

<sup>(2)</sup> Subsidiado em 40%.

<sup>(3)</sup> Incorporado em dois anos.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da OCEPAR/PR.

QUADRO 30.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Trigo, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 30 Sacos de 60kg, Região Centro-Sul do Estado do Paraná, 1975

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Espalhadora de calcário	Plantadeira adubadeira	Pulverizador	Colhedeira	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista									
A-Operação (Dia de serviço)											
Aração	0,10	0,30	0,30	0,30	-	-	-	-	-	-	
Gradeação (2 x)	-	0,22	0,22	-	0,22	-	-	-	-	-	
Calagem	-	0,10	0,10	-	-	0,10	-	-	-	-	
Plantio e adubação	0,13	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	
Adubação em cobertura	0,05	0,05	0,05	-	-	-	0,05	-	-	-	
Aplicação de herbicida	0,07	0,07	0,07	-	-	-	-	0,07	-	-	
Pulverização	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-	0,06	-	-	
Colheita e beneficiamento	0,26	0,13	-	-	-	-	-	-	0,13	-	
Transporte interno	<u>0,30</u>	<u>0,30</u>	<u>0,30</u>	-	-	-	-	-	-	<u>0,30</u>	
Total de dias	0,97	1,36	1,23	0,30	0,22	0,10	0,18	0,13	0,13	0,30	
Custo diário (Cr\$)	<u>23,10</u>	<u>35,20</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>20,00</u>	<u>42,50</u>	<u>9,58</u>	<u>342,55</u>	<u>14,56</u>	
	22,41	47,87	133,76	3,56	5,78	2,00	7,65	1,25	44,53	4,37	273,18
Secagem e limpeza <sup>(1)</sup>											42,00
Despesa com operações											315,18
B-Material consumido											
		Quantidade		Preço		Valor					
Sementes		104 kg		2,60/kg		270,40					
Adubação química 3-30-10		374 kg		2,66/kg	994,84	596,90 <sup>(2)</sup>					
Adubação química em cobertura		113 kg		1,86/kg	210,18	126,11 <sup>(2)</sup>					
Herbicidas 2,4D		2 l		55,00/l		110,00					
Calcário		2,6 t		180,00/t		234,00 <sup>(3)</sup>					
Sacaria de reposição		10 u.		6,55/u.		65,50					
Despesas com material											<u>1.402,91</u>
Custo operacional efetivo (A+B)											1.718,09
Depreciação de máquinas											97,68
Juros bancários											<u>118,29</u>
Custo operacional total											1.934,06
Custo operacional por saco de 60kg											<u>64,47</u>

<sup>(1)</sup> Por empreita a Cr\$ 1,40 por saco.

<sup>(2)</sup> Subsidiado em 40%.

<sup>(3)</sup> Incorporado em dois anos.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da OCEPAR/PR.

QUADRO 32. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura da Soja, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 30 sc.60kg, Estado de Santa Catarina, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira adubadeira	Pulverizador	Cultivador	Colhedeira	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista									
(Dia de serviço)											
A-Operação											
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,19	0,19	-	0,19	-	-	-	-	-	
Inoculação de semente	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Plantio e adubação	-	0,13	0,13	-	-	0,13	-	-	-	-	
Aplicação de defensivo	0,13	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	
Cultivo mecânico	-	0,13	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-	
Combate à saúva	0,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Colheita	0,10	0,10	-	-	-	-	-	-	0,10	-	
Transporte interno	0,07	0,07	0,07	-	-	-	-	-	-	0,07	
Total de dias	0,37	1,13	1,03	0,38	0,19	0,13	0,13	0,13	0,10	0,07	
Custo diário (Cr\$)	23,83	35,00	108,75	11,88	26,26	9,33	9,90	17,41	301,35	14,56	
	8,82	39,55	112,01	4,51	4,99	1,21	1,29	2,26	30,13	1,02	
Despesas com operações											205,79
B-Material consumido			Quantidade		Preço			Valor			
Semente			80 kg		2,80			224,00			
Inoculante			0,3 kg		20,00			6,00			
Aduos:											
Sulfato de amônio			40 kg		1,85	74,00		44,40 <sup>(1)</sup>			
Superfosfato simples			368 kg		1,15	423,20		253,92 <sup>(1)</sup>			
Cloreto de potássio			50 kg		1,53	76,50		45,90 <sup>(1)</sup>			
Inseticidas			6 l		19,00			114,00			
Formicidas			1 kg		4,35			4,35			
Despesas com material											692,57
Custo operacional efetivo (A+B)											898,36
Depreciação de máquinas											60,62
Juros bancários											58,60
Custo operacional total											1.017,58
Custo operacional por saco de 60kg											33,92

<sup>(1)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA.

QUADRO 33. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Trigo, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 21,5 sc.60 kg, Estado de Santa Catarina, 1975

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira adubadeira	Pulverizador	Colhedeira	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista								
A-Operação										
	(Dia de serviço)									
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,38	0,38	-	0,38	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,13	0,13	-	-	0,13	-	-	-	-
Aplicação de defensivos	0,26	0,26	0,26	-	-	-	0,26	-	-	-
Combate à saúva	0,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita	0,19	0,19	0,19	-	-	-	-	0,19	-	-
Transporte interno	0,09	0,09	0,09	-	-	-	-	-	0,09	-
Total de dias	0,60	1,43	1,43	0,38	0,38	0,13	0,26	0,19	0,09	-
Custo diário (Cr\$)	<u>23,83</u>	<u>35,00</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>9,33</u>	<u>9,90</u>	<u>301,35</u>	<u>14,56</u>	-
Despesas com operações	14,30	50,05	155,51	4,51	9,98	1,21	2,57	57,26	1,31	296,70
B-Material consumido										
			Quantidade		Preço		Valor			
Semente			115 kg		2,60/kg		299,00			
Adubo			250 kg		2,71/kg		677,50			
Defensivos:							406,50 <sup>(1)</sup>			
Inseticida líquido			0,5	1	14,80/1		7,40			
Inseticida pó			15	kg	19,10/kg		286,50			
Fungicida			5	kg	36,90/kg		184,50			
Formicida			0,8	kg	4,35/kg		3,48			
Despesas com material										1.187,38
Custo operacional efetivo (A+B)										1.484,08
Depreciação das máquinas										90,90
Juros bancários										71,40
Custo operacional total										1.646,38
Custo operacional por sacco de 60kg										76,58

<sup>(1)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA.

QUADRO 34. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Arroz Irrigado, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 70 sc.60kg, Estado do Rio Grande do Sul, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira adubadeira	Pulverizador	Pulverizador costal	Carreta	Trilha deira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista									
A-Operação (Dia de serviço)											
Aração	-	0,29	0,29	0,29	-	-	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,61	0,61	-	0,61	-	-	-	-	-	
Semeadeira adubadeira	-	0,14	0,14	-	-	0,14	-	-	-	-	
Drenagem	0,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aguação	0,57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aplicação de herbicida	-	0,14	0,14	-	-	-	0,14	-	-	-	
Pulverização	0,14	-	-	-	-	-	-	0,14	-	-	
Corte e emedação	15,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transporte interno	0,14	0,14	0,14	-	-	-	-	-	0,14	-	
Trilhação	<u>0,57</u>	-	<u>0,28</u>	-	-	-	-	-	-	<u>0,28</u>	
Total de dias	16,64	1,32	1,60	0,29	0,61	0,14	0,14	0,14	0,14	0,28	
Custo diário (Cr\$)	<u>25,00</u>	<u>30,00</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>42,50</u>	<u>9,90</u>	<u>21,84</u>	<u>14,56</u>	<u>62,23</u>	
Despesas com operação	416,00	39,60	174,00	3,45	16,02	5,95	1,39	3,06	2,04	17,42	678,93
B-Material consumido											
		Quantidade			Preço			Valor			
Semente		129,31 kg			3,90			504,31			
Adubo		229,89 kg			2,71		623,00	373,80 <sup>(1)</sup>			
Sulfato de amônio		57,47 kg			1,85		106,32	63,79 <sup>(1)</sup>			
Herbicida		1,15 l			55,00			63,25			
Defensivos		2,75 l			46,70			128,43			
Despesas com material											<u>1.133,58</u>
Custo operacional efetivo (A+B)											1.812,51
Depreciação de máquinas											99,11
Juros bancários											<u>130,77</u>
Custo operacional total											2.042,39
Custo operacional por saco de 60 kg											29,18

<sup>(1)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos do IRGA.

QUADRO 35. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura de Soja, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 30 sc.60kg, Estado do Rio Grande do Sul, 1975/76

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Espalh. calcário	Plant. adub.	Cultiva dor	Pulv. polv.	Colhedei ra	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista										
A-Operação												
	(Dia de serviço)											
Locação e constr.terraços	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aração (1 x)	-	0,25	0,25	0,25	-	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2 x)	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,01	0,01	-	-	0,01	-	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,08	0,08	-	-	-	0,08	-	-	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,08	0,08	-	-	-	-	0,08	-	-	-	-
Combate a pragas e moléstias	0,05	0,05	0,05	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
Colheita	0,16	0,16	-	-	-	-	-	-	-	0,16	-	-
Transporte interno	<u>0,07</u>	<u>0,07</u>	<u>0,07</u>	-	-	-	-	-	-	-	<u>0,07</u>	-
Total de dias	0,31	0,95	0,79	0,25	0,25	0,01	0,08	0,08	0,05	0,16	0,07	-
Custo diário (Cr\$)	<u>25,00</u>	<u>30,00</u>	<u>108,75</u>	<u>11,88</u>	<u>26,26</u>	<u>20,00</u>	<u>42,50</u>	<u>17,41</u>	<u>9,90</u>	<u>301,35</u>	<u>14,56</u>	-
Despesas com operações	7,75	28,50	85,91	2,97	6,57	0,20	3,40	1,39	0,50	48,22	1,02	186,43
B-Material consumidor												
	Quantidade			Preço			Valor					
Semente	77 kg			2,80/kg			215,60					
Adubo	200 kg			1,85/kg			370,00			222,00 (1)		
Calcário	488 kg			0,20/kg						97,60		
Herbicida 2,4D	0,30 l			55,00/l						16,50		
Defensivos	2,50 l			46,60/l						116,50		
Despesas com material										<u>668,20</u>		
Custo operacional efetivo (A+B)										854,63		
Depreciação das máquinas										75,84		
Juros bancários										<u>54,75</u>		
Custo operacional total										985,22		
Custo operacional por saco de 60kg										32,84		

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da FEQOTRIGO.

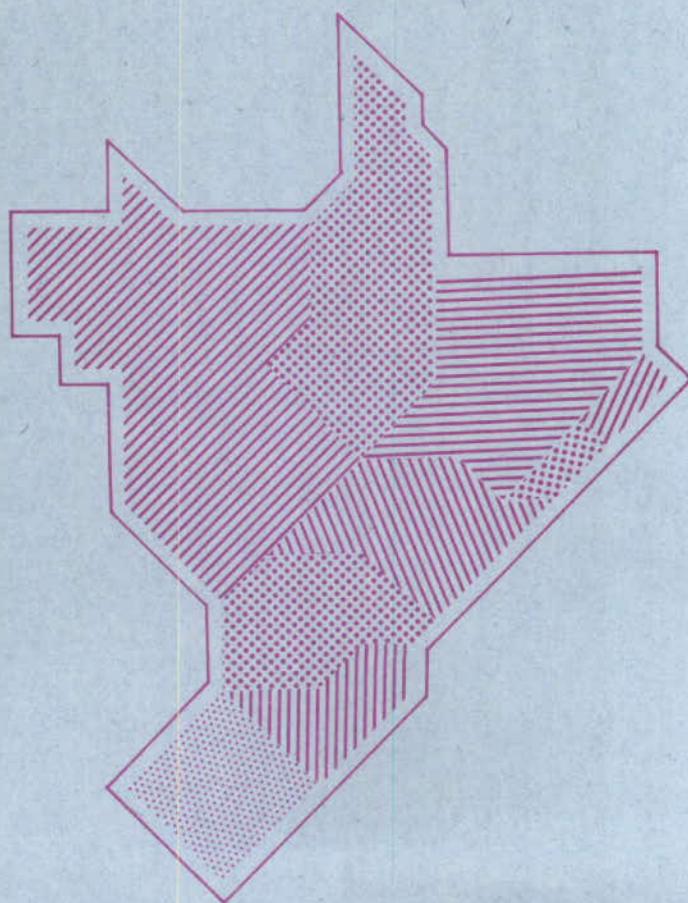
QUADRO 36. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Média de Fatores de Produção da Cultura do Trigo, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 28 sc.60kg, Estado do Rio Grande do Sul, 1975

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Espar. de calcário	Plantadeira adubadeira	Pulv. polv.	Colhedeira	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista									
A-Operação											
(Dia de serviço)											
Locação e construção de terraço	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aração (1 x)	-	0,25	0,25	0,25	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2 x)	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,01	0,01	-	-	0,01	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,08	0,08	-	-	-	0,08	-	-	-	-
Combate a pragas e moléstias	0,02	0,02	0,02	-	-	-	-	0,02	-	-	-
Colheita	0,16	0,16	-	-	-	-	-	-	0,16	-	-
Transporte interno	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-	0,06	-
Total de dias	0,27	0,83	0,67	0,25	0,25	0,01	0,08	0,02	0,16	0,06	-
Custo diário (Cr\$)	25,00	30,00	108,75	11,88	26,26	20,00	42,50	9,90	301,35	14,56	-
Despesas com operação	6,75	24,90	72,86	2,97	6,57	0,20	3,40	0,20	48,22	0,87	166,94
B-Material consumido											
			Quantidade		Preço		Valor				
Sementes			100 kg		2,60/kg		260,00				
Adubo			260 kg		2,66/kg	691,60	414,96 <sup>(1)</sup>				
Calcário			162 kg		0,20/kg		32,40				
Defensivo			1 l		14,80/l		14,80				
Despesas com material											722,16
Custo operacional efetivo (A+B)											889,10
Depreciação das máquinas											69,54
Juros bancários											67,34
Custo operacional total											1.025,98
Custo operacional por sacco de 60kg											36,34

<sup>(1)</sup> Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da FECOTRIGO.

# PROGNÓSTICO | REGIÃO CENTRO-SUL 75|76



## 2. mercados de fatores

## 2 - MERCADOS DE FATORES

### - Fertilizantes

#### - Panorama internacional

Na recente Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela FAO, foi reconhecido o papel vital dos fertilizantes no acréscimo da produção de alimentos de modo a assegurar que acréscimos contínuos de produção só se efetivariam mediante uma política de abastecimento regular de fertilizantes e de outros insumos estratégicos nos atuais sistemas de tecnologia agrícola.

Pelas estimativas de consumo e produção mundial (quadro 37) verifica-se que, em 1974, ano em que os preços de fertilizantes alcançaram os níveis mais altos, houve um razoável equilíbrio entre oferta e procura. Dessa forma, a alta de preços verificada esteve provavelmente muito relacionada com manobras especulativas, bem como com o custo de transporte. Com efeito observa-se uma tendência generalizada ao uso de fertilizantes concentrados para minimizar os custos de transporte e de aplicação do insumo.

Ao analisar a evolução dos preços pagos pelo agricultor norte-americano, no período 1967-74, verifica-se que os mesmos apresentaram tendência a decréscimo, até 1969, para os fosfatados <sup>(1)</sup> e potássicos, e até 1970 para os nitrogenados <sup>(2)</sup>. A partir de então, verificou-se uma elevação nos preços que, somente em 1973, para os fosfatados e potássicos, e em 1974, para os nitrogenados, levou-os a ultrapassar os índices de 1967 (quadro 38).

No período de 1967-74 o preço dos nitrogenados cresceu 61,9%, dos fosfatados 78,4% e dos potássicos 39,0%. É de se notar, contudo que, no último ano da série, o maior acréscimo verificou-se para os nitrogenados (108,9%) enquanto os fosfatados cresceram 71,4% e os potássicos 32,2%. Considerando os índices de preços mais baixos da série e comparando-os aos de 1974, verifica-se que os nitrogenados cresceram 144,0% no período 1970-74 e os fosfatados e potássicos tiveram crescimentos de 102,7% e 70,1%, respectivamente, no período 1969-74.

<sup>(1)</sup> Representados pelo superfosfato concentrado.

<sup>(2)</sup> Representados pela amônia anidra.

QUADRO 37. - Estimativa da Produção e Consumo Mundial de Fertilizante, em Termos de Nutrientes, 1974  
(1.000t)

Região	Nitrogênio (N)		Fósforo ( $P_2O_5$ )		Potássio ( $K_2O$ )	
	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo
Desenvolvida <sup>(1)</sup>	36.060	28.539	22.451	20.286	21.364	17.314
Em desenvolvimento <sup>(2)</sup>	5.073	7.429	2.437	3.488	335	1.848
Outras <sup>(3)</sup>	1.359	4.621	1.286	1.332	100	226
<b>Total</b>	<b>42.492</b>	<b>40.589</b>	<b>26.174</b>	<b>25.106</b>	<b>21.799</b>	<b>19.388</b>

<sup>(1)</sup> América do Norte, Europa Ocidental, Europa Oriental, URSS, Japão, Israel, África do Sul e Oceania.

<sup>(2)</sup> América Latina, África em desenvolvimento, e Ásia em desenvolvimento.

<sup>(3)</sup> República Popular da China, Formosa, Vietnã do Norte, Coreia do Norte e Mongólia.

Fonte: United States Senate, Committee on Agriculture and Forestry, "US and World Fertilizer Outlook, 1974".

QUADRO 38. - Preço Médio de Fertilizantes Pago pelo Agricultor Norte-Americano, 1967-74  
(US\$/tonelada)

Ano	Amônia anidra		Superfosfato concentrado		Potássio	
	Preço	Índice	Preço	Índice	Preço	Índice
1967	113,00	100,0	84,10	100,0	58,50	100,0
1968	91,40	80,9	78,40	93,2	49,10	83,9
1969	75,60	66,9	74,00	88,0	47,80	81,7
1970	75,00	66,4	75,10	89,3	50,90	87,0
1971	79,30	70,2	76,60	91,1	58,20	99,5
1972	80,00	70,8	78,00	92,7	58,80	100,5
1973	87,60	77,5	87,50	104,0	61,50	105,1
1974	183,00	161,9	150,00	178,4	81,30	139,0

Fonte: U.S. Department of Agriculture, "Agriculture Handbook 477", outubro de 1974.

Para 1975, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos estimou que a oferta no mercado interno norte-americano seria acrescida de 14% para os fosfatados, 6% para os nitrogenados e 5% para os potássicos. O menor aumento para os potássicos deve-se a suficiente disponibilidade desse nutriente no ano anterior e a relativa facilidade com que se processam ajustamentos na sua produção. Já para os nitrogenados, tal fato está ligado às dificuldades da indústria em levar a cabo este ajustamento a curto prazo. Dessa forma, esperar-se-ia que os preços dos fosfatados e potássicos se mantivessem estáveis ou com ligeira tendência de baixa, enquanto que os nitrogenados poderiam apresentar ligeira alta no mercado doméstico daquele País.

É pouco provável que, em média, o ano de 1975 apresente preços superiores aos de 1974. A tendência atual do mercado externo é de baixa em virtude dos volumosos estoques nas regiões produtoras e da recessão econômica mundial que marcou o ano de 1974, com reflexos, embora atenuados, em 1975.

#### - Situação interna

Exceção feita a 1974, o consumo aparente de fertilizantes vem experimentando taxas elevadas de crescimento (quadro 39). Os dados estatísticos usados para avaliar esse ritmo de crescimento contêm correções ainda que aproximadas, relativas à transferência de estoques nos anos de 1972 e 1974.

O quadro 39 indica, em 1974, uma redução de 10,2% no consumo nacional de fertilizantes, relativamente a 1973. As causas do arrefecimento no consumo teriam sido, essencialmente, determinadas pelos altos níveis de preços alcançados até o terceiro trimestre de 1974. Tal conjuntura resultou num acréscimo do dispêndio com importações de fertilizantes, em 1974, da ordem de 155,7% enquanto seu volume crescia apenas em 5,5%.

Relativamente aos nutrientes, o maior crescimento no dispêndio com importações foi verificado para os nitrogenados (253,3%), para um aumento de apenas 14,8% no volume importado. Os fosfatados experimentam decréscimo no volume importado (-8,0%) enquanto que os gastos cresceram 143,6%. Já os potássicos tiveram crescimento mais moderado, com sua importação crescendo 13,5% em volume e 92,7% em valor (quadro 40). Esses percentuais evidenciam que as maiores altas de preço no mercado internacional foram verificadas para os nitrogenados e as menores para os potássicos, confirmando assim as previsões do Prognóstico 1974/75.

Embora a produção nacional tenha alcançado, em 1974, o seu maior índice de participação no consumo aparente (32,4%) o valor das importações de fertilizantes também atingiu, naquele ano, o seu nível máximo (US\$ 519 milhões), representando essa cifra mais de 10% do deficit da nossa balança comercial e cerca de 4% do valor total das importações. Face a essa conjuntura desfavorável, relacionada com a balança comercial, e a grande dependência do Brasil dos seus tradicionais fornecedores, quer seja de matéria-prima ou do produto acabado, é que o Governo Federal vem, há muitos anos, se preocupando com o fortalecimento da oferta doméstica de fertilizantes. Inicialmente, a meta até meados de 1974 fora bem modesta, com investimentos previstos de US\$ 260 milhões, visando a incrementar a produção nacional em 200 mil toneladas de N e 480 mil toneladas de  $P_2O_5$ . Com essa produção adicional, o

QUADRO 39. - Consumo Nacional de Fertilizantes em Termos de Nutrientes, 1969-75  
(tonelada)

Ano	N	P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	K <sub>2</sub> O	Total	Variação (%)
1969	165.332	265.761	195.657	626.750	+ 4,0
1970	275.936	395.938	306.693	978.567	+ 56,1
1971	291.975	486.127	347.902	1.126.004	+ 12,7
1972 <sup>(1)</sup>	363.082	721.824	361.636	1.446.542	+ 28,5
1973	407.704	948.011	623.431	1.979.146	+ 36,8
1974 <sup>(1)</sup>	335.774	902.504	538.304	1.776.582	- 10,2
1975 <sup>(2)</sup>	378.000	1.016.000	606.000	2.000.000	+ 12,6

<sup>(1)</sup> Foram transferidas para o consumo de 1973 e 1975, 300 mil toneladas estocadas em 1972 e 200 mil toneladas em 1974, respectivamente.

<sup>(2)</sup> Previsões.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Colas do Estado de São Paulo e Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

QUADRO 14. - Valor e Quantidade da Importação de Fertilizantes, Brasil, 1973-74

Produto	1973		1974	
	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)
Nitrogenados	39.478	231.764	139.491	266.019
Fosfatados	126.750	471.751	308.726	434.316
Potássicos	36.841	528.532	70.989	599.962
Total	203.069	1.232.047	519.206	1.300.297

Fonte: <sup>(1)</sup> Foram transferidas para o consumo de 1973 e 1975, 300 mil toneladas estocadas pela indústria em 1972 e 200 mil toneladas em 1974, respectivamente.

País ainda chegaria, em 1980, com deficit substancial, estimado pelo Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário em 1.044 mil toneladas de N, 819 mil toneladas de  $P_2O_5$  e um milhão de toneladas de  $K_2O$ . O plano atual, porém, é muito mais ambicioso e preve aplicação de US\$ 1,3 bilhão, esperando-se chegar, em 1980, com os resultados constantes do quadro 41, que indicam excedentes de 36 mil toneladas de N e 311 mil toneladas de  $P_2O_5$ , assim como completa auto-suficiência na produção de  $K_2O$ .

A consecução desse Programa está condicionada a algumas realizações, de resultados ainda imprevisíveis: pesquisa de gás natural na Região Nordeste; viabilidade de aproveitamento do gás boliviano; pesquisa do aproveitamento de gás a partir do xisto de Irã; e conhecimento mais profundo das reservas existentes de fosfatados e potássicos, entre outras.

Para proteger a indústria nacional, o Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda estabelece, periodicamente, dependendo das necessidades dessa proteção, o contingenciamento regionalizado, o qual leva em consideração os níveis de consumo e produção nacional. Desses dois parâmetros básicos, resulta a fixação dos percentuais de nitrogenados e fosfatados, expressos em teor de N e  $P_2O_5$  de produto nacional, a serem adquiridos para fazer jus à compra de volume proporcional no exterior, sem a incidência do imposto de importação. Atualmente esses percentuais para a região Centro-Sul são de 110% para os nitrogenados e 60% para os fosfatados. Significando que para o importador fazer jus à compra no exterior de 1 tonelada expressa em teor de N com isenções do imposto de importação, há necessidade de adquirir 1,1 tonelada de N de produção nacional. Da mesma forma, para importar 1 tonelada de  $P_2O_5$  com isenção da alíquota "ad valorem", o importador tem que comprovar a compra de 0,6 tonelada de  $P_2O_5$  de produção interna.

Na região nordeste o sistema de contingenciamento é aplicado apenas para os fertilizantes nitrogenados na proporção de 110%. E, na região norte, o sistema de contingenciamento não é aplicado para nenhum dos nutrientes. Nesse sistema, o potássio ainda não é considerado em virtude de inexistência da produção doméstica desse nutriente. Todavia, é provável que assim que se inicie a produção doméstica de adubos potássicos, tal sistema se ja estendido aos mesmos.

Por outro lado, para garantir uma demanda crescente desse insumo, o Governo Federal vem adotando esquema de créditos subsidiados ao agricultor, desde 1966. Em um primeiro período desse esquema (1966-69), os encargos bancários incidentes sobre os empréstimos eram totalmente subsidiados. No segundo período, que vigorou de 1970 até meados de 1974, adotou-se uma política de subsídio parcial desses encargos, porém, estendendo-se o sistema a outros insumos modernos (defensivos agrícolas, sementes melhoradas, calcário, etc).

De julho a dezembro de 1974, face a expressiva alta nos preços, o Governo Federal restabeleceu, para fertilizantes, o subsídio integral dos encargos bancários. Entretanto, mesmo com essa medida, a procura não reagiu significativamente aos níveis da oferta existente. Esse fato levou o Governo a adotar nova medida objetivando fortalecer a procura por fertilizantes, estabelecendo, em abril último, com efeito retroativo até janeiro de 1975, um sistema de subsídio de 40% no faturamento, voltando, contudo, a incidir sobre os financiamentos, encargos bancários: 15% ao ano. Esse é o sistema até então em vigor.

Ainda, objetivando proteger o agricultor, o Governo Federal instituiu a Lei nº

QUADRO 41. - Balanço da Situação em 1980, Após a Implantação do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário (1.000t)

Especificação	N	P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	K <sub>2</sub> O	NPk
Deficit em 1980, anteriormente previsto	1.044	819	1.000	2.853
Capacidade adicional, após aplicação do Programa	1.080	1.130	1.000	3.210
De implantação imediata	540	330	1.000	1.870
De implantação condicional	540	800	-	1.340
Balanço	+36	+311	-	+347

Fonte: Programa Nacional de Fertilizantes.

QUADRO 16. - Evolução das Relações entre os Nutrientes Básicos (N, P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>, K<sub>2</sub>O) na Formação do Consumo Brasileiro de Fertilizantes, 1969-74

Ano	N	P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	K <sub>2</sub> O
1969	1,00	1,61	1,18
1970	1,00	1,43	1,11
1971	1,00	1,66	1,19
1972	1,00	1,99	0,99
1973	1,00	2,32	1,53
1974	1,00	2,69	1,60

Fonte: Quadro 13.

6.138, sobre inspeção e fiscalização do comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes destinados a agricultura. Nessa nova lei, além das garantias terem sido aprimoradas, as penalidades agora impostas às firmas vendedoras são bem mais rigorosas, com sistema de multa baseado em proporções do maior salário mínimo vigente no País, podendo ir, de acordo com a infração, até a cassação do registro da firma. O Decreto nº 75.583, que regulamenta a Lei nº 6.138, entrou em vigor em 10/07/75 e o Conselho Interministerial de Preços (CIP) passará a controlar os preços internos de fertilizantes.

Nos dois últimos anos e no primeiro semestre de 1975, o maior acréscimo nos preços, em termos médios, foi verificado para os nitrogenados, seguidos de perto pelos fosfatados e, em menor escala, pelos potássicos. A análise da relação de consumo entre os nutrientes básicos (N:P:K) revela que, nesses dois últimos anos (de preços altos) os maiores ganhos relativos foram obtidos, pela ordem, pelos potássicos e fosfatados, verificando-se perda de participação para os nitrogenados (quadro 42). A relação do consumo, que era de 1,00:1,99:0,99, em 1972, evoluiu para 1,00:2,32:1,53, em 1973, e para 1,00:2,69:1,60 em 1974. Tais mudanças evidenciam que a relação de consumo dos nutrientes é também fortemente influenciada pelos níveis de preços.

Do consumo nacional aparente, a Região Centro-Sul vem respondendo nesses últimos anos por cerca de 92%, ficando os 8% restantes na Região Nordeste.

#### - São Paulo

O consumo aparente no Estado de São Paulo, a exemplo do que vem ocorrendo no Brasil, tem apresentado expressivo crescimento nesses últimos anos, exceção feita a 1974, ano em que, o consumo caiu de 10,2% (102,0 kg/ha contra 113,6 kg/ha em 1973); considerando a área total cultivada. Entretanto, teria ocorrido um aumento de 4,4%, quando se considera a área cultivada mais pastagem formada. Em 1975, face a um comportamento mais regular dos preços de fertilizantes, aliado ao esforço do Governo em diminuir a relação de preços insumo-produto, espera-se que o consumo por unidade de área volte a registrar valor semelhante ao de 1973 (quadro 43).

A concretização desse índice de consumo em 1975 está ainda na dependência do fluxo de distribuição dos fertilizantes e, eventualmente, poderá ser dificultada pelo atraso no plantio. Tal atraso poderá exigir que o escoamento dos fertilizantes se dê em período bem mais curto que o normalmente observado, causando com isso um excesso de demanda por transporte.

Referida ao índice real, a evolução dos preços no período 1967-75 apresentou tendência decrescente até 1972, sendo bem mais acentuada em 1970, quando o índice médio chegou ao ponto mínimo. Em 1971, já se verificou uma tendência de alta que se acentuou em 1972 e 1973, alcançando, em 1974, o seu nível máximo (quadro 44).

Em 1975, embora com dados ainda preliminares, nota-se uma certa estabilidade nos preços ou mesmo tendência decrescente, dependendo de como se proceda a análise.

A análise de preços em períodos mais recentes deve contemplar várias situações. A primeira, de uma simples evolução nos preços sem interferência governamental. Nesse caso,

ter-se-ia verificado uma evolução nos preços correntes de 17,7%, passando de Cr\$14.319,00/10t, em 1974, para Cr\$ 16.848,00 nos primeiros oito meses de 1975; o preço real apresentaria decréscimo de 3,3%. Numa segunda situação, em que se consideram as compras realizadas com recursos próprios, o benefício do subsídio seria total (40%) e o preço médio corrente cairia, de 1974 para o primeiro semestre de 1975, de Cr\$ 16.848,00/10t para Cr\$10.109,00. Isto representa um decréscimo no preço corrente de 29,4% e no real de 42,0%.

Entretanto, como a grande maioria das operações se realiza via crédito, a estimativa que mais se aproxima da realidade deve levar em consideração os resultados dessa política. Assim, o ano de 1974 é dividido, para efeito dessa análise, em dois períodos: primeiro semestre, quando a incidência de encargos bancários, através do programa "FUNDAG" era de 7% ao ano, e o segundo semestre, quando se verificou a isenção total destes encargos. O preço médio para esse ano seria então de Cr\$ 14.750,00/10t. Já nos primeiros 8 meses de 1975, com a volta dos encargos bancários de 15% ao ano e o subsídio de 40%, o preço médio pago pelo agricultor se situa em torno de Cr\$ 12.636,00/10t. Isto representa um decréscimo, nesse período de 1975, relativamente à média de 1974, de 14,3% no preço corrente e de 29,5% no preço real (quadro 45).

Os possíveis resultados dessa política são evidenciados no quadro 46. Nele verifica-se que, em 1974, as relações de preços produto-fertilizante foram bastante desfavoráveis ao agricultor, chegando-se às quantidades máximas de produto necessárias para adquirir uma tonelada de fertilizantes. Os dados preliminares em 1975 mostram, em geral, uma inversão dessa relação, desta feita favorável ao agricultor. Considerando-se o subsídio e a compra efetuada com recursos próprios, ter-se-ia a relação insumo-produto modificada, no arroz, do índice 170 em 1974 para 80 em 1975; no milho de 155 para 76, no café de 100 para 50, na soja de 140 para 80 e no algodão de 117 para 80.

No procedimento mais provável, que é o da compra a crédito, esse índice cairia de 170 para 100 no arroz, de 155 para 93 no milho, de 140 para 100 na soja e de 117 para 100 no algodão (base 1967=100).

As compras de fertilizantes via crédito beneficiam o agricultor duplamente, pelo subsídio direto ao valor financiado (25% aproximadamente) e pela possibilidade de emprego alternativo dos recursos próprios. Após as geadas de julho, as quantidades de fertilizantes a serem aplicadas na cultura do café deverão contrair-se, esperando-se, no entanto, que as culturas intercalares e de substituição poderão provocar dois efeitos: um compensatório, contribuindo para a manutenção de elevados níveis de consumo; outro, de mudança na composição das fórmulas mais procuradas.

QUADRO 43. - Evolução do Consumo por Hectare de Fertilizantes ( $N+P_2O_5+K_2O$ ) no Estado de São Paulo, 1969-75

Ano	Em relação à área cultivada <sup>(1)</sup> (kg/ha)	Índice (1969=100)	Em relação à área cultivada mais área de pastagem artificial (kg/ha)	Índice (1969=100)
1969	51,9	100	24,7	100
1970	69,1	133	30,7	124
1971	81,2	156	36,7	148
1972	93,6	180	39,8	161
1973	113,6	219	47,9	194
1974 <sup>(2)</sup>	102,0	196	50,0	202
1975 <sup>(2)</sup>	114,0	220	49,4	200

<sup>(1)</sup> Área cultivada inclui culturas anuais, culturas perenes e terras em descanso.

<sup>(2)</sup> Previsão.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 44. - Evolução dos Preços<sup>(1)</sup> de Fertilizantes, Estado de São Paulo, 1967-75  
(Preços médios ponderados em Cr\$/10t)

Ano	Preço corrente	Preço real <sup>(2)</sup>	Índice: (1967 = 100)	
			Corrente	Real
1967	1.834,00	1.433,00	100,0	100,0
1968	2.228,00	1.401,00	121,5	97,8
1969	2.603,00	1.356,00	141,9	94,6
1970	2.846,00	1.237,00	155,2	86,3
1971	3.552,00	1.282,00	193,7	89,5
1972	4.419,00	1.364,00	240,9	95,2
1973	5.472,00	1.539,00	298,4	107,4
1974	14.319,00	2.983,00	780,8	208,2
1975 <sup>(3)</sup>	10.109,00	1.731,00	551,2	120,8

<sup>(1)</sup> Preço à vista posto em São Paulo.

<sup>(2)</sup> Corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>(3)</sup> Média do período janeiro - agosto. Considerando um subsídio de 40% nos preços a vista. Sem subsídio o preço corrente seria de Cr\$ 16.848,00/10t e o real de Cr\$ 2.885,00/10t e os índices evoluíram para 918,6 e 201,3 respectivamente, corrente e real.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 45. - Preços de Fertilizantes Relacionado com Políticas Governamentais, 1974-75  
(Preços médios ponderados em Cr\$/10t)

Ano	Com recursos próprios				Operações a crédito	
	Preço corrente		Preço real		Preço corrente	Preço real
	S/subsídio	C/subsídio <sup>(2)</sup>	S/subsídio	C/subsídio <sup>(2)</sup>		
1974	14.319	14.319	2.983	2.983	14.750 <sup>(3)</sup>	3.070 <sup>(3)</sup>
1975 <sup>(1)</sup>	16.848	10.109	2.885	1.731	12.636 <sup>(4)</sup>	2.164 <sup>(4)</sup>

<sup>(1)</sup> Média de janeiro a agosto.

<sup>(2)</sup> Subsídio no preço de 40% em 1975.

<sup>(3)</sup> Considerando-se juros de 7% ao ano a cargo do agricultor no primeiro semestre de 1974 e de zero % no segundo semestre.

<sup>(4)</sup> Considerando-se encargos bancários de 15% sobre o preço corrente e o subsídio de 40% no preço.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 46. - Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir uma Tonelada de Fertilizantes <sup>(1)</sup>, Estado de São Paulo, 1967-75

Ano	Arroz em casca (60kg)		Milho (60kg)		Cafê beneficiado (60kg)		Soja (60kg)		Algodão em caroço (15kg)	
	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice	Nº de unidades	Índice
1967	10	100	29	100	4	100	15	100	35	100
1968	10	100	36	124	4	100	13	87	32	91
1969	11	110	24	83	2	50	13	87	32	91
1970	13	130	25	86	2	50	11	73	30	86
1971	8	80	25	86	3	75	11	73	25	71
1972	9	90	26	90	2	50	12	80	26	74
1973	10	100	20	69	2	50	9	60	23	66
1974	17	170	45	155	4	100	21	140	41	117
1975 <sup>(2)</sup> <sup>(3)</sup>	8	80	22	76	2	50	12	80	28	80
1975 <sup>(4)</sup>	10	100	27	93	2	50	15	100	35	100

<sup>(1)</sup> Preço médio ponderado.

<sup>(2)</sup> Média dos preços de produtos agrícolas de jan./ago.

<sup>(3)</sup> Considerando um subsídio de 40% nos preços de fertilizantes.

<sup>(4)</sup> Considerando-se encargo bancário de 15% sobre o preço corrente e o subsídio de 40% no preço de fertilizantes.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Minas Gerais

Nos últimos anos o consumo aparente tem apresentado taxas expressivas de crescimento, resultado da intensificação de uso, bem como do aumento de área cultivada.

Contribuíram para esse crescimento, a relação favorável de preços insumo/produto e as campanhas de promoção de uso por entidades governamentais e privadas, destacando-se o programa FAO-ANDA-ABCAR.

Com a expansão da fronteira agrícola mineira e tendo-se em vista a predominância de solos de cerrado, que possui em deficiência química, o consumo de fertilizantes naquele Estado deverá continuar aumentando rapidamente.

Os preços correntes, no primeiro semestre de 1975, comparados com igual período de 1974 apresentaram crescimento para todos os tipos de fertilizantes (quadros 47 a 50).

Note-se, contudo, que esses preços não levam em consideração o programa de subsídio ora em vigor, bem como os possíveis descontos que a indústria vem oferecendo, quer por antecipação de compra ou por grandes volumes adquiridos.

A demanda por fertilizantes, este ano, deverá ser maior que a verificada em 1974/75, considerando-se principalmente, que no ano passado, houve uma defasagem no suprimento entre o disponível para venda e a época de uso. Deve-se também acrescentar o fato de o consumo de fertilizantes químicos, em Minas Gerais, ser limitado a algumas regiões e a determinadas culturas. No entanto, as perspectivas são animadoras, principalmente no momento em que o Governo está atuando fortemente a curto prazo neste setor.

QUADRO 47. - Preços Médios de Fosfato de Araxá Pagos Pelos Agricultores, Estado de Minas Gerais, Janeiro de 1974 a Agosto de 1975  
(Cr\$/t)

Mês	1974	1975
Jan.	226,25	392,42
Fev.	258,44	376,38
Mar.	294,28	359,20
Abr.	351,54	370,75
Mai.	314,26	385,19
Jun.	376,56	387,00
Jul.	339,96	390,00
Ago.	305,42	392,00
Set.	344,75	...
Out.	369,31	...
Nov.	402,00	...
Dez.	365,37	...
Média anual	329,01	-

Fonte: EPAMIG.

QUADRO 48. - Preços Médios de Cloreto de Potássio Pagos Pelos Agricultores, Estado de Minas Gerais, Janeiro de 1974 a Agosto de 1975  
(Cr\$/t)

Mês	1974	1975
Jan.	692,31	1.478,60
Fev.	777,35	1.507,19
Mar.	974,04	1.526,26
Abr.	1.014,86	1.495,05
Mai.	1.162,07	1.515,21
Jun.	1.305,50	1.519,00
Jul.	1.455,65	1.563,00
Ago.	1.542,82	1.582,00
Set.	1.529,34	...
Out.	1.505,38	...
Nov.	1.566,23	...
Dez.	1.510,91	...
Média anual	1.252,87	-

Fonte: EPAMIG.

QUADRO 49. - Preços Médios de Sulfato de Amônia Pagos Pelos Agricultores, Estado de Minas Gerais, Janeiro de 1974 a Agosto de 1975  
(Cr\$/t)

Mês	1974	1975
Jan.	681,77	1.900,28
Fev.	947,64	1.999,47
Mar.	1.555,92	1.999,48
Abr.	1.172,17	1.995,64
Mai.	1.341,33	1.976,03
Jun.	1.545,73	1.921,00
Jul.	1.704,56	1.923,00
Ago.	1.756,40	1.873,00
Set.	1.837,02	...
Out.	1.936,96	...
Nov.	1.966,34	...
Dez.	2.274,20	...
Média anual	1.526,67	-

Fonte: EPAMIG.

QUADRO 50. - Preços Médios de Superfosfato Simples Pagos pelos Agricultores, Estado de Minas Gerais, Janeiro de 1974 a Agosto de 1975

(Cr\$/t)

Mês	1974	1975
Jan.	511,74	1.304,90
Fev.	670,00	1.321,88
Mar.	871,01	1.327,49
Abr.	939,65	1.332,70
Mai.	1.033,24	1.256,48
Jun.	1.163,67	1.323,00
Jul.	1.259,66	1.360,00
Ago.	1.401,13	1.347,00
Set.	1.304,79	-
Out.	1.353,31	-
Nov.	1.376,18	-
Dez.	1.346,96	-
Média anual	1.102,61	-

Fonte: EPAMIG.

- Rio Grande do Sul

Em pesquisa junto as principais empresas produtoras e revendedoras de fertilizantes, pode-se constatar que está assegurado o pleno fornecimento do produto para atender a demanda das lavouras de arroz, soja e milho, aquelas que utilizam maiores quantidades.

Por outro lado, segundo as informações dos entrevistados, foi notado que, apesar da nova política de subsídios para fertilizantes, houve queda de 15 a 20% nas vendas, no primeiro semestre deste ano em relação às efetuadas no mesmo período do ano anterior. Tal queda seria atribuída a uma certa estocagem de fertilizantes pelos agricultores, preocupados, na época, com o processo de sucessivos aumentos de preços e falta do produto, ambos, reflexo da crise internacional de matérias-primas.

O enfraquecimento das compras pode estar explicando em parte o decréscimo nos preços dos fertilizantes não formulados, no mês de junho de 1975 quando comparado com o período julho-agosto de 1974. Fez exceção apenas o cloreto de potássio que apresentou aumento de 21,2% (quadro 51). O curioso é que, em semelhante período, o adubo formulado apresentou acréscimo de preço em 6 fórmulas selecionadas, possivelmente aquelas de maior penetração no mercado gaúcho (quadro 52).

QUADRO 51. - Preços de Fertilizantes, Posto Fábrika, Estado do Rio Grande do Sul, 1974/75  
(Cr\$/t)

Produto	Julho-agosto 1974 (a)	Junho 1975 (b)	Varição percentual (b/a)
Sulfato de amônia	1.864,00 <sup>(1)</sup>	1.850,00	- 0,8
Uréia	3.590,00 <sup>(1)</sup>	3.070,00	- 14,5
Fosfato de amônia	3.708,00	3.340,00	- 10,0
Superfosfato simples	1.390,00 <sup>(1)</sup>	1.350,00	- 3,0
Superfosfato triplo	3.478,00	3.200,00	- 6,0
Cloreto de potássio	1.210,00	1.466,00	+ 21,2

<sup>(1)</sup> Preços de junho, 1974 - Em face das vendas estarem suspensas no período em referência.  
Fonte: Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

QUADRO 52. - Preços de Fertilizantes, Posto Fábrika, Estado do Rio Grande do Sul, 1974-75  
(Cr\$/t)

Produto	Julho-agosto 1974 (a)	Maió-junho 1975 (b)	Varição percentual (b/a)
0-30-10	2.350,00	2.517,00	+ 9,4
3-39-9	3.080,00	3.327,00	+ 8,0
5-20-10	1.825,00	2.087,00	+ 14,4
5-30-15	2.435,00	2.802,00	+ 15,1
9-36-12	2.985,00	3.140,00	+ 5,2
10-30-15	2.200,00 <sup>(1)</sup>	2.940,00	+ 33,6

<sup>(1)</sup> Preços de junho/74, tendo em vista a suspensão das vendas no período em referência.  
Fonte: Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul - UNEAGRI.

- Paraná

Com base em dados levantados pelo IPARDES, em 1973 o consumo paranaense de fertilizantes foi estimado em 500 mil toneladas, das quais 203,2 mil (40,6%) de produção do próprio Estado e o restante (296,8 mil toneladas) de importação de produto acabado de outros estados da Federação e do exterior.

Para o ano agrícola 1976/77 foi estimado um consumo de 834,8 mil toneladas de fertilizantes, devendo a produção própria alcançar 438,0 mil toneladas, ou seja, passando de uma participação em 1973 de 40,6% para 52,5% em 1976. Note-se, porém, que as matérias-primas utilizadas pelas misturadoras e granuladoras paranaenses são totalmente importadas de outros estados ou do exterior.

Pelo quadro 53, observa-se um crescimento mais rápido da capacidade efetiva das empresas misturadoras paranaenses, em relação a sua capacidade nominal, indicando uma melhoria na taxa operacional dessas empresas.

QUADRO 53. - Capacidade de Produção de Fertilizantes, Estado do Paraná, 1973-75

Ano	Capacidade de produção t/ano		%
	Nominal (a)	Efetiva (b)	
1973	418.302	203.194	4,9
1974 <sup>(1)</sup>	651.030	390.618	6,0
1975 <sup>(1)</sup>	730.530	438.318	6,0

<sup>(1)</sup> Estimativas do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná (DERAL).

Fonte: IPARDES.

A nível de Estado, o preço médio pago pelo agricultor paranaense teve comportamento diferenciado conforme o produto (quadro 54).

O cloreto de potássio decresceu 22,8% em agosto, com relação ao mês de julho, enquanto nesse mesmo período houve um acréscimo para o fosfato natural e superfosfato triplo de 35,2% e 20,4%, respectivamente.

Em abril e maio do corrente ano registraram-se, em relação a julho-agosto de 1974, reduções nos preços do fosfato natural (-8,5%), cloreto de potássio (-6,9%) e acréscimos para o sulfato de amônia (42,9%), uréia (16,9%), superfosfato simples (1,1%) e superfosfato triplo (37,9%).

QUADRO 54. - Preços Médios de Fertilizantes Pagos Pelo Agricultor<sup>(1)</sup> Estado do Paraná, 1974-75  
(Cr\$/t)

Fertilizante	1974				1975			
	Julho	Agosto	Média	Índice	Abril	Maio	Média	Índice
Sulfato de amônia	1.620,00	1.620,00	1.620,00	100	2.210,00	2.420,00	2.315,00	142,9
Uréia	3.300,00	3.610,00	3.455,00	100	3.910,00	4.170,00	4.040,00	116,9
Fosfato natural	1.650,00	2.230,00	1.940,00	100	2.130,00	1.420,00	1.775,00	91,5
Superfosfato simples	1.360,00	1.370,00	1.365,00	100	1.380,00	1.380,00	1.380,00	101,1
Superfosfato triplo	2.060,00	2.480,00	2.270,00	100	3.430,00	2.830,00	3.130,00	137,9
Cloreto de potássio	1.800,00	1.390,00	1.595,00	100	1.510,00	1.460,00	1.485,00	93,1

(<sup>1</sup>) Preço posto no revendedor.

Fonte: ACARPA.

- Espírito Santo

Em 1975, os preços pagos pelo agricultor capixaba, relativamente à média de 1974, apresentaram-se decrescentes para o sulfato de amônia e superfosfato simples, e ascendentes para o cloreto de potássio (quadro 55).

Tem-se verificado um relativo equilíbrio entre oferta e procura no mercado de fertilizantes, com fluxos normais de suprimento e sem a formação de grandes e onerosos estoques.

QUADRO 55. - Preços Pagos pelo Produtor, Estado do Espírito Santo, 1974-75

Produto	1974	1975	Variação (%)
Sulfato de amônia	2.180	1.700	- 12,0
Superfosfato simples	1.260	1.200	- 4,8
Cloreto de potássio	1.400	1.720	22,8

Fonte: COFA.

- Mato Grosso

No Estado de Mato Grosso, o elevado preço do fertilizante se afigura como o principal fator limitante ao seu uso mais intensivo. Em julho de 1975, o preço pago pelo agricultor matogrossense, relativamente ao pago pelo paulista, foi superior em cerca de 90% para o sulfato de amônia, 62% para a uréia, 104% para o superfosfato simples e 92% para o cloreto de potássio (quadro 56).

QUADRO 56. - Preço Pago pelo Agricultor, Estado de Mato Grosso e de São Paulo, Julho de 1975  
(Cr\$/t)

Fertilizante	São Paulo (a)	Mato Grosso (b)	% (b/a)
Sulfato de amônia	1.683,00	3.200,00	90,1
Urêia	3.319,00	5.400,00	62,7
Superfosfato simples	1.271,00	2.600,00	104,6
Cloreto de potássio	1.349,00	2.600,00	92,7

Fonte: Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura de Mato Grosso e Instituto de Economia Agrícola.

- Goiás

De 1970 a 1973, o consumo de fertilizantes no Estado de Goiás experimentou incremento de cerca de 190%.

Em 1974, o consumo aparente de fertilizantes permaneceu em nível semelhante ao registrado em 1973, com acréscimo de apenas 3,8%. Ou seja, 130 mil toneladas em 1973 contra 135 mil toneladas em 1974. Este pequeno incremento no consumo foi reflexo dos altos preços alcançados no último ano.

- Santa Catarina

Embora os recentes preços se apresentem em baixa, a demanda por fertilizantes continua fraca com formação de estoques em poder dos revendedores. Acrescente-se também que, até em valores correntes, houve em alguns casos contração de preços.

O arrefecimento na quantidade demandada é reflexo da reação dos produtores que, possivelmente, aguardaram maiores reduções nos preços até setembro, quando se iniciam os novos plantios.

Os preços correntes para urêia, fosfato de amônia e superfosfato triplo apresentaram-se, em maio-junho de 1975, inferiores àqueles observados em julho-agosto de 1974 (quadro 57).

QUADRO 57. - Preços Pagos pelo Produtor, Estado de Santa Catarina, 1974-75  
(Cr\$/t)

Fertilizante	Julho-agosto/74	Maiο-junho/75
Sulfato de amônia	1.400,00	1.470,00
Urêia	3.500,00	2.500,00
Fosfato de amônia	3.500,00	3.000,00
Superfosfato simples	1.100,00	1.070,00
Superfosfato triplo	3.300,00	2.500,00
Cloreto de potássio	1.200,00	1.250,00

Fonte: Secretaria da Agricultura de Santa Catarina.

- Rio de Janeiro

O mercado de fertilizantes mostra-se estável, com atendimento satisfatório aos produtores, após um período em que era francamente vendedor.

Os representantes e revendedores não estão encontrando dificuldade em atender os pedidos, sendo as entregas realizadas prontamente, uma vez que os estoques encontram-se em níveis razoáveis.

Relativamente aos preços, confrontando-se maio de 1975 com igual mês do ano anterior, verificam-se aumentos que vão desde 5,1% a 45,5%, referindo-se esses índices ao cloreto de potássio e ao sulfato de amônia, respectivamente (quadro 58).

QUADRO 58. - Preços de Fertilizantes ao Produtor, Estado do Rio de Janeiro, 1974-75

Especificação	Preços médios mensais (1) Cr\$/t		Variação (%)
	1974	1975	
Cloreto de potássio	1.560,00	1.640,00	5,1
Fosfatos naturais	1.300,00	1.450,00	11,5
Salitre do Chile	2.090,00	2.900,00	38,8
Sulfato de amônia	1.450,00	2.110,00	45,5
Sup. de cálcio simples	1.210,00	1.420,00	17,4
Sup. de cálcio triplo	-	4.160,00	-
Urêia	3.500,00	4.370,00	24,9

(1) Referem-se a maio.

Fonte: FGV-IBRE/CEA.

- Tratores

Devido a sua versatilidade de operação e sua utilização múltipla no processo de produção agrícola, os tratores têm sido absorvidos, pela agricultura, em quantidades crescentes.

A desigualdade regional na absorção desse tipo de equipamento é função das características dos sistemas produtivos regionais.

Nos dias atuais, a importação brasileira de tratores de quatro rodas é nula, diferentemente do que aconteceu por volta de 1968, quando se importava o equivalente a 7% da produção nacional e, de 1960, quando as unidades empregadas pela agricultura brasileira eram totalmente importadas.

Em 1974, a indústria brasileira de tratores de quatro rodas e de esteira, microtratores e cultivadores motorizados apresentou incremento na produção da ordem de 19% em relação a 1973. O maior aumento verificado foi para cultivadores motorizados e microtratores (31%), seguidos de tratores de esteira (23%) e tratores de quatro rodas (18%). O quadro 59 apresenta o comportamento de produção brasileira desde 1968.

QUADRO 59. - Produção da Indústria Brasileira de Tratores, 1968-74  
(Índice 1968 = 100)

Ano	Cultivador motorizado <sup>(1)</sup>		Trator de esteira		Trator de quatro rodas	
	Produção	Índice	Produção	Índice	Produção	Índice
1968	2.612	100	106	100	9.818	100
1969	2.281	87	91	86	9.548	97
1970	2.474	95	185	175	14.048	143
1971	2.556	98	770	726	22.122	225
1972	3.773	144	1.282	1.209	29.142	297
1973	5.080	194	1.961	1.850	37.170	379
1974	6.659	255	2.415	2.278	43.810	446
1975 <sup>(2)</sup>	2.948	-	1.294	-	31.926	-
Total	28.383	-	8.104	-	197.584	-

<sup>(1)</sup> Inclui micro-trator de quatro rodas.

<sup>(2)</sup> Até julho.

Fonte: ANFAVEA - Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores.

A demanda para este tipo de equipamento acha-se calcada, principalmente, sobre os tratores pesados. Assim é que em 1973, esta categoria representou 76% da produção na

cional, crescendo para 78% em 1974 e atingindo 83,4% nos cinco primeiros meses de 1975. Dois fatos parecem justificar esta situação: a diversidade de operações que as máquinas de maior potência podem desempenhar e algum ganho de escala pela indústria.

Apesar da tendência de absorção de máquinas de maior potência ser mais recente, para os dados agregados de 1960 até maio de 1975, a categoria de tratores de quatro rodas pesados constitui 61% da produção brasileira, ficando 35,6% para os médios e 3,4% para os leves.

As exportações brasileiras de tratores (quatro-rodas e de esteira) cresceram de US\$ 5 milhões em 1973 para US\$ 7 milhões em 1974, com a perspectiva otimista de se atingir US\$ 10 milhões em 1975. Foram exportadas 327 unidades de tratores de quatro rodas em 1973 e, em 1974, este número se elevou a 776 unidades. As exportações para os primeiros cinco meses de 1975 atingiram 267 unidades, no montante de US\$ 2 milhões.

A indústria nacional tem se defrontado com problemas decorrentes do suprimento de componentes básicos, esperando, apesar disso, produzir 52 mil unidades em 1975, ou seja, um acréscimo de 20% em relação a 1974.

Espera-se um fortalecimento, a partir de 1976, na oferta dos componentes tendo por base a expansão planejada das forjarias, fundições, fábricas de motores diesel e engrenagens.

O abastecimento, em 1975, sob o ponto de vista da indústria pode ser considerado normal, a não ser para alguns tipos específicos de tratores, como o trator arroteiro, cuja disponibilidade no mercado não é satisfatória, devido à falta de pneus.

Para as colhedoras de grãos há formação de estoque junto às unidades industriais produtoras, devendo o número de unidades estocadas aproximar-se de 500 até o final do mês de setembro.

O decréscimo nos preços reais parece ser o principal responsável pelo crescimento da demanda, por ter contribuído de maneira decisiva para uma relação favorável de preços aos agricultores. Outra fonte de crescimento da demanda de tratores, nos dias atuais, são os projetos derivados de implantação do Polocentro, em decorrência do qual a indústria espera um incremento na demanda da ordem de 7.000 unidades de tratores de quatro rodas e 1.000 unidades de tratores de esteira, apesar da recuperação dos preços reais desses equipamentos verificada nos primeiros meses do corrente ano.

Durante o ano de 1974 foram vendidos, na Região Centro-Sul, 18.634 unidades de tratores de quatro rodas. Deste total, São Paulo absorveu 38%, Rio Grande do Sul 22,9%, Paraná 18,6%, Minas Gerais 5,6%, Goiás 5,4%, Mato Grosso 4,1%, Santa Catarina 3,0%, Rio de Janeiro 1,6% e Espírito Santo 0,8%. No período janeiro-julho de 1975 foram vendidas 15.293 unidades, sendo os estados que mais absorveram tratores os seguintes: São Paulo 31,8%, Rio Grande do Sul 23,3%, Paraná 20,2%, Goiás 6,3%, Minas Gerais 6,2%, Mato Grosso 4,6% e outros estados 7,6%.

- Minas Gerais

Em Minas Gerais o prazo de entrega para tratores de quatro rodas varia de 30 a 45 dias. Não se verificam dificuldades na comercialização, devido a facilidade de crédito oferecida pelas instituições financeiras oficiais e aos prazos de pagamento.

Entretanto, a demanda nesta unidade da federação está ainda "insatisfeita", a maior pressão ocorrendo de maio a setembro. Para máquinas importadas, as operações de compra são a vista, já que as instituições financeiras oficiais não oferecem crédito. O nível de assistência técnica aos usuários é considerado de bom desempenho, e a reposição de peças e a manutenção satisfaz as exigências.

- Goiás

O Estado de Goiás possui, atualmente, 7.200 tratores em operação. O prazo para entrega das novas compras oscila entre 30 e 45 dias e a assistência técnica prestada pelos revendedores é satisfatória, tanto com relação à reposição de peças quanto à manutenção dos tratores. A comercialização não encontra problemas devido às amplas facilidades de crédito oferecido pelas instituições financeiras oficiais. Os revendedores goianos esperam atingir um volume de negócios superior a 2.000 unidades em 1975.

- Espírito Santo

As entregas, para alguns modelos, demoram em média 30 dias. Para outros modelos há formação de pequenos estoques junto aos revendedores. Os custos de comercialização oneram os consumidores quanto a frete e seguro dos tratores. Apesar das facilidades do crédito direcionado ao setor e do financiamento para tratores ser considerado "prioridade A" no PESAC estadual a demanda é relativamente pequena.

- Mato Grosso

Apesar do Estado apresentar condições de topografia favoráveis à mecanização a demanda por tratores não tem sido muito forte. Em algumas áreas, como por exemplo, os sete municípios da Grande Dourados, situados ao sul do Estado e a região de Rondonópolis vêm apresentando taxas de crescimento. As informações para região de Rondonópolis dão conta de que os tratores de quatro rodas estão sendo incorporados à taxas crescentes pela agricultura. As vendas naquela região evoluíram de 191 unidades em 1973 para 326 unidades em 1974 e nos primeiros seis meses de 1975 atingiram 606 unidades.

Para a região de Dourados as vendas realizadas de 1973 a julho de 1975 aproximam-se de 300 unidades. A assistência técnica é de boa qualidade e os revendedores estão otimistas com o aumento de suas cotas, a ser determinado pela indústria.

- Paraná

O mercado de tratores de quatro rodas está mais ou menos normal, e sem problemas de entrega. A assistência técnica é de boa qualidade, não havendo problemas para aquisição

ção de peças de reposição. Entretanto, a demanda está ainda "insatisfeita", atribuindo-se este fato à espetacular expansão do binômio trigo-soja.

As linhas de crédito destinadas ao setor encontram boa aceitação, havendo, entretanto, necessidade de reescalonamento de dívidas devido a quebra da safra de trigo. O prazo de financiamento é de 5 anos, a juros de 15% ao ano.

O Departamento de Economia Rural - DERAL - estima em 14.710 unidades de tratores de quatro rodas as necessidades do Estado para 1975.

#### - Rio Grande do Sul

Relativamente à comercialização, vem ela se processando em ritmo bem mais lento que no ano passado. Isto é atribuído ao fato da Carteira Agrícola do Banco do Brasil ter paralisado suas operações, prevendo-se uma reação do mercado a partir da reabertura das operações. O atendimento do mercado parece ser normal, diferentemente do ano passado, quando, diante de um excesso de demanda, a rede revendedora forçou a venda de implementos por época da aquisição dos tratores. O mercado se ressentiu da falta de pneus para os tratores das lavouras arrozeiras (18 x 23), sendo seu preço de venda atual cotado em três vezes o valor de tabela. A continuar a escassez deste pneumático, a lavoura arrozeira poderá ser seriamente prejudicada.

#### - São Paulo

No Estado de São Paulo a comercialização de tratores de quatro rodas apresenta bom desempenho, embora venha diminuindo a sua participação relativa no total. A assistência técnica oferecida pelos revendedores é considerada satisfatória tendo os agricultores paulistas, entretanto, problemas em relação à aquisição de pneumáticos para reposição.

A relação de preços produto/trator tem favorecido a aquisição de tratores devido sua tendência declinante nos últimos cinco anos, para café, soja, arroz, milho e algodão (quadro 60). Entretanto, a estimativa dessa relação para 1975 mostra uma reversão na tendência verificada até 1974 em soja e algodão. Se confirmado, este fenômeno representará, em relação ao ano anterior, uma perda no poder aquisitivo dos cotonicultores e produtores de soja.

Relativamente aos preços reais, a tendência declinante que vinha prevalecendo desde 1968, apresentou reação positiva para os primeiros meses de 1975 (quadro 61). Comparando-se a média de 1974 com aquela estimada para 1975, o acréscimo nos preços reais foi de 3,2%.

QUADRO 60. - Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir um Trator Leve (44 HP), Estado de São Paulo, 1967-75

Ano	Arroz em casca (sc.60kg)		Milho (sc.60kg)		Cafê beneficiado (sc.60kg)		Soja (sc.60kg)		Algodão em caroço (sc.60kg)	
	Nº de unida des	Índice	Nº de unida des	Índice	Nº de unida des	Índice	Nº de unida des	Índice	Nº de unida des	Índice
1967	727	100	2.147	100	334	100	1.105	100	2.608	100
1968	729	100	2.595	119	270	81	973	88	2.330	89
1969	834	115	1.717	79	187	56	928	84	2.337	90
1970	881	121	1.698	78	131	39	754	68	2.021	77
1971	524	72	1.531	70	162	48	684	62	1.537	59
1972	518	71	1.475	68	116	35	691	62	1.449	56
1973	499	69	979	45	91	27	456	41	1.125	43
1974	362	50	927	43	89	27	443	40	847	32
1975 (1)	287	39	812	39	68	20	450	41	1.037	40

(1) Média dos preços de produtos agrícolas de janeiro a agosto, corrigidos pelo índice de variação estacional.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 61. - Evolução do Preço de Tratores <sup>(1)</sup>, Estado de São Paulo, 1967-75

Ano	Preço corrente (Cr\$)	Índice 1967=100	Preço real (Cr\$ de 1971)	Índice 1967=100
1967	13.563,64	100,00	29.352,53	100,00
1968	16.320,09	120,32	28.431,88	96,86
1969	19.102,54	140,83	27.559,42	93,89
1970	19.120,57	140,96	23.027,86	78,45
1971	21.900,07	161,46	21.900,07	74,61
1972	24.786,33	182,74	21.190,58	72,19
1973	26.439,33	194,92	20.010,08	68,17
1974	29.662,25	218,68	17.117,59	58,31
1975 <sup>(2)</sup>	37.348,00	275,40	17.659,23	60,16

<sup>(1)</sup> Tomou-se como referência a média anual de preços do trator de 44 HP, sem acessórios adicionais.

<sup>(2)</sup> Média dos oito primeiros meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Píó de Janeiro

A comercializaçãó de tratores de quatro rodas vem se processando em ritmo mais ou menos equilibrado, sendo a assistênciã tãcnica de boa qualidade, inclusive no que diz respeito à manutençãó e reposiçãó de peças.

Os prazos para entrega vãó desde o imediato, para tratores pesados, atã 30 a 60 dias para micro-tratores e seus implementos. A demanda estã "insatisfeita", principalmente para os micro-tratores, para os quais espera-se um acrãscimo de 20% a 25% na quantidade procurada. O Norte-Fluminense tem absorvido quantidades crescentes de tratores de quatro rodas e micro-tratores, devido principalmente ao êxodo de mãó-de-obra daquela regiãó. A mãdia dos preços correntes no perĩodo jul./ago. de 1975 do micro-trator Agrale-420 apresentou uma elevaçãó de 139% em relaçãó à mãdia vigente em mai./jun. de 1974.

- Santa Catarina

A comercializaçãó de tratores de quatro rodas vem se processando sem maiores dificuldades.

O prazo de entrega, dependendo do modelo ou categoria, ã de 30 a 60 dias. A obtençãó de crãdito para aquisiçãó de tratores nãó tem limitado o processo de mecanizaçãó agrĩcola.

Saliente-se, porã, os agricultores catarinenses estão apreensivos com a diversidade de preços para o mesmo tipo de trator, dependendo dos acessãrios que o acompanham. Assim, o trator de roda, arroeiro, tem sido comercializado a preços considerados especulativos.

- Sementes

A disponibilidade de sementes para plantio na Região Centro-Sul, no ano agrícola 1975/76, foi parcialmente afetada pela estiagem e geadas ocorridas na região, com reduções mais significativas para trigo e feijão.

- São Paulo

Contrariamente ao registrado no ano anterior, quando a maioria das sementes, tanto as produzidas pela Secretaria da Agricultura como pelas firmas particulares, apresentaram acréscimos nas vendas, houve em 1974/75 redução sensível, principalmente naquelas mais representativas em volume de venda (milho híbrido, amendoim e arroz). Acréscimos foram verificados apenas para o milho variedade (15,4%) e para a soja (108,7%), permanecendo praticamente inalteradas as vendas de algodão (quadro 62). Embora a maior variação negativa tenha se verificado para o feijão de mesa (-45,3%), a diminuição de 15% nas vendas de semente de milho híbrido efetuadas pela Secretaria da Agricultura e de 14,2% pelas firmas particulares (quadro 63), são bem mais significativas, visto que mais de 70,0% da área cultivada no Estado com milho utiliza semente melhorada, enquanto a superfície plantada com semente melhorada de feijão não ultrapassa 2% da área total dessa cultura.

Por outro lado, o expressivo acréscimo estimado para a soja é de pouca representatividade em termos relativos à área cultivada com essa oleaginosa, face a pequena disponibilidade no ano anterior, tanto na Secretaria da Agricultura como nas firmas particulares.

Em 1974/75, as vendas de semente melhorada de soja pelas firmas certificadoras superaram em 15,8% as realizadas pela Secretaria da Agricultura; já as vendas de sementes de milho híbrido apresentaram volumes bem semelhantes (quadro 63).

A disponibilidade de sementes produzidas pela Secretaria da Agricultura para o plantio da safra 1975/76 é estimada em 850 mil sacas de algodão, 100 mil sacas de arroz, 150 mil caixas de amendoim, 72 mil sacas de feijão de mesa, 180 mil sacas de milho híbrido, 23 mil de milho variedade e 150 mil sacas de soja. Note-se que as quantidades disponíveis de sementes de algodão, amendoim, feijão, soja e milho híbrido, são significativamente superiores às quantidades vendidas em 1974/75.

QUADRO 62. - Venda de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo, Secretaria da Agricultura, Safras 1973/74 e 1974/75

Semente	Unidade	1973/74 (a)	1974/75 (b)	Variação( $\frac{b}{a}$ ) (%)
Algodão	sc.30kg	576.382	577.563	+ 0,2
Amendoim	cx.20kg	119.985	118.503	- 1,2
Arroz	sc.50kg	102.791	92.020	- 10,5
Feijão de mesa	sc.50kg	16.181	8.854	- 45,3
Milho híbrido	sc.50kg	173.236	147.203	- 15,0
Milho variedade	sc.50kg	10.510	12.132	+ 15,4
Soja	sc.50kg	31.800	66.377	+108,7

Fonte: Divisão de Sementes e Mudas, DSM-CATI.

QUADRO 23. - Venda de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo, Firms Particulares, Safras 1973/74 a 1974/75

Semente	Unidade	1973/74 (a)	1974/75 (b)	Variação( $\frac{b}{a}$ ) (%)
Amendoim	cx.20kg	53.730	46.679	- 13,1
Arroz	sc.50kg	29.638	2.638	- 91,1
Soja	sc.50kg	1.922	76.872	+3899,6
Milho (1)	sc.50kg	164.878	141.445	- 14,2

(1) A unidade comercial é sc.40kg.

Fonte: Seção de Certificação de Sementes, DSM-CATI.

- Paraná

Relativamente ao número de produtores inscritos anualmente nas sub-comissões de produção de sementes, apenas os de soja e trigo demonstraram uma acentuada evolução para esta safra.

A soja, que em 1973/74 contava com 66 produtores de sementes fiscalizadas, na safra 1974/75 teve esse número elevado para 71. O trigo, em igual período, contava com 44 produtores inscritos, apresentando um incremento de 66%, em 1974/75, elevando o número de produtores de sementes fiscalizadas para 73. O inverso foi observado para as demais culturas (quadro 64).

QUADRO 64. - Número de Produtores de Sementes Fiscalizadas, por Cultura, Estado de Paraná, 1973/74 e 1974/75

Cultura	Número de produtores	
	1973/74	1974/75
Algodão	2	1
Arroz	16	11
Feijão	8	7
Milho	7	6
Soja	66	71
Trigo	44	73

Fonte: CESM.

Quanto a procedência, o agricultor encontra disponível no comércio, no ano agrícola 1975/76 sementes melhoradas importadas do exterior e de outros estados, além das produzidas no próprio Paraná (quadro 65).

Há uma tendência de redução das importações de sementes, visto que algumas das sementes procedentes de outros estados e do exterior não apresentam a aclimação desejada. Estão sendo realizados esforços no sentido de aumentar a produção de sementes de variedades adaptadas às condições do solo e clima do Estado.

O algodão é uma cultura com elevada taxa de utilização de sementes melhoradas. Sementes dessa espécie são produzidas no Estado sob sistema de fiscalização, em quantidades que vem atendendo satisfatoriamente a demanda. Segundo informações da CAFE do Paraná, para a safra 1975/76 encontram-se disponíveis para plantio 350.000 sacos de 30kg de sementes fiscalizadas, quantidade esta 9% superior à demanda no ano anterior.

O consumo de sementes fiscalizadas na cultura do amendoim é irrisório, sendo o

seu suprimento feito por outros estados.

QUADRO 65. - Sementes Utilizadas no Estado do Paraná, Segundo a Origem, 1973/74 a 1975/76

Cultura	Safra	Área plantada (ha)	Demanda de sementes				
			A (sc.)	B (sc.)	C (sc.)	D (sc.)	C/D (%)
Algodão	1973/74	273.000	35,0	244.870	73.630	318.500	23,1
	sc.30kg 1974/75	250.000	38,4	298.000	22.000	320.000	6,9
	1975/76	280.000	37,5	270.000	80.000	350.000	22,9
Amendoim	1973/74	157.000	70,0	29.960	409.640	439.600	93,2
	sc.25kg 1974/75	105.700	70,0	440	295.520	295.960	99,8
	1975/76	97.621	69,8	440	272.880	273.320	99,8
Arroz	1973/74	451.000	40,0	22.500	203.000	225.500	90,0
	sc.50kg 1974/75	477.000	40,0	33.400	348.200	381.600	91,2
	1975/76	537.300	40,0	100.000	329.840	429.840	76,7
Feijão	1973/74	1.078.000	50,0	2.200	1.075.800	1.078.000	99,8
	sc.50kg 1974/75	750.000	50,0	2.640	747.360	750.000	99,6
	1975/76	781.300	50,0	6.580	774.720	781.300	99,2
Milho	1973/74	1.896.000	17,5	354.600	474.900	829.500	57,3
	sc.40kg 1974/75	1.752.000	17,5	277.950	488.550	766.500	63,7
	1975/76	1.510.900	17,5	425.000	236.000	661.000	35,7
Soja	1973/74	1.120.000	80,0	1.071.000	721.000	1.792.000	40,2
	sc.50kg 1974/75	1.600.000	90,0	1.700.000	1.180.000	2.880.000	41,0
	1975/76	2.100.000	90,0	3.538.000	242.000	3.780.000	6,8
Trigo	1973/74	682.000	100,0	578.000	786.000	1.364.000	57,6
	sc.50kg 1974/75	1.100.000	100,0	1.797.360	402.640	2.200.000	18,3
	1975/76	1.300.000	125,0	1.970.000	1.280.000	3.250.000	39,4

Nota: A- Quantidade sementes utilizadas por unidade de área (kg/ha).  
 B- Sementes produzidas no Paraná.  
 C- Sementes adquiridas em outros estados.  
 D- Total da demanda de sementes no Paraná.  
 C/D - Proporção de sementes adquiridas em outros estados em relação ao total utilizado no Paraná.

Fonte: CESM, CAFE do Paraná, IPARDES e DERAL.

No caso do arroz as sementes utilizadas são adquiridas, principalmente, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As sementes utilizadas para cultivo de feijão são predominantemente de produção própria, sendo ínfimo o emprego de sementes fiscalizadas.

A demanda interna de sementes fiscalizadas na cultura do milho é atendida, em aproximadamente 50%, pela produção interna, sendo o restante procedente de outros estados. Note-se que a procura por estas sementes deverá se elevar futuramente, uma vez que os índices atuais de utilização de sementes melhoradas ainda são relativamente baixos no Estado.

A cultura da soja apresenta índice tecnológico bastante elevado, com acelerado desenvolvimento nos últimos anos, conduzindo também a um consumo mais acentuado de sementes melhoradas.

Com o desenvolvimento da produção de sementes no próprio Paraná, o fluxo daquelas provenientes de outros estados tem sido decrescente.

As sementes utilizadas na cultura do trigo são procedentes de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul e, supletivamente, do exterior.

#### - Santa Catarina

Existem no Estado 105 firmas produtoras de sementes fiscalizadas de arroz, milho, soja e trigo. As sementes produzidas por essas firmas são fiscalizadas pela Comissão Estadual de Sementes e Mudanças.

O volume de sementes produzido não atende a demanda local, havendo, portanto, necessidade de se complementar com importações de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul.

#### - Rio Grande do Sul

O uso de sementes fiscalizadas está crescendo a taxas elevadas no Estado e, conseqüentemente, o número de empresas que as produzem têm aumentado ultimamente. O quadro 66 mostra a situação em 1975, por onde se verifica que, nos casos de soja e trigo, o índice de utilização de sementes fiscalizadas é bastante alto.

A totalidade das sementes de arroz, soja e trigo plantadas no Rio Grande do Sul é produzida no próprio Estado. Para as demais culturas, parte das sementes é oriunda de outros centros produtores.

No ano agrícola 1974/75 o Estado produziu 4.245 mil sacos de 60kg de sementes de soja e 2.900 mil sacos de trigo. A demanda por estas sementes deverá aumentar em 1975/76, em razão das geadas ocorridas nos estados da Região Centro-Sul, que reduziram as produções de sementes de trigo e provavelmente levarão a uma expansão na área plantada com soja.

QUADRO 66. - Número de Produtores e Percentagem de Utilização de Sementes Fiscalizadas, Estado do Rio Grande do Sul, 1975

Cultura	Nº de produtores	Nº de municípios produtores	Proporção de área cultivada c/ semente fiscalizada (%)
Arroz	110	29	50,0
Soja	179	67	85,0
Trigo	134	63	90,0
Milho	19	13	35,7
Feijão	12	10	2,0
Sorgo	19	10	-
Forrageira	56	21	-

Fonte: CESM-RS.

- Minas Gerais

Segundo levantamento realizado pela Superintendência Agropecuária da Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais, há 84 firmas produtoras de sementes melhoradas no Estado. Dessas firmas, 68 recebem fiscalização daquele órgão, produzindo um total de 15,2t em 1975, distribuídas pelas diversas espécies conforme os dados do quadro 67.

QUADRO 67. - Produção Total de Sementes Melhoradas, Estado de Minas Gerais, 1975 <sup>(1)</sup>

Produto	Semente disponível no Estado		
	Melhorada (t)	Fiscalizada (t)	Sem fiscalização (t)
Algodão	3.000	3.000	0
Arroz	3.000	1.444	1.556
Feijão	650	493	157
Milho	14.000	809	13.191 <sup>(2)</sup>
Soja	9.500	9.500	0
Total	30.150	15.246	14.904

<sup>(1)</sup> Dados preliminares sujeitos a retificação.

<sup>(2)</sup> Dependendo de boletins de análises.

Fonte: Superintendência Agropecuária da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais.

Considerando-se o total de sementes melhoradas produzidas no Estado, observa-se que cerca de 50% são fiscalizadas. Para algodão e soja, toda a semente produzida é fiscalizada.

Estimativa realizada pela Superintendência Agropecuária da Secretaria da Agricultura mostra que há, no presente ano, expectativa de suprir a demanda de sementes melhoradas com a produção do próprio Estado.

- Goiás

Atualmente a Secretaria da Agricultura está empenhada num programa de multiplicação, beneficiamento e distribuição de sementes de novas variedades, visto que a disponibilidade de sementes melhoradas é ainda bastante inferior às necessidades.

Para 1975/76 estima-se uma disponibilidade de 65.680 sc.30kg de sementes de algodão, 1.500 sc.40kg de semente de feijão e 4.840 sc.40kg de semente de soja.

Com o objetivo de incrementar a produção de sementes, a Secretaria da Agricultura instalou duas usinas de beneficiamento. Essas usinas, além das sementes produzidas através da Secretaria, beneficiam também aquelas produzidas por particulares, inclusive adquiridas nos outros estados (quadro 68).

QUADRO 68. - Sementes Beneficiadas nas Usinas da Secretaria da Agricultura, Estado de Goiás, 1974/75

Espécie	Saco	Unidade
Arroz	18.051	sc.40kg
Milho	3.080	sc.40kg
Soja	924	sc.40kg
Algodão	36.522	sc.30kg
Feijão	689	sc.40kg

- Mato Grosso

O Estado de Mato Grosso vem apresentando incrementos sucessivos na produção de sementes, cuja região produtora se concentra no Sul do Estado.

No ano agrícola 1974/75, produziu-se 130 mil sacas de 50kg de arroz, 40 mil de soja e 104,8 mil de trigo. A meta de produção de sementes melhoradas, em 1976/77, através da multiplicação de sementes básicas provenientes de outros estados, é de 360 mil sacas de 50kg de arroz, 336 mil sacas de soja, 137 mil sacas de trigo, 20 mil sacas de milho, 64 mil sacas de amendoim e 24 mil sacas de caroço de algodão.

- Rio de Janeiro

A produção de sementes no Estado não atende, ainda, as necessidades locais. Assim, os produtores, em sua maior parcela, continuam a utilizar como semente a originária da própria produção ou aquela comercializada no mercado local.

A produção de sementes melhoradas restringe-se praticamente a de arroz, que tem atendido pouco mais de 50% da necessidade estadual, sendo o suprimento efetuado através de importações, principalmente dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

- Mão-de-obra

Na Região Centro-Sul observa-se uma característica bastante marcante na oferta de mão-de-obra: sua escassez na época das colheitas. A pressão da procura nessas épocas provoca elevação nos salários, principalmente pela forma de remuneração que é feito por empreitada. Contudo, na época do plantio não se observa normalmente, deficiência deste fator.

A crescente urbanização da Região Centro-Sul é o principal responsável pela redução na população rural, em consequência do que a agricultura tenderá a incorporar mais capital ao processo produtivo onde este comportar tecnologia mais avançada.

- Minas Gerais

A oferta de mão-de-obra em Minas Gerais apresenta-se bastante semelhante às da maioria dos estados da Região Centro-Sul.

Para a maior parte das culturas, os agricultores mineiros não encontram dificuldades em contratar mão-de-obra por ocasião do plantio. Entretanto, na época da colheita, a procura por este fator é mais intensa, verificando-se a sua escassez e aumentos consideráveis em seu custo.

O quadro 69 apresenta a evolução da remuneração de três categorias de trabalhadores na agricultura mineira, no período 1971-75, onde se evidencia que a mão-de-obra especializada percebe remuneração substancialmente mais elevada que o salário mínimo.

QUADRO 69. - Remuneração da Mão-de-obra, Estado de Minas Gerais, 1971-75  
(Cruzeiro)

Categoria	1971	1972	1973	1974	1975 <sup>(1)</sup>
Diarista sêco <sup>(2)</sup>	4,85	6,20	7,96	12,65	15,73
Tratorista <sup>(3)</sup>	-	-	370,42	517,01	630,60
Mensalista <sup>(3)</sup>	137,00	177,30	232,45	315,41	391,20

<sup>(1)</sup> Média dos seis primeiros meses.

<sup>(2)</sup> Salário diário.

<sup>(3)</sup> Salário mensal.

Fonte: EPAMIG, Secretaria da Agricultura, MG.

Provavelmente a escassez de mão-de-obra por ocasião da colheita da safra 1975/76 seja amenizada, face à mobilidade e liberação daquela até então ocupada com a cafeicultura, visto que as geadas de julho reduziram a demanda por este fator nesta cultura.

- Espírito Santo

Segundo levantamentos feitos pela Secretaria da Agricultura daquele Estado, os valores pagos a diaristas a seco no período julho-novembro de 1974 variou de Cr\$ 12,45 a Cr\$ 14,24 inferior, portanto, aqueles observados em estados da região, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

- Paraná

As geadas que assolaram os cafezais paranaenses - que eram os responsáveis pelo maior número de empregos rurais - condicionaram as famílias ocupadas naquela atividade a deixarem seu trabalho, iniciando um processo de êxodo rural. A região de Campo Mourão foi a mais atingida, havendo, contudo, nestas localidades, procura por mão-de-obra para catação de raízes após as destocas, ou ainda, para recepa dos cafezais, devendo-se ressaltar que estas atividades são de curto prazo.

A força de trabalho da agricultura paranaense tem aumentado nos últimos anos, sendo que em 1975 deverá aproximar-se de 2,3 milhões de pessoas (quadro 70).

QUADRO 70. - Mão-de-obra Ocupada na Agricultura, Estado do Paraná, 1970-76  
(Número de pessoas)

Região	1970 <sup>(1)</sup>	1975 <sup>(2)</sup>	1976 <sup>(2)</sup>
Curitiba	127.181	143.100	147.200
Ponta Grossa	135.920	152.000	156.600
União da Vitória	239.668	258.000	294.800
Guarapuava	264.129	471.000	490.900
Jacarezinho	175.865	189.100	192.200
Londrina	369.390	395.000	401.100
Maringá	151.346	152.000	153.200
Campo Mourão	455.772	572.700	573.300
Total	1.919.275	2.332.900	2.429.300

<sup>(1)</sup> Censo de 1970, FIBGE.

<sup>(2)</sup> Estimativa - Secretaria da Agricultura - DERAL.

Os salários pagos ao pessoal ocupada na agricultura paranaenses nos dois últimos anos agrícolas são mostrados no quadro 71. Por estes dados pode-se verificar que a amplitude de variação observada em cada ano, é menor no caso dos trabalhadores mais estáveis (diaristas residentes e tratoristas).

QUADRO 71. - Salários Pagos na Agricultura, Estado do Paraná, 1973/74 e 1974/75  
(Cr\$/dia)

Categoria de trabalhador	Ano agrícola 1973/74		Ano agrícola 1974/75	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Diarista residente	8,00	12,00	10,00	15,00
Diarista não residente				
com refeição	10,00	15,00	12,00	20,00
Volante	12,00	25,00	15,00	35,00
Tratorista	15,00	25,00	20,00	30,00

Fonte: Secretaria da Agricultura, PR-DERAL.

- Goiás

Apesar de se verificar certo afluxo de mão-de-obra no Estado, principalmente na época da colheita, a agricultura goiana tem se defrontado com escassez estacional deste fator. O salário do diarista seco variou, na última safra de Cr\$ 15,00 e Cr\$ 20,00, experimentando acréscimos por ocasião da colheita. Após o término da safra os trabalhadores que constituem a mão-de-obra flutuante retornam às suas regiões de origem.

Os técnicos ligados ao setor esperam decréscimo na disponibilidade da mão-de-obra, principalmente, devido à crescente urbanização do Estado, agravando, portanto, a situação presente.

Os salários pagos às diferentes categorias de trabalhadores durante o plantio e colheita, no ano 1974/75, são em média os seguintes:

Diarista residente	Cr\$ 15,00
Diarista não residente, com refeição	Cr\$ 20,00
Volante (não residente s/refeição)	Cr\$ 25,00
Tratorista (a partir de)	Cr\$ 20,00.

Estes dados evidenciam, que em média, a mão-de-obra mais estável percebe menor remuneração, provavelmente devido a percepção de rendimentos não monetários e a demanda ocasional pelos não residentes concentrada nas épocas de colheitas.

- Rio Grande do Sul

As informações fornecidas pela Secretaria da Agricultura desta Unidade da Federação, para as culturas de trigo e soja, dão conta de que persistem as dificuldades de obtenção de mão-de-obra nos meses de outubro-novembro e março-abril.

Para mão-de-obra especializada (tratorista e operadores de automotrizes), o salário mensal, adicionado dos encargos sociais, atinge Cr\$ 997,50, no caso de mão-de-obra comum, o salário mensal atinge Cr\$ 675,55, 33% inferior aquela.

- Santa Catarina

Neste Estado não foi possível coletar informações sobre a oferta da mão-de-obra.

Os salários pagos nesta localidade são compatíveis com aqueles verificados nos estados limítrofes, cujos valores são mostrados no quadro 72, para os anos agrícolas 1973/74 e 1974/75, valendo observar que houve um "achatamento" salarial nesse período para as categorias melhor remuneradas.

QUADRO 72. - Custo da Mão-de-obra, Estado de Santa Catarina  
(Cr\$/dia)

Categoria	1973/74 (a)	1974/75 (b)	Variação % (b/a)
Diarista residente	10,00	15,00	50
Diarista não residente com rejeição	15,00	20,00	33
Volante não residente com refeição	25,00	30,00	20
Tratorista	35,00	35,00	0

Fonte: Secretaria da Agricultura de Santa Catarina.

- Rio de Janeiro

O quadro 73 mostra a evolução dos salários na agricultura do Estado do Rio, pelo qual se verifica que a remuneração do trabalhador comum é inferior à vigente em São Paulo, enquanto a de tratorista se equivalem nos dois estados.

Neste Estado, a escassez de mão-de-obra rural é maior que nas demais Unidades da Federação, provavelmente com excessão de algumas regiões de São Paulo.

Assim, os sistemas de produção de arroz e cana-de-açúcar, desenvolvidas principalmente no Norte-Fluminense, estão se tornando cada vez mais mecanizados.

QQADRO 73. - Remuneração da Mão-de-obra, Estado do Rio de Janeiro, 1972-75  
(médias anuais)

Ano	Salários recebidos			
	Diarista (1) (Cr\$/dia)	Tratorista (Cr\$/dia)	Administradores(2) (Cr\$/mês)	Trab.permanente (2) (Cr\$/mês)
1972	6,21	270,78	-	-
1973	8,36	336,90	425,07	262,22
1974	11,27	499,40	651,00	532,86
1975(3)	15,00	660,00	-	-

(1) Não residente com refeição.

(2) Média para o segundo, semestre.

(3) Média para o primeiro semestre.

Fonte: FGV, IBRE-CEA.

- São Paulo

As informações disponíveis sobre o mercado de trabalho referem-se aos salários pagos aos trabalhadores rurais, em suas diferentes categorias.

Ao se analisar a série disponível desde 1960, em valores correntes e valores reais de 1971 (quadros 74 e 75), nota-se a partir de 1964 uma tendência de alta, influenciada em parte pela vigência do Estatuto do Trabalhador Rural. Deve-se salientar, porém, que essa tendência mostrou-se bastante acentuada nos últimos anos, desta vez refletindo uma crescente escassez de mão-de-obra rural (quadro 76). Assim, o salário rural a partir de 1973 torna-se maior que o salário mínimo médio vigente na Capital de São Paulo, atingindo em abril último 42% acima do mesmo.

No quadro 77 são apresentados os salários e seus respectivos índices para quatro categorias de trabalhadores a partir de 1971. Em valores correntes, observam-se aumentos, entre março de 1974 e abril de 1975, de 33% para o diarista residente, de 36% para o volante, de 37% para o administrador e de 38% para o tratorista. Em valores reais, esses aumentos são da ordem de 19%, 22%, 23% e 24% respectivamente, para essas categorias.

Verifica-se que essas taxas de incremento estão apresentando valores bem próximos para as quatro categorias de trabalhador, eliminando de certa forma as diferenças existentes anteriormente entre trabalhadores residentes e contratados externamente à propriedade.

A escassez de mão-de-obra torna-se mais visível quando são analisados os salários pagos nas épocas de colheita, em que a demanda se intensifica. Para o algodão observa-se em abril de 1975, a média de Cr\$ 6,50 por arroba colhida, o que permite um salário de Cr\$ 26,00 por dia, estimando-se um rendimento de 4 arrobas por homem/dia. Para o amendoim

doim a média é de Cr\$ 5,50 por saca de 25 quilos, o que indicaria um salário de Cr\$ 33,00 por dia com o rendimento de 6 sacos/dia. Esses salários mostram-se superiores aos do diarista e do volante e, quando comparados com os vigentes no ano anterior, sugerem um aumento em valor corrente de 17% para a colheita de algodão e 19% para a do amendoim.

Comparando-se o salário de colheita com o preço de produto, através dos dados do quadro 78, registra-se para o algodão um incremento nos gastos de colheita de 13% em relação ao ano passado, enquanto que o preço do produto aumentou de apenas 2,8%. Para o amendoim, cujos preços aumentaram de 52%, o salário de colheita reduziu-se de 23% em termos do produto colhido. Para o café e cana-de-açúcar, os dados disponíveis referem-se à safra anterior visto que a safra atual está apenas começando.

A continuar a tendência de migração rural-urbana e diminuindo progressivamente as diferenças salariais entre o meio rural e o urbano, é provável que as altas de salário perdurem em 1975/76. No entanto, tal tendência irá depender, em grande parte, do comportamento do mercado de trabalho urbano, que apresentou pequeno dinamismo no primeiro semestre do corrente ano.

QUADRO 74. - Salários Rurais e Respective Índices em Valores Correntes, Estado de São Paulo, 1960-75

Ano	Diarista residente		Volante		Tratorista	
	Cr\$/dia	Índice (1)	Cr\$/dia	Índice (1)	Cr\$/mês	Índice (1)
1960	0,114	61	0,110	52	4,14	63
1961	0,148	80	0,171	80	5,23	80
1962	0,223	120	0,254	120	7,84	120
1963	0,362	195	0,398	187	12,82	196
1964	0,764	412	0,814	383	27,13	415
1965	1,369	738	1,547	728	62,36	954
1966	1,787	963	2,071	975	73,45	1.124
1967	2,492	1.343	2,538	1.194	86,78	1.328
1968	3,287	1.772	3,700	1.741	109,02	1.668
1969	3,875	2.089	4,155	1.955	151,40	2.317
1970	5,135	2.768	5,650	2.659	183,39	2.806
1971	6,445	3.474	7,035	3.311	233,86	3.579
1972	8,380	4.518	9,360	4.405	290,64	4.447
1973	11,350	6.119	11,900	5.600	376,55	5.762
1974	15,850	8.544	18,250	8.588	502,95	7.696
1975 (2)	17,800	9.596	22,100	10.400	592,90	9.073

(1) Índice simples, base de comparação: 1961-62 = 100.

(2) Informação coletada em abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 75. - Salários Rurais e Respectivos Índices, em Valores Reais (<sup>1</sup>), para o Estado de São Paulo, 1960-75

Ano	Diarista residente		Volante		Tratorista	
	Cr\$/dia	Índice ( <sup>2</sup> )	Cr\$/dia	Índice ( <sup>2</sup> )	Cr\$/mês	Índice ( <sup>2</sup> )
1960	4,76	101,66	4,59	87,50	172,71	94,90
1961	4,51	96,33	5,21	99,31	159,20	87,48
1962	4,48	95,69	5,10	97,22	157,37	86,48
1963	4,14	88,42	4,56	86,92	146,74	80,63
1964	4,59	98,04	4,89	93,21	163,02	89,58
1965	5,24	111,92	5,93	113,04	238,92	131,29
1966	4,96	105,94	5,75	109,61	203,86	112,02
1967	5,39	115,12	5,49	104,65	187,80	103,20
1968	5,73	122,38	6,46	123,14	189,93	104,37
1969	5,59	119,39	5,99	114,18	218,43	120,03
1970	6,18	131,99	6,80	129,62	220,87	121,37
1971	6,44	137,55	7,04	134,20	233,86	128,51
1972	7,16	152,93	8,00	152,50	248,48	136,54
1973	8,43	180,05	8,84	168,51	279,64	153,66
1974	9,15	195,43	10,53	200,72	290,24	159,49
1975 ( <sup>3</sup> )	9,23	197,14	11,46	218,45	307,55	169,00

(<sup>1</sup>) Em Cr\$ de 1971 pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(<sup>2</sup>) Índice Simples, base de comparação: 1962-66 = 100.

(<sup>3</sup>) Informação coletada em abril de 1975.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 76. - Evolução do Salário de Diarista Residente e Salário Mínimo na Capital, Estado de São Paulo, 1970-75

Ano	Salário diarista residente (a)	Salário mínimo na Capital (1) (b)	Relação percentual entre salário de diarista residente e salário mínimo na Capital (a/b)
1970	154,05	174,27	88
1971	193,35	212,80	91
1972	251,40	254,40	99
1973	340,50	297,93	114
1974	475,50	355,20	134
1975 (2)	534,00	376,80	142

(1) Média anual ponderada.

(2) Informação referente a abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 77. - Salários Rurais e Respetivos Índices no Estado de São Paulo, 1971-75

Ano	Mês	Diarista residente			Volante			Administrador			Tratorista		
		Cr\$/dia ( <sup>1</sup> )	Cr\$/dia ( <sup>2</sup> )	Índice ( <sup>3</sup> )	Cr\$/dia ( <sup>1</sup> )	Cr\$/dia ( <sup>2</sup> )	Índice ( <sup>3</sup> )	Cr\$/mês ( <sup>1</sup> )	Cr\$/mês ( <sup>2</sup> )	Índice ( <sup>3</sup> )	Cr\$/mês ( <sup>1</sup> )	Cr\$/mês ( <sup>2</sup> )	Índice ( <sup>3</sup> )
1971	Média	6,44	6,44	100,00	7,04	7,04	100,00	311,27	311,27	100,00	233,86	233,86	100,00
1972	Mar.	7,46	6,62	102,80	8,92	7,92	112,50	379,90	337,28	108,36	259,29	230,20	98,43
1972	Nov.	9,30	7,55	117,24	9,80	7,96	113,07	424,00	344,42	110,65	322,00	261,56	111,84
1972	Média	8,38	7,16	111,18	9,36	8,00	113,64	401,95	333,75	107,22	290,64	248,48	106,25
1973	Mar.	9,90	7,66	118,94	10,30	7,97	113,21	506,40	391,82	125,88	321,10	248,45	106,24
1973	Nov.	12,80	9,04	140,37	13,50	9,54	135,51	558,00	394,30	126,67	432,00	305,26	130,53
1973	Média	11,35	8,43	130,90	11,90	8,84	125,57	552,20	395,23	126,97	376,55	279,64	119,58
1974	Mar.	13,40	7,73	120,03	16,30	9,41	133,66	625,00	360,68	115,87	429,00	247,57	105,86
1974	Nov.	18,30	10,56	163,98	20,20	11,66	165,63	787,80	454,63	146,06	576,90	332,92	142,36
1974	Média	15,85	9,15	142,08	18,25	10,53	149,57	706,40	407,65	130,96	502,95	290,24	124,11
1975	Abr.	17,80	9,23	143,32	22,10	11,46	162,78	854,70	443,36	142,44	592,90	307,55	131,51

(<sup>1</sup>) Média do Estado, em valores correntes.

(<sup>2</sup>) Média do Estado, em valores reais de 1971 pelo Índice "2" da Conjuntura Econômica.

(<sup>3</sup>) Índice simples, calculados a partir dos valores reais em cruzeiro de 1971. Base de comparação: média 1971 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 78. - Relação entre Salário de Colheita e Preço do Produto, para Algodão, Amendoim, Café e Cana, Estado de São Paulo, 1971-75

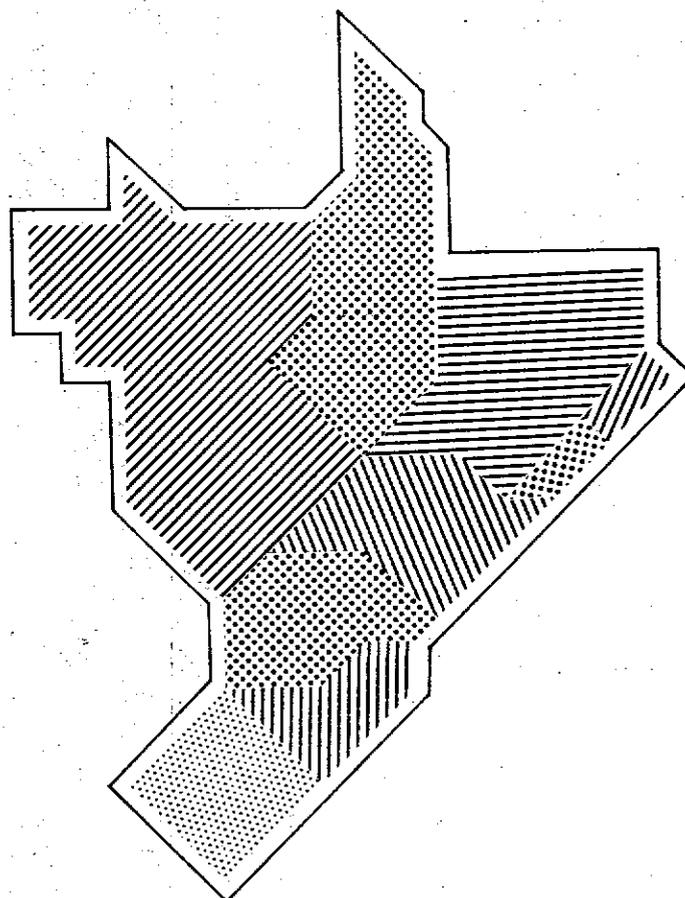
Ano	Algodão			Amendoim			Cafê beneficiado			Cana-de-açúcar		
	Salário Cr\$/ a	Preço Cr\$. (a)	Relação $\frac{\text{Salário} \times 100}{\text{Preço}}$	Salário Cr\$/sc.	Preço Cr\$/sc.	Relação $\frac{\text{Salário} \times 100}{\text{Preço}}$	Salário Cr\$/sc.	Preço Cr\$/sc.	Relação $\frac{\text{Salário} \times 100}{\text{Preço}}$	Salário Cr\$/t	Preço Cr\$/t	Relação $\frac{\text{Salário} \times 100}{\text{Preço}}$
1971	2,19	14,25	15,37	1,77	15,28	11,58	19,77	135,00	14,64	3,26	24,50	13,31
1972	3,26	17,10	19,06	2,27	15,30	14,84	23,68	213,80	11,08	3,83	29,11	13,13
1973	3,57	23,50	15,19	2,86	25,50	11,22	32,40	290,00	11,17	4,75	35,09	13,54
1974	5,60	35,00	16,00	4,70	29,00	16,21	45,28	332,64	13,61	9,62	57,67	16,68
1975 <sup>(2)</sup>	6,50	36,00	18,06	5,50	44,00	12,50	...	...	...	...	...	...

<sup>1</sup>  
(<sup>1</sup>) Salário de colheita por sacco de 110 litros de café, transformado em café beneficiado, estimando-se rendimento de 19kg de café beneficiado por saca de café em côco.

(<sup>2</sup>) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

# PROGNÓSTICO | REGIÃO CENTRO-SUL 75|76



## 3 • mercados de produtos

### 3 - MERCADOS DE PRODUTOS

As análises de mercado cobrem os fatos econômicos disponíveis até a data de fechamento referida ao final de cada produto. As estatísticas, entretanto, não puderam ser uniformizadas para todos os Estados da Região; no caso de São Paulo elas vão até o mês de agosto e na maioria dos outros Estados até junho ou julho de 1975.

#### - Algodão

##### - Panorama Internacional

As perspectivas de preços, consumo e volume do comércio internacional do algodão continuam estreitamente dependentes da situação econômica mundial. Esta situação, por sua vez, embora oferecendo muitos sinais de melhoria, está longe de apresentar indícios de que entrou em fase de franca recuperação.

Diante desse quadro, o que se pode prever, e assim mesmo com todas as ressalvas que o assunto comporta, é que na temporada 1975/76, iniciada a 1º de agosto último, os preços internacionais do algodão tendem a elevar-se, mas de forma paulatina; o consumo talvez alcance os 59 milhões de fardos, contra os 58,4 em 1974/75 e os 61,3 em 1973/74. Estima-se que o "carry-over" mundial, a 1º de agosto de 1976, se mantenha praticamente igual ao último, isto é, em torno de 29/30 milhões de fardos, amplamente suficiente para atender o consumo durante seis meses.

Quanto ao comércio internacional, com as reduções dos estoques nas mãos dos importadores, pode-se também admitir um ligeiro aumento dos preços em relação aos níveis pouco animadores dos dois últimos anos.

A substancial quebra na produção mundial de algodão prevista para 1975/76 e avaliada em 4,5 milhões de fardos (para uma produção prevista de 58,5 milhões de fardos em 1975/76, contra 63,0 em 1974/75) teria tido por efeito apenas o de trazer um relativo equilíbrio (o que não é pouco) na posição estatística do produto.

#### - Situação interna

A recente evolução da lavoura algodoeira na região meridional pode ser apreciada no quadro 79, devendo-se notar que estimativas oficiosas mais recentes preveem uma produção de 355 mil toneladas na safra 1974/75.

#### - São Paulo

A safra 1974/75 ofereceu um aspecto altamente positivo: a ótima qualidade do algodão. Quando se analisam outras características importantes no comportamento dessa safra, as conclusões são desfavoráveis, ou na melhor das hipóteses, neutras. Neste último caso situa-se, por exemplo, o rendimento físico por unidade de área, cujo montante esperado de 1.328 kg/ha pode ser considerado normal, pois representa um ganho de 1,1% sobre a temporada precedente.

Em que pese estes fatos, a safra não foi satisfatória, ao menos sob o ponto de vista dos produtores, pois, absorvendo em sua plenitude a grande alta dos preços dos insumos, os custos de produção resultaram muito elevados. A comercialização do algodão em caroço foi, além de tumultuada a princípio, bastante desfavorável aos produtores. De início, muitos maquinistas mantiveram-se "mudos", não se pronunciando quanto à compra dos algodões que lhes eram oferecidos. Num segundo estágio, alguns deles passaram a efetuar uma série de descontos não usuais sobre sacaria para colheita, transporte, etc.

Após essa fase, e quanto já se havia conseguido do Governo Federal o incentivo referente à isenção de impostos para a exportação do produto, as aquisições dos maquinistas entraram em ritmo normal, mas com o expediente de rebaixar o tipo do algodão entregue e consequentemente adquiri-lo por menores preços, ressalvadas algumas exceções.

A difícil comercialização da safra foi agravada pelas circunstâncias em que se processou aquela da safra precedente, deixando um alentado número de negócios para ser ainda ultimado entre maquinistas e produtores e grande número destes, com obrigações bancárias referentes a financiamentos de custeio daquela safra, ainda que seus prazos para resgate também tenham sido protelados.

A julgar também por informações obtidas junto aos produtores, não foram muitos que obtiveram um bom resultado econômico (receita líquida) com a lavoura algodoeira nos dois últimos anos.

Nos últimos quatro anos São Paulo tem participado, em média, com 49% da produção de algodão da Região Meridional no País.

#### - Paraná

No Paraná, tudo indica ser a safra 1974/75 quase igual à passada em volume de produção, com rendimentos físicos menores e melhor qualidade do produto. De observar que neste Estado as duas últimas safras não foram tão más, porém tiveram comercialização tão desordena

QUADRO 79. - Produção de Algodão em Rama no Sul do País <sup>(1)</sup>. 1969/70 a 1974/75  
(1.000 toneladas)

Safra	São Paulo	Paraná	Mato Grosso	Minas Gerais	Goiás	Total	Índice
1969/70	267	191	-	42 <sup>(2)</sup>	-	500	100
1970/71	228	124	14	16	25	407	81
1971/72	229	128	18	36	81	492	98
1972/73	225	141	15	27	50	458	92
1973/74	187	122	12	23	23	367	73
1974/75 <sup>(3)</sup>	175	112	13	23	17	340	68

<sup>(1)</sup> Os dados referentes a Paraná, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso estão acrescidos dos algodões provenientes desses estados e beneficiados em S.Paulo, sempre que tais dados sejam conhecidos.

<sup>(2)</sup> Soma de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

<sup>(3)</sup> Preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Instituições estaduais.

da e precária como em S.Paulo e de resto nos demais estados produtores da Região Meridional. Com isso, e com o avanço da soja e do trigo, observa-se também desânimo em relação à lavoura paranaense de algodão.

#### - Mato Grosso

Note-se que este Estado, nos últimos quatro anos tem contribuído, em média, com 31% da produção algodoeira na Região Centro-Sul. A produção de algodão em caroço deste Estado é quase totalmente comercializada em São Paulo, sofrendo, portanto, os mesmos percalços na comercialização. Este fato, agravado pela expansão na área cultivada com trigo e soja, reduzem notavelmente as perspectivas da cotonicultura matogrossense.

#### - Goiás

Esse Estado, que em 1971/72 chegou a produzir mais de 80 mil toneladas de algodão em pluma, provavelmente não alcance 20 mil em 1974/75. A frustração e má comercialização das últimas safras, bem como o avanço da soja, reduziram drasticamente o cultivo do algodão nesse Estado. De tal ordem foi essa redução, que talvez haja uma sustação da tendência declinante.

#### - Minas Gerais

Em Minas Gerais, na Zona do Triângulo Mineiro não ocorreu retração tão grande, devido, entre outros fatores, à pequena expansão anterior. Entretanto, os resultados para os cotonicultores, bem como sua disposição em relação ao novo plantio, são semelhantes aos de Goiás. Ao Norte, na região de Montes Claros, onde as condições são muito diferentes do restante da Região Meridional do País, inclusive quanto às opções para outros cultivos, parece ser mais sólida a perspectiva algodoeira.

#### - Perspectivas

Os primeiros números para 1975/76 indicavam novas contrações na área de cultivo na Zona Meridional. Assim, estimativas efetuadas antes das geadas de julho último e quando também não haviam sido divulgados os preços mínimos para 1975/76, sugeriam reduções de aproximadamente 20% em São Paulo e até mais de 30% no Paraná.

As principais causas desta tendência foram, como já descritas, o não satisfatório resultado financeiro nas duas últimas safras e o comportamento do mercado internacional.

Entretanto, a geadas com seus efeitos sobre a agricultura do Paraná e São Paulo , veio afetar bastante essas perspectivas de redução do plantio de 1975/76.

Assim, para o Paraná, passou-se duma tendência de redução mínima de 30% para uma expansão que está sendo preliminarmente avaliada em 17,0%, embora se admita também a simples manutenção da área anterior.

Para o Estado de São Paulo, ainda sem o levantamento da intenção de plantio torna-se muito difícil opinar quanto a magnitude do plantio. Informações esparsas dão conta que na Alta Sorocabana e Alta Paulista, duas das regiões mais castigadas pelas geadas, a redução de plantio anteriormente prevista será muito menor, quiçá mesmo anulada. De igual modo, na importante região de Campinas, estima-se que a redução será muito pequena. Sobre as demais zonas, inclusive a de Ribeirão Preto, menos atingida pelas geadas, as informações são por ora insuficientes para qualquer ilação. Em resumo e para São Paulo a impressão predominante parece ser a de que a redução ainda prevalecerá, mas em proporções bem menores que aquelas anteriormente previstas. Quanto ao Sul do Mato Grosso as informações mais recentes, dão como certo que o plantio será menor, sem contudo dimensioná-lo. Em Goiás preve-se um aumento de 14%. Em Minas Gerais espera-se pelo menos a manutenção da área, tanto no Triângulo, como no Norte do Estado, face aos níveis de preços mínimos fixados para 1975/76.

O aumento previsto para o Paraná, i.é., 50 mil hectares, mais do que compensaria os 5% de quebra admitidos em São Paulo e que importa em 18 mil hectares. Com isso, o plantio paranaense atingirá 334 mil hectares, muito próximo dos 350.000 que seriam plantados em São Paulo.

A expansão de 5 mil hectares prevista para Goiás também deve compensar, e talvez com sobras, a redução esperada no Sul de Mato Grosso.

Em síntese, caso sejam confirmadas as informações que serviram de base a estas considerações, pode-se estimar que o próximo plantio deverá superar o de 1974/75 em cerca de 5% para a Região Meridional, podendo eventualmente chegar aos 10%. Considerando a disponibilidade de sementes, tecnologia e mão-de-obra para colheita, o algodão poderá ser boa alternativa para o ano agrícola 1975/76, especialmente se os preços internacionais continuarem em ascensão.

Quanto ao volume, fica ele, como sempre, em grande dependência do transcurso do tempo. Em condições normais, pode-se contar com uma safra muito próxima daquela de 1973/74, que somou 368.000 toneladas de algodão em rama, e também desta última (1974/75) que, embora não terminada, deverá atingir 355.000 toneladas. Com essas novas perspectivas de produção permitem antever excedentes exportáveis ao contrário do previsto antes das geadas, cuja produção era avaliada na ocasião em 270 mil toneladas de algodão em pluma.

(IEA, 29/09/75)

- Amendoim

- Panorama internacional

A produção de amendoim em casca, na temporada de 1974/75, foi estimada em 15.880 mil toneladas, aproximadamente 1,1% a menos da safra 1973/74, calculada em 16.060 mil toneladas.

Para a temporada de 1975/76 prevê-se uma recuperação na produção desta oleaginosa, invertendo a tendência de queda verificada nos últimos anos.

Assim, para a temporada que se inicia, as previsões até o momento são bastante otimistas, mormente para a Índia, cujas últimas estimativas indicam uma produção de 6,5 a 6,8 milhões de toneladas, novo recorde, aproximadamente 31% superior à do ano passado (4,95 milhões de toneladas). O recorde até então era de 6,18 milhões de toneladas, obtido em 1971/72.

Também para a África Ocidental está-se prevendo, até o momento, grandes incrementos na produção para a safra 1975/76, apesar de ter ocorrido um atraso na estação chuvosa, cujo início se deu somente em julho. No Senegal, a expectativa para a nova colheita situa-se ao redor de 600 a 900 mil toneladas em casca, contra 720 mil toneladas em 1974/75.

Nos Estados Unidos, País em que a produção desta oleaginosa vem crescendo continuamente nestes últimos anos, está-se prevendo uma colheita ao redor de 1.735 mil toneladas, em casca, contra 1.664 mil toneladas em 1974/75, o que representa um acréscimo de 4,3%.

Deste modo, caso se confirmem as atuais previsões, deverá ocorrer significativo aumento na produção mundial desta oleaginosa, na nova temporada comercial.

Apesar das cotações do amendoim em grãos no mercado internacional situarem-se, no momento, em níveis abaixo dos registrados no ano passado, são ainda bem superiores aos de outros anos imediatamente anteriores a 1974, que foi considerado um ano excepcional para este produto.

No caso do óleo, o seu comportamento no mercado internacional foi bastante semelhante ao do produto "in natura", com os preços mais elevados ocorrendo em 1974, e os níveis atuais sendo ainda bastante superiores aos de 1973 e de anos anteriores.

Quanto ao farelo, a situação mostrou-se diferente, registrando os melhores níveis de preços no período de maio a setembro de 1973, declinando em seguida. Porém, nestes últimos meses, houve ligeira ascensão.

- Situação interna

Como o ocorrido nos últimos anos, a produção brasileira de amendoim em 1974/75 apresentou novo decréscimo, situando-se como a menor safra dos últimos seis anos (quadro 80). Quando comparada à de 1973/74, apresenta-se 20% menor e 45% abaixo da produção média dos últimos cinco anos. Uma observação que se torna necessária é a que se refere ao volume de produção nos diversos estados, principalmente Paraná, em razão de divergência nas estimativas referentes aos dois últimos anos.

QUADRO 80. - Produção de Amendoim em Casca nos Principais Estados Produtores, Região Centro-Sul e Brasil, 1970-75

Ano	São Paulo		Paraná		Mato Grosso		Centro-Sul		Brasil 1.000t
	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	
1970	620,0	67	154,1	17	36,6	4	633,4	90	928,1
1971	637,5	67	170,5	18	53,0	6	885,5	94	944,7
1972	645,0	67	155,8	16	76,8	8	909,3	95	956,2
1973	312,5	53	134,4	23	76,4	13	538,4	92	584,9
1974	268,6	48	140,6	25	89,7	16	522,8	94	556,2
1975	262,5	59	116,9	26	39,0	9	430,97	97	443,0

Fonte: M.A., IEA, CEPRES, CEPAGRO.

Tanto em São Paulo como no Paraná, principais estados produtores no Brasil, que juntos participaram com 85% da produção brasileira em 1974/75, os fatores que ocasionaram este brusco declínio de produção foram praticamente os mesmos:

- baixos preços recebidos pelos agricultores nas últimas safras, excluindo-se 1974/75;
- chuvas frequentes na época da colheita, trazendo prejuízos à qualidade do produto e, portanto, depreciando-o comercialmente;
- custo elevado de colheita, devido a carência de mão-de-obra, em algumas das principais zonas produtoras;
- alto custo da semente e carência de semente certificada;
- concorrência de outras culturas mais rentáveis, principalmente devido a baixa produtividade desta lavoura.

Devido a estes fatores bastante desestimulantes, os agricultores vem preterindo esta cultura em favor de outras com menores riscos e provavelmente de maior rentabilidade econômica.

Em 1975, porém, face a pequena produção, à boa qualidade do produto, aos preços favoráveis, às exportações tanto do produto "in natura" como de seus derivados, os preços recebidos pelos agricultores nas principais zonas produtoras foram considerados satisfatórios. Em São Paulo e no Paraná situaram-se eles ao redor de Cr\$ 42,00/47,00 por saca de 25kg em casca, não apresentando, como normalmente vinha acontecendo em anos anteriores, quedas bruscas nos meses imediatos à colheita (quadro 81).

Face à conjuntura do mercado de grãos de oleaginosas e seus derivados (óleos e farelos) nestes últimos anos o comportamento nos preços internos destes derivados foi semelhante ao observado no mercado internacional.

Para o óleo, os preços em 1974 foram superiores aos de 1973; em 1975 porém, houve pequena alteração face ao grande volume de outros óleos vegetais comestíveis, vigindo preços inferiores aos de 1974, cuja tendência de declínio persistiu nos primeiros meses de 1975, apresentando, no entanto, ligeira reação nos últimos meses.

O escoamento da produção faz-se em função da industrialização, exportação ou consumo humano. Da produção paranaense, aproximadamente 60% é industrializado no próprio Estado, enquanto 40% destina-se ao mercado paulista.

Quanto a produção de outros estados, normalmente devido à pequena quantidade produzida, é consumido no próprio Estado ou, quando há algum excesso, é ele encaminhado aos mercados paulista e paranaense. Registre-se que a produção matogrossense de amendoim que vinha crescendo desde 1960/70, chegando a atingir 16% da produção nacional em 1973/74 (89,7 mil toneladas), reduziu para 39 mil toneladas em 1974/75 (9% da produção brasileira).

Quando se comparam as exportações pelo porto de Santos em 1974, com as realizadas em

QUADRO 81. - Preços Recebidos pelos Produtores de Amendoim em Casca, nos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul,  
1973-75  
(Cr\$/sc.25kg)

Mês	São Paulo			Paraná			Mato Grosso		
	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975
Jan.	20,85	23,77	41,89	17,50	34,50	48,75	19,75	30,00	44,00
Fev.	24,97	24,41	45,49	19,50	34,25	49,00	22,75	28,50	45,00
Mar.	25,52	30,45	45,21	21,25	33,25	48,25	20,75	29,75	35,25
Abr.	25,27	32,79	44,42	23,50	34,75	49,00	21,50	31,25	40,25
Mai.	25,61	33,72	42,66	23,00	36,25	49,50	22,00	29,75	33,25
Jun.	28,59	33,14	41,86	22,50	34,75	53,75	23,00	29,50	35,25
Jul.	32,81	34,49	42,22	-	36,75	51,25	25,50	31,92	38,25
Ago.	35,39	36,67	46,41	28,00	37,50	...	29,50	29,00	...
Set.	39,88	39,66	...	32,00	41,75	...	35,50	32,50	...
Out.	39,90	38,27	...	-	41,75	...	32,75	35,25	...
Nov.	39,50	43,10	...	32,50	48,25	...	34,25	32,25	...
Dez.	38,21	41,08	...	31,25	46,75	...	34,25	34,75	...

Fonte: IEA, FGV.

1973, observa-se uma redução de -56% do volume de amendoim em casca, -19% no de farelo de amendoim e -11% no de óleo, contra acréscimo de 25% no volume exportado de amendoim sem casca (quadro 82).

QUADRO 82. - Exportação de Amendoim e Derivados pelo Porto de Santos, 1973-75

Produto	1973 (t)	1974 (t)	Variação % 1974/73	1975 <sup>(1)</sup> (t)
Amendoim em casca	21.632	9.547	-56	10.362
Amendoim sem casca	26.038	32.520	25	32.714
Farelo de amendoim	65.743	53.502	-19	16.356
Óleo de amendoim	27.502	24.415	-11	15.543

(<sup>1</sup>) Referem-se ao período janeiro a agosto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Quando comparadas as exportações no período janeiro-agosto de 1975 com idêntico período de 1974, observam-se as seguintes variações: +39%, +19%, -60%, -26%, para amendoim em casca, amendoim sem casca, farelo e óleo, respectivamente.

#### - Perspectivas

Em razão de vários fatores, pode-se prever aumento na área desta cultura para o próximo ano agrícola, tanto em São Paulo como no Paraná. Esses fatores seriam:

- preços recebidos pelos agricultores na comercialização da produção deste último ano agrícola (1974/75) considerados satisfatórios;
- preço mínimo para 1975/76 de Cr\$ 45,00/saco de 25kg, em casca, tido até mesmo como incentivador;
- ocorrência de fortes geadas em algumas das principais zonas produtoras, o que deverá ocasionar liberação tanto de terra como de mão-de-obra para esta cultura;
- maior interesse pela cultura em zonas não tradicionais, caso específico de Ribeirão Preto, porém com emprego de melhor tecnologia e obtenção de maior produtividade e rentabilidade.

Assim, prevê-se no Brasil, especialmente em São Paulo e Paraná, aumento na área dedicada à cultura, invertendo a tendência dos últimos anos. Este aumento, tanto em São Paulo como no Paraná, deverá girar ao redor de 20 a 25%, o que dará possibilidade da nova safra brasileira situar-se em torno de 500 mil toneladas.

No mercado internacional, apesar da recente reação nos preços dos óleos e farelos, prevê-se uma oferta bastante expressiva, não só do amendoim, mas de todas as oleaginosas. Assim, até o momento, as perspectivas são de grandes ofertas, que poderão refletir-se diretamente nas cotações internacionais tanto do amendoim em grãos como de seus derivados.

(IEA, 29/09/75)

## - Feijão

### - Situação interna

O caráter de subsistência da cultura, as explorações de pequenas dimensões, o sistema predominante da consorciação, a existência de duas ou mais safras na maioria das zonas produtoras, a alta vulnerabilidade da cultura às condições climáticas e a incidência de doenças tem sido as causas principais da instabilidade das safras de feijão (quadro 83).

No decorrer da década de 60, tanto a área colhida como a produção de feijão no Brasil apresentaram nítida tendência de crescimento, sendo o aumento da produção, função exclusiva do aumento da área. Nesta primeira metade da década de 70, contudo, tem-se constatado uma nítida queda de rendimento da cultura e uma estabilização ou mesmo queda da área de plantio, em razão, principalmente da alternância dos resultados econômicos obtidos pelos produtores. Nas principais regiões produtoras, a área destinada ao feijão tem sofrido a concorrência da cultura da soja.

Em consequência da queda de produção nos principais estados, em 1974/75 o abastecimento dos mais importantes centros de consumo tem sido agravado e os preços do produto tem apresentado altas substanciais a partir de maio do corrente ano, beneficiando porém, muito poucos produtores, pois o produto já havia sido entregue em sua grande maioria aos comerciantes (quadro 84).

A produção de feijão nos estados da Região Centro-Sul, que em 1970 abrangia cerca de 79% do total brasileiro, é obtida em 2 safras anuais: nas "águas" (novembro-janeiro) e na "seca" (maio-julho), exceto em Goiás, onde a colheita coincide com a do segundo plantio dos demais estados da região. As dimensões da área de plantio de uma safra tem nítida relação com os resultados conseguidos pelos produtores na safra imediatamente anterior. Desta forma, face aos baixos preços recebidos na última safra das águas (1974/75), os produtores reduziram a área no plantio da seca, o que, prejudicado pela estiagem, resultou em produção aquém da expectativa para o consumo, até o início da nova temporada.

Conforme as informações disponíveis, os 9 estados da região Centro-Sul produziram, em média nos 3 últimos anos, cerca de 67% do total brasileiro, ressaltando-se que os 6 estados maiores produtores (Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Goiás) foram responsáveis por 94% da produção do Centro-Sul e 63% do Brasil nesse período.

### - Paraná

Neste Estado, a cultura de feijão ocupou a terceira posição quanto à área entre os produtos agrícolas em 1960 e 1970, tendo sido superado pelo café e milho enquanto o valor da produção da leguminosa foi superado apenas pelo café em 1960 e pelo milho em 1970.

A substancial elevação dos preços do produto após as geadas de julho último pode ser atribuída aos seguintes fatores: a) reduzida safra da seca, face aos desestímulos proporcionados pelos preços da safra das águas; e b) intensificação da procura do produto para

QUADRO 83. - Área, Produção e Rendimento de Feijão nos Estados do Centro-Sul, 1972/73 a 1974/75

Estado	1972/73			1973/74			1974/75		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Paraná	1.036,2	488,3	471	1.077,0	562,0	522	750,0	479,0	639
Minas Gerais	834,5	471,3	565	830,1	498,1	600	826,7	498,2	603
Rio Grande do Sul	220,6	176,6	800	189,0	157,0	831	185,0	148,0	800
São Paulo	270,0	133,8	496	289,6	131,4	454	231,2	109,2	472
Santa Catarina	129,8	85,3	657	173,5	127,9	737	180,0	168,0	933
Goiás	153,9	73,9	480	192,4	92,4	480	223,0	112,6	505
Mato Grosso	57,3	48,8	851	56,8	50,7	893	49,0	38,9	793
Espírito Santo	133,8	35,4	264	136,8	51,8	379	87,8	46,2	526
Rio de Janeiro	<u>11,2</u>	<u>6,5</u>	<u>580</u>	<u>14,0</u>	<u>8,1</u>	<u>578</u>	<u>12,0</u>	<u>7,2</u>	<u>600</u>
Centro-Sul	2.847,3	1.519,9	534	2.959,2	1.679,4	568	2.544,7	1.607,3	632
Norte-Nordeste	1.698,0	883,9	520	...	623,3	...	...	852,2	...
Brasil	4.545,3	2.403,8	529	...	2.302,7	...	...	2.459,5	...

Fonte: Secretarias da Agricultura, Fundação IBGE, Associações de Crédito e Assistência Rural.

QUADRO 84. - Preços Médios Mensais Correntes de Feijão Recebidos pelos Produtores dos Principais Estados do Centro-Sul, 1973-75  
(Cr\$/sc.60kg)

Mês	Paraná			Minas Gerais			Rio Grande do Sul			Santa Catarina			São Paulo			Goiás		
	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975
Jan.	78,60	118,20	105,60	99,60	173,40	142,80	60,00	149,40	111,00	52,20	117,60	90,00	108,50	116,60	139,40	90,00	190,20	145,80
Fev.	83,40	109,20	96,60	103,20	130,20	136,20	58,20	123,00	111,00	51,00	101,40	90,00	123,50	107,10	123,40	110,40	169,80	151,80
Mar.	88,80	100,80	94,80	111,00	127,20	126,00	60,60	122,40	101,40	57,00	99,60	85,80	189,50	107,70	127,80	130,20	157,80	143,40
Abr.	112,80	106,80	97,20	144,60	127,20	125,40	66,60	123,00	100,20	64,80	107,40	88,20	238,60	115,40	140,40	144,00	154,80	151,80
Mai.	133,20	145,20	121,80	174,00	138,00	132,60	81,00	139,80	103,20	70,80	127,20	87,60	226,60	203,70	206,90	150,60	165,60	153,60
Jun.	136,80	139,20	135,00	177,60	155,40	161,40	99,60	155,40	108,60	88,20	133,80	88,20	220,90	198,50	216,50	145,80	162,60	180,60
Jul.	164,40	139,20	144,60	188,40	148,20	178,20	116,40	156,00	...	103,80	129,00	92,40	227,70	173,40	244,90	170,40	147,00	194,40
Ago.	180,60	139,80	205,80	200,40	143,40	187,80	145,80	154,80	...	121,80	126,00	97,20	241,40	163,40	358,40	192,00	141,60	222,60
Set.	213,00	130,80	...	230,40	144,00	...	153,60	148,20	...	176,40	118,20	...	252,30	172,40	...	218,40	138,60	...
Out.	213,60	132,00	...	242,40	138,00	...	184,80	145,20	...	216,00	114,00	...	249,40	173,40	...	252,00	142,20	...
Nov.	187,20	129,60	...	253,80	138,60	...	196,80	133,20	...	217,80	103,80	...	181,50	168,20	...	234,00	143,40	...
Dez.	162,00	124,80	...	209,40	144,60	...	172,20	133,20	...	186,00	100,20	...	122,40	177,70	...	222,00	142,80	...

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV e Instituto de Economia Agrícola.

fins de semente. Como a safra paranaense, tanto das águas como da seca, aflui aos mercados antes do produto dos demais estados (Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e estados do Nordeste), houve escoamento em larga escala, ocasionando escassez de feijão no Estado já em princípios de agosto último. Em consequência, ocorreu a inversão do fluxo da comercialização, com a entrada nas praças paranaenses, em pequena escala, de feijão de Mato Grosso, São Paulo e Bahia, passando o Estado do Paraná de exportador a importador.

#### - Minas Gerais

A cultura de feijão neste Estado ocupou, em 1960, a quarta posição quanto à área colhida entre os produtos agrícolas mineiros, tendo sido superada pelo milho, café e arroz; já em 1970, encontrava-se em terceiro, superada apenas pelo milho e arroz. Quanto ao valor da produção, em 1960 foi superada pelos arroz e milho e em 1970, pelo café, arroz e milho.

Os tipos comerciais mais utilizados nos principais centros consumidores - roxão e roxinho para São Paulo e preto para Rio de Janeiro - são produzidos em grande parte na região do Alto Paranaíba, onde se faz apenas o plantio da "seca", em consorciação com o milho.

#### - Rio Grande do Sul

A cultura da leguminosa em terras gaúchas ocupou a quinta posição quanto à área, em 1960, tendo sido suplantada pelo milho, trigo, arroz e mandioca, enquanto em 1970, além daquelas culturas, foi superada também pela da soja, esta ocupando então a terceira posição. Em valor de produção, foi a sexta colocada em 1960, superada pelo milho, trigo, soja, arroz e mandioca, enquanto em 1970 foi superada também pelo fumo.

A área cultivada com feijão vem diminuindo a cada ano, devido não só a cultura ser muito exigente quanto à fertilidade do solo como também em virtude da expansão da soja, face aos estímulos de preço.

Segundo pesquisa realizada junto às cooperativas agrícolas do Estado, em média apenas 28% da produção de feijão é comercializado através delas, porque em geral parte da produção se destina ao consumo próprio, sendo o excedente, em sua maioria, entregue diretamente a intermediários, dos quais os maiores são os atacadistas da capital gaúcha. As cooperativas, quando operam com o produto, efetuam apenas o armazenamento e a venda, deixando o beneficiamento, classificação e embalagem por conta desses atacadistas.

As exportações para outros estados constituem-se principalmente de feijão de cores, porque o consumidor do Rio Grande do Sul, em sua maior parte, prefere o tipo preto. O cultivo deste último tipo representa 90% da produção gaúcha.

#### - Santa Catarina

Em 1970 a área de feijão plantada no Estado foi a terceira em dimensão, perdendo apenas para o milho e a mandioca, tendo sido o quinto produto em valor da produção, superado por aqueles e mais arroz e fumo. Em 1960, ocupava quarta posição em área, superado pelo milho, trigo e mandioca e a quinta em valor da produção, superado pelo milho, mandioca, trigo e arroz.

Os principais problemas da cultura feijoeira catarinense, como nos demais estados, são: baixo rendimento agrícola e inexistência de sementes melhoradas. O rendimento médio estadual, contudo, vem apresentando acréscimos substanciais nos últimos anos, o que, aliado à expansão da área de plantio, vem favorecendo o aumento da produção.

#### - Goiás

A cultura da leguminosa neste Estado, em 1960, foi a terceira colocada em área colhida e em valor de produção agrícola, superada apenas pelo arroz e milho, em ambos os casos. Em 1970 ocupou a mesma posição em área colhida, sendo que em valor da produção foi superada também pela mandioca.

Trata-se de uma cultura tradicional no Estado, sendo geralmente cultivada em consorciação com o milho em caráter de subsistência. Embora esteja disseminada em todo o território goiano, há certa concentração da produção na zona fisiográfica de Mato Grosso de Goiás, responsável nos últimos anos por 50% do total estadual.

#### - São Paulo

Em São Paulo, a cultura de feijão ocupa posição bem modesta quanto à área e valor da produção agrícola. Tal fato se deve à grande diversificação da agricultura paulista, ao atraso tecnológico da cultura e aos riscos inerentes à exploração desta leguminosa. Assim, em 1960 ocupou ela a quinta posição em área colhida, superada pelo café, milho, arroz e algodão e em 1970, a sétima posição, perdendo também para a cana e amendoim. Em valor da produção, foi o sétimo produto em 1960, superado pelo café, cana, algodão, milho, arroz e amendoim e em 1970, também pelo tomate, que então ocupou a sétima posição.

Nos últimos 6 anos o Estado como um todo tem registrado algumas variações de área, produzindo maior volume no plantio da seca, devido à maior produtividade, ao redor de 30%, superior a das águas. A produtividade média do Estado tem-se situado ao redor de 417 kg/ha (7 sacos/ha) nas águas e de 540 kg/ha (9 sacos/ha) na seca. Em termos regionais, ressalte-se a participação crescente da Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Sorocaba, que produziu nos últimos 3 anos cerca de 56% do total da safra das águas e 69% do total da seca. Com respeito à área, Sorocaba respondeu com 56% do total do Estado no plantio das águas e 63% no da seca na média do último triênio.

Face à baixa tecnologia predominante, às adversidades climáticas e aos ataques ge

neralizados de pragas e moléstias, as safras recém-findas, tanto das águas como da seca, não lograram bons resultados sob o aspecto da produtividade agrícola. Os preços recebidos pelos produtores paulistas no decorrer de 1974 e os níveis de preços mínimos, considerados in satisfatórios, provocaram retração da área tanto no plantio das águas (-18%) como no da seca (-23%), truncando a tendência de aumento da produção dos últimos 3 anos.

O abastecimento da cidade de São Paulo, principal mercado consumidor de feijão de cores, foi normal no decorrer das safras 1973/74 e 1974/75, com relativo equilíbrio entre oferta e procura no período. Contudo, as perspectivas de relativas "quebras" de produção paranense e paulista no último plantio da seca e mais recentemente os problemas decorrentes da prolongada estiagem (atraso no plantio "de inverno" e intensa procura do produto para semente) elevaram continuamente os preços desde abril último. O pequeno volume das entradas de feijão nordestino (de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia) iniciadas em agosto, não foi suficiente para conter a alta generalizada dos preços no mercado atacadista da capital paulista. No momento existem bons estoques de feijão preto, o que tem motivado certa estabilidade dos preços desse tipo, e pequenas disponibilidades de outros tipos de cores, su ficientes para o consumo até o início da nova safra.

#### - Perspectivas

Se em princípios de agosto, em função da evolução dos preços do produto, as perspectivas eram as mais otimistas possíveis para o aumento dos plantios na próxima safra das águas, no momento a situação é de incerteza, mormente em São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

No Paraná, a corrida em busca de sementes encerrou-se em fins de agosto e a comercialização normalizou-se, restando, contudo, apenas negócios com o feijão para o consumo local. Informa-se que as expectativas de aumento da área estão se confirmando em todas as regiões do Estado. Acredita-se que as condições climáticas no Paraná não tenham sido tão inadequadas a ponto de impedir o plantio em áreas maiores que em ano anterior, face ao súbito interesse provocado pelos preços recentes e à necessidade de compensar os prejuízos ocasionados pelas geadas nos cafezais. A produção paranaense poderá atrasar-se, esperando-se a entrada do produto no mercado a partir de fins de outubro. Embora não se disponha de dados precisos, pode-se estimar em cerca de 10 a 20% o aumento da área de plantio em relação à anterior safra das águas.

Em Minas Gerais, os preços recebidos pelos produtores na safra 1974/75, considerados satisfatórios, e com perspectiva de alta até a entrada da nova safra poderão induzir a pelo menos ligeiro acréscimo no plantio das águas, invertendo assim a tendência observada no último triênio.

Para os Estados do Rio Grande do Sul, que tem apresentado tendência de decréscimo nos plantios dos últimos anos e Santa Catarina, com tendência de aumento, embora tenham obtido, ao lado de Mato Grosso, as melhores produtividades na cultura feijoeira, não se prevê aumento nas respectivas áreas, face aos seguintes fatores: a) preços relativamente baixos recebidos pelos produtores; b) concorrência da cultura da soja, que ainda exerce forte atração junto aos produtores; e c) falta de mercado para o feijão preto, o principal tipo cultivado

nesses estados e destinado basicamente ao consumo local.

No Estado de São Paulo, cuja produção supre apenas um terço do consumo interno, os produtores tradicionais das regiões sul e sudoeste, que praticam lavouras exclusivas ("solteiras") de feijão, sofrem amiúde a concorrência da oferta do produto paranaense, mormente no plantio das águas. Tendo em vista este fato agravado pelos plantios mais precoces no Paraná e conseqüentemente, afluxo da produção daquele Estado precedendo a de São Paulo. Acredita-se que para essas culturas "solteiras" haja uma pequena contração na área de cultivo das águas em virtude de atraso no preparo do solo, elevado preço da semente e os riscos na comercialização como já comentado. Entretanto, é aguardado um acréscimo no cultivo de feijão intercalar, principalmente nos cafezais atingidos pelas geadas. Por ora pode-se esperar, no cômputo geral, que a área de plantio se aproxime da safra das águas de 1974/75.

Em Goiás existem na realidade duas safras anuais, não atingindo, contudo, 10%, a área de plantio "das águas" no total anual. Espera-se um aumento de plantio, seguindo a tendência dos últimos 3 anos, acompanhando a evolução da cultura de milho no Estado, dada a consorciação em larga escala com este cereal na safra principal, a "da seca".

Para Mato Grosso, Espírito Santo e Rio de Janeiro não se dispõe de informações e dados suficientes para se analisar a tendência da produção. Fato de destaque é a produtividade relativamente alta da cultura matogrossense, cujo plantio, "da seca", é realizado em consorciação com milho. O caráter de subsistência da cultura e a inexpressiva participação do produto desses estados nos mercados não oferecem condições para alterações significativas em relação aos anos anteriores.

Concluindo, a região Centro-Sul deverá apresentar, no global, acréscimo da área no próximo plantio das águas, sendo que os aumentos nos estados do Paraná, Minas Gerais e Goiás provavelmente mais que compensarão eventuais decréscimos nos demais.

(IEA, 29/09/75)

- Laranja

- Panorama internacional

A produção de laranja em 24 países maiores produtores está estimada, para 1974/75, em 30,3 milhões de toneladas, com um aumento de 3% sobre o nível de 1973/74 e 2,7 milhões de toneladas acima do recorde mundial estabelecido em 1972/73.

Aumentos de produção foram previstos para o Hemisfério Norte, principalmente devido à safra recorde norte-americana de 9,9 milhões de toneladas (240,1 milhões de caixas, 11% acima da safra precedente, enquanto na Região do Mediterrâneo o acréscimo foi tão somente de 1% e de forma desigual nos diversos países produtores. Assim, espera-se aumento de produção na Grécia (51%), no Egito (4%), na Itália (4%), no Líbano (5%) e na Turquia (4%), em contrapartida a quedas nas quantidades ofertadas por Chipre (-35%), Israel (-9%), Marrocos (-1%), Portugal (-7%), Tunísia (-4%) e Espanha (-4%), nesta última, considerada a maior produtora da região, devido a prolongada estiagem.

Inicialmente admitia-se que as exportações da Região do Mediterrâneo, em 1974/75, suplantariam o reduzido nível de 2.946 mil toneladas verificado em 1973/74. Entretanto, condições climáticas adversas em algumas áreas produtoras fizeram com que fosse reduzido o período de comercialização, invertendo as previsões iniciais, passando-se em abril a admitir uma diminuição de 2% no volume exportado, ou seja, que estas não ultrapassariam as 2.877 mil toneladas.

Durante a "temporada de inverno" (novembro-abril) os preços permaneceram em níveis somente pouco acima daqueles do ano anterior, refletindo a fraqueza da demanda em países com situação econômica debilitada, onde se verificou considerável redução nos gastos dos consumidores em produtos alimentícios não considerados básicos.

Embora seja ainda cedo para indicações mais precisas, as reduções de produção previstas para a África do Sul (-10%), Austrália (-14% devido à seca) e Argentina (599,1 mil toneladas contra 833,0 mil em 1973/74), bem como o andamento da produção brasileira, que deverá situar-se aquém de 100 milhões de caixas (4 milhões de toneladas), deverão resultar em redução na produção de laranja durante a "temporada de verão" de 1974/75 (maio a outubro).

No tocante ao processamento de laranja, o volume industrializado em 1973/74 foi estimado em 14 milhões de toneladas (35% da produção total). As reduções verificadas na Espanha e Argentina, foram compensadas por aumentos registrados nos Estados Unidos (143,2 milhões de caixas contra 136,4 em 1972/73), em Israel, Grécia, Japão e Brasil (40 milhões de caixas contra 35 milhões no ano anterior).

Estimativas da industrialização para 1974/75, dão conta que deverão ocorrer aumentos nos Estados Unidos e Japão e diminuições, por falta de matéria-prima, nos países do Mediterrâneo, África do Sul e Argentina. É muito provável, também, que no Brasil não se mantenha o nível da safra precedente, devido à estiagem prolongada, agravado pelo baixo rendimento industrial obtido até o momento.

Quanto ao comércio internacional de produtos cítricos, a queda na demanda foi bastante evidente, fazendo com que em 1974 se verificasse, pela primeira vez, uma diminuição que não ocorria há muitos anos. Assim, estatísticas parciais para os principais países im-

portadores, indicam um declínio ou estagnação em comparação ao período de 1973. Na Alemanha Ocidental estimou-se uma queda de 20% nas importações de suco; no Reino Unido, Países Baixos e França não se registraram aumentos. Por outro lado, observaram-se aumentos nas compras da Suécia e Dinamarca, devido aos preços mais baixos e expansão das vendas do Brasil.

Ao contrário, nos Estados Unidos, em 1974, o consumo interno aumentou cerca de 15% contra a média de 11% dos últimos anos, devido particularmente à estabilidade dos preços do suco e ao aumento dos custos de bebidas competitivas.

Particularmente no caso dos Estados Unidos, a atual safra está oficialmente estimada em 175,6 milhões de caixas na Flórida (7,9 milhões de toneladas), ou seja 6% acima da anterior, e em 55 milhões de caixas na Califórnia, recorde desde 1946/47 e 35% superior à safra 1973/74. Além dessas, some-se 4,5 milhões de caixas no Texas e 5,0 milhões no Arizona, totalizando as 240,1 milhões de caixas.

Embora o volume total industrializado até junho tenha sido maior do que no ano anterior, sua participação relativa na utilização da safra declinou para 79%, contra 81% de um ano atrás, tendo-se registrado um aumento de 18% no total de laranja enviada para consumo ao natural.

Com um rendimento semelhante ao da safra passada (1,31 galão por caixa), a indústria na Flórida estima que ao final da safra serão obtidos 184 milhões de galões, contra 172 milhões de um ano atrás (+7%).

De outra parte, até meados de junho as vendas de suco tinham aumentado de 10% em relação ao período de promoção de vendas com bonificações de preços.

Em contrapartida, nos primeiros 6 meses da safra 1974/75, as exportações de suco concentrado congelado totalizaram cerca de 6,2 milhões de galões, 4% menos que na safra anterior, pois os aumentos de vendas para o Canadá foram insuficientes para compensar os decréscimos registrados nas exportações para Europa e outras regiões.

Totalizando-se as importações até junho, com a produção interna, os estoques nos Estados Unidos estavam 3 milhões de galões abaixo do nível do ano anterior; admitindo-se o mesmo movimento de vendas até o final da safra, "carry-over" deverá ser da ordem de 49 milhões de galões, ou seja, semelhante ao do início desta safra.

Refletindo todo esse quadro, os preços recebidos pelos produtores na Flórida para laranja industrial (de US\$ 1,29 a 1,75/cx.) foram, em média, substancialmente abaixo daqueles da safra 1973/74. Mesmo considerando-se todas as vendas, os preços pagos aos produtores na Flórida serão provavelmente inferiores à média de 1973/74.

#### - Situação interna

A partir de julho de 1974, os preços de suco concentrado passaram a cair, não são pela situação interna de oferta abundante, mas, também, pela recessão nas compras internacionais. Conquanto a CACEX tenha procurado manter um valor mínimo da guia de embarque e registro em US\$ 560,00/tonelada FOB-Santos, as cotações chegaram até US\$ 400/420,00, resultando em um valor médio para o ano civil 1974 de US\$ 545,00/tonelada-FOB.

No primeiro semestre de 1975 a cotação média, segundo a CACEX, foi de US\$ 448,00/tonelada-FOB, contra US\$ 571,00 do mesmo período do ano anterior, o que pode ser reflexo da existência de estoques (cerca de 50.000t) da safra 1974, elaborados a partir de matéria-prima de menores custos (quadro 85).

Não se pode deixar de apontar, todavia, que a redução nos preços de venda do produto conferiu-lhe maior poder de penetração em alguns mercados, onde os importadores se mostravam temerosos e procurando evitar novas altas, particularmente de produtos de consumo não essencial (quadro 86).

#### - São Paulo

Graças aos preços mais acessíveis, as vendas de laranja fresca no mercado interno aumentaram substancialmente, segundo o comércio especializado. Apenas alguns comerciantes que haviam feito compras no início da safra a níveis mais elevados, se viram em dificuldades financeiras, premidos pela redução de sua margem no negócio. Para esses, a solução foi comprar mais a preços baixos, procurando obter média compatível com as novas condições de mercado.

Neste quadro difícil da citricultura, um ponto de destaque foi o aumento das exportações de fruta fresca, favorecidas por um mercado importador carente de fruta da Região do Mediterrâneo, cuja safra encerrou-se excepcionalmente mais cedo na temporada passada, devido a problemas climáticos (quadro 87).

Um balanço geral do ano 1974 permite algumas considerações importantes: a) preços altamente satisfatórios para os produtores, como vinham ocorrendo desde 1970, não poderiam perdurar por mais tempo, sob o risco de reduzir o poder competitivo do suco num mercado em recessão, a par de gerar uma corrida para plantios sem precedentes; b) era inevitável que também o suco de laranja sofresse as consequências de restrição de consumo externo, ou melhor, da mudança na política de importações que se seguiu à crise econômica mundial; c) os industriais de suco são também exportadores de fruta fresca e grandes fornecedores de laranja para os atacadistas de mercado interno, possibilitando-lhes a maioria na seleção de frutas. Significa, outrossim, que a citricultura caminhou para um oligopsônio, onde poucos compradores representam o maior canal de comercialização da safra (cerca de 70%); d) a dificuldade foi em grande parte gerada pela indisciplina comercial das fábricas, envolvendo uma disputa acirrada entre produtores e industriais. Muito contribuiu para tal desordem a crise de confiança na área creditícia, dado o debacle financeiro da Sanderson do Brasil; e) o setor mostrou pontos de debilidade, onde se destacaram a falta de capacidade física e financeira para a estocagem de suco em maior volume; e, f) o setor de produção demorou em reconhecer a conjuntura de oferta crescente de matéria-prima, enfraquecimento da demanda, necessidade de adequação de preços a novos níveis de mercado internacional, importadores temerosos e restrições de crédito no âmbito nacional. De notar-se que os citricultores estavam até então acostumados a um mercado vendedor.

QUADRO 85. - Exportação de Suco Concentrado de Laranja pelo Porto de Santos, 1970-75  
(tonelada - peso líquido)

Mês	Suco concentrado de laranja					
	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Jan.	422,1	3.563,4	6.485,9	7.971,0	3.138,0	11.461,0
Fev.	2.606,5	2.940,4	3.584,8	10.453,5	3.495,0	13.507,0
Mar.	492,3	5.190,6	4.240,3	10.007,1	6.062,0	13.380,0
Abr.	108,2	2.156,4	4.032,8	6.152,0	2.379,0	9.221,0
Mai.	613,1	2.981,4	3.200,4	4.124,6	2.258,0	6.998,0
Jun.	1.618,4	1.854,7	4.399,3	6.109,4	5.544,0	11.460,0
Jul.	2.769,3	10.460,4	7.949,9	5.979,1	4.509,0	15.964,0
Ago.	2.758,2	5.465,6	9.134,1	17.283,6	8.946,0	12.384,0
Set.	2.443,8	9.783,6	9.855,7	10.990,7	9.016,0	...
Out.	5.346,9	10.439,3	12.102,0	22.231,1	10.117,0	...
Nov.	8.014,9	5.545,4	16.855,5	10.699,3	16.400,0	...
Dez.	4.096,3	13.047,1	9.280,5	12.662,0	25.879,0	...
<b>Total</b>	<b>31.290,0</b>	<b>73.428,3</b>	<b>91.121,2</b>	<b>124.563,4</b>	<b>97.743,0</b>	<b>...</b>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 86. - Exportação de Suco Concentrado de Laranja, Estado de São Paulo, 1970-74  
(tonelada - peso bruto)

Porto de destino	1970	1971	1972	1973	1974
Alemanha	20.103	29.629	36.291	57.101	35.166
Canadá	4.374	9.151	12.510	8.463	7.648
Holanda	4.209	9.607	13.915	35.343	19.485
USA	1.109	22.425	20.943	15.201	17.618
Suécia	1.129	2.544	6.746	11.679	14.868
Israel	2.115	491	1.304	2.613	1.266
Inglaterra	623	1.330	887	546	632
Dinamarca	256	677	778	1.401	6.529
Bélgica	284	767	1.717	1.359	1.687
Noruega	163	917	459	912	753
Finlândia	-	83	388	1.399	1.056
Espanha	163	451	502	481	376
França	34	652	224	1.188	245
Outros	832	497	143	829	1.281
Total	35.394	79.221	96.807	138.515	108.610

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 87. - Número de Pês, Produção, Preço ao Produtor e Exportação de Laranja e Suco, Estado de São Paulo, 1970-75

Ano	Pês (1.000)	Produção (1.000 cx.)	Preço ao produtor		Exportação		Cotação de suco (US\$/t FOB Santos)
			Cr\$/cx.	US\$/cx.	In natura (1.000 cx. c/20kg )	Suco (t)	
1970	39.000	44.350	4,00	0,88	2.408,0	31.290	440,00
1971	44.000	46.000	5,30	1,01	3.749,6	73.428	464,00
1972	50.200	60.700	6,50	1,10	3.940,0	91.121	476,00
1973	56.500	69.600	9,00	1,48	2.410,8	124.663	526,00
1974	75.600	82.000	6,50	0,90	2.518,0	97.743	545,00
1975 (1)	80.200	84.700	8,00	1,00	2.836,3(2)	94.520(2)	448,44(3)

(1) Preliminar, 5º levantamento de previsão de safras, junho de 1975.

(2) Até 31/08/1975.

(3) Média de janeiro a junho, fonte CACEX.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Rio de Janeiro

A cultura da laranja vem apresentando crescimento significativo nos últimos cinco anos, colocando o Estado como segundo produtor nacional e ocupando posição de destaque na renda bruta da agricultura estadual.

A área plantada mostra acentuada tendência de crescimento, prevendo-se em 1975 uma ocupação de cerca de 41 mil hectares, com um número de pés ao redor de 14 milhões (quadro 88).

A consorciação com outras fruteiras é prática muito usada, destacando-se as combinações com mamão e abacaxi que contribuem para a renda da propriedade, principalmente na fase de instalação do pomar cítrico.

A produtividade demonstrou decréscimo de 1971 a 1973 (-24%) em função da maior participação de pés novos, modificando-se em 1974, quando experimentou forte crescimento. Na atual safra, devido à adversidades climáticas, registrou-se, segundo a ACAR-RJ, uma queda de cerca de 25% na produção esperada, de modo que a colheita deverá situar-se entre 8 e 9 milhões de caixas (de 40kg), ou seja, pouco abaixo do ano precedente.

No tocante a preços recebidos pelos produtores observou-se no período 1971-75 variações para mais ou para menos, com tendência geral de crescimento, admitindo-se para a atual temporada uma média de Cr\$ 12,00 por caixa de 25kg, o que vem, confirmar sua vocação para produção de fruta para consumo ao natural, dadas as inigualáveis características de sabor que apresenta.

As perspectivas são de expansão do plantio no período 1975/76, bem como na obtenção de incrementos na produção, graças também à melhoria do nível tecnológico da cultura, ainda que em algumas regiões venha se observando redução de área plantada substituída por loteamentos urbanos.

QUADRO 88. - Área, Produtividade, Produção e Preços de Laranja, Estado do Rio de Janeiro, 1971-75

Ano	Área (1.000ha)	Produtividade (Cento/ha)	Produção (1.000 centos)	Preço ao produtor (Cr\$/cx.25kg)
1971	28,5	720	20.549	9,10
1972	33,0	680	22.432	7,40
1973	21,2	545	11.543	10,50
1974	37,1	755	28.050	15,00
1975 (1)	40,9	528	21.596	11,80

(1) Preliminar.

Fonte: MA/FIBGE/FGV/ACAR-RJ.

## - Minas Gerais

Nos últimos anos vem-se observando uma melhoria progressiva dos pomares, mas infelizmente, não se dispõe de dados mais precisos sobre o número atual de pés plantados. De acordo com levantamento efetuado pela ACAR-MG, em 1973/74 existiam 15,6 mil hectares plantados, que comportariam, na densidade de 300 pés/hectare, 4,7 milhões de pés. Esse mesmo levantamento incluía uma previsão de colheita de 5,8 milhões de caixas e um plantio de mais 14 mil hectares em 1974/75, o que elevaria o total do Estado a 29,6 mil hectares com 8,8 milhões de pés. Segundo outro estudo, considerando a evolução histórica do plantio, a área atual deveria situar-se em 21,7 mil hectares, com 6,5 milhões de pés plantados e uma produção de 7,8 milhões de caixas. Dados da FIBGE de junho de 1975 acusam uma área de 22,5 mil hectares e uma produção da ordem de 6,3 milhões de caixas (calculando-se em média 250 frutos por caixa de 40kg).

Considerando-se a situação acima é possível admitir-se que o panorama atual mais aproximado seja de 6,0 a 7 milhões de pés plantados com uma produção avaliada em cerca de 6,5 milhões de caixas, ou seja, da previsão de plantio estimado pela ACAR, só teria se realizado em 1974/75 a metade (7 mil hectares com 2 milhões de pés), o que não deixa de ser uma expansão digna de registro.

Em abôno dessa tese está o fato de grande número de mudas preparadas em São Paulo terem sido vendidas para citricultores de Minas Gerais, a preços 50% inferiores a de uma temporada anterior, em face da crise na citricultura paulista que fez com que arrefecesse o ritmo de plantio dos agricultores.

Levantamento realizado em 1972 mostrou que a participação da laranja mineira era de 40% no mercado atacadista de Belo Horizonte, contra 25% registrado em 1966, sendo o restante importado de São Paulo (40%) e do Rio de Janeiro (20%).

O preço médio anual de Cr\$ 11,00/cento recebido pelo produtor em Minas Gerais em 1974 continuou a mostrar elevação relativamente aos anos anteriores (1971 = Cr\$ 4,40 ; 1972 = Cr\$ 5,50 e 1973 = Cr\$ 7,10), de modo a permitir prognosticar-se que a citricultura mineira deverá manter-se em expansão.

## - Rio Grande do Sul

Com uma produção oficialmente avaliada em 4,6 milhões de caixas (40kg) e ocupando uma área de cerca de 21 mil hectares, a cultura da laranja no Rio Grande do Sul coloca-se na quarta posição dentro da Região Centro-Sul.

No momento, a citricultura gaúcha está sofrendo significativa modificação estrutural, com poucas condições de sobrevivência da lavoura colonial baseada em pequenos pomares (menos de 1.000 pés), dando lugar a plantios comerciais de maior porte.

A presença já assinalada da Inducitrus, em Montenegro, vem-se acrescentar a instalação, na mesma cidade, da Indústria Aripê Agro-Industrial (capital italiano) destinada especificamente a produção de óleo essencial e suco concentrado de limão siciliano.

Como ambas estão processando limão, o interesse pela cultura é grande, principalmente levando em conta que em 1975 o preço pago pela fruta aos produtores foi de Cr\$ 0,25 por kg.

Por outro lado, a geada de fins de 1974, que sacrificou a produção cítrica argentina de 1975, também se fez sentir no Rio Grande do Sul, situado a mesma latitude, de modo a prejudicar as estimativas de colheita de laranja para a atual temporada.

Com os preços aos produtores em ascensão, tudo indica que deverá continuar a haver expansão na área com citricultura no Estado.

#### - Perspectivas

Como em anos anteriores, novamente há necessidade da referência de perspectivas de curto prazo (próxima safra e outra de prazo mais longo, tanto a nível nacional como internacional).

Para o primeiro caso (safra 1975/76) embora ainda seja cedo para informes mais precisos, visto que as floradas na Região Centro-Sul ocorrem de agosto a novembro, pode-se traçar o seguinte panorama: em geral os pomares foram pouco adubados e restringidos os tratamentos fitossanitários; ocorreu em São Paulo um ataque mais intenso de ácaro da leprose, e as plantas sentiram fortemente a longa estiagem que perdurou até final de setembro, o que deverá concorrer para redução da produtividade média dos pomares.

De outro lado, deve-se aduzir que em todos os estados estará entrando em produção grande contingente de pés plantados em 1972 e 1973, quando da significativa expansão de área citrícola, motivada pelos preços então estimulantes, o que de certa forma poderá mais que compensar os efeitos negativos apontados para os pomares mais idosos.

Em resumo, é bastante provável em 1976 que somente na Região Centro-Sul se atinja um nível próximo de 120 milhões de caixas.

Quanto à comercialização e preços pagos aos citricultores, as cotações deverão ser influenciadas pelos níveis a que forem negociados os pomares paulistas. Deve-se aduzir que o baixo rendimento e quebra da safra atual (algumas fábricas trabalhando com capacidade ociosa) contribuirão para que o estoque de suco concentrado, ao final da temporada 1974/75, seja dos menores, em um mercado mundial que evidencia sinais de recuperação quantitativa e de preços em elevação.

Todavia não se pode deixar de lembrar que os preços pagos aos citricultores paulistas (Cr\$ 8,00/cx.) foram possíveis graças aos estímulos fiscais no auge da comercialização em 1975) concedidos pelo Governo Federal até 31 de maio de 1976, que elevaram para 20,5% os incentivos (IPI e ICM) para suco concentrado e farelo de polpa cítrica, contra os 16% e 8% anteriores, respectivamente.

Com base nesse quadro pode-se prognosticar: a) mudança na sistemática de compra da matéria-prima pelas indústrias, que tenderão a adquiri-la em época mais próxima da colheita ou mesmo durante o período de processamento; b) deslocamento da época de embarques mais volumosos de suco brasileiro, destacando-se que as firmas nacionais ficarão com os riscos de estocagem e incertezas do mercado, o que anteriormente em grande parte corria por conta dos importadores; c) restrição no uso da promissória rural e, conseqüentemente, diminuição das

distorções a que dava origem; d) os viveiristas poderão ter diminuídas suas atividades e rentabilidade; e) poderão acentuar-se os diferenciais de preço pela qualidade e aspecto da fruta; e f) os intercâmbios interestaduais deverão sofrer redução de volumes com o crescimento de produções regionais.

Em termos de longo prazo pode-se dizer que a citricultura nacional, e em particular a da Região Centro-Sul, ainda está por colher as mudanças tecnológicas registradas no início da década 70 - clones novos, espaçamentos adequados, maior adubação e melhores tratamentos culturais. Estima-se que em 1977 a colheita da região poderá se aproximar das 150 milhões de caixas, visto que grande proporção dos pés plantados ainda não atingiram a idade adulta (7 anos). Somente em São Paulo, calcula-se que em 1974 aproximadamente 21 milhões de pés tinham menos de 3 anos de idade, e outros tantos entre 4 e 7 anos.

Com o crescimento natural dos pés e portanto, possibilidades de maiores cargas, espera-se que a produção brasileira registre índice de crescimento que supere a taxa média de 6% ao ano, verificada na década de 60. Em resumo, é pouco provável que venha a se verificar no Brasil, até o final dos anos 70, um déficit de laranja, tendo em conta a projeção de consumo aparente das principais regiões. Poderão, entretanto, ocorrer alguns desequilíbrios temporários e regionais, que necessitarão ser cobertos com trocas interestaduais.

No âmbito internacional, a curto prazo, sabe-se que na Flórida as condições se encontravam normais até setembro. Na Espanha espera-se um incremento de 2% (2.750 mil toneladas) das contra as 2.700 mil toneladas deste ano. Na Austrália deverá ocorrer um decréscimo de 10%, faltando ainda, todavia, informes sobre importantes concorrentes, como África do Sul, Argentina, Israel, Marrocos e México.

Para o longo prazo, até 1980, as estimativas da FAO recentemente revisadas (18 a 21 de março de 1975), prevêm uma produção de 55,8 milhões de toneladas, ou seja, 1,4% menos que as anteriores, das quais: 45,9 milhões de laranja e tangerina, 5,0 milhões de limões e 4,9 milhões de pomelos.

Do lado da demanda, estima-se que o total mundial alcançará a 49,2 milhões de toneladas, em 1980, das quais 40,3 milhões de laranja e tangerina, 4,4 milhões de limões e 4,5 milhões de pomelos.

Prevê ainda a FAO, que a demanda por produtos cítricos processados aumentará cerca de 32% no período 1971-80. Este aumento será pouco menor que o verificado nos últimos anos. Significará, outrossim, que na demanda total de cítricos, os produtos elaborados terão participação acima de 30%. A maior proporção será, sem dúvida, de laranjas.

Da comparação entre as projeções de oferta e de demanda (com margem para perdas) resulta um excedente de laranjas e tangerinas superior a 2,2 milhões de toneladas, de cerca de 350 mil toneladas de limões e de 200 mil de pomelos.

Estes resultados representam uma situação melhor que a prevista em projeções anteriores. Parece, ainda, que os países a serem mais afetados, particularmente no tocante a excedentes exportáveis, serão os do Mediterrâneo, que essencialmente produzem laranjas e tangerinas para exportação de fruta fresca, o Japão e Cuba.

(IEA, 30/09/75)

- Milho

- Situação internacional

Com o término da colheita de milho no Hemisfério Sul, estima-se a produção mundial em 288,0 milhões de toneladas em 1974/75, ou seja, quase 7% inferior a do ano precedente. O declínio foi decorrência da grande queda na safra estadunidense, já que aquele País responde por praticamente a metade do volume global de milho produzido no mundo. Excesso de chuvas quando da época da colheita afetaram também a produção de dois grandes países produtores do Hemisfério Sul - Argentina e África do Sul - enquanto no Brasil ela foi prejudicada pela estiagem.

A safra estadunidense que fora inicialmente prevista em 146,0 milhões de toneladas, alcançou na realidade apenas 118,1 milhões de toneladas (-21%). A produtividade foi acentuadamente reduzida, atingindo 4.478kg/ha em 1974/75 enquanto na safra passada havia alcançado 5.726kg/ha.

Os principais países produtores da Europa Ocidental, também tiveram suas culturas atingidas por adversidades climáticas. A França apresentou uma redução de 17% em sua produção, atingindo 8,9 milhões de toneladas, apesar da área ter sido reduzida em apenas 3%, totalizando 1,9 milhão de hectares. A Itália constituiu-se numa exceção, aumentando seu volume produzido de 5,1 para 5,2 milhões de toneladas.

Na Europa Oriental houve de modo geral, aumento na produtividade dos principais países. Assim na Iugoslávia, mesmo com redução na área (-6%), houve melhoria no rendimento, atingindo a produção de 8,0 milhões de toneladas, contra 8,2 milhões no ano anterior.

Na Romênia, a insignificante redução no rendimento foi compensada por aumento de 6% na área, permitindo um acréscimo de 1% na produção (7,5 milhões de toneladas). A Hungria, com aumento de 1% na área e 10% no rendimento, obteve uma produção de 6,6 milhões de toneladas contra 5,9 milhões em 1974.

Na Argentina, face as pesadas chuvas quando da época da colheita, a previsão inicial de 10,0 milhões de toneladas foi reduzida ao final para 7,7 milhões de toneladas, contra 9,9 milhões obtidas no ano anterior.

Para a África do Sul, a sétima estimativa oficial realizada ao final de agosto de 1975, indica uma produção de 9,5 milhões de toneladas contra 9,9 milhões da previsão inicial e, portanto, abaixo da produção do ano passado (11,1 milhões de toneladas).

A produção de milho na Rússia, a exemplo de outros cereais, foi severamente afetada pela seca, sendo estimada, em 1974/75, em 12,1 milhões de toneladas contra as 13,2 milhões obtidas em 1973/74 (quadro 89).

As exportações de milho, em 1974, pelos quatro principais exportadores - Estados Unidos, Argentina, França e África do Sul - atingiram 43,3 milhões de toneladas, ou seja, 2% a menos que em 1973. As exportações estadunidenses caíram em 11%, enquanto que a Argentina, África do Sul e França, cifra esta que certamente será efetivada.

Os Estados Unidos, no período outubro-agosto de 1974/75, comercializaram no mercado internacional 25,7 milhões de toneladas, comparadas com 28,8 milhões de toneladas no mesmo período do ano anterior. A projeção de demanda para exportação do ano comercial 1974/75

QUADRO 89. - Produção Mundial de Milho dos Principais Países Produtores, 1970/71 a 1974/75  
(tonelada)

País	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75
Canadá	2.523	2.899	2.527	2.803	2.589
França	7.461	8.638	8.596	10.671	8.884
Itália	4.679	4.457	4.789	5.088	5.180
Iugoslávia	6.824	7.325	7.930	8.253	8.000
Hungria	3.950	4.600	6.637	5.911	6.600
Romênia	6.432	7.726	8.917	7.397	7.500
Rússia	9.212	8.461	9.830	13.216	12.100
Estados Unidos	102.487	141.028	141.569	143.435	118.145
Argentina	9.773	5.767	9.700	9.900	8.000
Brasil	15.138	13.779	14.059	16.065	17.397
África do Sul	8.466	9.478	4.160	11.106	10.560
Total	229.612	266.961	270.930	290.016	288.000

Fonte: Grain Bulletin.

(outubro-setembro) é de 28,9 milhões de toneladas, cifra esta que certamente será efetivada.

A Argentina, nos oito primeiros meses de 1975, exportou cerca de 3,4 milhões de toneladas contra 3,8 milhões conseguidas no ano anterior, devendo-se ressaltar que, especificamente no mês de agosto, houve uma redução de 79% em relação ao mesmo mês do ano passado (de 544 mil toneladas caiu para 114 mil), devido principalmente a deficiência na operação de embarque por parte da Junta Nacional de Granos, já que o mercado apresentava-se nesta época particularmente favorável.

A França teve uma grande redução na exportação referente a 1974/75 (outubro-setembro), atingindo 2,8 milhões de toneladas, contra 4,5 milhões em 1973/74, resultado dos baixos preços que vigoraram no começo do ano.

Devido a menor demanda por grãos para alimentação animal nas regiões industrializadas, notadamente Japão e Europa Ocidental, o nível do comércio internacional de milho em 1974/75 continua ligeiramente inferior ao do ano anterior, devendo-se ressaltar que houve uma acentuada reação nos meses mais recentes, principalmente por grandes compras efetuadas pela Rússia. Os estoques de milho existentes nos quatro principais países exportadores, passaram de 71,7 milhões de toneladas em 1974, para 57,9 milhões, em 1975 (-19%). Os estoques estadunidenses foram acentuadamente reduzidos devido a pequena colheita, apesar das menores exportações e consumo interno. Na Argentina houve queda de 18%, devido também à menor colheita. Na África do Sul, os estoques subiram no último ano, face aos grandes remanescentes de 1974/75. Na França eles subiram 39%, uma vez que a queda dos estoques em mãos de produtores foi compensada por uma maior redução nas exportações (quadro 90).

#### - Situação interna

A produção brasileira de milho em 1974/75, de acordo com estimativas disponíveis, deverá atingir 17,4 milhões de toneladas, volume este ligeiramente superior ao obtido na safra anterior. A participação dos estados da Região Centro-Sul foi, em média de 86% nos últimos cinco anos, com ligeiro crescimento na produção, mais em função do aumento da produtividade que da expansão da área cultivada, pois esta última tem oscilado em torno de 8,5 milhões de hectares (quadros 91, 92 e 93).

Em termos correntes os preços de milho recebidos pelos produtores nos principais estados da Região Centro-Sul vem apresentando os seguintes acréscimos, no período agosto/74 a agosto/75: São Paulo (63%), Paraná (44%), Minas Gerais (37%) (quadro 94).

A tendência ascendente nos preços deveu-se principalmente pela elevação ocorrida no mercado internacional. Assim, o preço FOB-Chicago para o milho americano nº 3, passou de 114 dólares/tonelada, em abril de 1974, para 142 dólares em dezembro, chegando a atingir 152 dólares em outubro, quando foi confirmada uma queda na produção estadunidense da ordem de 21%. Em maio de 1975, o mercado tornou-se calmo e as cotações voltaram ao nível de abril do ano anterior. Em junho-julho, porém, notícias de "quebra" na produção total de grãos da Rússia e de pesadas compras de cereais por parte deste País, voltaram a reativar o mercado, o preço médio FOB-Chicago, em agosto, sendo de 125,00 dólares/tonelada para entrega em setembro.

QUADRO 90. - Estoques Estimados em 31 de Maio nos Principais Países Exportadores de Milho, 1971-75  
(milhões de toneladas)

País	1971	1972	1973	1974	1975
Estados Unidos	47,4	64,5	61,9	47,9	35,2
Argentina	9,9	6,8	10,5	11,2	9,2
África do Sul	8,9	10,7	5,8	10,8	11,0
França	1,5	1,6	1,6	1,8	2,5
Total	67,7	83,6	79,8	71,7	57,9

Fonte: Grain Bulletin.

QUADRO 91. - Produção de Milho, por Estado da Região Centro-Sul, 1970/71 a 1974/75  
(mil toneladas)

Estado	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75
São Paulo	2.760	3.000	2.598	2.628	2.100
Paraná	3.100	2.700	3.024	3.200	3.590
Santa Catarina	1.228	1.403	1.731	2.218	2.123
Rio Grande do Sul	2.402	2.237	2.080	2.236	2.359
Rio de Janeiro	62	84	60	...	...
Minas Gerais	1.808	2.712	2.956	3.366	3.385
Goiás	655	663	705	1.084	1.190
Mato Grosso	228	249	271	245	374
Espírito Santo	<u>219</u>	<u>255</u>	<u>163</u>	<u>210</u>	<u>242</u>
Sub-total	12.400	13.219	13.598	15.187	15.363
Brasil	14.299	15.763	16.550	17.284	17.396
Centro-Sul (%)	86%	84%	82%	88%	88%

Fonte: Dados elaborados pelo IEA, baseado em informações de várias instituições.

QUADRO 92. - Área Cultivada de Milho, por Estado da Região Centro-Sul, 1970/71 a 1974/75  
(mil hectares)

Estado	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75
São Paulo	1.694	1.500	1.300	1.290	1.106
Paraná	2.173	1.879	2.070	2.000	1.752
Santa Catarina	706	724	815	926	942
Rio Grande do Sul	1.742	1.724	1.600	1.525	1.524
Rio de Janeiro	84	91	68	...	...
Minas Gerais	1.597	1.409	1.560	1.909	1.954
Goiás	462	437	452	583	640
Mato Grosso	156	165	175	159	245
Espírito Santo	241	241	170	211	208
Sub-total	8.771	8.079	8.210	8.603	8.371
Brasil	11.489	11.051	10.573	10.792	10.591
Centro-Sul (%)	76%	73%	77%	80%	79%

Fonte: Dados elaborados pelo IEA, baseado em informações de várias instituições.

QUADRO 93. - Produtividade de Milho, por Estado da Região Centro-Sul, 1970/71 a 1974/75  
(kg/ha)

Estado	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75
São Paulo	1.629	2.000	1.998	2.037	1.899
Paraná	1.426	1.437	1.461	1.600	2.049
Santa Catarina	1.739	1.938	2.124	2.395	2.252
Rio Grande do Sul	1.379	1.298	1.300	1.500	1.500
Rio de Janeiro	737	926	999	...	...
Minas Gerais	1.132	1.925	1.895	1.763	1.733
Goiás	1.418	1.517	1.560	1.860	1.860
Mato Grosso	1.462	1.509	1.549	1.540	1.522
Espírito Santo	<u>909</u>	<u>1.058</u>	<u>959</u>	<u>996</u>	<u>1.162</u>
Média do Centro-Sul	1.314	1.512	1.538	1.711	1.747
Brasil	1.215	1.426	1.372	1.601	1.642

Fonte: Dados elaborados pelo IEA, baseado em informações de várias instituições.

QUADRO 94. - Preços Correntes de Milho ao Nível do Produtor, Região Centro-Sul, 1973-75  
(Cr\$/sc.60kg)

(Continua)

Mês	São Paulo			Paraná			Rio Grande do Sul			Minas Gerais		
	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975
Jan.	25,80	31,20	46,80	19,20	27,60	45,00	25,80	36,00	43,80	28,20	32,40	41,40
Fev.	24,60	31,20	47,40	18,00	27,60	47,60	24,60	37,20	45,00	28,20	31,80	45,00
Mar.	21,00	31,80	45,00	17,40	27,60	40,80	24,00	36,60	44,40	27,00	32,40	43,20
Abr.	20,40	32,40	42,00	17,40	28,80	36,60	23,40	36,00	42,00	25,20	31,20	41,40
Mai.	21,60	33,00	39,60	17,40	30,60	38,40	23,40	37,20	42,00	23,40	32,40	40,20
Jun.	24,60	29,40	39,60	18,60	28,80	36,00	24,00	37,80	42,00	24,00	33,00	37,80
Jul.	29,40	28,20	42,00	22,20	28,20	37,20	25,80	37,20	42,00	25,20	34,80	39,00
Ago.	33,00	30,00	48,98	25,80	28,80	41,40	30,60	36,00	44,40	28,20	32,40	44,40
Set.	33,00	31,80	...	27,60	30,60	...	31,80	36,60	...	31,80	33,00	...
Out.	32,40	32,40	...	25,80	31,80	...	33,00	37,80	...	33,00	33,00	...
Nov.	30,60	39,00	...	26,40	34,80	...	33,00	39,00	...	34,80	34,80	...
Dez.	33,00	43,80	...	26,40	39,00	...	33,00	41,40	...	35,40	38,40	...

Fonte: FGV e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 94. - Preços Correntes de Milho ao Nível do Produtor, Região Centro-Sul, 1973-75  
(Cr\$/sc.60kg)

Mês	(Conclusão)											
	Santa Catarina			Goiás			Mato Grosso			Espírito Santo		
	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975
Jan.	21,60	32,40	46,20	24,00	30,60	39,00	26,40	36,60	36,60	28,80	38,40	46,20
Fev.	21,60	35,40	47,40	24,60	31,20	37,80	27,60	36,60	38,40	25,80	34,20	41,40
Mar.	20,40	36,00	46,80	24,60	30,00	39,60	25,80	36,60	40,20	24,00	31,20	39,00
Abr.	19,20	35,40	42,60	25,20	31,20	39,60	25,20	34,80	42,00	24,00	28,80	37,80
Mai.	18,00	37,80	39,60	25,20	31,20	39,60	24,60	34,20	39,60	24,00	29,40	38,40
Jun.	19,20	37,20	40,20	24,60	30,60	39,60	24,60	33,60	36,60	24,60	29,40	41,40
Jul.	21,00	35,40	39,60	24,60	29,40	39,60	25,20	30,00	36,00	27,00	31,20	45,00
Ago.	25,80	34,80	41,40	25,80	30,60	43,80	28,80	30,00	39,60	33,00	33,00	51,00
Set.	27,60	36,00	...	28,80	31,20	...	30,60	31,80	...	36,60	34,80	...
Out.	29,40	36,00	...	28,80	31,80	...	34,80	31,80	...	40,20	36,00	...
Nov.	30,00	37,80	...	31,80	33,00	...	35,40	33,00	...	40,20	38,40	...
Dez.	30,00	42,00	...	32,40	37,80	...	36,00	34,80	...	40,20	41,40	...

Fonte: FGV e Instituto de Economia Agrícola.

O Brasil, que em 1973 havia exportado apenas 41 mil toneladas das 100 mil previstas, face ao contingenciamento para evitar escassez do produto no mercado interno, conseguiu, em 1974, colocar mais de 1,1 milhão de toneladas no mercado internacional, a um preço médio da ordem de 125,00 dólares/tonelada-FOB, valor este 63% acima do obtido no ano anterior.

Entre alguns fatores que possibilitaram tal fato, cita-se a suspensão de embarques de cereais dos Estados Unidos que seriam enviados à Rússia, o que levou este País a diversificar as aquisições, deslocando assim parte de suas compras para o Brasil.

Para 1975, estatísticas oficiais (quadro 95), registram 323 mil toneladas exportadas de janeiro a junho, a um preço médio de 137,00 dólares/tonelada-FOB. Segundo informações não oficiais, já foram exportadas cerca de 780 mil toneladas até setembro, podendo o volume da safra 1974/75 superar 1,0 milhão de toneladas.

#### - Minas Gerais

A área cultivada com milho neste Estado, no período de 1970/71 a 1974/75, apresentou um incremento da ordem de 22%. A produção por sua vez, aumentou acentuadamente no mesmo período, passando, no mesmo quinquênio, de 1,8 milhão de toneladas, para 3,4 milhões (+8,7%). Até o ano passado, Minas Gerais era o principal produtor de milho no Brasil, posto este atualmente ocupado pelo Paraná.

A produtividade, por sua vez, teve significativo aumento, haja visto que passou de 1.132kg/ha em 1970/71, para 1.733 em 1974/75 (+53%). Deve-se ressaltar que o rendimento conseguido em 1975 foi inferior ao de 1974 em 2,7%.

Em Minas Gerais, o milho vem apresentando evoluções tecnológicas gradativas, podendo quase ser considerado como cultura em transição, pelo razoável emprego de insumos e técnicas modernas. A disponibilidade de sementes melhoradas tem sido satisfatória, havendo até mesmo um excedente em relação a demanda.

Nos últimos anos, o Estado de São Paulo tem sido o mais forte mercado importador de milho mineiro, seguido de perto pelo Rio de Janeiro e Bahia. Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e Pernambuco são outros mercados de menor expressão.

O milho tem ainda neste Estado um efeito direto sobre a suinocultura, exploração ainda extensiva, que tem neste cereal sua alimentação básica.

#### - Rio Grande do Sul

A produção de milho no Estado até 1971 permaneceu ao redor de 2,4 milhões de toneladas. A partir de então houve grande decréscimo, sendo que em 1973, a queda atingia 13%, porém, a produção estimada para 1975 retornou novamente aos níveis de 1971.

Estes decréscimos na produção foram motivados principalmente pela redução na área cultivada. A grande expansão da cultura da soja foi o principal fator dessa redução.

O rendimento da cultura tem apresentado significativos aumentos (+9%) no período 1970/71 a 1974/75, em decorrência do maior índice de modernização.

A concentração da produção até 1970/71 dava-se nas Zonas Norte e Noroeste do Estado, por serem de solos mais propícios ao desenvolvimento da lavoura e também pelo grande desenvolvimento da suinocultura. A partir de 1972, com a forte expansão da soja, mormente pe

QUADRO 95. - Exportação de Milho pelo Brasil, 1968-75

Ano	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor médio (US\$/t)
1968	57.247	1.238.158	46,24
1969	33.038	651.419	50,72
1970	80.594	1.470.619	54,80
1971	75.431	1.279.696	58,94
1972	9.630	172.073	55,96
1973	3.146	41.010	76,71
1974	138.348	1.102.885	125,44
1975 (1)	44.414	323.400	137,33

(1) Janeiro a junho.

Fonte: CACEX.

la possibilidade de rotação com o trigo, o milho foi perdendo terreno, deslocando-se para outras regiões onde seu cultivo era inexpressivo.

Nos últimos anos o Estado vem se constituindo num importador de milho do Paraná, Santa Catarina e São Paulo para cobrir a demanda interna gerada principalmente pela avicultura, suinocultura, pecuária de corte e em pequena parcela, para alimentação humana.

A cultura do milho no Rio Grande do Sul é essencialmente de pequena escala e, portanto, o consumo ao nível de propriedade é bastante elevado. Mesmo assim, o milho ao lado do arroz, trigo e soja constitui-se numa das culturas que mais demandam fertilizantes.

#### - Paraná

Nos últimos anos, exceto na safra 1972/73, o milho vem apresentando, neste Estado, contínuas reduções de área motivadas, principalmente, pela substituição pela soja, cultura esta totalmente mecanizável e por preços pouco compensadores quando comparados aos dos demais produtos. A diminuição de área entretanto não foi suficiente para gerar redução na produção, que cresceu satisfatoriamente nas três últimas safras, face ao aumento da produtividade.

A cultura de milho, a exemplo de quase todos os outros estados, é cultivada em pequenas áreas. Sua maior concentração dá-se nas regiões Norte e Oeste.

Aproximadamente 50% da produção é consumida no próprio estabelecimento, evidenciada pela correlação positiva entre a concentração de suínos e a localização das culturas de milho.

São Paulo recebe, praticamente, 70% das exportações para outras unidades da Federação, seguindo-se Ihe Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Quanto ao volume de produção, o Paraná, em 1974/75, voltou a ocupar o primeiro lugar, com 3,6 milhões de toneladas. E o consumo estadual é ele estimado em 1,2 milhão de toneladas.

#### - São Paulo

Houve em 1974/75 uma acentuada redução na área cultivada (-14%), que atingiu apenas 1,1 milhão de hectares. Devido a seca ocorrida quando do desenvolvimento da cultura, a produção atingiu 2,1 milhões de toneladas, correspondendo a um decréscimo da ordem de 20% em relação a safra anterior. O rendimento, por sua vez, foi reduzido, passando de 2.033 kg/ha em 1974 para 1.899 kg/ha em 1975.

O Estado de São Paulo é o grande centro comercial de milho, uma vez que para aqui converge o produto de Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso, sendo que uma boa parte é destinada a industrialização e ao comércio exterior. São Paulo ainda atua como fornecedor de milho para outros estados, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O grande consumo continua sendo pelas indústrias de ração, notadamente aquelas destinadas à alimentação avícola.

#### - Outros estados

Ainda como estado em que se destaca a cultura de milho tem-se Santa Catarina, onde o rendimento obtido situa-se bem acima do nacional, apesar de haver ainda uma escassez de sementes selecionadas, cujo principal fornecedor é São Paulo.

A produção catarinense tem se mantido relativamente, estável nos últimos anos, mas mesmo assim tem sido suficiente para o abastecimento interno, suprimindo ainda parte das necessidades do Rio Grande do Sul. E, a soja constitui-se também como a principal cultura competitiva, já que vem aumentando consideravelmente nos últimos anos a área cultivada com esta leguminosa.

Em Goiás o milho desempenha papel preponderante na economia do Estado, sendo cultivado em todo o território. Sua produção de 1975 foi a mais alta até agora obtida, atingindo 1,2 milhão de toneladas.

A cultura ainda é bastante tradicional com baixa produtividade, face ao pouco uso de insumos, apresentando ainda um sistema de comercialização deficiente, notadamente face a problemas de armazenamento.

No Espírito Santo há uma relação competitiva entre as culturas de milho e arroz. A área tem se mantido ao redor de 200 mil hectares nos últimos anos, enquanto que a produção tem apresentado uma melhoria devido a um incremento na produtividade, mas que é ainda bastante baixa (em torno de 1.200 kg/ha). Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo constituem-se no destino de produção de milho capixaba.

No Rio de Janeiro, conquanto seja cultivado em todas as regiões, a cultura não tem destaque. As estatísticas disponíveis mostram redução de área colhida no período 1970-73 da ordem de 28%. O Estado é importador de milho do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, destinando-o principalmente a avicultura. A falta de sementes melhoradas constitui-se num dos principais entraves ao aumento da produtividade. No sentido de contribuir para a auto-suficiência em milho, a cultura vem sendo incluída em diversos programas estaduais de desenvolvimento.

#### - Perspectivas

Apesar das condições climáticas desfavoráveis que atrasaram o plantio em algumas regiões do Hemisfério Norte, as perspectivas para a produção de grãos em 1975/76 podem ser consideradas satisfatórias.

Mesmo na Europa Ocidental, onde há meses atrás era prevista uma redução na produtividade total de grãos, tal não deverá ocorrer.

Assim, os países-membros da Comunidade Econômica Européia deverão adquirir cerca de 10 milhões de toneladas de milho, ou seja, 1,0 milhão a menos que em 1974/75.

Entretanto, na Europa Oriental as culturas de milho foram afetadas por inundações, e a produção deverá ser inferior à do ano passado.

Ao que tudo indica, a produção estadunidense de grãos deverá cobrir a redução que ocorrer nos países da Europa Oriental, principalmente na Rússia, onde o Departamento de Agri

cultura dos Estados Unidos prevê uma produção global de grãos da ordem de 175 milhões de toneladas, ou seja, 40 milhões de toneladas a menos que a meta prevista de 215 milhões de toneladas.

A safra de milho já colhida no Hemisfério Sul, com uma produção agregada em torno de 37 milhões de toneladas para a Argentina, Brasil, África do Sul e Austrália, comparada com o recorde de 42 milhões do último ano, deverá proporcionar excedentes exportáveis da ordem de 10 milhões de toneladas.

O declínio no consumo de produtos para alimentação animal no Japão e na Europa Ocidental continua tendo reflexos no comércio internacional de grãos. O Japão, nos três primeiros meses do ano, importou 10% a menos que no mesmo período do ano anterior, enquanto que os países da CEE diminuíram de 12% suas compras de milho no período agosto de 1974 a julho de 1975.

Pelas recentes notícias da Rússia, já comentadas, deverá reverter a situação, mas mesmo assim prevê-se tranquilidade no abastecimento mundial de milho, face aos remanescentes maiores no início do ano comercial no Hemisfério Norte.

Até junho a comercialização, no Brasil, encontrava-se relativamente paralisada, devido principalmente ao pequeno interesse demonstrado pelos exportadores e fábricas de ração, estas adquirindo o produto apenas para suas necessidades imediatas, enquanto aqueles ficavam na expectativa de melhoria nas cotações internacionais.

A reduzida produção de grãos na Rússia e a divulgação de preços mínimos, deram novo alento aos preços internos do produto, contribuindo para isto ainda a redução da safra brasileira, inicialmente prevista em 18,3 milhões de toneladas, mas por ora estimada em 17,4 milhões de toneladas.

Na atual conjuntura espera-se que o preço permaneça em nível superior ao mínimo fixado (Cr\$ 48,00 por 60kg), uma vez que as cotações internacionais deverão manter-se relativamente estáveis, mesmo com a entrada do produto estadunidense no mercado mundial a partir de outubro, uma vez que notícias preliminares indicam que a Rússia pretende comprar cerca de 25 milhões de toneladas de grãos em 1975/76.

Aos preços atuais os produtores demonstram satisfação e por ser uma cultura de fácil condução no Estado de São Paulo, ela deverá expandir-se invertendo a tendência observada nos últimos anos.

Tudo indica que haverá um aumento bastante expressivo na área cultivada com milho no Paranã, havendo inclusive a possibilidade de que o milho venha concorrer com a soja. A opinião geral é de que o aumento seja de 10% a 20% em relação a área anterior, existindo a possibilidade de falta de sementes melhoradas.

Talvez mais por falta de opção, expansão da fronteira agrícola e por ser uma cultura de fácil condução, espera-se que a próxima área a ser plantada apresente um aumento, mormente por estar a cultura do milho incluída como atividade prioritária nos Programas Especiais existentes em Minas Gerais, como é o caso do POLOCENTRO. Para o milho deverão ser financiados 841 mil hectares, que poderão acarretar um acentuado acréscimo à produção estadual.

No Rio Grande do Sul, espera-se que haja uma certa recuperação nas áreas anteriormente destinadas ao milho e que foram substituídas pela soja. As cotações destes dois

grãos, quando da época de plantio, será fator determinante com opção para a escolha de um ou de outro.

Para Goiás, acredita-se que haja um incremento da ordem de 10 a 15%, principalmente pela expansão da fronteira agrícola com recursos do POLOCENTRO.

De modo geral, pode-se generalizar para os outros estados da Região Centro-Sul uma expansão na área cultivada com milho ao redor de 10%.

Em síntese é aguardada uma expansão generalizada na área de cultivo do milho em 1975/76 para toda Região Centro-Sul.

(IEA, 30/09/1975)

- Avicultura

- Panorama internacional

A produção de carne de aves na Europa Ocidental tem evoluído a reduzidas taxas, a partir de 1971.

Em 1974 os altos custos de alimentação, aliados à disponibilidade de carne bovina a preços relativamente vantajosos aos consumidores, trouxeram certas dificuldades para os países produtores de carne de aves. Em vista dos baixos níveis das cotações, e considerando a presença de grande quantidade de estoques, os produtores de alguns países europeus (Alemanha Ocidental, Países Baixos e Bélgica) concordaram com uma política a longo prazo de limitação da produção. Esta medida obteve considerável sucesso entre os produtores alemães e holandeses.

Nos Estados Unidos, maior produtor mundial em 1974, a produção de frango para corte foi cerca de 1% inferior a registrada em 1973. O preço médio alcançado na granja foi US\$ 0,216/libra, cerca de 10% inferior ao obtido em 1974 (US\$ 0,24/libra) (equivalentes a aproximadamente Cr\$ 4,00/kg).

Até março de 1975 a produção norte-americana esteve aquém da obtida no mesmo período do ano anterior. A quantidade de pintos de um dia foi cerca de 6% inferior neste período e as perspectivas são de que até o fim do ano não deverá haver alteração neste panorama, a produção total devendo permanecer ligeiramente inferior à de 1974.

As boas perspectivas das colheitas de grãos em 1975 (a partir de setembro) estimulam expectativas de aumento na produção de frango no início de 1976.

A produção mundial de ovos, em 1974, estimada pela FAO, é da ordem de 22,8 milhões de toneladas, superando em 2% a do ano anterior. Os Estados Unidos, maior produtor, reduziram seu rebanho de poedeiras em 2,5% em relação ao de 1973. Consequentemente, sua produção totalizou 5,49 bilhões de dúzias de ovos, 1% abaixo do nível anterior e a menor registrada desde 1965. Dados não oficiais indicam que os Países Baixos reduziram sua produção em 3,5%, com cerca de 276 mil toneladas. Em contrapartida, verificou-se a expansão nas produções da China (4%), Bélgica (7%), Alemanha Ocidental (5%) e Itália (1%). A Bélgica, principal país fornecedor de ovos da Comunidade Econômica Europeia (CEE) apresentou no primeiro trimestre de 1974 elevação substancial em suas exportações, principalmente para a Alemanha Ocidental.

Também os Países Baixos, embora com retração em sua produção, apresentaram (de janeiro a outubro de 1974) vendas externas superiores em 17% às verificadas um ano antes.

Nos primeiros meses de 1975, o plantel norte americano de poedeiras continuou reduzido e as perspectivas para o resto do ano são de permanecer em níveis não muito altos. O preço recebido pelo produtor norte americano em janeiro de 1975 era de US\$ 0,571/dz. equivalente a Cr\$ 4,30/dz. e 14% inferior ao verificado no ano anterior.

Por outro lado, a produção de pintos de um dia de linhagens para postura decresceu em 11% em 1974, totalizando 473 milhões. Com as expectativas de menor produção, os preços de ovos (Chicago Mercantile Exchange) apresentaram tendência de recuperação ainda que a

níveis possivelmente inferiores aos do segundo semestre de 1974.

#### - Situação interna

Sendo a principal fonte de produtos avícolas, a Região Centro-Sul do Brasil detém as vantagens da maior acessibilidade aos insumos básicos necessários à atividade. Cite-se que, nos últimos anos, a Região alojou cerca de 87% das matrizes para corte, 88% das matrizes para postura, produziu 80-85% da colheita brasileira de milho e a totalidade da produção nacional de soja.

Destacam-se como grandes produtores de pintos de linhagens para corte os Estados de São Paulo (47%), Minas Gerais (10,0%), Santa Catarina (8,6%) e Rio Grande do Sul (8,4%), enquanto para as de postura evidenciam-se os Estados de São Paulo (69,0%), Rio de Janeiro (6,6%) e Rio Grande do Sul (5,0%).

Nestes primeiros sete meses de 1975 verificou-se retração no rebanho de matrizes tanto para postura, como para corte.

A principal dificuldade encontrada para o desenvolvimento da avicultura é o desequilíbrio entre oferta e demanda, principalmente no setor de corte. Este por ser atividade de ciclo relativamente curto, tem respondido rapidamente a elevações nos preços que, agravada pela perecibilidade do produto, ocasionam uma comercialização conturbada, prejudicando o setor em geral.

Foi o que ocorreu no primeiro semestre de 1975. A extraordinária expansão na produção de carne de aves em Santa Catarina, aumentou a disponibilidade total nos demais estados, ocasionando baixas nos preços.

Já em agosto, o início das exportações para outros países, de frangos congelados por Santa Catarina e a proibição de venda de carne bovina fresca nas principais capitais brasileiras, despertou maior incremento na demanda, conferindo aos produtores de frangos de corte certa recuperação em relação ao panorama do semestre anterior.

Destaque-se que no 1º semestre de 1975 foram abatidas na Região Centro-Sul, sob inspeção federal, cerca de 65 milhões de cabeças, ou seja, aproximadamente 48% a mais do que no semestre anterior.

Quanto aos preços recebidos pelos produtores verifica-se que tanto no caso dos frangos como para os ovos, os preços correntes apresentam-se em ascendência no decorrer do tempo (quadros 96 e 97). No quadro 98 tem-se uma evolução mais recente dos preços mensais de ovos para o caso da Região Centro-Sul. Contudo deve-se notar que eventuais diferenças nas cotações de frango e ovos nos estados, além das condições de peculiaridade do mercado local, provavelmente estejam influenciados por diferentes metodologias na sua coleta. No caso específico de São Paulo, o preço de aves leva em ponderação tanto frangos quanto galinhas refugadas destinadas ao abate.

QUADRO 96. - Preço Recebido pelos Produtores de Frangos na Região Centro-Sul, 1969-74  
(Cr\$/kg)

Estado	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Minas Gerais	1,57	2,11	2,67	3,44	4,74	7,00
Espírito Santo	1,61	2,36	2,72	3,31	4,75	6,26
Rio de Janeiro	1,89	2,53	3,04	3,48	4,28	5,63
São Paulo	1,26	1,99	2,21	2,58	3,83	4,39
Paraná	1,61	2,11	2,61	3,25	4,03	5,89
Santa Catarina	1,48	1,80	2,28	2,79	3,48	5,01
Rio Grande do Sul	1,49	1,92	2,35	2,84	3,64	4,72
Goiás	1,91	2,27	3,07	3,80	5,33	8,92
Mato Grosso	1,73	2,33	3,09	3,57	4,97	8,91

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 97. - Preços Recebidos pelos Produtores de Ovos da Região Centro-Sul, 1969-74  
(Cr\$/dz.)

Estado	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Minas Gerais	1,08	1,39	1,68	2,03	2,70	3,79
Espírito Santo	1,17	1,66	1,83	2,13	2,83	3,81
Rio de Janeiro	1,38	1,57	1,90	2,00	2,74	3,60
São Paulo	0,88	1,22	1,34	1,59	2,38	2,83
Paraná	1,12	1,32	1,69	1,97	2,52	3,46
Santa Catarina	1,09	1,34	1,60	1,92	2,52	3,48
Rio Grande do Sul	1,14	1,38	1,67	1,94	2,79	3,83
Mato Grosso	1,04	1,69	2,06	2,38	3,01	4,32
Goiás	0,95	1,35	1,74	2,25	3,05	4,08

Fonte: FGV.

QUADRO 98. - Preços Recebidos pelos Produtores de Ovos na Região Centro-Sul, 1975  
(Cr\$/dz.)

Mês	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Goiás
Jan.	3,87	3,64	3,85	2,75	3,64	3,46	3,65	4,63	3,96
Fev.	3,71	3,70	3,89	2,47	3,57	3,62	3,64	4,58	4,17
Mar.	4,11	3,87	4,11	3,02	3,73	4,00	4,19	4,72	4,36
Abr.	4,10	4,00	4,22	3,22	3,85	4,11	4,35	4,90	4,36
Mai.	4,19	4,06	4,40	3,34	4,00	4,25	4,65	4,90	4,45
Jun.	4,18	4,18	4,53	3,52	4,12	4,35	4,82	4,72	4,62
Jul.	4,29	4,26	4,57	3,42	4,15	4,21	4,88	4,77	4,80
Ago.	4,49	4,11	4,00	3,34	4,27	4,01	4,52	4,94	4,92
Set.	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Out.	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Nov.	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Dez.	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Fonte: FGV e Instituto de Economia Agrícola.

- São Paulo

Em 1974, o Estado produziu 230 mil toneladas de aves e 398 milhões de dúzias de ovos, acusando aumentos de 10% e 5%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Nos últimos meses de 1974, os preços correntes recebidos pelos produtores estiveram aquêm dos níveis observados no mesmo período de 1973.

Nos primeiros meses de 1975 a situação continuou difícil para os produtores de aves e ovos, notando-se, entretanto, recuperação mais rápida por parte do setor de postura.

Os preços médios recebidos pelos produtores no período janeiro-agosto de 1975 foram de Cr\$ 4,69/kg vivo de frango e Cr\$ 3,26/dúzia de ovos, contra Cr\$ 4,40/kg e Cr\$ 3,10 / dúzia verificados no mesmo período de 1974.

Em 1975, o rebanho paulista de matrizes, até julho, se situou em torno de 185 mil matrizes para postura e 1,2 milhão de reprodutoras para corte, significando a médio prazo retração na produção de pintos de um dia.

Segundo dados do DIPOA, cerca de 36,6% do volume de aves abatidas, em 1974, em São Paulo foi exportado para outros estados, principalmente Guanabara, Rio de Janeiro e Bahia. Entretanto, de janeiro até julho de 1975, esta percentagem diminuiu para 17%.

A federalização dos abatedouros teve iniciada sua implantação, fechando-se dezenas deles e possibilitando que apenas no primeiro semestre de 1975 se alcançasse 83% do volume total abatido sob inspeção federal em todo decorrer de 1974.

- Santa Catarina

Nos 3 últimos anos o número de aves abatidas em Santa Catarina apresentou um incremento de 263%, passando de 11 milhões em 1972 para 40 milhões de aves em 1974, segundo estimativas da ACARESC.

Os principais responsáveis pelo abate de frangos de corte são os frigoríficos do Oeste e do Vale do Rio do Peixe. No oeste do Estado, o sistema de produção típico é o da integração vertical, onde o frigorífico fornece os insumos e a assistência técnica aos pequenos produtores e depois processa e comercializa o frango. No Litoral e no Vale do Itajaí encontram-se abatedouros menores, visando abastecer as próprias regiões.

A produção do Oeste, além de atender o consumo interno, destina-se predominantemente aos mercados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paranã e Rio Grande do Sul.

O preço médio de frango recebido pelo produtor em 1974 esteve em torno de Cr\$5,01 contra Cr\$ 3,48/kg verificado em 1973 (quadro 96).

Também o alojamento de matrizes para corte apresentou-se em expansão, passando para cerca de 453 mil reprodutoras, 67% superior ao número de 1973.

De janeiro a agosto de 1975, o preço recebido pelo produtor alcançou em média, Cr\$ 5,68/kg, 17% superior ao verificado em 1974.

Em agosto iniciou-se a exportação de frangos congelados para o Oriente Médio e até dezembro dever-se-ã efetuar embarques de mais de 5 mil toneladas do produto catarinense.

O setor de postura ainda conta com reduzidos investimentos. Sabe-se, no entanto,

que as principais cidades do Estado são abastecidas por ovos importados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

#### - Minas Gerais

Este Estado se destaca como grande produtor e fornecedor de pintos de um dia para corte. Em 1974 apresentou um incremento de 22% no seu rebanho de matrizes, contando com cerca de 522 mil reprodutoras.

A produção de frangos de corte, que em 1973 foi estimada em 33 milhões de cabeças, se concentra principalmente nas regiões Metalúrgica, Campos das Vertentes, Zona da Mata e Sul de Minas.

O principal entrave ao desenvolvimento da atividade no Estado é a não compatibilização entre oferta e demanda, com a presença de produtores eventuais transtornando o mercado.

Nos três últimos anos, a expansão verificada na oferta de frangos (40%) provocou desequilíbrio no mercado, gerando graves problemas no primeiro semestre de 1975, havendo paralisação de algumas unidades produtoras e redução nos plantéis.

Nos primeiros 7 meses de 1975 o preço médio a nível de produtor foi de Cr\$ 7,50/kg, que em valores reais se situou 11% inferior ao verificado no mesmo período de 1974.

A penetração de carne congelada não tem tido repercussão no mercado mineiro, já que o consumidor prefere a carne fresca ou resfriada. Além disso, a produção de carne de aves no Estado tem provido razoavelmente o mercado interno e ainda possibilitando a exportação de cerca de 36% para São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal e Bahia.

A produção mineira de ovos tem-se mantido razoavelmente estável em torno de 66 milhões de dúzias, concentrada principalmente na Região Sul do Estado.

Segundo dados da Secretaria da Agricultura, cerca de 53% da produção é enviada para o Rio de Janeiro e São Paulo. Esta exportação é feita principalmente pelo Sul de Minas, não sendo a produção grandemente afetada pela entrada do produto de outros estados em Belo Horizonte.

#### - Rio Grande do Sul

Em 1974, a produção gaúcha foi estimada em 34,5 milhões de aves, fornecendo cerca de 50 mil toneladas, admitidas suficientes para o consumo local.

Nesse ano, o rebanho de matrizes apresentou uma produção mensal de 2,5 milhões de pintos de um dia para corte. Para 1975, estima-se que a produção média será de 2,8 milhões de pintos para corte/mês.

O hábito alimentar apresenta-se como um dos principais entraves à avicultura de corte do Estado. Apesar da crescente substituição da carne de gado pela de frango verifica-se dependência entre os preços desta última pela oferta de carne bovina.

Assim, a recente proibição de comercialização da carne bovina fresca nas grandes capitais, possibilitou que, pela primeira vez, até o Rio Grande do Sul exportasse carne de

frangos para os demais estados.

O preço médio recebido pelo avicultor no primeiro semestre de 1975 foi de Cr\$5,21/kg contra os Cr\$ 4,64 de um ano atrás.

O fitem rações onera em 70% o custo do frango. Aos atuais níveis de preços, segundo a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, os preços pagos não estão cobrindo o custo total de pequenas e médias criações (10.000 frangos), já que estas últimas, em geral sem instalações de armazenamento, sofrem com a flutuação dos preços do milho e as especulações dos intermediários.

Atualmente, dos 44 abatedouros existentes no Estado, 4 estão sob inspeção federal. Ressalte-se que no primeiro semestre deste ano foram abatidas cerca de 4,3 milhões de aves sob inspeção federal, quase o dobro do ano passado.

O Estado vem aumentando a produção de ovos; na situação atual, no entanto, a Grande Porto Alegre importa dos estados de São Paulo e do Paraná, cerca de 40% do total consumido.

#### - Paraná

Em 1974, a produção paranaense, segundo os órgãos oficiais, foi de 15,6 toneladas de carne de aves. Deste total cerca de 64% foi abatido sob inspeção federal.

A maior concentração dos abates está na região sul do Estado (71,3%).

Em 1975 (janeiro-junho), já foram abatidas cerca de 5,3 milhões de aves sob inspeção federal; o preço recebido pelos produtores situou-se, em média, a Cr\$ 6,33/kg vivo. Em valores reais, entretanto, o produtor recebeu 12% a menos do que no primeiro semestre de 1974. Em consequência, constatou-se um clima de pessimismo em muitos avicultores, com relação à rentabilidade da atividade.

Segundo estimativas do DERAL, a produção de ovos de 1975 deverá se situar aos mesmos níveis do ano passado (53 milhões de dúzias).

A maior parte da produção de ovos, sob inspeção federal, é comercializada nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, em menor escala, nos Estados do Rio de Janeiro e Bahia. Cite-se, também, a elevada parcela de ovos que procede do Estado de São Paulo.

Dados da ACARPA indicam que os preços médios, a nível de produtor, no período 1973-74 apresentaram incremento de 36%, passando de Cr\$ 4,03 a Cr\$ 5,48/kg vivo (quadro 96).

O Estado é auto-suficiente na produção de ração e o excedente é exportado principalmente para São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No período supra citado, o preço médio de rações no mercado atacadista de Curitiba passou de Cr\$ 0,91/kg e Cr\$ 0,89/kg, para Cr\$ 1,23 e Cr\$ 1,16/kg, respectivamente, para as destinadas ao corte inicial e corte final. Apesar dos acréscimos nos preços, o consumo tem aumentado, devido principalmente a maior participação da avicultura industrial na produção paranaense.

- Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro participou com 8% na produção total de matrizes brasileiras de corte em 1974.

Com um consumo per capita estimado em 10,9 kg de carne branca, não é auto-suficiente na produção de frango, necessitando importá-lo de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O principal entrave a atividade é a deficiência na produção de matérias-primas para a alimentação, sendo necessário adquirir milho de São Paulo e Paraná. Dessa forma, o preço recebido pelo produtor nem sempre tem superado o custo de produção.

De janeiro a agosto de 1975, o preço médio recebido pelo produtor foi de Cr\$ 6,15/kg, 10% superior ao do mesmo período no ano passado.

O Estado também se destaca na produção de pintos de um dia para postura. Ressalte-se que em 1974 foi responsável por 6,6% do rebanho de matrizes e que de janeiro a julho de 1975 elevou em 45% o número destas, em relação ao mesmo período anterior.

Ainda assim, recebe ovos de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

- Perspectivas

Segundo as previsões dos diversos estados produtores, a produção de frangos para corte, em 1975, deverá ser superior à obtida em 1974. Por outro lado, o setor postura apresenta maior tendência à estabilidade nos níveis de produção.

Com a safra de milho 1974/75, menor do que se esperava e o aumento em sua demanda derivada dos prejuízos nas pastagens causados pela geada, os preços das rações apresentaram tendência de alta. Os avicultores estão na expectativa da liberação dos estoques de milho da CFP para que os preços se tornem mais estimuladores.

O início das exportações de frangos foi recebido com entusiasmo pelo setor, já que veio desafogar o mercado interno.

Os Países do Oriente Médio tem um potencial de consumo estimado em 161 mil toneladas de frango/ano; e importam o deficit dos países da Comunidade Européia. E o Brasil conseguiu alcançar, ainda que reduzida parcela do mercado consumidor. A permanência e a expansão das exportações dependerão da garantia de qualidade, fornecimento constante e dos custos do produto acabado. Atualmente, a cotação de US\$ 1.100/t está competindo desfavoravelmente com o mercado interno, levando, o Governo Federal a conceder um benefício fiscal de no mínimo 8%, sobre o preço FOB, para os exportadores de aves.

As perspectivas são de continuidade nas exportações, já que o produto brasileiro teve boa aceitação no Oriente Médio. Também o Japão se apresenta interessado no produto brasileiro, tendo negociado 25 toneladas de pedaços de frango do Estado de São Paulo.

Altas maiores nos preços atuais estão preocupando os produtores, pois que nos próximos meses poderão levar a um aumento excessivo na oferta e ainda redução no consumo interno em decorrência da alta exagerada das cotações.

(IEA, 30/09/1975)

- Pecuária de Corte

- Panorama internacional

O clima de otimismo que se observava em 1972 e início de 1973, com relação ao mercado internacional de carne bovina, foi seriamente abalado pelos reflexos da crise de energia, cujos efeitos se fizeram sentir com maior intensidade a partir do último trimestre de 1973.

As políticas de aumento de produção, traçadas nos anos recentes, tendem agora a uma revisão pelos diversos países, dado que a partir do presente ano já se observa um superavit do produto em poder dos exportadores, função do declínio verificado na demanda pelos países tradicionalmente importadores.

Este ano, as restrições às importações de carne estabelecidas pela CEE e a suspensão por tempo indeterminado das importações japonesas, reduziram perspectivas dos países produtores à opção oferecida pelos Estados Unidos, atualmente sem maiores barreiras à carne estrangeira para controlar a ascensão dos preços internos. Os países sul-americanos, no entanto, podem exportar para os Estados Unidos apenas carnes industrializadas.

Consequência imediata da retração do comércio, os preços internacionais que vinham em ascensão contínua, desde 1970, declinaram fortemente este ano, principalmente para as carnes congeladas, hoje quase sem mercado.

Nova Zelândia e Austrália tiveram suas exportações reduzidas nos primeiros quatro meses deste ano em comparação com igual período do ano passado. Recentemente o Uruguai conseguiu exportar 60 mil toneladas a US\$ 1.300,00/t, preço que já vigorava em fins de 1972.

A tendência do mercado internacional está indefinida, à espera que os países importadores consigam superar os graves problemas surgidos em suas balanças comerciais, para que possam traçar políticas objetivas com relação ao produto. Além dos problemas determinados pelo aumento dos preços do petróleo, os produtores em diversos países têm pressionado seus governos no sentido de manter restrições às importações e estimular a produção interna. Inclusive nos Estados Unidos a pressão é no sentido de se voltar a estabelecer restrições à carne importada, que no entender dos produtores está causando "dumping" no mercado do produto americano e desestruturando toda a economia do setor, que por sua vez se encontra pressionada pelos preços elevados dos grãos.

- Situação interna

O ano de 1975 iniciou-se com o mercado interno ainda sob controle do Governo Federal que, no entanto, pouco teve a fazer já que a tônica foi de mercado calmo com tendência a queda de preços. Estes, se situaram, no geral abaixo da cotação de referência de Cr\$ 110,00 por arroba.

Ainda no campo oficial, o maior impacto causado ao setor foi a publicação das diretrizes de política para a pecuária de corte, destacando para 1975:

- estocar, por intermédio da COBAL, cerca de 150 mil toneladas no primeiro semestre, estoque esse dinâmico e capaz de regularizar os preços tanto durante a safra (impedindo quedas) e na entressafra (evitando aumentos especulativos);
- manter o preço de Cr\$ 110,00 por arroba como referência para as transações com boi gordo;
- abrir um crédito de Cr\$ 1 bilhão para formação de pastagens, a juros subsidiados e;
- manter cota de 80 mil toneladas para exportação de carne bovina, com ênfase para as carnes industrializadas.

As maiores restrições feitas pelos criadores, foram a participação muito grande da COBAL no mercado e as perspectivas de importação.

Em 1974 os abates totais sob inspeção federal somaram 4.180.837 cabeças, menos 7% em relação a 1973. As matanças em 1975, todavia, deverão ser maiores que em 1974: no primeiro semestre deste ano, foram abatidas 3.244 mil, contra 2.660 mil cabeças de 1974 (quadro 99).

As exportações brasileiras, que atingiram 192 mil toneladas em 1972, registraram quedas sucessivas a partir daí, chegando a somente 54 mil toneladas em 1974. No primeiro semestre de 1975 foram exportadas 22 mil toneladas (quadro 100).

Quanto aos preços, a arroba do boi gordo no Centro-Sul subiu continuamente no período de 1969 a 1974. Em valor real (Cr\$ de 1974) o preço da arroba do boi gordo em 1974 aumentou mais que 100% em relação a 1969, em todos os estados, exceto Santa Catarina, onde a elevação foi de 94%. Os Estados de Goiás e Mato Grosso apresentaram maior aumento, com 145% e 127%, respectivamente. No ano de 1975, em todos os estados do Brasil, houve reversão na tendência ascendente dos preços, sendo que, em média até agosto, essa queda, em valor real, foi da ordem de 14% em comparação com a cotação média de 1974. A maior queda de preço se verificou em Mato Grosso (-17%), e a menor em Santa Catarina (-2%).

O quadro 101, mostra a evolução dos preços correntes para boi gordo, no período 1969-71, para os Estados da Região Centro-Sul. Após as geadas, com perspectivas de elevação de preços nas cotações de boi gordo o Governo antecipou de primeiro de setembro para 15 de agosto a comercialização de carne congelada (conforme o Programa de Abastecimento de Carne para a Entressafra), ao mesmo tempo em que proibia a venda de carne verde nos açougues e supermercados da Grande São Paulo, Baixada Santista, Belo Horizonte, Grande Rio e Distrito Federal.

- São Paulo

A produção paulista de carne, que diminuiu cerca de 9% em 1974, deverá permanecer estável durante este ano, segundo estimativas preliminares. Quanto aos abates sob inspeção

QUADRO 99. - Abate de Bovinos nos Matadouros Inspeccionados pelo DIPOA, Região Centro-Sul, 1970-75  
(em cabeça)

Estado	1970	1971	1972	1973	1974	1975 (1)
Espírito Santo	101.491	85.283	182.326	169.919	188.187	125.681
Rio de Janeiro	118.924	124.967	89.578	96.043	71.597	64.243
Minas Gerais	577.806	582.275	678.709	635.157	684.320	576.204
São Paulo	1.064.923	1.092.733	1.404.169	1.663.875	1.359.748	1.047.207
Santa Catarina	14.469	14.775	14.876	24.205	66.435	35.438
Paraná	163.529	224.427	297.177	343.750	356.282	276.056
Rio Grande do Sul	469.734	612.488	972.769	1.092.073	988.287	683.368
Goiás	293.134	231.298	215.861	243.594	253.474	266.240
Mato Grosso	216.992	228.869	205.404	207.438	212.507	169.821
Total Centro-Sul	3.021.002	3.197.115	4.060.869	4.476.054	4.180.837	3.244.258

(1) Dados até junho inclusive.

Fonte: Ministério da Agricultura.

QUADRO 100. - Exportação Brasileira e Paulista e Cotação de Carne Bovina, 1964-75

Ano	Brasil <sup>(1)</sup> (t)	São Paulo <sup>(2)</sup> (t)	Cotação <sup>(3)</sup> (US\$/t)
1964	26.626	2.581	608,60
1965	53.354	12.680	679,62
1966	33.006	4.263	621,96
1967	19.378	5.127	580,72
1968	58.874	17.347	514,09
1969	93.942	26.344	563,95
1970	114.862	65.398	707,49
1971	123.119	55.189	1.112,29
1972	191.771	117.000	1.087,25
1973	134.000	56.570	1.505,05
1974	54.000	33.113	1.540,21
1975 <sup>(4)</sup>	21.900	16.779	1.564,76

<sup>(1)</sup> CACEX.

<sup>(2)</sup> Revista Mensal de Exportação pelo Porto de Santos e Instituto de Economia Agrícola.

<sup>(3)</sup> Refere-se apenas à carne congelada e resfriada.

<sup>(4)</sup> Dados até junho.

QUADRO 101. - Preços Correntes do Boi Gordo na Região Centro-Sul, 1969-75  
(Cr\$/15kg)

Estado	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975 <sup>(1)</sup>
Minas Gerais	20,40	26,25	39,32	50,21	76,52	104,12	105,63
Espírito Santo	20,32	30,75	40,91	52,61	82,95	105,80	108,27
Rio de Janeiro	21,44	31,86	42,31	54,30	83,13	110,29	113,02
São Paulo	21,31	30,18	72,48	54,29	79,94	107,28	110,55
Paraná	19,22	24,93	36,98	47,77	69,20	101,18	110,67
Santa Catarina	19,95	27,30	37,92	49,93	66,27	96,99	115,54
Rio Grande do Sul	18,79	27,79	38,22	51,83	70,95	98,08	100,62
Mato Grosso	18,70	26,34	39,62	47,25	71,29	106,18	107,32
Goiás	16,48	23,14	34,67	47,24	71,10	101,00	104,61

<sup>(1)</sup> Até agosto.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

federal, todavia, os mesmos aumentaram 32% no primeiro semestre do corrente ano, em relação a igual período do ano passado. Essa cifra tem que ser interpretada com o devido cuidado, uma vez que pode refletir não no aumento da produção em si, mas o resultado do esforço do Governo no sentido de federalizar todas as inspeções nos matadouros e frigoríficos no País.

Até agosto de 1975 foram exportadas pelo Porto de Santos, 26.300 toneladas de carne bovina, que comparadas com as 16.755 toneladas exportadas em igual período do ano passado, representam aumento de 57% nas exportações.

Com relação aos preços recebidos pelos produtores paulistas, evidencia-se perda nas cotações de boi magro, inclusive em termos correntes. Quanto aos preços de boi gordo, a média dos oito primeiros meses de 1975 está ligeiramente superior aos do ano passado, porém o que se observa é uma nítida perda em termos reais (quadro 102).

Embora fosse esperado que o Governo não viesse suspender os abates neste ano da mesma maneira que o fez em 1974, a partir de 15 de agosto foi imposta uma espécie de restrição parcial aos abates, não permitindo a venda de carne verde nos açougues e supermercados de São Paulo e outros grandes centros.

#### - Rio Grande do Sul

Em 1973, a produção gaúcha de carne bovina era estimada em 270.000 toneladas. Essa cifra se elevou para 296.000 toneladas em 1974 (+9,6%), todavia, para o corrente ano as estimativas preliminares indicam uma diminuição para 258.400t (-13%). O efetivo do rebanho bovino poderá, entretanto, ter um acréscimo da ordem de 2,2%, passando de 12.641 mil cabeças para 12.922 mil cabeças.

O desfrute do rebanho básico estadual é de cerca de 10%, com uma idade de abate de 4 a 5 anos e rendimento de carcaça de 50%.

Além dos problemas conhecidos que enfrenta toda a pecuária brasileira (elevada idade de abate, problemas de sanidade e zootécnicos, etc) os produtores gaúchos sofrem os efeitos de maior rigidez no período de comercialização de bois gordos, em virtude do inverno mais rigoroso que o do Brasil Central.

#### - Paraná

O rebanho do Paraná concentra-se em sua maioria acima do paralelo 24, ou mais especificamente, nas regiões de Londrina, Jacarezinho e Campo Mourão, onde se encontra cerca de 70% do plantel.

Segundo o GECOFA, o rebanho do Estado no corrente ano é estimado em 6 milhões de cabeças, o que representa um aumento da ordem de 12% em relação ao efetivo ano de 1973 (quadro 103). A taxa de desfrute está em torno de 11,5%, com peso médio da carcaça de 205kg.

Os abatedouros paranaenses localizam-se principalmente na Região Norte do Estado, sendo que Maringá e Londrina responderam por mais de 50% dos abates totais do Estado em 1974.

QUADRO 102. - Evolução dos Preços Médios Recebidos pelos Pecuaristas, Estado de São Paulo, 1965-75

Ano	Bezerro (Cr\$/cabeça)	Boi magro (Cr\$/cabeça)	Boi gordo (Cr\$/arroba)
1965	36,50	98,50	8,50
1966	91,60	208,00	16,30
1967	81,50	201,70	17,00
1968	86,70	215,10	18,80
1969	83,50	197,90	20,90
1970	121,70	283,10	30,10
1971	209,20	477,60	42,10
1972	310,10	601,20	53,20
1973	409,50	816,50	80,00
1974	541,50	1.207,80	106,80
1975 (1)	443,40	969,60	109,50

(1) Estimado até agosto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 103. - Distribuição por Região do Rebanho Bovino, Estado do Paraná, 1973-75  
(em cabeças)

Região	1973	1974	1975 (1)
Londrina	1.990.334	2.121.393	2.139.824
Jacarezinho	489.612	522.393	549.590
Campo Mourão	1.383.942	1.528.559	1.686.921
Ponta Grossa	344.664	351.078	383.377
Guarapuava	658.913	729.115	743.116
Pato Branco	416.478	444.489	430.909
Curitiba	124.878	136.983	137.675
Total	5.408.821	5.834.010	6.071.412

(1) Até maio inclusive.

Fonte: GECOFA-PP.

- Mato Grosso

Segundo a ACARMAT, o rebanho bovino desse Estado estava em torno de 14.800 mil cabeças em 1974, o que representa um aumento da ordem de 16% em relação a 1973.

No 1º semestre deste ano, de acordo com o DIPOA, os abates nesse Estado aumentaram 37% em relação ao mesmo período de 1974, ou seja, 169.821 contra 124.299 cabeças abatidas.

Em 1974 teriam morrido cerca de 200 mil cabeças de gado no Estado, em consequência das enchentes no Pantanal. No corrente ano, informa-se que o prolongado período de seca e a geada teriam prejudicado muito os pastos, ocasionando perdas consideráveis no rebanho.

- Rio de Janeiro e Espírito Santo

Em 1974 os abates de bovinos nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, sob inspeção federal, somaram em conjunto, 259.784 cabeças, sendo que só o Estado de Espírito Santo abateu 188.187 cabeças.

Os dados disponíveis de 1975 indicam para esses dois Estados um total de 189.924 cabeças abatidas no 1º semestre de 1975, contra 156.561, em 1974 (+21%).

- Santa Catarina

Segundo a CAFASC, o rebanho de Santa Catarina, em 1974, era de 2.206 mil cabeças.

No ano passado foram abatidas nos estabelecimentos sob inspeção federal, 66.435 cabeças de bovinos. No corrente ano pode-se esperar que os abates sob fiscalização da União sejam superiores aos efetuados em 1974, pois só no primeiro semestre de 1975 o acréscimo foi da ordem de 7%. Contudo, a expectativa é de que o total de abates permaneça, neste ano, nos mesmos níveis do ano anterior.

- Goiás

No período de 1970 a 1974, o crescimento do rebanho foi da ordem de 38%, passando de 7.800 mil cabeças para 11 milhões de cabeças. Levando-se em consideração que a produtividade do rebanho é baixa, infere-se que parte significativa deste crescimento resulta da importação de animais de outros estados. No Norte de Goiás predomina a pecuária extensiva, mais para a produção de carne propriamente; já o Sul do Estado se caracteriza por uma pecuária mista, em que o leite tem expressão relevante.

Em 1974, havia 37 abatedouros de bovinos em Goiás, dos quais apenas 14 sob inspeção federal, tendo abatido naquele ano aproximadamente 253.400 cabeças de bois e vacas. Estimou-se ainda que em 1974 foram exportadas 47.097t de carne para outros estados.

## - Minas Gerais

Segundo o IBGE o rebanho mineiro em 1973 foi estimado em 18.375 mil cabeças, havendo, no entanto, discrepância entre as diferentes fontes quanto ao efetivo do Estado. É indubitável, todavia, que há crescimento do rebanho mineiro, que parece refletir os efeitos da política de incentivo à pecuária, encetada pelo Governo após o ano de 1970. A partir de 1972-73 é razoável que tenha ocorrido uma maior taxa de crescimento, em consequência da implantação de grandes projetos pecuários no Estado, associado à política de crédito e programa de sanidade animal.

Em 1974 os abates de bovinos nas empresas sob inspeção federal foi de 684.320 cabeças (quadro 99). Até junho de 1975 os abates somaram 576.204 cabeças, o que significa um aumento de 120.087 cabeças (+26%) em comparação com o 1º semestre de 1974. Para 1975 e 1980 os abates totais de bovinos (com e sem inspeção) deverão atingir, respectivamente, 2,4 e 2,8 milhões de cabeças.

Devido ao fato de que a industrialização de carne é ainda bastante incipiente em Minas Gerais, a participação do Estado nas exportações de carne bovina do País é ainda pequena. Tradicionalmente Minas Gerais é fornecedora de carne aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro o que de certa forma representa uma contribuição indireta para as exportações brasileiras de carne bovina, já que libera para o mercado externo a produção de São Paulo, processada de forma mais adequada em seus frigoríficos para atender as exigências do mercado internacional.

Minas Gerais é também importador de gado de outros estados. Constatou-se que cerca de 25% das cabeças abatidas em 1974 pelos estabelecimentos sob inspeção federal eram provenientes de outros estados, principalmente de Goiás e Mato Grosso.

## - Perspectivas

No geral, a despeito dos prejuízos causados pelas geadas e prolongada seca, as perspectivas para o setor são favoráveis, especialmente se o mercado mundial for reativado no próximo ano, como é a expectativa atual.

Registre-se também o fato do Governo estar injetando novos recursos à pecuária, especificamente através de programas especiais, como PRODEPE e PRONAP.

Provavelmente, ainda nos próximos anos a taxa de crescimento da pecuária na Região Centro-Sul seja de certa forma diminuída, devido ao envio de matrizes para atender os projetos em implantação no Norte do País.

A curto prazo, o efeito das geadas de julho último, acompanhado de seca, poderá provocar um excedente considerável na oferta de boi magro, especialmente nos Estados de Mato Grosso, Paraná e São Paulo.

Quanto ao abate, pela análise dos dados até então existentes, pode-se antever que em 1975 haverá um aumento em relação a 1974, porém os pecuaristas deverão obter resultados econômicos mais baixos, devido a queda dos preços, em termos reais, do boi gordo.

(IEA, 30/09/1975)

- Soja

- Panorama internacional

A produção mundial de soja em 1974/75 foi estimada em 57.343 mil toneladas, volume esse inferior em 10,7% ao obtido em 1973/74 (64.033 mil toneladas). Esta queda na produção foi consequência tão somente da drástica redução na colheita nos Estados Unidos. A menor produção norte americana (-20,5%) não foi ocasionada apenas pela queda na área plantada (-7,6%), mas principalmente devida as condições climáticas terem sido bastante desfavoráveis propiciando produtividade de apenas 1.581 kg/ha (1.864 kg/ha em 1973/74).

Os Estados Unidos, apesar desta queda, continuaram a liderar a produção de soja, com 58,3% do total mundial, enquanto China e Brasil vieram a seguir, com participação de 16,9% cada um. As produções somadas destes três países representam 92,1% da produção global mundial em 1974/75 (quadro 104).

A oferta global (65.756 mil toneladas), porém, não experimentou o mesmo declínio que a produção, isto devido aos remanescentes de 1973/74 somarem 8.213 mil toneladas, portanto hem maior ao registrado quando do término da temporada anterior (3.302 mil t).

O que deve ser observado, é o decréscimo no consumo mundial aparente desta oleaginosa na temporada 1974/75 em razão de circunstâncias anormais terem influído na economia mundial, provocando uma diminuição na demanda de farelos e óleos. Com isto, prevê-se que os remanescentes quando do início da nova temporada (1975/76) possam situar-se ao redor de 9,6 milhões de toneladas, representando assim um novo recorde.

Para a temporada que se inicia (outubro de 1975 a setembro de 1976), poderão haver substancial alteração, já que as previsões quanto a produção mundial indicam um total ao redor de 65,3 milhões de toneladas, com aumentos expressivos nos Estados Unidos (16,9%) e no Brasil (18,2%).

Somando-se a esta produção estimada o remanescente de 1974/75, pode-se estimar como oferta de soja em grão para 1975/76 aproximadamente 75 milhões de toneladas, outro recorde, o que levará, mesmo com um aumento no consumo da ordem de 7,6%, a remanescentes ao redor de 14,7 milhões de toneladas, no final da temporada (quadro 105).

Quanto aos países exportadores, os Estados Unidos continuam mantendo sua posição, de liderar porém sua participação na temporada recém finda deverá situar-se ao redor de 78,5%, contra 84% na precedente, o que vem acentuar em muito a atual tendência de maior participação de outros países, no mercado, principalmente do Brasil, que passou de 13,3% na temporada 1973/74 a 18,7% em 1974/75 (quadro 106).

A produção mundial de farelos de soja em 1974/75 está sendo estimada em 35,6 milhões de toneladas (-7,3%). Esta queda foi devida a retração do consumo em alguns dos principais países consumidores, como decorrência direta da diminuição dos rebanhos, principalmente dos animais de pequeno porte, além da maior oferta de farinha de peixe. Para 1975/76 as primeiras informações indicam uma produção mundial de farinha de peixe ao redor de 4,75 milhões de toneladas, 5,8% maior a de 1974/75. Este aumento previsto deverá ser ocasionado principalmente pela maior produção do Peru, onde espera-se que atinja 1,32 milhão de toneladas.

QUADRO 104. - Produção Mundial de Soja em Grão e Principais Países Produtores, 1970/71 a 1975/76  
(1.000 toneladas)

País	1970/71		1971/72		1972/73		1973/74		1974/75 <sup>(1)</sup>		1975/76 <sup>(2)</sup>	
	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%
Estados Unidos	30.675	67,8	32.006	66,4	34.581	66,9	42.185	66,2	33.533	58,3	39.216	60,0
Brasil	2.077	4,6	3.223	6,7	4.826	9,3	7.000	11,0	9.730	16,9	11.500	17,6
China	9.700	21,4	9.600	19,9	9.200	17,8	9.600	15,0	9.750	16,9	9.800	15,0
Argentina	59	0,1	78	0,2	272	0,5	496	0,8	470	0,8	500	0,8
URSS	595	1,3	535	1,1	258	0,5	424	0,7	357	0,6	380	0,6
Paraguai	75	0,2	97	0,2	120	0,2	160	0,2	240	0,4	250	0,4
Outros	2.094	4,6	2.641	5,5	2.498	4,8	3.880	6,1	3.463	6,1	3.700	5,6
Total mundial	45.275	100,0	48.180	100,0	51.755	100,0	63.745	100,0	57.543	100,0	65.346	100,0

<sup>(1)</sup> Dados preliminares.

<sup>(2)</sup> Estimativas.

Fonte: Oil World Weekly, USDA, Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 105. - Produção Mundial, Estoque e Consumo Aparente de Soja, 1970/71 a 1975/76  
(1.000 toneladas)

Item	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76
"Carry over" (30/9)	7.179	3.914	3.387	3.302	8.213	9.656
Produção	45.275	48.180	51.755	63.745	57.543	65.346
Oferta total	52.454	52.094	55.142	67.047	65.756	75.002
Consumo aparente	48.540	48.707	51.840	58.834	56.100	60.350
Estoque final	3.914	3.387	3.302	8.213	9.656	14.652

Fonte: Oil World e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 106. - Exportação Mundial e Principais Países Exportadores de Soja em Grão, 1971/72 a 1974/75 (1)

País	1971/72		1972/73		1973/74		1974/75	
	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%
Estados Unidos	10.957,6	87,5	12.843,6	87,1	15.170,9	84,0	14.300,0	78,5
Brasil	1.035,5	8,2	1.782,5	12,1	2.393,5	13,3	3.400,0	18,7
China	430,0	3,4	...	...	340,0	1,8	300,0	1,6
Paraguai	41,3	0,4	53,5	0,3	88,6	0,5	145,0	0,7
Outros	52,0	0,5	80,0	0,5	68,0	0,4	90,0	0,5
<b>Total</b>	<b>12.516,5</b>	<b>100,0</b>	<b>14.759,6</b>	<b>100,0</b>	<b>18.061,0</b>	<b>100,0</b>	<b>18.235,0</b>	<b>100,0</b>

(1) Ano comercial - 1º de outubro a 30 de setembro.

Fonte: Oil World Weekly, nº 17/XVIII, 02/maio/1975.

O comportamento das cotações de soja no mercado internacional apresentou-se bastante semelhante ao acontecido em 1974, com contínua queda de preços nos seis primeiros meses, para apresentar súbitas e expressivas altas em julho e agosto, voltando a apresentar ligeiras baixas nas primeiras semanas de setembro. Porém os níveis dos preços registrados no decorrer de 1975 são bem inferiores aos de 1974 e, principalmente, aos de 1973 (quadro 107).

Esta elevação nos preços da soja nos meses de julho e agosto, apesar das previsões indicarem um suprimento bem acima das necessidades atuais, foram decorrentes das notícias de grandes quebras nas produções de grãos na Rússia, que foram posteriormente confirmadas. Isto fez com que este País, que não é tradicional comprador, realizasse compras maciças para arrazoamento, inclusive com perspectivas de novas aquisições tanto de soja em grão como de farelo.

Estas compras realizadas no período de julho, agosto e setembro, alteraram todo o mercado de grãos, inclusive o de soja, com reflexos também no mercado de farelos oleaginosos.

Outro fator que explicaria a alta dos preços seria a maior necessidade de compra pelos países da Europa Ocidental, visto que seus estoques tanto do produto em grãos como de farelos, estariam diminutos, paralelamente a um aumento no consumo, principalmente a partir de julho.

Os preços do farelo de soja no mercado internacional, no decorrer de 1974, apresentaram quedas acentuadas no período abril-junho, quando iniciaram sucessivas altas até o final do ano. Em 1975, apresentaram, no primeiro semestre, sucessivas quedas, situando-se em níveis bastante abaixo aos de 1974 e 1973. A partir de julho, contudo, iniciou-se ligeira alta.

As cotações do óleo de soja neste primeiro semestre de 1975 apresentaram contínuas baixas decorrentes da queda nos preços de grãos e farelos, e também pela maior oferta de outros óleos mais baratos, especialmente o de palma, que passou a participar em maior porcentagem no total consumido.

#### - Situação interna

A soja nestes últimos anos tornou-se uma das principais culturas no Brasil, ao lado do café e da cana-de-açúcar, principalmente quanto a sua participação nas exportações. Quando somados, soja em grão e farelos representam 11,2% das exportações de 1974, ocupando o 3º lugar na nossa pauta.

O crescimento vertiginoso ocorrido nos últimos anos foi decorrência, principalmente, dos preços estimulantes. Outros fatores, também concorreram para a sua expansão, dentre os quais se destacam:

- cultura com emprego de alta tecnologia e quase totalmente mecanizada;
- produtividade crescente nos últimos anos, nas principais zonas produtoras;
- em grande parcela da área dedicada a esta cultura é feita rotação com o trigo, utilizando-se as mesmas máquinas e diminuindo-se os custos;

QUADRO 107. - Cotações Internacionais de Soja (USA nº 2), 1970-75  
(US\$/t - CIF - Rotterdam)

Mês	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Jan.	107	125	125	214	261	256
Fev.	110	125	127	259	271	231
Mar.	111	124	135	258	265	226
Abr.	112	119	140	260	235	229
Mai.	115	122	140	358	229	208
Jun.	118	127	138	470	228	207
Jul.	122	134	141	330	276	224
Ago.	120	131	141	331	320	243
Set.	119	124	135	266	303	228 <sup>(1)</sup>
Out.	123	125	136	241	335	...
Nov.	125	125	148	239	312	...
Dez.	121	112	174	254	288	...
Média anual	117	124	140	290	277	...

(<sup>1</sup>) Preliminar.

Fonte: Oil World Weekly.

- aumento do parque industrial moageiro no Brasil, havendo maior concorrência na compra do produto;
- substituição, no mercado consumidor brasileiro, de outros óleos pelo de soja, que passou a ser o mais consumido.

Face ao exposto, a soja passou a ocupar parte das áreas anteriormente dedicadas a outras atividades em quase todos os estados produtores. Se de um lado, isto veio trazer melhor remuneração ao produtor agrícola, de outro, veio a liberar certa quantidade de mão-deobra.

A soja brasileira tem como principal mercado, o internacional, seja na forma de grãos ou de farelos. Assim, devido a grande participação das exportações no escoamento da soja brasileira, os preços no mercado interno estão diretamente relacionados às cotações internacionais.

Deste modo, os preços recebidos pelos produtores apresentaram um declínio, iniciado no final de 1973 e que se prolongou até julho de 1974, quando houve mudança na tendência então prevalecente, ocorrendo altas até o final do ano. Aquela queda foi decorrência em parte das propaladas notícias da grande safra estadunidense, o que posteriormente não foi confirmado. Isto fez com que grande parcela da produção brasileira de 1973/74, fosse então vendida a preços considerados insatisfatórios pelo produtor agrícola. Registre-se que, a partir de julho, os preços se elevaram, propiciando melhor remuneração para a parcela ainda em mãos dos produtores.

Tal fato motivou a adoção, pelo sojicultor brasileiro, do sistema de vendas em consignação. Assim, grande parcela da produção em 1975 foi entregue às cooperativas, indústrias ou firmas exportadoras, para fechamento posterior. Afortunadamente, com a repetição do comportamento dos preços em 1975, os agricultores tiveram melhores resultados.

Outro fato que veio contribuir para modificar o sistema de comercialização desta oleaginosa foi a preferência dada às cooperativas na exportação da soja em grão, devendo elas participar com mais de 70% do volume a ser exportado em 1975.

A disposição do Governo Federal, a partir de julho, de comprar ou financiar o armazenamento de um milhão de toneladas a Cr\$ 75,00/saco de 60kg, contribuiu para a estabiliza-ção do mercado, a níveis de preços bastante satisfatórios (quadro 108).

Da safra brasileira de soja (9,73 milhões de toneladas) referente ao ano agrícola 1974/75 deverão ser moidas no Brasil aproximadamente 5,0 milhões de toneladas, exportadas 4,0 milhões de toneladas, restando 730 mil toneladas para serem utilizadas como sementes, incluído neste último dado as perdas previstas.

A produção brasileira de soja está totalmente concentrada na Região Centro-Sul, sendo que o Rio Grande do Sul participa com 48% e o Paraná com 35% (quadro 109).

Quanto ao farelo a ser produzido no Brasil - ao redor de 3,5 milhões de toneladas - 1,0 milhão de toneladas deverão ser consumidas internamente, enquanto 2,5 milhões deverão ser exportadas.

Os preços do farelo de soja no mercado interno apresentaram, em 1975, idêntico comportamento ao do mercado internacional, com níveis baixos, inclusive inferiores aos do internacional.

QUADRO 108. - Preços de Soja em Grão, Recebidos pelos Agricultores nos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1973-75

Mês	Rio Grande do Sul			Paraná			São Paulo			Santa Catarina			Mato Grosso		
	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975
Jan.	34,20	77,40	75,60	42,60	68,40	80,40	42,84	70,05	89,35	39,00	69,00	70,20	34,20	70,20	76,20
Fev.	41,40	75,60	78,60	45,00	69,00	81,60	58,54	72,83	78,52	42,60	65,40	73,80	49,20	52,20	74,40
Mar.	42,60	75,60	73,20	48,00	69,60	81,60	58,60	59,45	70,63	43,20	61,80	71,40	51,00	60,00	69,00
Abr.	48,00	69,00	70,80	46,80	73,80	74,40	53,90	62,50	71,85	43,80	61,20	69,00	54,00	60,60	70,20
Mai.	57,00	61,20	70,20	49,20	55,80	74,40	64,31	57,89	74,28	51,00	51,00	70,20	63,00	49,20	63,00
Jun.	67,20	60,60	70,20	60,60	57,60	72,00	84,46	54,49	74,13	54,60	50,40	63,60	75,00	51,00	63,60
Jul.	84,00	59,40	71,40	76,20	61,20	76,20	99,54	59,04	75,85	62,40	53,40	64,80	93,00	54,60	69,00
Ago.	84,00	66,60	...	86,40	72,60	87,60	96,82	76,38	83,45	75,00	67,20	69,00	96,60	66,60	90,60
Set.	84,60	67,80	...	75,00	77,40	...	93,67	77,17	...	72,60	69,00	...	100,20	72,60	...
Out.	79,80	73,80	...	79,20	81,00	...	73,10	79,75	...	70,20	70,80	...	100,20	78,60	...
Nov.	79,20	76,80	...	76,80	85,20	...	69,94	88,68	...	71,40	70,80	...	100,20	85,20	...
Dez.	76,20	78,00	...	81,00	88,80	...	70,94	88,02	...	70,80	70,20	...	100,20	85,20	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 109. - Produção Brasileira e Principais Estados Produtores de Soja, 1970/71 a 1974/75  
(tonelada)

Estado	1970/71		1971/72		1972/73		1973/74		1974/75 <sup>(1)</sup>	
	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%
Rio Grande do Sul	1.200.000	60	2.140.000	61	2.877.430	56	3.870.000	53	4.688.520	48
Paraná	567.100	28	966.203	27	1.560.000	30	2.200.000	30	3.420.000	35
São Paulo	93.600	5	222.000	6	330.000	6	522.000	7	678.000	7
Santa Catarina	100.000	5	130.000	4	253.200	5	431.849	6	467.160	5
Mato Grosso	-	-	-	-	48.293	1	103.226	1	316.665	3
Minas Gerais	-	-	-	-	28.744	1	62.087	1	86.947	1
Goiás	41.695	2	60.479	2	69.698	1	99.000	2	73.392	1
Brasil	2.002.395	100	3.518.682	100	5.167.365	100	7.288.162	100	9.730.684	100

(<sup>1</sup>) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, SP; CEPRES, PR; Secretarias da Agricultura, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná; e Ministério da Agricultura.

cio de 1973, porém superiores aos de 1974, mas com aumentos expressivos a partir de julho.

Apesar da grande quantidade de óleo de soja exportado neste primeiro semestre de 1975, ao redor de 73.746 toneladas, o abastecimento do mercado interno é contínuo, não havendo maiores variações nos preços.

As exportações brasileiras de soja e de farelo vem crescendo nestes últimos anos, como se pode observar nos dados do quadro 110.

QUADRO 110. - Exportações Brasileiras de Soja em Grão e Farelo, 1972-75  
(tonelada)

Ano	Soja em grão	Farelo de soja
1972	1.037.273	1.405.329
1973	1.786.139	1.581.493
1974	2.724.068	2.030.942
1975 (1)	2.570.000	2.030.000

(1) De janeiro a setembro.

Fonte: CACEX.

#### - Rio Grande do Sul

A cultura dessa oleaginosa, que nos últimos anos passou a liderar a agricultura gaúcha, alcançou em 1974/75, uma produção de 4.688 mil toneladas. Se a área plantada em 1974/75 for comparada à de 1971/72, observa-se uma expansão de 89%. Porém, para o mesmo período, o aumento de produção foi de 119%, o que permite concluir que houve ganhos de produtividade, principalmente neste último ano agrícola, quando situou-se ao redor de 1.506kg/ha.

A maior parcela da produção gaúcha, tanto em 1974, como em 1975, foi comercializada por cooperativas, cuja participação no mercado internacional já se faz sentir.

Neste ano de 1975 os preços alcançados pelos sojicultores gaúchos podem ser considerados elevados, se se levar em conta que a maior parcela da produção só teve seu preço fechado após julho.

O principal mercado para o qual se escoia a soja gaúcha é o externo, no qual se destacam como compradores Alemanha Ocidental, Países Baixos, Espanha, Itália, França e Japão.

Para a safra 1974/75 prevê-se que 2.200 mil toneladas serão destinadas ao mercado internacional, 2.000 mil toneladas ao mercado interno e 500 mil toneladas a sementes, incluindo-se neste último dado as quebras. É necessário salientar-se que das 2.000 mil toneladas destinadas ao mercado interno, ou melhor, à indústria moageira, grande parcela será exportada sob a forma de óleo e farelo.

As exportações de soja pelo Rio Grande do Sul no período de 1972-75 podem ser observadas no quadro 111.

QUADRO 111. - Exportação de Soja em Grão, Rio Grande do Sul, 1972-75  
(tonelada)

Ano	Volume exportado
1972	704.026
1973	1.017.976
1974	1.623.352
1975 (1)	896.500

(1) Até 30/06/75.

Fonte: CACEX.

#### - Paraná

A lavoura da soja no Paraná apresentou, nestes últimos anos, um crescimento bastante rápido, passando de 755.600 ha em 1972/73 a 1.600.000 ha em 1974/75, ou seja, de 112%. Isto se deve aos fatores já mencionados, valendo salientar que é neste Estado que a cultura apresenta os melhores rendimentos por área, situando-se em 2.137kg/ha no ano agrícola 1974/75. Esta produtividade é superior, inclusive, à dos Estados Unidos.

Face ao emprego do binômio soja-trigo, a área dedicada a esta cultura dificilmente deverá sofrer concorrência de outra.

O escoamento da produção paranaense em parte é realizado para o mercado internacional, o qual, em 1974/75, poderá absorver até 40% do total produzido (quadro 112). Em razão da instalação de grandes complexos moageiros nesse Estado, considerável parcela é aí industrializada, sendo o restante, que perfaz de 18 a 20% da produção, destinado a outros estados, principalmente São Paulo e, em menor escala, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

QUADRO 112. - Exportação de Soja em Grão, Estado do Paraná, 1973-75  
(tonelada)

Ano	Volume
1973	778.707
1974	1.066.094
1975 (1)	669.986

(1) Janeiro a julho.

Fonte: CACEX.

- São Paulo

A produção paulista desta oleaginosa vem crescendo em ritmo bastante acelerado nestes últimos anos, passando de 126.600 hectares em 1971/72 a 391.200 hectares em 1974/75. Neste último ano agrícola foi a sexta cultura quanto a área plantada, superando inclusive a da lavoura de algodão.

São Paulo, além de produtor, é também comprador de soja, dos estados vizinhos, absorvendo parcelas das produções do Paraná, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e, em algumas ocasiões, até do Rio Grande do Sul. Isto, é devido ao fato da produção paulista ser insuficiente para o atendimento de seu parque moageiro, bem como às exportações que se realizam pelo porto de Santos (quadro 113).

QUADRO 113. - Exportações de Soja em Grão, Farelo e Óleo pelo Porto de Santos  
(tonelada)

Ano	Soja em grão	Farelo	Óleo
1972	153.673	72.160	216
1973	240.097	189.347	10.421
1974	80.606	173.338	155
1975 (1)	119.233	133.583	9.764

(1) Janeiro a agosto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

#### - Outros Estados

No momento, a cultura da soja atravessa um período de crescimento acentuado também em Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás.

No agregado destes Estados, o crescimento da produção verificado em 1974/75 foi da ordem de 35%, destacando-se, sobretudo, o avanço verificado em Mato Grosso e Minas Gerais.

Estes quatro Estados são responsáveis por cerca de 10% da produção nacional (Santa Catarina isoladamente respondendo por 5%), cuja maior parcela é dirigida a São Paulo e Paraná.

#### - Perspectivas

Caso sejam confirmadas as atuais previsões de aumento de área em 1975/76, a produção brasileira poderá situar-se ao redor de 11,5 milhões de toneladas, o que significará um acréscimo de 18,2% sobre a de 1974/75. A este nível de produção, as exportações brasileiras, tanto de soja em grão como de seus derivados deverão apresentar grandes aumentos, já que o consumo interno não acusará tal incremento, situando-se a níveis pouco superiores aos atuais.

O preço mínimo de Cr\$ 75,00/60kg, para a nova safra, juntamente com o subsídio de 40% para a compra de adubos, constituem fatores adicionais de incentivo ao agricultor.

No Rio Grande do Sul a safra 1975/76, devido a alta dos preços recebidos pelos produtores agrícolas nestes últimos meses, quando chegou a atingir a Cr\$ 92,00/saco de 60kg, em certas semanas, acredita-se que deverá acontecer novo aumento na área, que poderá chegar até 10%, o que em termos de produção, a levaria ao redor de 5,0 milhões de toneladas.

Já no Paraná prevê-se novo crescimento da área de soja, principalmente depois das geadas ocorridas em julho, o que deverá provocar a liberação de áreas anteriormente dedicadas a cultura do café. Assim, há estimativas de que a área a ser plantada no Paraná poderá situar-se ao redor de 2.100.000 ha, ou seja, 31% maior. Em razão das condições bastante favoráveis para esta cultura neste Estado, acredita-se que nos próximos anos o Paraná poderá vir a ser o primeiro produtor de soja no Brasil.

A tendência de aumento de área que se vem verificando em São Paulo, deverá mais uma vez acontecer no ano agrícola que se inicia, apesar de se ter notícias de que em algumas importantes regiões produtoras poderá ceder lugar a outras culturas. Porém, a área paulista a ser plantada com soja deverá apresentar novo acréscimo, ao redor de 12%, principalmente na região de Marília, Assis e regiões vizinhas. Este acréscimo mais acentuado nesta zona produtora deve-se ao fato dos altos rendimentos por área (1.900 a 2.000kg/ha) e ao binômio soja-trigo. Outro fator a acentuar este aumento de área seria a maior incidência das geadas de julho último, o que provavelmente virá liberar novas áreas para outras culturas anteriormente dedicadas ao café.

Para os demais estados, no conjunto, as previsões são de que os incrementos deverão situar-se entre 10 e 20% em relação à área plantada, deslocando, inclusive, outras culturas. Em Santa Catarina e Mato Grosso, onde é possível a realização do plantio consecutivo

soja e trigo, estas culturas deverão ter maior impulso. Já em Goiás e Minas Gerais, este incremento deverá ser menor.

Quanto a quantidade de sementes certificadas para o plantio a realizar em outubro e novembro do corrente ano, acredita-se que o atual suprimento deverá atender as necessidades, prevendo-se falta apenas no Estado do Paraná, que deverá adquiri-las em São Paulo e, principalmente, no Rio Grande do Sul.

No mercado mundial, apesar da alta verificada nestes últimos meses, as previsões continuam a ser de uma oferta bastante acima do consumo aparente, o que levaria a um aumento expressivo nos estoques mundiais.

Com relação à produção de outras oleaginosas e seus derivados, as perspectivas são de grande concorrência dos óleos láuricos, mais baratos, cuja produção vem aumentando gradativamente, bem como da maior oferta de amendoim. No caso do farelo, espera-se a concorrência da maior produção da farinha de peixe.

Toda esta conjuntura está na dependência de se confirmarem os aumentos previstos tanto da pesca no Peru, como de maiores colheitas de amendoim na Índia e África Ocidental, maiores produções de copra, colza, óleo de côco, oliva e palma.

Por outro lado, deverão influir na atual conjuntura mundial as perspectivas de retomada do crescimento do consumo, principalmente para o farelo, nos principais centros consumidores, visto que as circunstâncias anormais acontecidas em 1974 e 1975, que vieram influir negativamente na economia global, foram em parte absorvidas, permitindo parcial recuperação da economia mundial.

Caso também sejam confirmadas as atuais aquisições maciças de soja em grão e de farelo pela Rússia, e sua presença continue nos próximos meses, poderão também vir a influenciar o mercado internacional quanto a maiores preços.

(IEA, 03/10/1975)

- Café

- Situação internacional

A safra relativamente grande de 1974/75 e as elevadas disponibilidades em estoques nos países importadores, resultaram em diminuição da procura pelo produto durante o primeiro semestre de 1975, o que se refletiu em preços menores aos países exportadores. Essa tem sido a interpretação geralmente aceita para a fase depressiva de preços, radicalmente modificada com a ocorrência da geada de julho no Brasil.

Os dados disponíveis com respeito a situação estatística mundial, conforme divulgados pelo Bureau Pan-Americano do Café, permitem observar (quadro 114) que a safra 1974/75 foi uma das maiores já verificadas, tendo sido estimada em abril, pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em cerca de 77,4 milhões de sacas. Tal volume, constituiu-se no terceiro em ordem de grandeza, inferior apenas aos dos anos de 1965/66 (81,6 milhões) e 1959/60 (78,9 milhões).

No presente ano de comercialização (out.75/set.76), a produção exportável mundial (produção total menos consumo interno nos países exportadores), foi estimada, pelo USDA, em 52,7 milhões de sacas, podendo-se, portanto, avaliar a safra mundial em cerca de 70 a 72 milhões, já que o consumo nos países produtores tem sido estimado como sendo da ordem de 18 a 20 milhões de sacas.

Para o ano 1976/77 as perspectivas de produção mundial exportável deverão ser bem menores, considerando-se a geada no Brasil e os problemas em alguns países da África. Presumivelmente, a produção exportável mundial deverá situar-se entre 37 a 40 milhões de sacas, face a pequena produção brasileira. Somados ao consumo interno nos países produtores, da ordem de 20 milhões de sacas, pode-se admitir que a safra mundial atingirá cerca de 57 a 60 milhões de sacas.

As exportações mundiais nos últimos anos situaram-se em torno de 55 milhões de sacas (quadro 115). Diante dessas estimativas, verifica-se que o "carry over" mundial para o ano de comercialização 1976/77 deverá se reduzir a 29 a 30 milhões de sacas, incluindo-se as reservas brasileiras. Assim, caso a safra mundial 1976/77 seja reduzida a um número em torno de 60 milhões de sacas, o "carry over" no final desse ano, conservados os níveis médios de exportação (55 milhões) e consumo interno (20 milhões) estaria reduzido a cerca de 15 milhões de sacas. Tal situação, permite antever que os estoques brasileiros constituirão elemento particularmente importante em termos de política de comercialização do produto.

A menos que haja um grande aumento, em termos de quantidade na safra mundial 1977/78, o que parece pouco provável, dada a necessidade de recuperação dos cafezais severamente geados, a situação de escassez mundial do produto deverá se prolongar pelo menos por dois ou três anos. É claro que se torna recomendável, sob esse aspecto, o tratamento e cuidados mais intensivos dos cafezais, o que por outro lado, diminuirá a escassez do produto nos próximos anos.

O quadro 116 mostra a evolução da produção exportável mundial e dos principais países produtores, podendo-se admitir que no ano de comercialização 1976/77, o total mundial de

QUADRO 114. - Suprimento e Distribuição Mundial de Café Verde, 1953/54 a 1973/74  
(mil sacas de 60 quilos)

Ano de comercialização <sup>(1)</sup>	"Carry-over" inicial <sup>(2)</sup>	Produção	Suprimento total	Exportação líquida <sup>(3)</sup>	Distribuição interna	"Carry-over" final
1953/54	5.611	43.996	49.607	33.458	9.656	6.493
1963/64	67.019	70.998	138.017	51.327	17.582	69.108
1969/70	66.169	66.362	132.531	53.346	18.284	60.901
1970/71	60.901	58.321	119.222	52.552	18.211	48.459
1971/72	48.459	71.854	120.213	57.959	18.803	43.551
1972/73	43.551	77.273	120.824	59.274	20.080	41.470
1973/74 <sup>(4)</sup>	41.470	65.478	106.948	54.600	20.801	31.547

<sup>(1)</sup> Outubro a setembro na maioria dos países.

<sup>(2)</sup> Existente nos países produtores.

<sup>(3)</sup> Para consumo e utilização nos países importadores. Os estoques nos países importadores são estimados em média em 7,5 milhões de sacas.

<sup>(4)</sup> Preliminar e sujeito a revisão.

Fonte: Anuário Estatístico do Café - Bureau Pan Americano do Café.

QUADRO 115. - Exportação Mundial de Café, 1969-74  
(1.000sc.60kg)

Ano	Brasil		América <sup>(1)</sup>		África		Outros		Total	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%
1969	19.612	36,0	16.172	29,7	16.175	29,7	2.529	4,6	54.488	100
1970	17.085	32,6	16.252	31,0	16.814	32,1	2.244	4,3	52.395	100
1971	18.399	34,6	16.379	30,8	16.234	30,6	2.108	4,0	53.120	100
1972	19.215	33,4	17.881	31,1	17.907	31,1	2.522	4,4	57.525	100
1973	19.818	31,9	19.767	31,8	19.527	31,5	2.944	4,8	62.056	100
1974 <sup>(2)</sup>	13.279	24,4	18.932	34,9	19.040	35,1	3.049	5,6	54.300	100

<sup>(1)</sup> Exceto Brasil.

<sup>(2)</sup> Preliminar.

Fonte: Bureau Pan Americano do Café e Organização Internacional de Café (OIC).

QUADRO 116. - Produção de Café Exportável Mundial e em Alguns Países, 1966/67 a 1970/71  
(1.000sc.60kg)

País	Média 1966/67 1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76 <sup>(1)</sup>
Brasil	9.299	14.850	15.000	6.370	19.135	14.390
Colômbia	6.618	5.750	7.430	6.250	7.400	6.850
Costa do Marfim	3.685	4.400	4.985	3.219	4.332	4.080
Uganda	2.952	2.830	3.280	3.078	2.978	2.978
El Salvador	2.041	2.440	1.935	1.895	2.670	2.185
Outros	20.013	22.813	24.536	22.672	23.280	22.197
Total mundial	45.608	53.083	57.166	43.484	59.795	52.680

<sup>(1)</sup> Primeira estimativa.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

verã situar-se a nıveis muito inferiores aos verificados nos ũltimos anos, jã que deverã ser pequena a produção exportãvel brasileira.

As exportações mundiais em 1974 mostraram redução de 7,8 milhões de sacas ou 12,6% em relação ao ano anterior conforme mostra o quadro 115 e, diminuiu expressivamente naquele ano a parcela de participação do Brasil no total exportado.

Os preços externos retratam a tendẽncia de baixa, verificada no ano passado e primeiro semestre deste ano conforme se pode concluir do comportamento dos preços indicativos da OIC (quadro 117) para as categorias "Outros suaves" e "Robusta". Estas refletem com maior realismo os preços de exportação, enquanto os preços indicativos de cafẽ da Colombia e "Arãbica não depoldados" (Brasil), não levam em conta descontos ou contratos de fornecimento a preços especiais.

Verifica-se que as cotações dos cafẽs brasileiros situaram-se em vãrios meses, a nıveis extremamente elevados, superiores a de todas as outras categorias. Essa situação repetete-se em setembro. Contudo, considerando-se a atual estrutura de preços, o nıvel de registro e a quota de contribuição, verifica-se que as exportações acham-se contingenciadas.

Dependerã em grande parte da polıtica de comercialização adotada pelo IBC, o comportamento dos preços externos durante este ano de comercialização 1975/76. Face ao baixo nıvel do "carry over" mundial, os estoques brasileiros constituem elemento muito importante em termos de comportamento dos preços no futuro prõximo. Aliãs, o IBC tem noticiado uma polıtica de retenção de estoques disponıveis.

No dia 6 de janeiro de 1975 iniciou seus trabalhos o grupo composto de representantes dos paıses produtores e importadores, instalado com o objetivo de propor a renovação do Acordo Internacional do Cafẽ, a ser submetido ao Conselho da Organização Internacional do Cafẽ.

Apõs uma sãrie de reuniões do grupo de trabalho, de subcomissões e do Conselho Plenãrio da OIC, verificou-se a disposição dos paıses-membro, favorãvel ã renovação do Acordo a partir de setembro. Contudo, em princıpios de julho, continuavam os problemas de determinação das cotas e preços, retardando proposições conclusivas. Declarações do Presidente do IBC davam conta de que haviam boas perspectivas para renovação do AIC, que poderia apresentar condições melhores para os paıses produtores, desde que se chegasse a um consenso para disciplinar a oferta do produto. Agora, apõs a geada, os termos de um eventual novo acordo, deverão ser mais favorãveis aos paıses exportadores.

#### - Situação interna

O Plano de Renovação e Revigoreamento de Cafezais contribuiu para que a população cafeeira no Brasil se situasse em 2.758 milhões de covas, em 1974, das quais 2.102 milhões de cafeeiros adultos e 656 milhões novos (com menos de 3 anos). A polıtica adotada pelo IBC, apõs cinco anos de implantação do Plano, era a de conservar o parque cafeeiro, limitando novos financiamentos para plantio e replantio nos Estados de São Paulo, Paranã e Minas Gerais, jã que no corrente ano dever-se-ia atingir um total de 2,9 bilhões de cafeeiros, considerado o razoãvel para as necessidades de consumo e exportação do Paıis, pois se se estimar uma produ

QUADRO 117. - Médias Mensais dos Preços Indicativos da Organização Internacional de Café (OIC) para Café, 1972-75  
(centavos de dólar por libra-peso)<sup>(1)</sup>

Ano e mês	Suaves colombianos	Outros suaves	Árabica não despulpados	Robusta	Preço diário composto
1972					
Ago.	63,93	54,47	61,09	47,20	55,83
1973					
Ago.	73,38	60,36	72,75	47,36	62,33
1974					
Ago.	73,73	62,55	69,50	56,01	64,55
Set.	70,78	54,61	69,28	53,92	61,97
Out.	72,18	56,78	69,71	54,94	63,04
Nov.	76,77	59,28	69,97	55,66	64,57
Dez.	81,47	58,78	71,59	55,18	65,63
1975					
Jan.	78,78	55,84	73,25	54,32	62,96
Fev.	76,08	53,47	74,22	52,39	63,80
Mar.	69,38	50,05	72,76	49,64	60,71
Abr.	66,08	47,64	72,34	49,03	59,52
Mai.	65,57	50,85	75,15	47,52	60,29
Jun.	72,60	55,93	75,40	49,34	63,00
Jul.	83,02	65,67	...	58,68	...
Ago.	100,38	83,48	96,49	77,05	88,49
Set. (dia 29)	92,00	81,75	95,50	76,00	86,13

<sup>(1)</sup> Uma saca de 60 quilos equivale a 132,271 libras-peso.

Fonte: Organização Internacional de Café.

tividade média de 9 sacas por mil pés, considerando-se cafeeiros velhos e novos, em produção, poder-se-ia esperar safras da ordem de 27 milhões de sacas em média. Após as geadas de julho, esse Plano foi totalmente reformulado, inclusive com emergência, sendo conhecida a disposição do IBC de tentar recuperar os parques cafeeiros de São Paulo e do Paraná, implantando novas áreas de produção em estados do Nordeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro e outros.

A produção estimada para a safra brasileira 1975/76 atingirá, segundo a segunda previsão do IBC, 21,2 milhões de sacas. Verifica-se, pelo quadro 118, que a safra brasileira deverá se situar em nível médio, comparada à de anos anteriores.

No que diz respeito a preços recebidos pelos produtores, o quadro 119 mostra a evolução nos principais estados. Os preços médios mensais, por saca de 60 quilos de café beneficiado em São Paulo, mostraram grande declínio a partir de um máximo em abril de 1974 (Cr\$ 379,19) atingindo um mínimo em outubro desse ano (Cr\$ 307,10). Em fevereiro de 1975, o preço médio atingiu Cr\$ 339,40, mas o mercado mostrava-se extremamente retraído em virtude das dificuldades de vendas externas. Na verdade, os preços médios refletiam, de há vários meses, níveis próximos aos preços de garantia do IBC, afora os descontos usuais para o caso de vendas à entidade, o mesmo ocorrendo após as geadas.

Os preços médios já haviam aumentado significativamente nos meses de junho e julho, em virtude das notícias de aumento dos preços de garantia do IBC. Efetivamente a publicação da Resolução nº 927/75, em 5 de julho de 1975, elevou seus níveis de Cr\$ 418,00 para Cr\$ 500,00 por saca, a partir de 1º de outubro, para os cafés do tipo 6, bebida isenta de gosto "Rio-Zona", produzidos nas regiões componentes do Grupo I. Para o tipo 2 de quota comum, foi fixado o preço de Cr\$ 520,00, havendo também um prêmio fixo para os demais tipos, o que representava esforço significativo visando a melhoria de qualidade. Após as geadas, a Resolução nº 936, de 31 de julho, elevou novamente os níveis para Cr\$ 700,00 para o tipo 6, para melhor, produzidos nas regiões integrantes do Grupo I.

Os preços em São Paulo aumentaram de Cr\$ 337,40 por saca beneficiada, em janeiro de 1975, para Cr\$ 632,50 em agosto, o que representa acréscimo de 87,5%. Em relação a agosto do ano passado, o preço de agosto deste ano representa elevação de 95,8%.

Os níveis de preços recebidos em junho eram superiores aos custos por unidade produzida em São Paulo, segundo os modelos de custo operacional do IEA, para a safra 1974/75, no que diz respeito às produtividades de 25 sacas por mil pés (Cr\$ 308,40) e 18,7 sacas por mil pés (Cr\$ 358,40). Eram inferiores, porém, no caso de produtividade de 12,5 sacas (Cr\$ 447,50) e 6,3 sacas (Cr\$ 575,88).

Nesses cálculos são computados os custos de mão-de-obra, adubação, uso de corretivos e combate a ferrugem (com pulverizador acoplado a microtrator e seis pulverizações), operações mecanizadas, mudas para replante, operação animal, juros bancários, administração, despesas gerais e depreciação de máquinas e equipamentos.

As estimativas de custo operacional para o ano agrícola 1975/76 são da ordem de: Cr\$ 406,60 para produtividade de 20 sacas por mil pés, Cr\$ 485,70 para 15 sacas, Cr\$ 647,50 para 10 sacas e Cr\$ 898,70 para 5 sacas.

O Plano de Emergência para recuperação dos cafezais geados, divulgado pelo IBC, prevê decote, receita, replantio, financiamento de custeio e prorrogação de prazos de financiamentos, em condições geralmente consideradas satisfatórias, dado o seu caráter de emer -

QUADRO 118. - Produção Brasileira de Café por Estado, 1960/61 a 1975/76  
(milhões de sacas beneficiadas de 60kg)

Ano safra	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Outros	Total
1960/61	12,4	9,7	2,7	1,6	0,9	27,3
1961/62	21,4	11,3	4,0	1,9	1,0	39,6
1962/63	18,0	5,2	2,5	2,4	0,8	28,9
1963/64	9,5	10,1	1,6	1,3	0,7	23,2
1964/65	3,6	1,8	1,2	1,1	0,6	8,3
1965/66	20,4	11,2	2,9	1,9	0,6	37,0
1966/67	7,7	6,2	2,8	1,6	0,5	18,8
1967/68	12,9	8,5	2,0	0,7	0,4	24,5
1968/69	8,3	4,6	1,9	1,6	0,6	17,0
1969/70	12,3	6,1	1,3	0,5	0,4	20,6
1970/71	1,6	4,4	3,0	1,6	0,4	11,0
1971/72	12,8	9,8	1,3	0,4	0,3	24,6
1972/73	9,7	9,4	3,7	1,2	0,5	24,5
1973/74	4,1	7,0	2,0	0,8	0,4	14,3
1974/75	11,5	9,8	4,9	1,4	0,5	28,1
1975/76 <sup>(1)</sup>	10,9	6,9	2,3	0,6	0,5	21,2

(<sup>1</sup>) 2a. previsão do IBC/DEC-Divisão de Estatística.

Fonte: Instituto Brasileiro do Café/DEC-Divisão de Estatística.

QUADRO 119. - Evolução dos Preços de Café Beneficiado no Interior de Cada Estado, Médias Anuais 1972-74 e Médias Mensais para 1975

Ano e mês	Paraná	São Paulo <sup>(1)</sup>	Minas Gerais		Espírito Santo
			Zona Sul	Zona da Mata	
1972	185,31	180,83	187,41	168,31	171,36
1973	263,68	265,55	266,72	243,38	254,45
1974	323,91	332,64	326,69	291,32	291,49
1975					
Jan.	333,50	337,40	342,50	306,50	304,00
Fev.	317,96	339,40	346,00	311,45	309,83
Mar.	327,10	333,10	351,00	306,10	297,68
Abr.	329,64	327,50	323,30	308,10	295,30
Mai.	368,58	335,10	365,50	311,18	313,00
Jun.	388,75	376,00	388,00	347,20	336,30
Jul.	388,54	383,57	494,00	426,93	370,75
Ago.	609,48	632,51	617,00	582,12	536,05

(<sup>1</sup>) Dados do Instituto de Economia Agrícola.

Fonte: Instituto Brasileiro do Café-DEC e DERAL/PR.

gência.

- Perspectivas

No que diz respeito ao mercado externo, as perspectivas são de melhoria do preço dada a certeza de menor safra mundial. A produção brasileira sofrerá grande queda na colheita de 1976, admitindo-se um volume, estimado logo após as geadas de julho, entre 9 a 12 milhões de sacas. Isto, comparativamente aos 28 milhões inicialmente previstos, representará uma contração de cerca de 60%.

As informações disponíveis dão conta de que as exportações de café no 1º semestre de 1975 reassumiram níveis normais, tendo sido exportadas 7,2 milhões de sacas de café verde e equivalente solúvel, atingindo o valor de 470 milhões de dólares.

Além das geadas terem atingido grau somente comparável às de 1918, o período da seca e a ferrugem, que se tem desenvolvido de modo relativamente lento mas constante, fazem prever que, em 1975/76, o País exportará menos a preços bem mais altos, em conformidade com a conjuntura de escassez relativa do produto.

Face a menor produção do Brasil na colheita de 1975, que deverá atingir 21,2 milhões de sacas e a pequena safra prevista para o próximo ano, presume-se que as quantidades necessárias para consumo interno e exportação, que em condições normais deveriam atingir cerca de 24 milhões de sacas (7 a 8 milhões para consumo interno e de 16 a 18 milhões para exportação) estarão sujeitas a um contingenciamento.

O fato de ocorrerem sinistros graves como o recente, não deverá provocar uma reversão na tendência à valorização econômica da cafeicultura em São Paulo e Paraná, que tem no produto uma expressiva vocação social e econômica. Assim, é aguardado com expectativa o resultado das medidas de política econômica que permitirão à cafeicultura brasileira uma nova fase, com lavouras mais produtivas, desenvolvidas inclusive, naquelas regiões de maior aptidão ecológica.

(IEA, 01/10/1975)

## - Arroz

### - Panorama internacional

A produção mundial de arroz em casca, safra 1974/75, é estimada em 326,9 milhões de toneladas, constituindo-se novo recorde, superando em 0,6% a de 1973/74. As estimativas da Tailândia, Taiwan (Formosa) e Indonésia são de aumentos e a da Austrália de decréscimo. Para a temporada comercial 1975/76, na República Popular da China e Taiwan, foram obtidas colheitas bem sucedidas de safras precoces e as safras tardias parecem ter bom desenvolvimento. Na Índia, chuvas abundantes contribuíram para as principais lavouras arrozais de monções. Uma produção recorde é provável nos Estados Unidos e as condições até o momento, na Itália e Espanha, indicam boas colheitas.

O comércio internacional em 1975 provavelmente deverá superar o de 1974. Dos três maiores exportadores, os Estados Unidos esperam aumentar suas exportações em pelo menos um terço; as exportações da Tailândia provavelmente apresentem pequena mudança e as da China possivelmente se mantenham nos níveis de 1974. Os excedentes exportáveis na Austrália, Argentina, Colômbia, Burma, Egito e Paquistão são favoráveis a um aumento em suas exportações. Entretanto, limitada demanda poderá conter as exportações, especialmente no Paquistão, enquanto modestos aumentos nos estoques em alguns países exportadores parecem prováveis. No momento, há fortes indicações de que o arroz tailandês possa ser exportado para Laos e também tomar parcialmente o lugar dos fornecimentos feitos através do PL480 pelos Estados Unidos ao Vietnã do Sul e à República Khmer (Camboja), com o auxílio de financiamento chinês.

Os preços internacionais continuam a mostrar tendência de baixa nos últimos meses. As cotações do arroz tailandês estão ao redor da metade das alcançadas em abril de 1974, quando atingiu US\$ 630/tonelada para o arroz branco, com 5% de quebrados, FOB Bangkok. O preço do produto estadunidense está atualmente mantendo-se firme, mas a crescente oferta e a competição no mercado externo, parecem indicar futuras baixas. Porém, se os preços internacionais de trigo se mantiverem firmes, a China e o Paquistão poderão substituir o consumo deste cereal pelo arroz, reduzindo, em consequência, a oferta mundial deste último, que continuará, porém, a ser pressionado pelos Estados Unidos. Consequentemente, a tendência dos preços internacionais do arroz nos próximos meses deverá estar fortemente relacionada às variações de preço do trigo. Também, não está fora de cogitação que, a mais longo prazo, o preço do arroz poderá refletir-se nas cotações de outros grãos.

### - Situação interna

Nos últimos 3 anos, muito embora tenha havido aumentos generalizados da área de plantio no Brasil, a produção obtida não tem correspondido inteiramente a expectativa (quadro 120). Tal fato se deve às frustrações das safras dos estados centrais, onde a maior parte das culturas é de sequeiro, altamente vulnerável às condições climáticas. Apenas cerca de 25% da produção Nacional provém de culturas irrigadas praticadas no Rio Grande do

QUADRO 120. - Área, Produção e Rendimento de Arroz em Casca nos Estados da Região Centro-Sul, 1972/73 a 1974/75

Estado	1972/73			1973/74			1974/75		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Rio Grande do Sul	415,9	1.433,9	3.447	435,0	1.550,0	3.563	470,0	1.700,0	3.617
Goiás	923,4	1.163,5	1.260	988,9	958,9	970	944,0	868,2	920
Minas Gerais	729,4	891,3	1.222	771,8	925,2	1.199	814,1	772,8	949
Mato Grosso	391,4	694,7	1.775	472,1	732,3	1.551	736,6	979,6	1.330
Paraná	493,1	624,5	1.266	450,0	600,0	1.333	477,0	639,0	1.340
São Paulo	519,0	582,0	1.121	464,7	582,0	1.252	523,7	510,0	974
Santa Catarina	102,7	247,0	2.405	101,6	231,4	2.278	125,0	292,7	2.342
Rio de Janeiro	63,1	104,9	1.662	44,1	70,7	1.603	44,8	74,6	1.665
Espírito Santo	44,5	65,3	1.467	43,7	92,1	2.108	43,3	68,6	1.584
Centro-Sul	3.682,5	5.807,1	1.577	3.771,9	5.742,6	1.522	4.178,5	5.905,5	1.413
Norte-Nordeste	973,8	1.220,4	1.253	...	1.056,7	...	...	1.375,8	...
Brasil	4.656,3	7.027,5	1.509	...	6.799,3	...	...	7.281,3	...

Fonte: Secretarias da Agricultura, Fundação IBGE, Associações de Crédito e Assistência Rural.

Sul, algumas regiões de Santa Catarina, em pequenas áreas de São Paulo e Goiás.

As exportações brasileiras de arroz (inclusive quirera), em 1974, totalizaram 56.783 toneladas, contra 33.432 toneladas em 1973, incluindo a exportação de 33 mil toneladas que haviam sido importadas naquele ano e que não chegaram a ser consumidas internamente. O controle das exportações brasileiras, em vigor desde 1972, face às dificuldades do abastecimento interno, impediram, até certo ponto, que o produtor brasileiro se beneficiasse das condições favoráveis do mercado internacional, em 1973 até meados de 1974. Em fins de 1974, face a insuficiência dos estoques reguladores e das retenções do produto nas principais zonas produtoras do País, o Governo Federal autorizou a importação de arroz da Itália, visando normalizar o abastecimento interno. Foram importadas 21,3 mil toneladas do produto através da COBEC, as quais chegaram ao País em março de 1975 e, face ao início da nova colheita, não foram colocadas no mercado interno de imediato.

Ao início de julho de 1975, o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) assinou com o Banco do Brasil S.A. um contrato de financiamento no valor de 314 milhões de cruzeiros, para a aquisição de 1.652 mil sacos de 60 quilos de arroz beneficiado da safra 1974/75. Até meados de setembro, aquela instituição tinha adquirido somente cerca de 460 mil sacos, devido ao preço de compra (Cr\$ 190,00/60kg) ser bem inferior ao de mercado. As cooperativas de produtores de arroz do Rio Grande do Sul, chamadas a contribuir na formação desses estoques, venderam para o Governo Federal cerca de 160 mil sacos até meados de setembro.

Com o objetivo de frustrar tentativas de especulação, o Governo Federal tomou algumas medidas restritivas ao crédito nas principais zonas de produção. Assim, em meados de junho de 1975, o Banco Central, através da Circular 258, determinou às instituições financeiras que operam nas regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste, a suspensão do desconto de notas promissórias rurais (NPR), relativas às operações de comercialização de arroz nas referidas regiões, mediante utilização de recursos da Resolução 69.

Ainda com o objetivo de conter a tendência altista de preços, a CACEX liberou a importação de 24 mil toneladas de arroz procedente do Uruguai, de um total de 39 mil toneladas autorizadas pelo Conselho de Política Aduaneira (CPA). Em meados de setembro do corrente ano, através da Resolução 2.557, concedeu o CPA isenção do Imposto de Importação, até 18/12/75, a uma quota de 11 mil toneladas de arroz, segundo critérios a serem estabelecidos pela CACEX. A isenção será dada, levando-se em conta a oferta efetiva do produto pelos países membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

O abastecimento dos principais centros de consumo (Rio de Janeiro e São Paulo) nestes dois últimos anos esteve algo conturbado, face às "quebras" parciais das safras de arroz de sequeiro em algumas das principais regiões produtoras e às retenções da mercadoria nas zonas de produção. Isto provocou altas generalizadas dos preços do arroz em casca nos principais estados produtores. Assim, o preço médio recebido pelos produtores do Rio Grande do Sul, nos seis primeiros meses deste ano, é superior em 87% ao do mesmo período de 1974. Em Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso a média dos sete meses iniciais de 1975 superou em, respectivamente, 71%, 78% e 85%, ao do período correspondente do ano passado. O quadro 121 mostra a evolução dos preços nos principais estados produtores da Região.

De acordo com os dados disponíveis, os 9 estados da Região Centro-Sul produziram, em média nos 3 últimos anos, 83% do total brasileiro. Os 6 estados maiores produtores (Rio

QUADRO 121. - Preços Médios Mensais de Arroz em Casca Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1973-75  
(Cr\$/sc.60kg)

(Continua)

Mês	Rio Grande do Sul			Goiás			Minas Gerais		
	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975
Jan.	39,00	40,80	88,20	49,20	58,80	124,20	51,60	57,00	109,20
Fev.	37,80	43,20	89,40	47,40	58,20	119,40	48,60	57,60	121,20
Mar.	35,40	43,20	85,80	43,80	60,00	110,40	47,40	60,00	124,20
Abr.	36,00	49,80	89,40	42,60	66,00	106,20	45,60	65,40	122,40
Mai.	36,60	52,80	93,60	44,40	75,00	110,40	46,20	72,00	122,40
Jun.	37,20	61,20	98,40	46,80	76,20	116,40	45,60	81,00	117,00
Jul.	38,40	61,20	...	46,20	75,00	117,00	48,60	79,20	123,60
Ago.	37,20	63,60	...	48,00	76,20	...	48,60	78,60	...
Set.	39,00	69,60	...	52,20	85,20	...	51,00	82,80	...
Out.	40,20	70,20	...	56,40	97,80	...	54,00	88,20	...
Nov.	39,60	70,80	...	60,00	101,40	...	58,20	97,20	...
Dez.	40,20	73,80	...	58,80	108,60	...	56,40	105,60	...

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 121. - Preços Médios Mensais de Arroz em Casca Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1973-75  
(Cr\$/sc.60kg)

Mês	(Conclusão)								
	Mato Grosso			Paraná			São Paulo		
	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1973	1974	1975
Jan.	46,20	49,20	127,80	54,00	54,60	128,40	57,30	62,20	140,40
Fev.	42,60	51,00	115,80	49,80	54,00	115,80	51,70	59,60	137,30
Mar.	40,80	50,40	93,60	43,80	53,40	102,00	45,70	62,30	115,40
Abr.	39,60	55,20	94,20	42,60	60,60	99,00	46,20	78,00	117,80
Mai.	38,40	64,20	99,00	46,80	80,40	103,80	48,50	86,90	124,90
Jun.	39,40	64,20	100,20	47,40	80,40	114,60	50,80	85,30	127,70
Jul.	39,60	61,20	99,60	49,20	79,80	118,20	51,80	82,30	130,60
Ago.	40,20	64,80	...	50,40	77,40	...	54,00	83,60	137,40
Set.	45,60	72,00	...	50,40	85,80	...	57,10	94,70	...
Out.	47,40	86,40	...	53,40	93,00	...	62,50	104,40	...
Nov.	49,80	100,20	...	55,20	98,40	...	64,40	113,80	...
Dez.	49,80	102,00	...	57,00	101,40	...	63,30	124,60	...

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV e Instituto de Economia Agrícola.

Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e São Paulo) responderam por 93% da produção do Centro-Sul e 77% do Brasil, no mesmo período.

#### - Rio Grande do Sul

Neste Estado, o maior produtor de arroz do País, a cultura do cereal ocupa posição de destaque entre os produtos agrícolas gaúchos. Em 1960, o arroz situava-se em terceiro lugar em área colhida e em valor da produção, perdendo apenas para o milho e o trigo. Em 1970, ocupou a quarta posição quanto a área, superado por aqueles cereais e pela soja e no que se refere ao valor da produção, perdeu apenas para o trigo.

A área cultivada com arroz no Rio Grande do Sul tem se mantido mais ou menos constante, com tendência de ligeiro aumento nas três últimas safras. A produção tem apresentado crescimentos significativos, graças à melhoria da produtividade.

Não se observa competitividade com outras culturas, apesar da evolução da área plantada com soja, pois normalmente o arroz é cultivado uma vez cada 3 a 4 anos na mesma área, em rotação com pastagem nativa. Ultimamente a soja tem entrado como terceira atividade de nesta rotação, ocupando parte da área destinada a pastagem.

Tem-se observado uma participação crescente, nos últimos anos, do uso de variedades de grãos longos nas lavouras gaúchas. Assim, estima-se que na safra 1973/74 mais de 70% da produção pertenciam à classe de grãos longos, predominando as variedades EEA 404, EEA 406 e agulha. Ressalte-se que as variedades americanas, também pertencentes à classe de grãos longos e que se encontram em fase de expansão, estão tendo ótima aceitação em São Paulo e no Rio de Janeiro.

As cooperativas arroseiras têm significativa participação no mercado gaúcho, comercializando cerca de 16% da produção congregando o sistema cooperativo aproximadamente 60% dos produtores de arroz.

#### - Goiás

O arroz ocupa a primeira posição entre os produtos agrícolas do Estado no que tange à área e ao valor da produção.

A potencialidade do Estado de Goiás para culturas irrigadas é muito grande, pois a área de várzeas aproveitáveis deve alcançar 2 milhões de hectares. Projetos "piloto", conduzidos a partir de 1972, nos municípios de Paraúna, Heitorai, Luziânia e Formosa, evidenciam o efeito da irrigação na produtividade, com uma média de 3.300 kg/ha, oferecendo ainda a vantagem da obtenção de duas safras anuais. A elaboração de projetos e a assistência técnica estão a cargo da Secretaria da Agricultura, Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO), ACAR-Goiás e iniciativa privada. Até 1974 o Estado possuía 3.500 hectares plantados com arroz irrigado, correspondentes a 25 projetos. O custo de implantação de 1 hectare de arroz irrigado, com água recalcada, inclusive máquinas e implementos agrícolas, a preços de fevereiro de 1975, gira ao redor de Cr\$ 8.000,00, segundo levantamento da Secretaria da Agricultura daquele Estado.

Através do desmatamento, que o Programa Goiásrural vem desenvolvendo no Estado , prevê-se que serão incorporados ao sistema produtivo uma área de 1 milhão de hectares, aproximadamente, sendo que grande parte será absorvida pela cultura do arroz.

#### - Minas Gerais

A cultura de arroz ocupou, em 1960, a terceira posição quanto a área, superado apenas pelo milho e café; em 1970, subiu para a segunda colocação, suplantado apenas pelo milho. No que se refere ao valor da produção, em 1960 foi o primeiro produto agrícola e, em 1970, o segundo, logo após o café.

A mão-de-obra para a cultura no Estado, embora disponível, tem onerado progressivamente o custo de produção, o que tem contribuído para uma razoável melhoria nos índices de tecnificação da cultura, com o maior emprego de insumos e técnicas modernas.

#### - Mato Grosso

O arroz é o principal produto agrícola matogrossense, tanto em termos de valor da produção quanto da área de plantio.

No Estado de Mato Grosso, o arroz de sequeiro é comumente utilizado como cultura pioneira ou preparatória, em seguimento à limpeza da terra, geralmente cedendo lugar ao milho, soja, algodão ou pastagem a partir do terceiro ano.

#### - Paraná

Neste Estado, de agricultura diversificada, o arroz ocupou a quarta posição quanto à área, superado pelo milho, café e feijão, nos anos de 1960 e 1970. Em termos de valor da produção, ocupou a quarta posição em 1960, abaixo do milho, café e feijão e a quinta colocação em 1970, suplantado também pelo algodão.

No decorrer dos últimos 5 anos observou-se uma franca expansão dos cultivos da soja e do trigo no Estado, face às vantagens comparativas dessas culturas na mesma área e dos estímulos de mercado a esses produtos. Assim, em 1975, o arroz recuou para a sexta posição no que tange à área colhida, superado pelo milho, soja, café, feijão e trigo e ocupou a quinta posição quanto ao valor da produção, superando entre esses produtos, apenas o feijão.

Na região norte do Paraná, o arroz é cultivado principalmente como cultura intercalar em meio a cafezais, destinando-se à subsistência do produtor. Nas regiões sul e sudoeste do Estado, o arroz é cultivado como cultura que antecede à da soja, em extensas áreas mecanizáveis, havendo em tais regiões uma estrutura de comercialização bem organizada, através de cooperativas e outras entidades.

Praticamente inexistem sementes selecionadas para esta cultura. Porém, como na última safra foram obtidos produtos de qualidade relativamente boa, e como os agricultores normalmente costumam reter seus produtos tanto para consumo como para semente, é de se prever

que não venha a ocorrer uma falta expressiva de sementes para esta cultura.

- São Paulo

Desde longa data São Paulo se constitui em Estado importador líquido de arroz. Estima-se que a produção paulista supra cerca de 45% das necessidades do consumo interno. Mesmo numa agricultura altamente diversificada como a deste Estado, o arroz ocupa posição de destaque. Com efeito, em 1960, no que se refere à área colhida, foi ela inferior apenas à do café e do milho; quanto ao valor da produção, foi ele o quinto produto agrícola, (após café, cana, algodão e milho). Em 1970, ocupou a quinta posição, tanto em área colhida como em valor da produção, logo após cana, café, milho e algodão. Em 1975, a situação não se alterou quanto ao valor da produção, mas quanto a área, suplantou o algodão.

A cultura de arroz em São Paulo, preponderantemente representada por lavouras de sequeiro, está disseminada por todo o território paulista, embora com maior concentração nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) de São José do Rio Preto e Ribeirão Preto (com 54% da área estadual na média dos últimos 5 anos). Contudo, em função de baixas produtividades, inferiores à média estadual, a produção dessas duas DIRAs tem representado 48% do total paulista. As melhores produtividades tem sido obtidas nas regiões do Vale do Paraíba, Sorocaba e Campinas, destacando-se a da primeira que produz arroz irrigado, com uma produtividade média ao redor de 2 mil kg/ha nos últimos 3 anos.

Os preços recebidos pelos produtores paulistas nos 8 primeiros meses de 1975 apresentaram a mesma tendência do ano passado, ou seja, de alta em pleno período de maior oferta do produto, contrariando o padrão de variação estacional. Tal fato se originou da repetição dos fenômenos climáticos de 1974, desfavoráveis à cultura arrozeira nos estados centrais, com a conseqüente "quebra" parcial de produção. Assim, a média dos preços dos 8 primeiros meses de 1975 superou em 72% aquela do período correspondente de 1974. Considerando-se tão somente o mês de janeiro de 1975 em relação a janeiro de 1974, a elevação foi de 126%, em termos correntes.

No mercado atacadista da cidade de São Paulo, os preços médios de venda de todos os tipos de arroz beneficiado acompanharam de perto a evolução dos preços recebidos pelos produtores do Estado. Comparando-se as médias de janeiro de 1975 com as de janeiro de 1974, tem-se a seguinte elevação por classe: grãos longos, de 112% a 136%, conforme a origem do produto; grãos médios, 136%; grãos curtos, 130%; e quebrados, de 155% a 196%. Ao nível de atacado, as vendas se processaram em pequenas quantidades diárias, suficientes apenas para as necessidades mais imediatas dos comerciantes, em função da fixação do preço de referência do produto no atacado e no varejo, da escassez de crédito e dos altos preços nas zonas de produção. Merece destaque a intensificação, a partir da safra 1973/74, das entradas em São Paulo do arroz gaúcho, especialmente o tipo "agulhinha", face à escassez de tipos "finos" dos estados centrais.

- Perspectivas

Os preços recebidos pelos produtores na safra 1974/75 e a recente instituição do programa de subsídios aos fertilizantes, poderão resultar em um acréscimo na área cultivada, que deverá se situar ao redor de 10 a 15%, apesar do preço mínimo fixado para a safra 1975/76 estar bastante abaixo dos vigentes atualmente no mercado.

No Rio Grande do Sul as perspectivas de plantio para a próxima safra são de aumento da área em torno de 2 a 5%, o que vem a ser significativo, face às inversões necessárias à implantação de culturas irrigadas.

Nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, a cultura deverá ter substancial incremento, mormente após a instituição, em fins de janeiro deste ano, do Programa de Desenvolvimento de Cerrados (POLOCENTRO), que tem por finalidade promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Oeste de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial.

No norte do Paraná previa-se que grande parte da área de cafezais atingidos pelas geadas fosse destinada à cultura intercalar de arroz, face aos bons preços que vigoravam. Contudo, após a divulgação de novo preço mínimo, há possibilidade de que parte daqueles produtores que pretendiam plantar arroz, opte por outras culturas. Segundo previsões de "experts", o aumento da área deverá situar-se em torno de 15% em todo o Estado.

No Estado de São Paulo, os estímulos dos preços de mercado deverão motivar os produtores no sentido de ampliar a área de plantio, o que, contudo, não significará um aumento de grandes proporções, face aos riscos da cultura (em consequência, maior "cautela" por parte das instituições de crédito nos financiamentos de custeio) e ao alto custo da mão-de-obra utilizada nas operações culturais. Admite-se, portanto, um acréscimo da área da ordem de 10% para o Estado como um todo.

(IEA, 06/10/1975)

## - Cana-de-açúcar

### - Panorama internacional

De acordo com as últimas estatísticas, a produção mundial de açúcar em 1974/75 foi de 79.294 mil toneladas, portanto 1,3% menor a de 1973/74 (80.343 mil toneladas) considerada recorde. Porém, o consumo aparente, observado no mesmo período, também foi menor (-1,8%) ao constatado na temporada anterior, o que veio ocasionar pequeno acréscimo nos estoques mundiais ao final de 1974/75, que nestes últimos anos vinham apresentando sucessivas quedas (quadro 122).

Este menor consumo mundial de açúcar foi decorrência dos altos preços que vigoraram em 1974, principalmente no segundo semestre, quando se observou a cotação recorde, acima de US\$ 1.250/tonelada. Isto levou a uma retração no consumo em vários dos principais países (Estados Unidos, Reino Unido, Japão), bem como a substituição por adoçantes artificiais ou por outros tipos de açúcares como o de milho.

Para a temporada de 1975/76 as estimativas iniciais situam a nova produção ao redor de 84,3 milhões de toneladas, aproximadamente 5,0 milhões a mais que a anterior. Outras fontes preveem uma produção de 83,0 milhões de toneladas, e até mesmo de 81,13 milhões de toneladas. Deste total, cerca de 40% provem de beterraba e 60% de cana-de-açúcar.

Quanto ao consumo acredita-se que deverá ocorrer significativo acréscimo, já que até 1974/75 vinha apresentando contínuo crescimento. Como os preços a partir de dezembro de 1974 veem apresentando sucessivas quedas, situando-se nestes últimos meses em níveis bastante inferiores ao mesmo período de 1974, ainda que bem superiores aos dos anos 1973 e anteriores, pode-se prever um aumento no consumo (quadro 123).

As exportações brasileiras em 1974 apresentaram o valor recorde de US\$1.258.658.000 -FOB, com uma quantidade menor as de 1973 e 1972, donde se observa claramente o preço médio bem superior ao daquele açúcar exportado nos anos anteriores. No período de janeiro a junho de 1975, as exportações brasileiras dos vários tipos de açúcar foram 7,2% superiores a idêntico período em 1974, porém ressalte-se que o preço médio da tonelada do açúcar brasileiro exportado em 1975 foi de US\$ 851,65 contra US\$ 316,27 em idêntico período de 1974, o que permitiu um preço FOB de janeiro a junho de 1975, 189% superior ao mesmo de 1974 (quadro 124). Este comportamento nas cotações deve-se tão somente aos negócios a termo, fechados principalmente, no segundo semestre de 1974.

### - Situação interna

Apesar da produção brasileira de açúcar no ano de 1974/75 ter apresentado novo crescimento (+0,6%), consistindo-se em produção recorde de 112 milhões de sacas, não conseguiu atingir a meta anteriormente proposta pelo Plano de Safra elaborado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, de 125 milhões de sacas de 60kg. Esta frustração à meta proposta foi decorrência, principalmente, da menor produção na região Centro-Sul, onde as produções de todos os estados, exceto Mato Grosso, situaram-se aquém da autorizada pelo IAA, em virtude

QUADRO 122. - Produção Mundial, Consumo Aparente e Estoque de Açúcar, 1970/71 - 1975/76  
(1.000 toneladas)

Item	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76
Estoque inicial <sup>(1)</sup>	21.362	19.574	17.258	16.636	16.347	16.464
Produção	72.772	73.852	77.392	80.343	79.294	84.300
Oferta global	94.134	93.426	94.650	96.979	95.641	100.764
Consumo aparente	74.560	76.168	78.014	80.632	79.177	82.000
Estoque final	19.574	17.258	16.636	16.347	16.464	18.764

<sup>(1)</sup> Ano açucareiro internacional : 1/09 - 30/08.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola, a partir de dados do F.O.Licht's e International Sugar Report.

QUADRO 123. - Cotação do Açúcar no Mercado Internacional, 1972-75  
(US\$/t)

Mes	Londres <sup>(1)</sup>				Nova York <sup>(1)</sup>			
	1972	1973	1974	1975	1972	1973	1974	1975
Jan.	173,91	216,73	348,93	879,49	182,08	206,80	338,11	845,94
Fev.	180,09	200,40	472,96	777,08	190,24	199,51	469,21	750,38
Mar.	184,95	193,77	476,93	598,10	192,67	196,20	469,43	584,86
Abr.	156,70	198,41	485,76	540,27	160,89	199,95	480,46	531,00
Mai.	145,66	205,69	531,00	391,08	154,71	213,42	521,96	383,58
Jun.	139,48	206,58	525,05	306,99	145,22	215,62	522,40	305,23
Jul.	123,59	209,67	554,40	374,31	123,15	216,51	557,93	373,86 <sup>(2)</sup>
Ago.	138,60	198,85	678,21	444,04 <sup>(2)</sup>	138,60	200,62	694,10	416,24 <sup>(2)</sup>
Set.	159,12	197,97	764,73	376,20 <sup>(2)</sup>	156,03	198,19	759,10	340,32 <sup>(2)</sup>
Out.	167,07	210,77	878,17	...	163,76	210,99	873,53	...
Nov.	165,97	226,44	1.263,95	...	160,01	224,01	1.249,82	...
Dez.	207,02	273,89	1.020,08	...	201,50	261,09	993,37	...
Média anual	161,55	211,21	666,73	...	163,76	211,65	660,78	...

<sup>(1)</sup> FOB portos área do Caribe e do Brasil.

<sup>(2)</sup> Preliminar.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola, a partir de dados do International Sugar Organization e Reuters.

das condições climáticas bastante desfavoráveis para a cultura da cana, reinantes no primeiro semestre de 1974, prejudicando o rendimento agrícola.

QUADRO 124. - Exportação Brasileira de Açúcar, 1970-75

Ano	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Preço médio (US\$/t)
1970	1.129.848	126.740	112,17
1971	1.231.062	151.020	122,67
1972	2.606.456	421.490	161,71
1973	2.797.926	552.711	197,54
1974	2.250.508	1.258.658	559,28
1975 (1)	910.346	775.299	851,65

(1) Período de janeiro a junho.

Fonte: CACEX.

Este acréscimo na produção brasileira foi devido a maior produção na região Norte-Nordeste (+15,7%), enquanto que nos estados componentes da Centro-Sul a produção de açúcar apresentou queda generalizada, excetuando-se Paraná, Mato Grosso e Goiás. As menores produes na maioria dos estados fez com que a região Centro-Sul apresentasse uma produo 5,8% inferior a de 1973/74 (quadro 125).

Para a atual safra (1975/76), em pleno desenvolvimento, apesar do Plano Governamental pretender uma produo global brasileira de 7,74 milhões de toneladas, ou seja, 129 milhões de sacas, dificilmente deverá ser ela alcançada. As condies extremamente desfavoráveis para a lavoura canavieira neste primeiro semestre de 1975, provavelmente farão com que esta safra seja mesmo inferior  obtida em 1974/75.

Assim, a seca que atingiu praticamente toda a região Centro-Sul, agravada posteriormente pelas geadas de julho, deverá ocasionar uma queda de produo bastante significativa na atual colheita, prevendo-se que possa atingir de 20% a 25% do total anteriormente estimado.

Quanto aos preços recebidos pelos produtores de cana da região Centro-Sul, no ano passado o preço médio situou-se ao redor de Cr\$ 58,00 por tonelada, ou seja, 36% acima do preço base de Cr\$ 42,75, em razão dos subsídios dados pelo IAA. Para esta safra, estabeleceu-se como preço básico Cr\$ 59,15, ao qual deve ser adicionado o subsídio de Cr\$ 21,38, resultando como preço, Cr\$ 80,53 por tonelada, posta na esteira. Nesse preço, porém, deverão incidir os acréscimos e descontos regulados pelo IAA.

QUADRO 125. - Produção de Açúcar e Participação Percentual, por Estado da Região Centro-Sul, 1970/71 - 1974/75 (1)

Estado	1970/71		1971/72		1972/73		1973/74		1974/75	
	sc.60kg	%	sc.60kg	%	sc.60kg	%	sc.60kg	%	sc.60kg	%
Minas Gerais	3.685.698	4,3	3.952.339	4,4	4.700.902	4,7	5.272.446	4,7	4.990.963	4,4
Espírito Santo	432.528	0,5	370.599	0,4	459.476	0,5	687.396	0,6	618.619	0,6
Rio de Janeiro	8.124.301	9,5	7.388.960	8,2	9.334.778	9,4	10.177.718	9,1	8.541.028	7,6
São Paulo	40.606.083	47,6	43.279.144	48,2	47.269.022	47,8	58.511.116	52,5	55.771.145	49,7
Paraná	2.557.107	3,0	2.778.244	3,1	2.699.533	2,7	2.718.480	2,5	2.875.467	2,6
Santa Catarina	500.987	0,6	539.110	0,6	556.208	0,6	563.519	0,5	516.846	0,5
Rio Grande do Sul	195.986	0,2	281.214	0,3	198.776	0,2	131.634	0,1	101.894	0,1
Mato Grosso	51.336	0,1	70.015	0,1	53.047	0,1	85.394	0,1	102.455	0,1
Goiás	205.156	0,3	295.417	0,3	288.983	0,3	308.026	0,3	396.550	0,4
Centro-Sul	56.359.182	66,1	58.955.042	65,6	65.560.725	66,3	78.455.729	70,4	73.914.967	66,0
Norte-Nordeste	28.968.502	33,9	30.818.611	34,4	33.313.612	33,7	32.926.144	29,6	38.094.654	34,0
Brasil	85.327.684	100,0	89.773.653	100,0	98.874.337	100,0	111.381.873	100,0	112.009.621	100,0

(1) Safra açucareira: 1/06 - 31/05.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool.

A grande quebra da produtividade dificilmente fará com que os agricultores obtenham, neste ano a mesma rentabilidade conseguida no ano anterior.

- Perspectivas

Com as indicações de que nesta safra de 1975/76 não se deverá atingir, na região Centro-Sul, a mesma produção acontecida em 1974/75, deverão as exportações de açúcar pelo Brasil sofrerem novo decréscimo, situando-se em níveis inferiores aos acontecidos nos últimos três anos. Porém, como o preço médio do açúcar exportado, até o momento, é bastante superior ao do ano anterior, e em razão de que parcela do açúcar a ser embarcado até o final do ano teve suas cotações fechadas a preços acima das cotações atuais, o total de divisas a ser obtido por este produto em 1975 poderá ainda situar-se acima do registrado em 1974.

Como as perspectivas mundiais até o momento indicam um crescimento nos estoques, apesar de se prever um incremento no consumo, não se espera que se repitam as elevações de preços ocorridas em 1974. O comportamento do mercado, no entanto, está na dependência direta de que realmente aconteça o aumento esperado na produção mundial. Já existem previsões de que a produção mundial em 1975/76 poderá atingir somente a 81,13 milhões de toneladas, portanto bem abaixo das estimativas anteriores. Os principais acréscimos nas produções deverão ocorrer na Europa: 26,0 milhões de toneladas em 1975/76 contra 24,33 em 1974/75; 18,21 milhões de toneladas na América do Norte e Central (16,83 milhões de toneladas em 1974/75), 3,32 milhões de toneladas na Oceania (3,23 milhões de toneladas em 1974/75), enquanto que se prevê decréscimos nas produções da América do Sul, (11,88 milhões de toneladas em 1975/76 contra 12,89 em 1974/75) e na África (5,39 milhões de toneladas contra 5,7 milhões de toneladas em 1974/75). Como também se prevê um aumento no consumo mundial, os estoques poderiam se situar em níveis inferiores ao de 1974/75.

Esta queda atual das cotações internacionais poderiam ser consequência do esperado aumento da produção européia, principal centro importador.

Para o Brasil prevê-se que ocorra novo aumento de área dedicada a esta lavoura, principalmente na região Centro-Sul, podendo este aumento ser substancialmente maior, caso se verifique realmente disposição do Governo Federal em incrementar a produção de álcool para uso carburante.

(IEA, 07/10/1975)

## - Trigo

### - Panorama internacional

A produção mundial de trigo, em 1975, deverá alcançar 363 milhões de toneladas, sendo a Rússia, com uma produção estimada entre 85 a 90 milhões, e os Estados Unidos com 59,5 milhões, os maiores produtores. A Europa Ocidental deverá produzir 51,5 milhões de toneladas e a Europa Oriental 31,2 milhões.

Essa produção estimada é superior em 4% àquela de 1974 (349,3 milhões de toneladas) e em 12% à média do quinquênio 1968-72 (323,5 milhões), mas ainda inferior a produção recorde de 1973 (366,8 milhões de toneladas).

Essa melhora na situação mundial do trigo em relação ao ano passado se deveu principalmente à boa colheita nos Estados Unidos, mais que compensando a redução na produção de algumas das maiores regiões produtoras da Rússia, face a prolongada estiagem.

No que concerne aos preços do mercado internacional, estes se mantiveram em queda até meados do ano, devido às informações de boa produção na Rússia e recorde na colheita de inverno nos Estados Unidos. Com a frustração na safra soviética, verificou-se neste início de semestre alterações profundas no mercado, com os preços sofrendo constantes majorações à medida que grandes compras eram efetuadas pela Rússia nos Estados Unidos.

Situação quase semelhante ocorreu em 1972, quando foram efetuadas compras maciças de trigo estadunidense pelos soviéticos, causando grande alta do produto no mercado internacional e criando dificuldades para o abastecimento dos países tradicionalmente importadores.

Nas condições atuais, o Conselho Internacional do Trigo acredita que, mesmo com as compras efetuadas pelos russos, a disponibilidade para 1975/76 deverá ser mais do que suficiente para cobrir o consumo mundial, estimando o volume de importações em 66,5 a 72,5 milhões de toneladas. Em parte, explica-se esse comportamento pelo fato de que as adicionais aquisições pela Rússia serão compensadas pela redução nas compras chinesas aos Estados Unidos, uma vez que os contratos concluídos pela China no ano passado com a Austrália, Argentina e Canadá não foram totalmente cumpridos.

### - Situação interna

Para o Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN), o Brasil deverá gastar US\$ 320 milhões (Cr\$ 2,6 bilhões) na aquisição de trigo em 1975, recorrendo principalmente ao mercado norte-americano. De um preço médio de US\$ 148/tonelada que o Brasil vinha pagando até julho (em janeiro fez-se compra a US\$ 183, cotação esta que veio em queda contínua até as compras de junho, feitas a US\$ 122/tonelada) a última concorrência para a compra de 120 mil toneladas dos Estados Unidos já apresentou um preço médio de US\$ 168/tonelada FOB.

As estimativas da SUNAB preveem um consumo interno, em 1975, da ordem de 4.422 mil toneladas, das quais 2.422 seriam atendidas com a produção brasileira.

Dentro deste contexto de preços em ascensão no mercado internacional, agravado por fatores acidentais que prejudicaram e reduziram a produção brasileira, o Governo deverá negociar novas encomendas de trigo, comprometendo ainda mais nosso balanço comercial, bem como rever os planos de autosuficiência no curto prazo.

Assim, a prolongada estiagem, seguida de geadas que muito prejudicaram a cultura em alguns estados, agravada agora com a ocorrência de chuvas, acompanhadas por fortes ventos em certas regiões produtoras, fazem prever drástica redução na produção brasileira.

Tais fatos não somente aumentaram nosso déficit, bem como afetaram profundamente os campos de produção de sementes nos Estados do Paraná e São Paulo, exigindo reposições que deverão ser cobertas com novas importações.

Para uma área estimada em torno de 3 milhões de hectares e uma previsão inicial de 3,3 a 3,5 milhões de toneladas, a produção brasileira alcançará, em 1975, de 2,5 a 2,8 milhões, podendo, no máximo, igualar a produção do ano anterior (2,8 milhões de toneladas).

Os principais estados prejudicados pelas geadas foram o Paraná, que de uma safra inicialmente prevista entre 1,5 a 1,6 milhão de toneladas não deverá ultrapassar 600 mil toneladas, e São Paulo, que de uma previsão inicial de 173 mil, deverá alcançar 65 mil toneladas. Com essas quebras, a safra brasileira de trigo será sustentada basicamente pela produção de 1,9 milhão de toneladas do Rio Grande do Sul.

Do Rio Grande do Sul, na presente safra, face a demora na definição da política de preços do produto e diante das boas ofertas por produtores e outros estados, saíram mais de 300 mil sacas de sementes, as quais se fossem plantadas permitiriam que o Estado cultivasse a maior área de trigo de todos os tempos. Mesmo assim, ocorreu um aumento em torno de 10% em relação à última safra (1.720 mil hectares em 1975 contra 1.565 mil em 1974). No Estado do Paraná, as geadas destruíram 58% da área plantada de 1,1 milhão de hectares, enquanto no Estado de São Paulo a área cresceu 25% em relação à de 1974.

Os crescentes aumentos de área que se vem verificando na Região Centro-Sul, na busca da autosuficiência na produção do trigo, se devem principalmente aos seguintes fatores: a) política de preço administrado que, em três anos, elevou-o de Cr\$ 45,00/saco de 60kg para Cr\$ 84,00 em 1974 e Cr\$ 100,20 em 1975; b) apoio governamental através do Departamento Geral da Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN), do Banco do Brasil, fortalecendo o sistema cooperativista do Sul do Brasil; c) obrigatoriedade do emprego de sementes fiscalizadas nas culturas financiadas pelo crédito institucional e exigência contida nos regulamentos do Mutuo Cooperativo contra o Granizo, administrado pela FECOTRIGO (Rio Grande do Sul) e OCEPAR (Paraná); d) estímulos à pesquisa e assistência técnica, através de recursos adicionais para desenvolver, respectivamente, novos experimentos e recomendações quanto as variedades e época de plantio; e) subsídio de 40% no preço dos fertilizantes, representando uma sensível diminuição nos custos de produção; f) a "dobradinha" soja-trigo que se vem firmando rapidamente nas principais regiões produtoras; e, g) implantação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) que já fez seu grande teste com a cultura de trigo nesta safra; para exemplificar, no Estado do Paraná, a primeira etapa de indenização aos tricultores amparados pelo PROAGRO já atendeu 10.100 propriedades rurais prejudicadas pelas recentes geadas, que foram vistoriadas pelos técnicos da ACARPA, permitindo a liberação imediata dessas áreas para outras culturas.

Em contrapartida, os aumentos na área de plantio em 1975 acarretaram alguns pro-

blemas já manifestados no ano anterior, destacando-se: a) escassez de sementes para atender a demanda, e, b) infraestrutura insuficiente, exigindo ainda aumento da capacidade de armazenamento, revitalização do setor portuário com a construção de graneleiros mais adequados e melhoria das condições atuais dos portos de destino, que são precárias principalmente no Nordeste e Norte. Por sua vez, mesmo os portos que possuem uma estrutura satisfatória se ressentem da deficiência do sistema rodoviário, ferroviário e fluvial de alimentação.

#### - Perspectivas

Informações dos Estados do Centro-Sul mostram boas perspectivas para o trigo no próximo ano. O crescimento na área a ser destinada ao trigo está em função principalmente dos acréscimos na área com soja, naquelas regiões em que a sucessão entre as duas culturas se mostram viáveis.

Essa tendência reflete as expectativas dos triticultores de que o Governo, em sua meta de autosuficiência em trigo, continuará, a curto prazo, com incentivos de preço, subsídios e fortalecimento das políticas de pesquisa, assistência técnica, crédito e infraestrutura de comercialização.

O prévio conhecimento de um preço básico e a estatização da compra através do CTRIN, tem dado ao triticultor maior certeza na tomada de suas decisões.

Em condições normais, as perspectivas são de aumento substancial na produção, se forem contadas áreas liberadas com a erradicação de cafezais geados no Paranã e a abertura de novas fronteiras agrícolas no Brasil Central, face aos bons resultados obtidos pelo Centro Nacional de Pesquisa do Cerrado da EMBRAPA nos experimentos com trigais irrigados.

Alguns fatores poderão impedir essa expansão, dentre os quais o mais importante é a escassez de sementes. Algumas Secretarias de Agricultura (Paraná e São Paulo), estão tomando providências como o credenciamento de novos campos de produção e o desenvolvimento de gestões para importar sementes do Rio Grande do Sul e, principalmente, do México. Neste sentido, uma comissão de técnicos e agricultores brasileiros foram ao México, em setembro, para fazer um levantamento das condições de venda de sementes de trigo.

Provavelmente a produtividade será afetada com a importação de sementes ainda não adaptadas às nossas condições, mas é uma saída encontrada para diminuir o déficit da próxima safra.

(IEA, 07/10/1975)

- Pecuária Leiteira

- Panorama internacional

A crise do petróleo e seus reflexos nas crescentes taxas de inflação e aumentos a celerados nos preços de insumos para o setor agropecuário, foi o principal fator que provcou mudanças nas políticas dos principais países produtores em 1974/75. Nesse ano agrícola, continuaram as medidas para impedir a acumulação de estoques na Comunidade Econômica Européia e novas disposições e portarias foram determinadas para restabelecer o lucro da indústria de laticínios. Medidas governamentais atenuaram os efeitos que exercem sobre os consumidores os altos preços recebidos pelo produtor, mediante a concessão de subvenções.

O resultado dessas medidas é que o estímulo ao consumo interno reduziu o excedente exportável, provocando níveis elevados de preços para os produtos lácteos; em consequência, diminuíram os envios de ajuda alimentar e surgiram dificuldades para os países deficitários na produção leiteira em atender suas crescentes necessidades.

Nos Estados Unidos, cuja situação se modificou em 1973/74, ao passar de principal exportador a importador, as medidas tomadas visaram a aumentos nos preços pagos ao produtor (14% em 1973/74 e 17% em 1974/75). Atualmente está havendo resposta na produção, com incremento considerado bom.

Na CEE, cuja oferta é superior à demanda, os governos reajustaram os preços em consonância com os aumentos nos custos, preocupados em elevar a receita de um grande número de pequenos e médios produtores de leite. Assim, em 1974/75 o preço recebido pelo produtor se elevou em 13%, frente a 5,5% em 1973/74.

Na CEE e na Suíça há novos programas estimulando os produtores de leite a se especializarem na produção de carne. Na primeira, em termos relativos, aumentou a relação entre o preço do gado de corte e o preço básico do leite de 6,9:1, em 1973/74, para 7,2:1 em 1974/75. Isto é considerado ainda insuficiente para estimular a mudança, face ao surgimen- to de excedentes de carne bovina e sua baixa de preços no mercado mundial. Na Suíça há no- vas políticas de estímulo para abate de vacas leiteiras, uma vez que campanhas anteriores não foram bem sucedidas.

Continuam sendo aplicadas medidas especiais para estimular um maior consumo interno na CEE. Há subsídios para a manteiga e facilidades na aquisição desse produto pela indústria e pelos consumidores. Seguem também os estímulos especiais ao emprego do leite na alimentação animal, através da concessão de subsídios diretos ou, indiretamente, através de pagamento imediato aos criadores de gado de corte que se abstêm de comercializar o leite.

Quanto às perspectivas, a continuação das políticas de subsídio nos países produ- tores pode gerar graves consequências nos mercados interno e externo. Internamente, fica mais difícil o reajuste dos preços ao consumidor levando em conta os níveis efetivos de custo, a menos que se provoquem mudanças nas políticas, passando do sistema de sustentação de preço ao sistema direto de sustentação de renda. No mercado externo, os países importadores estão sentindo que não podem contar com constantes importações a preços com oscilações e em alta; em função disso estão intensificando esforços para desenvolver sua produção e indústria.

Continuando essas políticas, é esperado um aumento na produção na Europa Ocidental a médio prazo e recuperação na América do Norte, Austrália e Nova Zelândia; como resultado, reaparecerão grandes excedentes no mercado internacional.

#### - Situação interna

As últimas medidas de incentivo ao setor refletiram de modo favorável no aumento de produção da Região Centro-Sul, apesar das ocorrências de estiagem prolongada, geadas e frio intenso em determinados estados.

Preocupado com a taxa de crescimento da produção que não acompanhava a evolução do mercado interno, o Governo Federal concedeu estímulos adicionais, através das políticas de preços e crédito, provocando mudanças no quadro geral da pecuária leiteira, cujos resultados foram visíveis em 1975.

A Portaria nº 79 da SUNAB (outubro/74) teve o condão de levar uma certa euforia aos produtores, que iniciaram desde logo o plantio de forragens e capineiras, e adquiriram matrizes. Como reflexo dessa Portaria, e com a chegada da estação das chuvas, passou-se de uma situação de escassez, em meados de 1974, para uma de equilíbrio no início de 1975. Em resumo, a partir de outubro de 1974 até os dias de hoje, os principais motivos de incentivos ao setor foram:

- a) reajuste de preço do leite em etapas - a primeira, que vigorou a partir de 15/10/74 deu ao produtor Cr\$ 1,25/l; a segunda, começando em 15/1/75, aumentou o preço para Cr\$ 1,35/l e, mais recentemente, a Portaria Super nº 45 (14/08/75) autorizou o preço mínimo de compra do litro de leite cota, entregue pelo produtor, em Cr\$ 1,60 quando o produto for destinado ao consumo humano de grandes regiões metropolitanas, e em Cr\$ 1,45 quando for enviado para o consumo das demais localidades;
- b) o subsídio para cobrir o custo do 2º percurso;
- c) restabelecimento do sistema de cotas de produção, com a finalidade de beneficiar os verdadeiros pecuaristas de leite e garantir uma produção uniforme durante o ano, independente do período de safra e entressafra. Por esse sistema o produtor de leite terá garantido, na época da safra, o preço básico para a mesma quantidade que conseguir produzir na entressafra;
- d) Plano de Estocagem de leite para a entressafra, autorizado em fevereiro de 1975, com recursos de Cr\$ 217 milhões, que previa o estoque de 7,9 mil toneladas de queijo, 2,9 mil de manteiga e 9,1 mil de leite em pó, exigindo 173 milhões de litros de leite. Os estoques ficariam em poder da iniciativa privada (indústria e cooperativas), limitando-se o Governo a financiar o capital de giro necessário. Como não foram completados os estoques previstos e mais a ocorrência de geadas e prolongamento da seca dilatando a entressafra, o Governo Brasileiro adquiriu no

mercado externo, em fins de setembro próximo passado, 4 mil toneladas de leite em pó, cuja finalidade será de suprir programas de alimentação e, somente em caso de extrema necessidade, será destinado à suplementação do abastecimento dos grandes centros;

e) abertura de novas linhas oficiais de crédito para atender as necessidades da pecuária leiteira da Região Centro-Sul. Foram liberados recursos para o Plano de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira (PDPL) no valor de Cr\$ 600 milhões para o período de 3 anos. Mais recentemente, o Programa Nacional de Pastagens, implantado neste ano investirá anualmente Cr\$ 1 bilhão até 1979 à juros especiais. Para a melhoria genética do rebanho leiteiro, existem recursos para aquisição de reprodutores e retenção de crias; e

f) intensificação da assistência técnica na Região Centro-Sul.

Se de um lado essas medidas vem servindo de estímulos ao setor, fatores acidentais como as geadas e a seca prolongada pesaram bastante na elevação dos custos de produção, uma vez que necessidades crescentes de arraçoamento exigiram investimentos adicionais.

Esses fatores e a retração normal na produção do leite tipo C na entressafra tem levado os produtores às reivindicações de aumento no preço do produto. Entretanto, se no início da década o preço funcionou como fator limitante ao desenvolvimento da pecuária leiteira, o mesmo não se verifica a partir de 1974, pois a tendência mostra-se em alta.

#### - Rio Grande do Sul

A produção, em 1974, foi da ordem de 816.000 mil litros, dos quais cerca de 30% se destinaram às usinas de pasteurização e produção de derivados. Para 1975, a produção esperada é de 920 milhões de litros, ou seja, 12,7%, superior a produção de 1974.

Os principais problemas da pecuária de leite no Estado são: produção atomizada, estacionalidade de oferta, sanidade e qualidade do rebanho. Existem evidências de que ocorre redução nos custos à medida que se aumenta o volume de negócios, como acontece em São Paulo.

#### - Santa Catarina

As usinas de leite receberam em 1974, 53.978.504 litros de leite e dessa quantidade de cerca de 38.900.000 litros foram pasteurizados e 15.700.000 litros industrializados. Contudo, a produção total do Estado é estimada em 315 milhões de litros em 1974. Para 1975 a estimativa é de 350 milhões de litros.

Há informações de que a maior parte do leite procede de propriedades com plantéis médios de 5 vacas. Assim, devido a produção atomizada, há encarecimento do custo de transporte do leite produzido.

Há expectativa que nesse Estado o setor passe por alguma melhoria em função da atuação do PDPL, implantado em 1973. No que concerne ao leite tipo B, no momento apenas duas empresas agrícolas produtoras de leite se dedicam a sua produção.

- Paraná

As últimas estimativas de produção de leite indicam para 1975 um volume de 647 milhões de litros (5% a mais que em 1974).

A estacionalidade da oferta tem provocado problemas de deficit no consumo no período das secas. Por outro lado, o norte do Paraná tem sido uma região fornecedora de leite para o Estado de São Paulo.

Há expectativa de que esse deficit venha a crescer em função da menor rentabilidade da atividade, que não vem apresentando vantagens comparativas com outros produtos, principalmente soja e trigo.

- Mato Grosso

A produção leiteira é estimada em 40 milhões de litros para o corrente ano, o que representaria um aumento da ordem de 17% em relação a produção do ano passado (34 milhões de litros).

- Goiás

Para 1975, a produção estimada é de 506 milhões de litros, isto é, 7% superior a obtida em 1974. Esse aumento é função mais do crescimento do rebanho do que da melhoria da produtividade.

Goiás tem sido fornecedor de leite para outros estados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, em épocas de entressafra. Em 1973, segundo o Ministério da Agricultura, o volume de leite exportado (57.830 mil litros) foi 3,2 vezes superior ao exportado no ano 1970 (18.125 mil litros), sendo de se esperar que as exportações tenham aumentado em anos mais recentes.

- Rio de Janeiro

A situação permanece aparentemente inalterada desde 1973, inclusive com o volume de produção de leite constante em torno de 300 milhões de litros.

Há que se envidar bastantes esforços para melhorar o desempenho do setor. As ações deveriam ser no sentido de diminuir a estacionalidade de produção, a incidência de doenças (aftose, brucelose, raiva, etc), e aprimorar o manejo e qualidade do rebanho.

- Espírito Santo

A produção em 1974 foi estimada em 214.485 mil litros. Para 1975 espera-se que a mesma atinja 261.000 mil litros (+ 22%), sendo o produto comercializado principalmente pelas cooperativas.

Há certa preocupação por parte dos dirigentes das cooperativas quanto a capacidade instalada das usinas de recepção, já que a mesma parece não acompanhar a tendência de aumento na oferta do produto. Todavia, qualquer iniciativa governamental no sentido de estimular a instalação de novas usinas deverá ser acompanhada de um cuidadoso estudo para não incorrer em erros verificados, onde se nota a existência de capacidade ociosa nas instalações industriais.

Nesse Estado já existe uma cooperativa (Colafixa), que vem processando o leite tipo B.

- Minas Gerais

Para EPAMIG a produção de leite poderão atingir 2.550 milhões de litros em 1975. Em função de uma taxa de crescimento de produção de 2,2% a.a., espera-se que a oferta em 1976 alcance 2.608,6 milhões de litros.

- São Paulo

Estimativas preliminares indicam para este ano uma produção de 1.560 milhões de litros, ou seja cerca de 5% a mais que 1974 (1.490 milhões). Mesmo assim não será ainda este ano que se conseguirá superar os problemas de abastecimento na entressafra, se bem que em 1975 a escassez não se tenha mostrado tão grave como nos dois últimos anos. Também, não houve necessidade de importações até meados de setembro, uma vez que a reidratação de leite em pó (com taxa mínima de 3% de gordura), autorizada em 5 de junho, fez-se inicialmente com estoques acumulados na safra.

Como reflexos das políticas de incentivo para o setor, cresceu a distribuição de leite na Grande São Paulo a partir de setembro do ano passado, sendo que o mês de agosto de 1975 apresentou o maior volume dos últimos 46 meses (52.167 mil litros).

A redução de leite C que ocorre na entressafra, em São Paulo, se deve a estacionalidade da produção, motivada, em grande parte, pela falta de infra-estrutura de produção (alimentação suplementar, controle de cobertura, tratamento sanitário, etc).

Em anos anteriores, nos períodos em que há escassez de leite, tem ocorrido problema na comercialização do leite B, face a inexistência do seu tabelamento e controle. Porém, em 1975, a situação se inverteu, dado ao grande volume de produção do leite B.

Verifica-se, pelos dados, que na entressafra o leite B complementa a retração do tipo C, chegando a participar com 35% da distribuição na Grande São Paulo, como ocorreu

em junho deste ano. Essa participação percentual do leite B tem diminuído a partir de então, com a autorização governamental de se distribuir o leite reconstituído à população, criando embaraço ao nível do produtor para a colocação da produção do leite B.

#### - Perspectivas

As estimativas para 1975, conforme análise por estado, dão indicações que a produção leiteira deverá sofrer acréscimo, apesar de que as perspectivas imediatas de produção de alguns estados passaram, a partir de julho, a ser encaradas em função das geadas que afetaram as pastagens.

Possíveis causas da recente evolução da produção podem ser explicadas pelo crescimento do rebanho bovino e pelas aparentes vantagens comparativas do preço do leite em relação ao da carne no último ano e não devido a elevação da produtividade.

É esperado pelos órgãos oficiais que o retorno do sistema de cotas e os incentivos de crédito e assistência técnica reflitam na produtividade do setor, como também atenuem as quebras de produção do leite na entressafra.

A sensibilidade do produtor aos últimos incentivos ficou evidente com a recente evolução do abastecimento dos grandes centros, embora muito ainda falta para superar os problemas anteriores que afetaram a produção leiteira.

As reivindicações que têm surgido ultimamente devem-se principalmente a queda de produção de leite tipo C, tão comum na entressafra, agravada no corrente ano pela ocorrência de geadas. Provavelmente, essas reivindicações desapareceriam ou seriam abrandadas no tempo, se maior atenção fosse dada à política de preços, com uma revisão em maio, quando da elevação do salário mínimo, e se intensifica a procura por insumos (rações principalmente).

Os aumentos dados ultimamente foram em plena safra (estação das águas), quando é mais intenso o regime de pasto, recorrendo o produtor em menor escala à compra de insumos.

Como sugestão adicional as futuras majorações é de que as mesmas não acompanhem simplesmente o índice geral de preço, mas que considere-se também a evolução dos preços dos insumos atinentes ao setor.

(IEA, 08/10/1975)

## - Tomate

### - Panorama Internacional

A produção mundial de tomate, estimulada pelos elevados preços e seus produtos processados, voltou a crescer em 1974 totalizando, segundo a FAO, 36,4 milhões de toneladas, com um acréscimo de 7%. Ao mesmo tempo, verificou-se uma expansão de 4% na área cultivada, significando, pois, uma melhoria da produtividade média.

Esses aumentos de área foram particularmente mais sensíveis nos Estados Unidos, Itália e Espanha, tradicionalmente grandes produtores e exportadores de derivados de tomate.

A par dessas expansões, observou-se também uma elevação de preços médios pagos aos produtores, que ao início da atual temporada giravam ao redor de US\$ 58,00/tonelada na Califórnia e US\$ 56,00 a 71,00/tonelada em Ohio, contra US\$ 41,00 a 65,00/tonelada em 1974. Para a próxima estação, a expectativa é de que alcancem em média US\$ 60,00/tonelada. Na França, em 1974, a cotação ao produtor oscilou entre Cr\$ 0,54 e 0,63 por quilo.

Na Europa, de acordo com informes de junho, verifica-se uma tendência para crescentes produções a "campo-aberto" em diversos países (França, Portugal, Grécia e Espanha), ao passo que esse sistema de produção vem declinando na Itália. Esta mudança visa reduzir os custos de produção, onerados pela crise de petróleo. Para o período maio-setembro de 1975, estima-se um acréscimo de 2% em relação à produção de 1974.

Como para muitos outros produtos, os preços internacionais de derivados de tomate, particularmente o de extrato (30 a 32º Brix), demonstra estar declinando pressionado pelas ofertas adicionais e retração na demanda. Assim, após o pique da ordem de US\$ 800 a 1.000,00/tonelada FOB-Santos para o extrato, verificado em 1974, as cotações acusaram decréscimos situando-se em maio de 1975 ao redor de US\$ 550,00/tonelada FOB-Santos.

### - Situação interna

Também no Brasil o forte estímulo proporcionado pelas cotações externas de derivados de tomate condicionou não só a ampliação e modernização do parque industrial existente, mas incentivou a construção de novas fábricas, dimensionadas com vistas ao amplo mercado importador. Em São Paulo, assistiu-se no decorrer de 1974 (setembro) a inauguração de uma unidade em Araçatuba e outra em Presidente Prudente que, quando completas em 1975, serão capazes de absorver cerca de 2.600 e 900 toneladas de matéria-prima a cada 24 horas, respectivamente. Com isso, o quadro geral estimado de capacidade instalada apresenta a seguinte evolução: 1973 - 310 mil toneladas; 1974 - 440 mil; e 1975 - 640 mil toneladas de matéria-prima por safra.

Todavia, as referidas unidades não ficaram totalmente prontas em 1974, como anteriormente previsto, surgindo dificuldades técnicas em ambas. É evidente pois que gerassem uma série de problemas correlatos e queixas dos produtores: a) formação de extensas filas de caminhões carregados de tomate a porta de todas as fábricas em São Paulo; b) imobilização dos veículos encarecendo os fretes e que, muitas vezes, tiveram que ser desviados de

uma fábrica para outra a longas distâncias; c) agravou-se sobremodo o problema de circulação de caixas vazias, que se tornaram insuficientes para o volume de safra; d) consequentemente, além das elevadas perdas físicas (evaporação e fendilhamento de frutos) tal situação gerou a impossibilidade de se atender os pedidos de exportação pela não observância do prazo de entrega e falta de padrão para mercado externo (contagem de fungos); e) necessidade de reter e desviar para o mercado interno a maior parte do volume anteriormente previsto para exportação; e, f) falta de cobertura nas datas aprazadas de vencimentos de notas promissórias rurais.

Note-se, ainda, que passou a haver acúmulo nos estoques de produto acabado, pressionando a oferta no mercado interno, cujas vendas são lentas e com sinais de retração de consumo. Tal fato privou as empresas de recursos de capital de giro, o que viria a se refletir no início da temporada de 1975.

Foi com esse quadro que, em março-abril, ganharam corpo as manchetes de dificuldades financeiras do setor, principalmente com as notícias de que uma das empresas estava rompendo contratos de compra e venda de tomate. Face a tal comportamento, o Governo Federal procurou amparar a indústria de processamento através de reforço no capital de giro das empresas, condicionando-o, porém, à obrigatoriedade de receberem a produção.

A despeito de todos esses percalços, viu-se o Brasil passar de importador, em 1973-74, para exportador em 1975 quando, até agosto, haviam sido embarcadas pelo Porto de Santos 3.292 toneladas de extrato e 673 toneladas de suco de tomate.

Por outro lado, o consumo interno brasileiro, segundo diversas fontes, era avaliado em torno de 310 mil toneladas, mas no exercício de 1974 as vendas decaíram, situando-se, segundo as indústrias do ramo, em aproximadamente 250.000 toneladas. Tais cifras permitem avaliar o excedente exportável quando se atingir a plena utilização da capacidade instalada.

Conquanto não se disponha oficialmente de levantamento sistemático dos estoques disponíveis, foi possível avaliar-se, em agosto de 1975 um volume entre 100.000 e 120.000 toneladas em equivalente de matéria-prima, distribuído entre indústria e atacadistas, visto que os supermercados, em geral, trabalham com reduzidos estoques.

Esse panorama permite a ilação de que o abastecimento de produtos de tomate estaria atendido até o início do próximo ano, ou mesmo dizer que eventuais deficits só poderão ser visíveis a partir de fevereiro de 1976, perdurando até o início de nova safra normal (maio-junho).

A produção de tomate rasteiro (para processamento) em São Paulo apresentou percalços no decorrer de 1975. Inicialmente foram perdidas as sementeiras de janeiro e fevereiro, respectivamente por excesso de chuva e estiagem. As sementeiras de março e abril, embora esta última aquém do previsto devido à restrição na distribuição de sementes pelas fábricas, apresentavam falhas acentuadas e desuniformidade de desenvolvimento. Finalmente, as geadas de julho vieram comprometer seriamente a produção, chegando a atingir 90% da área plantada nas principais regiões produtoras (DIRAs de Araçatuba e Presidente Prudente), ocasionando perdas ao redor de 52% em relação à produção total da safra 1974/75.

As estimativas de safra dão bem idéia da evolução da cultura em 1975:

estimativa de abril	- 26.000 ha com	370.000 toneladas;
estimativa de junho	- 23.600 ha com	330.000 toneladas; e
estimativa após geada	- 23.600 ha com	158.000 toneladas.

A esse volume final deverão ser acrescentadas cerca de 30 mil toneladas de produto "tipo fábrica" provenientes de culturas envaradas, o que elevaria o total a ser processado neste ano a aproximadamente 190 mil toneladas.

Diante desta situação, foi efetuado nas regiões de Araçatuba e Presidente Prudente, no início de agosto, o plantio irrigado de uma nova safra, atípica, chamada de "safra de emergência", visando ocupar as áreas perdidas com a geada mas possibilitando o uso do adubo residual e solo já preparado, com menores desembolsos financeiros por parte dos agricultores.

Levantamento rápido e subjetivo efetuado em meados de setembro, permitiu avaliar que foram semeados 1.490 hectares na safra de emergência, da qual se espera colher, ao final de outubro, aproximadamente 21.000 toneladas, elevando assim o total para industrialização a algo como 210 mil toneladas de matéria-prima (quadro 126).

Outrossim, como ponto positivo de destaque observe-se a crescente participação de culturas irrigadas de tomate rasteiro, o que, a médio prazo, deverá resultar em elevação da produtividade média, pois chegam a produzir em média quatro vezes mais que as culturas de sequeiro.

QUADRO 126. - Produção e Industrialização do Tomate, Estado de São Paulo, 1968-75  
(1.000 toneladas)

Ano	Produção total do Estado	Produção da cultura envarada	Produção da cultura rasteira	Volume processado	Volume comercializado CEAGESP
1968	419	275	144	170	181
1969	381	223	198	180	171
1970	440	286	154	210	224
1971	478	268	210	225	225
1972	488	322	166	190	225
1973	526	392	134	170	251
1974	610	330	280	340	249
1975 (1)	453	273	180 (2)	210	...

(1) Estimativa subjetiva feita posteriormente ao levantamento de junho.

(2) Inclui a safra de emergência.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Em 1975 os preços pagos aos produtores na roça tenderam a acompanhar a quebra da produção evoluindo de Cr\$ 0,48/kg, contratados ao início da safra, para Cr\$ 0,55 em setembro, ou seja, aumentos da ordem de 50% e 45%, respectivamente, acima daqueles observados no início e fim da safra precedente em São Paulo.

Para a Região Centro-Sul a produção de tomate em 1975 deverá situar-se ao redor de 700 mil toneladas, das quais São Paulo deverá participar com 65%, seguindo-se-lhe Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul com 29% no agregado, cabendo os restantes 6% aos outros estados.

Em termos de área plantada, observa-se que nos dois últimos anos houve incremento de 10%, tanto no Rio de Janeiro como em Minas Gerais, tendo a produtividade se mantido constante. Crescimentos substanciais verificaram-se também no Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Com base em dados de junho fornecidos pela FIBGE e adotando-se os novos números para São Paulo, o quadro 127 sumariza a posição estatística da cultura do tomate na Região Centro-Sul.

QUADRO 127. - Área Plantada, Produção e Produtividade de Tomate, Região Centro-Sul do Brasil, 1975

Estado	Mês final de colheita	Área (ha)	Produção (1.000t)	Produtividade média (t/ha)
Minas Gerais	Dez.	3.300	60,6	18,4
Espírito Santo	Dez.	300	13,5	45,0
Rio de Janeiro	Dez.	1.800	73,1	40,6
São Paulo	Out.	32.200	453,0	14,1
Paraná	Mai.	750	15,6	20,8
Santa Catarina	Mar. (1)	740	17,6	23,8
Rio Grande do Sul	Fev. (1)	2.944	66,6	22,6

(1) Já colhida.

Fonte: FIBGE e Instituto de Economia Agrícola.

Da análise do quadro 127, ressalta a grande variação de produtividade média, cuja explicação pode ser encontrada parcialmente no fato de que em diversos estados estão englobados os plantios de tomate rasteiro e envarado, este último com elevada produtividade em relação ao primeiro.

#### - Perspectivas

No tocante ao tomate de mesa proveniente de culturas formadas após as geadas espera-se que, até maio de 1976, os preços nos mercados dos grandes centros consumidores de verão manter-se a níveis compensadores aos produtores, apesar de admitir-se que as áreas

plantadas em São Paulo e no Rio de Janeiro sejam superiores àquelas que normalmente ocorrem neste período do ano.

Em favor dessa tese militam os seguintes argumentos: a) as fábricas deverão absorver integralmente a parcela do produto "tipo fábrica", pois seus estoques a partir de dezembro estarão sensivelmente reduzidos, bem ao contrário do ocorrido no início de 1975 ; b) a demanda deverá estar fortalecida, pois o consumidor doméstico geralmente dá preferências ao produto fresco, em particular quando os preços dos processados encontram-se em elevação (matéria-prima adquirida a preços mais altos).

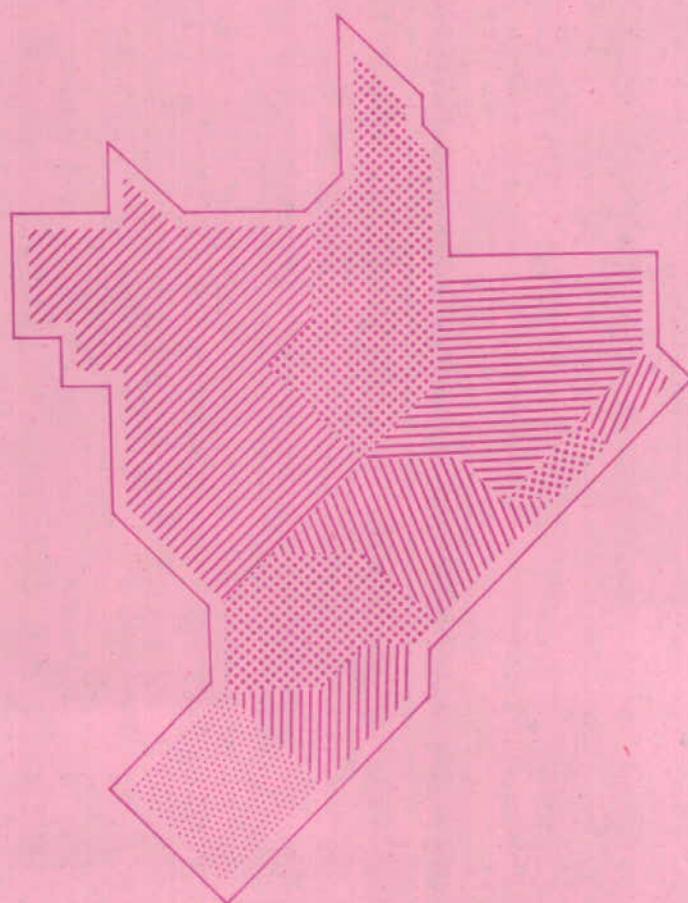
Para o tomate de processamento (culturas rasteiras), as perspectivas são de que o mercado, no restante de 1975, deverá manter-se firme, podendo ocorrer uma evolução de preços superior a verificada na safra passada.

Possivelmente, parte dos produtos finais desta safra da Região Centro-Sul será destinada à exportação, ficando o abastecimento interno garantido pelos estoques existentes e pela maior disponibilidade de tomate fresco.

A mais longo prazo, é possível que as cotações internacionais de extrato venham a elevar-se, em decorrência de redução na oferta mundial. Diversos países produtores se verão na contingência de reduzir suas produções em novos ciclos de plantio, dado que as atuais cotações do produto teriam se tornado desestimulantes. Tal panorama abriria ao Brasil boas perspectivas de mercado.

(IEA, 09/10/1975)

# PROGNÓSTICO | REGIÃO CENTRO-SUL 75|76



**4.valor bruto  
da produção**

#### 4 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO

As estimativas de preço e produção para a safra 1974/75 dos principais produtos da agricultura da Região Centro-Sul, que englobam mais de 80% de sua produção, apresentam um crescimento real, em valor, de 3,1%. Para essa previsão, foram utilizados dados básicos provenientes de diversas fontes, sendo muitos deles obtidos através de métodos subjetivos de levantamento. Como deflator, utilizou-se o índice "2" da Fundação Getúlio Vargas, admitindo-se sua variação entre julho de 1974 e julho de 1975 (deflator = 0,8000).

Além das dificuldades na obtenção de estatísticas de produção e preço, o valor anual da produção agrícola é sempre influenciado pelo nível de preço de produtos cuja comercialização ultrapassa o período em análise. Este é, por exemplo, o caso do café que, particularmente na atual situação de escassez, deverá ter prolongada a comercialização da safra de 1975, face à expectativa de altas significativas no preço. Por essa razão, e dada a alta expressão do café na composição da renda agrícola regional, variações relativamente pequenas no seu preço terão ponderável reflexo na taxa global de crescimento do setor. Outra limitação sempre presente em estimativas de desempenho econômico está na escolha do deflator, pois, pequenas oscilações nesse índice exercem também considerável influência na taxa real de evolução da renda.

A região Sudeste estaria apresentando um decréscimo real de -4,7% e valor global superior a 44 bilhões de cruzeiros, o que corresponde a, aproximadamente, 35 bilhões de cruzeiros de 1974. A Região Sul mostra um crescimento real de 10,1% e valor bruto de mais de 46 bilhões de cruzeiros, que revertidos a 1974, valeriam cerca de 37 bilhões. A Região Centro-Oeste apresentaria um valor global superior a 8 bilhões de cruzeiros, ou seja, mais de 7 bilhões de cruzeiros de 1974, e uma taxa real de expansão de 11,2%. Restringindo-se o crescimento do produto a termos de volume físico, ter-se-iam as seguintes taxas de variação anual: Região Sudeste, -8,3%; Região Sul, 10,0% e Região Centro-Oeste, 9,4%.

Em 1975, o valor global da produção agrícola da Região Centro-Sul se aproxima da casa dos 100 bilhões de cruzeiros que, tomados a 1974, seriam equivalentes a cerca de 79 bilhões (quadro 128). Para esse valor global, os estados contribuem nas seguintes proporções: São Paulo, 24,5%; Paraná, 21,2%; Rio Grande do Sul, 19,6%; Minas Gerais, 16,4%; Santa Catarina, 6,0%; Goiás, 5,1%; Mato Grosso, 3,8%; Rio de Janeiro, 1,8% e Espírito Santo, 1,7%.

Dentre os produtos considerados, os mais importantes para a composição da renda global da agricultura da Região Centro-Sul são: soja (13,5%), carne bovina (12,5%), leite (11,6%), café (11,6%), arroz (10,9%) e milho (10,8%). Juntos esses 6 produtos totalizam 71% do valor gerado pela agricultura dessa Região.

Em relação ao Centro-Sul como um todo, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste participam, respectivamente, com 44,4%, 46,8% e 8,8% na formação da renda bruta do setor agrícola. A nível de estado, a participação relativa é a seguinte:

Sul (44,4%)	
Paraná	45,3%
Rio Grande do Sul	41,9%
Santa Catarina	12,8%
Sudeste (46,8%)	
São Paulo	55,2%
Minas Gerais	36,9%
Rio de Janeiro	4,0%
Espírito Santo	3,9%
Centro-Oeste (8,8%)	
Goiás	57,4%
Mato Grosso	42,6%

Em parte, as taxas de crescimento aqui apresentadas refletem os efeitos desfavoráveis sobre a produção, resultantes dos fenômenos climáticos incidentes sobre a Região em 1974/75. Não obstante, observou-se um desempenho positivo, espelhando o potencial e dinamismo que o setor agrícola vinha demonstrando em anos anteriores na Região Centro-Sul e que poderá continuar apresentando no futuro.

Muitas das informações constantes no presente trabalho devem ser interpretadas com a devida ressalva, pois, a exemplo do ano passado, a obtenção dos dados estatísticos foi bastante difícil, principalmente os referentes à produção animal. Deve-se ressaltar ainda a substancial diferença entre os dados finais obtidos para a safra 1973/74 e aqueles de caráter preliminar, referentes a mesma safra, apresentados no Prognóstico 74/75 da Região Centro-Sul. Além dos dados terem sido coletados em épocas diferentes, tal fato deve-se às grandes deficiências das estatísticas agrícolas disponíveis, na maioria dos estados brasileiros, que tornam quase impraticável a construção de séries coerentes por períodos mais longos. Cabe, portanto, registrar a premente necessidade da geração de uma base estatística que permita estimativas de produção e preço com um grau razoável de precisão.

QUADRO 128. - Estimativa do Valor Bruto da Agricultura da Região Centro-Sul, 1973/74 a 1974/75

Região fisiográfica e Unidade da Federação	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1974 1974/75
	1973/74	1974/75	
<b>Sudeste</b>			
Minas Gerais	13.976.088	16.297.861	13.038.289
Espírito Santo	1.491.105	1.723.271	1.378.617
Rio de Janeiro	1.224.561	1.743.735	1.394.988
São Paulo	<u>20.334.052</u>	<u>24.359.812</u>	<u>19.487.850</u>
Sub-total	37.025.806	44.124.679	35.299.744
<b>Sul</b>			
Paraná	14.425.135	21.084.017	16.867.214
Santa Catarina	4.389.639	5.964.204	4.771.363
Rio Grande do Sul	<u>14.991.463</u>	<u>19.479.053</u>	<u>15.583.242</u>
Sub-total	33.806.237	46.527.274	37.221.819
<b>Centro-Oeste</b>			
Mato Grosso	2.246.717	3.741.389	2.993.111
Goiás	<u>4.079.961</u>	<u>5.050.684</u>	<u>4.040.547</u>
Sub-total	6.326.678	8.792.073	7.033.658
<b>Total</b>	<b>77.158.721</b>	<b>99.444.026</b>	<b>79.555.221</b>

Fonte: Dados secundários reunidos pelo Instituto de Economia Agrícola.

- Paraná

Quinze dos principais produtos da agricultura paranaense evidenciam um acréscimo positivo no valor real da produção, para a safra 1974/75, da ordem de 16,9% (quadro 129). Ao se excluir o café, esse acréscimo passaria a 12,4%. Exclusivamente em termos físicos, ou seja, considerando somente a variação quantitativa da produção entre as safras 1974/75 e 1973/74, o setor primário desse Estado estaria registrando um acréscimo de 11,7%; excluindo-se o café, tal acréscimo seria da ordem de 12,3%.

Os produtos vegetais, em número de 10, apresentam uma variação positiva de 19,6%, passando para 15,1% quando se subtrai o café. Os 5 produtos animais também mostram uma variação positiva da ordem de 2,0%.

Os produtos mais importantes na composição da renda global da agricultura paranaense são: café (28,7%), soja (22,4%) e milho (11,2%). Esses produtos, além do arroz, leite, trigo, mandioca, carne suína e cana-de-açúcar, apresentariam ganhos de renda e contribuições positivas para o crescimento do valor da produção. Os demais produtos teriam suas rendas reais decrescidas em relação à 1973/74.

A renda global do setor ultrapassa os 21 bilhões de cruzeiros, correspondentes a mais de 16 bilhões de cruzeiros de 1974. Desse total, 86,5% são devidos à produção vegetal (18,2 bilhões de cruzeiros) e os 13,5% restantes à produção animal (2,8 bilhões de cruzeiros).

- Rio Grande do Sul

As estimativas de preço e produção de 13 dos principais produtos da agricultura gaúcha estariam revelando um crescimento real, em valor, de 4,0%, relativamente ao ano agrícola 1973/74 (quadro 130). Exclusivamente em termos físicos, ou seja, considerando somente a variação quantitativa da produção entre 1973/74 e 1974/75, a preços de 1973/74, a agricultura gaúcha apresentaria acréscimo de 8,8%.

Os produtos vegetais, em número de 9, acusam um crescimento real da ordem de 8,9%, enquanto que os produtos animais decrescem em 10,1%.

Os itens mais importantes na composição da renda global são: soja (33,3%), trigo (16,0%), arroz (13,2%) e carne bovina (9,2%).

Estariam contribuindo positivamente para o valor bruto da produção: arroz (36,6%), leite (25,2%), soja (14,6%), cebola (5,4%) e trigo (5,0%); negativamente carne suína (-15,1%), mandioca (-7,8%), feijão (-42,9%), aves (-11,7%) e batata inglesa (-39,5%).

A renda global da agricultura é avaliada em mais de 19 bilhões de cruzeiros, correspondendo a cerca de 15,6 bilhões de 1974. Daquele total, 15 bilhões são devidos à produção vegetal e 4 bilhões à produção animal.

- Santa Catarina

Dentre 10 dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, o milho ocupa destacadamente o primeiro lugar, contribuindo com 25,6% para o valor total da produção, estimado para a safra 1974/75. Seguem-se a carne suína com 15,4% e a soja com 10,4%. Embora ocupem as primeiras posições em valor, o milho e a carne suína apresentaram perdas de renda em relação à 1973/74.

Com exceção da carne bovina, os demais produtos estariam apresentando ganhos de renda, com contribuição para o aumento do valor real da produção na safra 1974/75.

Avalia-se a renda global da agricultura do Estado de Santa Catarina em quase 6 bilhões de cruzeiros, o que representaria mais de 4,7 bilhões de cruzeiros de 1974 (quadro 131). Em termos reais, o valor total da produção mostra um acréscimo de 8,7% em relação à safra anterior; os produtos vegetais apresentaram um crescimento de 10,4% enquanto que os de origem animal crescem de 6,0%. Em termos quantitativos, a produção agrícola do Estado expande-se a uma taxa de 8,4% em relação à 1973/74.

- São Paulo

Estimativas de preço e produção de 26 dos principais produtos da agricultura paulista, referentes a safra 1974/75, indicam um decréscimo do valor bruto da produção, em relação a 1973/74, de -4,2% em valores reais (quadro 132). Ao se excluir o café, tal decréscimo passaria para -4,3%. Considerando somente a variação quantitativa da produção entre 1973/74 e 1974/75, a agricultura paulista apresenta um decréscimo de -10,6%; subtraindo-se o café essa taxa passaria a -6,5%.

Os 20 produtos vegetais apresentam, entre esses dois anos, decréscimo de -8,3%; excluindo-se o café, essa taxa vai para -9,8%.

Os produtos animais, em número de 6, deverão experimentar, em conjunto, um crescimento de 2,7%.

A renda global do setor é avaliada em mais de 24 bilhões de cruzeiros, 19,8% acima da renda observada em 1973/74. Tal resultado, em cruzeiro de 1974, corresponde a cerca de 19 bilhões. Os produtos vegetais respondem por 60,1% desse total, e os produtos animais pelos 39,9% restantes.

Quanto à importância relativa dos diferentes produtos, em termos de renda, constam com participações acima dos 5%: café (16,1%); carne bovina (15,9%); leite (11,5%); aves e ovos (10,4%), cana-de-açúcar (9,2%) e milho (6,6%). Contribuições positivas para o aumento do valor bruto da produção foram dadas por: leite, arroz, soja, amendoim, banana, cebola, limão e chá verde; negativamente, contribuíram, entre outros: mamona, tomate, trigo, algodão, carne suína, batata, feijão, cana-de-açúcar, carne bovina, café e mandioca.

- Minas Gerais

A agricultura mineira, através das estimativas de preço e produção de 14 de seus

principais produtos, apresentaria, para a safra 1974/75, uma redução de -6,7% em termos reais em seu valor bruto da produção (quadro 133). Excluindo-se o café, essa retração passaria a -3,0%, pois tal produto está registrando uma produção 53,5% menor que a observada na safra anterior. Admitindo-se somente a variação quantitativa da produção entre 1973/74 e 1974/75, a preços de 1973/74, a agricultura mineira decresceria em -5,8%; subtraindo-se o café, a taxa passaria a positiva, variando de 3,4%.

A renda global do setor é avaliada acima de 16 bilhões de cruzeiros, correspondentes a mais de 13 bilhões de cruzeiros de 1974. Os produtos vegetais contribuem com cerca de 7,8 bilhões de cruzeiros (crescimento real = 12,1%) e os produtos animais com aproximadamente 8,5 bilhões (crescimento real = 1,1%), correspondendo, respectivamente, a cerca de 6,3 bilhões e 6,8 bilhões de 1974.

Os produtos mais importantes na composição da renda global para a presente safra são: leite (24,9%), carne bovina (20,7%), milho (14,3%) e arroz (11,4%). Estariam registrando ganhos de renda em termos reais: leite, arroz, cana-de-açúcar, carne suína e soja. Os demais produtos representariam contribuições negativas para o valor total da produção.

#### - Rio de Janeiro

Para a safra 1974/75, estimativas de preço e produção dos 8 principais produtos da agricultura do Estado do Rio de Janeiro sugerem um crescimento real de 13,9% (quadro 134). Em termos físicos, isto é, admitindo-se somente a variação da produção e mantendo-se constantes os preços de 1973/74, a agricultura fluminense mostra um acréscimo de 7,9% em relação à safra passada.

Contribuição positiva para o valor real da produção foi dada por: cana-de-açúcar (35,8%), arroz (33,9%), tomate (20,1%) e leite (20,1%). Os demais produtos apresentaram perdas de renda em termos reais.

Tanto a produção de aves quanto a de ovos, devem ser encaradas com bastante cautela, pois, devido a inexistência de dados reais, foram elas projetadas através de regressões lineares e, posteriormente, submetidas à avaliação de especialistas locais.

A renda global do setor é avaliada em cerca de 1,7 bilhão de cruzeiros, o que representa cerca de 1,4 bilhão de 1974. Daquele total, 50,6% (881 milhões de cruzeiros) pertencem aos produtos vegetais e os 49,4% restantes aos produtos animais.

#### - Espírito Santo

Para a safra 1974/75, estimativas de preço e produção de 9 dos principais produtos da agricultura capixaba sugerem um decréscimo real de -7,5% (quadro 135). Excluindo-se o café, essa taxa torna-se positiva e com um valor de 4,4%. Exclusivamente em termos físicos, a produção total decresceria em -13,3%.

Os produtos vegetais, em número de 7, mostram um decréscimo de -14,4%, enquanto que os 2 produtos animais crescem de 4,6%.

O café, que em 1973/74 ocupara a primeira posição no valor total da produção, ocupa na safra atual o terceiro lugar, com uma perda de renda real da ordem de -29,3%. O leite passou a ocupar a primeira posição, acusando um ganho de renda, em relação a 1973/74, de 42,2%. A carne bovina viria em segundo lugar, embora apresente perda de renda em termos reais (-18,3%).

Dentre os demais produtos, estariam apresentando ganhos de renda: mandioca (16,4%), milho (17,0%), cana-de-açúcar (52,9%) e soja (8,9%).

Generalizando, o valor da produção da agricultura capixaba, em 1974/75, seria de 1,7 bilhão de cruzeiros, ou cerca de 1,4 bilhão de 1974. Desse total, 59,2% são devidos aos produtos vegetais e os 40,8% restantes aos produtos animais.

#### - Goiás

Dentre 9 dos principais produtos da agricultura goiana, o arroz ocupa o primeiro lugar na safra 1974/75, contribuindo com 32,8% para o valor total da produção, com um ganho de renda de 6,4% em relação a 1973/74. Seguem-se carne bovina (somente abate sob inspeção federal) contribuindo com 21,7%, milho com 15,6% e leite com 13,1%.

Estariam registrando ganhos de renda em termos reais: carne bovina, milho, leite, feijão e amendoim. Os demais, teriam suas rendas reais decrescidas.

O valor total da produção situa-se ao redor dos 5 bilhões de cruzeiros, correspondendo a cerca de 4 bilhões de cruzeiros de 1974, o que permite uma variação negativa de -1,0% em relação a safra anterior (quadro 136). Exclusivamente em termos físicos, observou-se variação na produção das safras 1974/75 e 1973/74 da ordem de -1,2%.

#### - Mato Grosso

Estimativas de preço e produção de 9 dos principais produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso, referentes a safra 1974/75, indicariam um acréscimo do valor bruto da produção, em relação a de 1973/74, de 33,2% em valores reais (quadro 137). Analisando-se somente a variação quantitativa da produção entre 1974/75 e 1973/74, a preços de 1973/74, a agricultura matogrossense teria experimentado acréscimo de 29,9%.

Os sete produtos vegetais apresentaram um acréscimo de 61,9% em valor real, enquanto que os dois produtos animais decresceram em -11,9%. Esse dado deve ser utilizado com reserva, pois a produção animal no quadro 137 parece estar com valores bastante subestimados, devido considerar-se somente o abate sob inspeção federal e o leite entregue às indústrias.

Apresentaram ganhos de renda em relação a safra anterior: arroz, soja, milho, amendoim, leite e trigo. Os demais produtos contribuíram negativamente para o aumento do valor bruto da produção.

A renda total do setor é avaliada acima de 3,7 bilhões de cruzeiros, sendo 2,8 bilhões devidos a produção vegetal e 0,96 bilhão a produção animal. Convertendo-se a cruzeiro de 1974, ter-se-ia, respectivamente, 3,0 bilhões, 2,2 bilhões e, aproximadamente 0,8 bilhão de cruzeiros.

(IEA, 15/10/1975)

QUADRO 129. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Paraná, 1973/74 e 1974/75

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente(Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1974/1975
	1973/74	1974/75	1973/74	1974/75	Unidade	1973/74	1974/75	
Cafê beneficiado	690,00	654,00	323,91	555,50	sc.60kg	3.724.965	6.054.950	4.843.960
Soja	2.200,00	3.420,00	72,00	83,00	sc.60kg	2.640.000	4.731.000	3.784.800
Milho	3.200,00	3.590,00	30,61	39,60	sc.60kg	1.632.533	2.369.400	1.895.520
Arroz em casca	600,00	639,00	76,80	111,60	sc.60kg	768.000	1.188.540	950.832
Carne bovina	137,49	145,75	101,18	110,38	arroba	927.416	1.072.526	858.021
Leite (milhões de litros)	616,99	647,46	1,21	1,64	litro	746.558	1.061.834	849.467
Trigo	450,00	600,00	84,00	100,20	sc.60kg	630.000	1.002.000	801.600
Feijão	562,00	479,00	126,60	125,40	sc.60kg	1.185.820	1.001.110	800.888
Algodão	395,30	361,75	33,90	33,45	arroba	893.378	806.703	645.362
Mandioca	2.047,80	2.192,16	209,18	312,00	tonelada	428.359	683.954	547.163
Carne suína	51,86	70,22	81,06	84,35	arroba	280.251	394.871	315.897
Ovos (milhões de dúzias)	53,00	53,00	3,46	3,92	dúzia	183.380	207.760	166.208
Cana-de-açúcar	2.280,00	2.503,00	57,67	80,53	tonelada	131.488	201.567	161.254
Amendoim	140,00	116,92	28,80	43,00	sc.25kg	161.280	201.102	160.882
Aves	15,57	16,62	5,89	6,42	quilo	91.707	106.700	85.360
Valor total da produção (crescimento real = 16,93%)						14.425.135	21.084.017	16.867.214
Valor total da produção sem café (crescimento real = 12,37%)						10.700.170	15.029.067	12.023.254
Valor total da produção de origem vegetal (crescimento real = 19,65%)						12.195.823	18.240.326	14.592.261
Valor total da produção de origem vegetal sem café (crescimento real = 15,08%)						8.470.858	12.185.376	9.748.301
Valor total da produção de origem animal (crescimento real = 2,05%)						2.229.312	2.843.691	2.274.953

Fonte: Produtos de origem vegetal: DERAL, CEPRES, FIBGE, IBC;

Produtos de origem animal: DERAL, FIBGE, GEIPOA, IPARDES, Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Estado do Paraná;

Preços: FGV, ACARPA, IBC, IAA.

QUADRO 130. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Rio Grande do Sul, 1973/74 e 1974/75

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1974/75
	1973/74	1974/75	1973/74	1974/75	Unidade	1973/74	1974/75	
Soja	3.870,00	4.688,52	70,20	83,00	sc.60kg	4.527.900	6.485.786	5.188.629
Trigo	1.690,00	1.860,00	84,00	100,20	sc.60kg	2.366.000	3.106.200	2.484.960
Arroz em casca	1.550,00	1.700,00	58,20	90,60	sc.60kg	1.503.500	2.567.000	2.053.600
Carne bovina	296,00	258,40	98,08	102,11	arroba	1.935.445	1.759.015	1.407.212
Milho	2.236,00	2.359,36	37,20	43,20	sc.60kg	1.386.320	1.698.739	1.358.991
Leite (milhões de litros)	816,00	920,00	1,29	1,79	litro	1.052.640	1.646.800	1.317.440
Carne suína	160,32	160,32	63,62	67,49	arroba	679.970	721.333	577.066
Mandioca	2.987,00	3.079,75	173,90	194,42	tonelada	519.439	598.765	479.012
Feijão	156,96	148,00	140,40	106,20	sc.60kg	367.286	261.960	209.568
Aves	50,00	50,00	4,72	5,21	quilo	236.000	260.500	208.400
Batata inglesa	390,80	391,20	49,20	37,80	sc.60kg	320.456	246.456	197.165
Cebola	140,70	135,70	0,60	0,82	quilo	84.420	111.274	89.019
Amendoim	8,70	8,70	35,25	43,75	sc.25kg	12.267	15.225	12.180
Valor total da produção (crescimento real = 3,95%)						14.991.463	19.479.053	15.583.242
Valor total da produção de origem vegetal (crescimento real = 8,88%)						11.087.588	15.091.405	12.073.124
Valor total da produção de origem animal (crescimento real = -10,09%)						3.904.055	4.387.648	3.510.118

Fonte: Produtos de origem vegetal: UNEAGRI - SA / RGS, FIBGE;

Produtos de origem animal: UNEAGRI - SA / RGS;

Preços: FGV (IBE - CEA).

QUADRO 131. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Santa Catarina, 1973/74 e 1974/75

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1974/75
	1973/74	1974/75	1973/74	1974/75	Unidade	1973/74	1974/75	
Milho	2.218,20	2.123,03	36,60	43,20	sc.60kg	1.353.102	1.528.582	1.222.865
Carne suína	168,00	187,92	67,47	73,12	arroba	755.664	916.047	732.838
Soja	431,85	467,16	66,60	80,00	sc.60kg	479.354	622.880	498.304
Feijão	127,91	168,05	114,60	180,00	sc.60kg	244.308	504.150	403.320
Arroz em casca	231,40	292,74	66,00	103,20	sc.60kg	254.540	503.513	402.810
Leite (milhões de litros)	315,00	350,00	0,89	1,39	litro	280.350	486.500	389.200
Aves	68,00	85,00	5,12	5,68	quilo	348.160	482.800	386.240
Mandioca	2.128,15	2.160,22	131,29	193,32	tonelada	279.405	417.614	334.091
Carne bovina	48,40	48,40	96,99	112,88	arroba	312.954	364.226	291.381
Trigo	58,43	82,57	84,00	100,20	sc.60kg	81.802	137.892	110.314
Valor total da produção (crescimento real = 8,69%)						4.389.639	5.964.204	4.771.363
Valor total da produção de origem vegetal (crescimento real = 10,37%)						2.692.511	3.714.631	2.971.705
Valor total da produção de origem animal (crescimento real = 6,04%)						1.697.128	2.249.573	1.799.658

Fonte: Produtos de origem vegetal: AGIPLAN/SC, CESM/SC, Secretaria da Agricultura e Abastecimento;

Produtos de origem animal: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, CAFASC/SC, IBGE-MA-ACARESC, PLAMAN;

Preços: FGV ( IBE - CEA ).

QUADRO 132. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de São Paulo, 1972/73, 1973/74 e 1974/75

Produto	Quantidade (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)			Valor real em Cr\$1.000 de 1974 (3) 1974/75
	1973/74	1974/75(1)	1973/74	1974/75(2)		1972/73	1973/74	1974/75(2)	
Carne bovina	504,3	504,3	106,79	115,00	arroba	2.827.581	3.590.280	3.866.300	3.093.040
Cafê beneficiado	588,0	399,0	332,64	590,00	sc.60kg	2.030.000	3.259.872	3.923.500	3.138.800
Leite (milhões de litros)	1.493,9	1.560,1	0,94	1,79	litro	987.210	1.404.266	2.792.579	2.234.063
Cana-de-açúcar	36.460,0	27.664,0	57,67	80,53	tonelada	1.473.780	2.102.648	2.227.782	1.782.226
Milho	2.628,0	2.100,0	32,00	46,00	sc.60kg	1.169.100	1.401.600	1.610.000	1.288.000
Ovos (milhões de dúzias)	398,0	416,0	2,90	3,45	dúzia	912.000	1.154.200	1.435.200	1.148.160
Algodão em carvão	519,6	488,6	35,00	36,00	arroba	972.900	1.212.400	1.172.640	938.112
Arroz	582,0	510,0	82,00	130,00	sc.60kg	514.100	795.400	1.105.000	884.000
Aves para corte	230,0	236,6	3,83	4,60	kg vivo	728.700	880.900	1.088.360	870.688
Soja	522,0	678,0	67,00	83,00	sc.60kg	319.000	582.900	937.900	750.320
Laranja	3.560,0	3.388,0	6,40	8,30	cx.40kg	639.000	569.600	703.010	562.408
Tomate	610,4	453,0	1.000,00	1.290,00	tonelada	372.934	610.400	584.370	467.496
Amendoim	268,6	262,5	29,00	44,00	sc.25kg	318.750	311.576	462.000	369.600
Batata	416,4	390,0	66,00	70,00	sc.60kg	457.640	458.040	455.000	364.000
Carne suína	66,4	65,8	105,51	103,00	arroba	202.680	467.058	451.827	361.462
Feijão	131,4	108,1	145,00	180,00	sc.60kg	437.080	317.550	324.300	259.440
Uva de mesa	120,0	112,8	14,00	16,50	cx.8kg	258.720	210.000	232.650	186.120
Banana	547,8	456,2	250,00	450,00	tonelada	112.266	136.950	205.290	164.232
Cebola	75,6	99,0	48,50	80,00	sc.45kg	105.200	81.480	176.000	140.800
Mandioca	1.000,0	720,0	143,00	195,00	tonelada	134.200	143.000	140.400	112.320
Tangerina	428,0	505,6	8,00	10,00	cx.40kg	106.000	85.600	126.400	101.120
Trigo	153,1	65,7	84,00	100,20	sc.60kg	26.250	214.340	109.719	87.775
Limão	336,0	368,0	8,00	10,00	cx.40kg	73.000	67.200	92.000	73.600
Casulo	5,0	5,0	13,35	15,00	quilo	49.733	66.750	75.000	60.000
Mamona	155,0	37,5	1,26	1,15	quilo	190.000	195.300	43.125	34.500
Chã verde	27,3	27,8	0,54	0,70	quilo	15.200	14.742	19.460	15.568
Valor total da produção (26 produtos)				(crescimento real = -4,16%)		15.433.024	20.334.052	24.359.812	19.487.850
Valor total da produção sem café (25 produtos)				(crescimento real = -4,25%)		13.403.024	17.074.180	20.436.313	16.349.051
Valor total da produção de origem vegetal (20 produtos)				(crescimento real = -8,28%)		9.725.120	12.770.598	14.650.546	11.720.437
Valor total da produção de origem vegetal sem café (19 produtos)				(crescimento real = -9,77%)		7.693.120	9.510.726	10.727.046	8.581.637
Valor total da produção de origem animal (6 produtos)				(crescimento real = -2,69%)		5.707.904	7.563.454	9.709.266	7.767.413

(1) Quinta estimativa de safras, Junho de 1975.

(2) Estimativas preliminares, baseadas nas informações disponíveis até agosto de 1975.

(3) Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica, de Junho de 1974 a Junho de 1975.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 133. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Minas Gerais, 1973/74 e 1974/75

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1974/75
	1973/74	1974/75	1973/74	1974/75	unidade	1973/74	1974/75	
Leite (milhões de litros)	2.497,80	2.552,43	1,15	1,59	litro	2.872.470	4.058.364	3.246.691
Carne bovina	453,96	480,00	104,12	105,48	arroba	3.151.088	3.375.360	2.700.288
Milho	3.366,02	3.385,15	33,60	41,40	sc.60kg	1.884.971	2.335.753	1.868.602
Arroz em casca	925,21	772,80	76,80	120,00	sc.50kg	1.421.122	1.854.720	1.483.776
Feijão	498,07	498,17	140,40	144,80	sc.60kg	1.165.483	1.202.250	961.800
Café beneficiado	294,00	136,68	321,42	553,20	sc.60kg	1.574.958	1.260.190	1.008.152
Aves	63,50	71,76	7,00	7,50	quilo	444.500	538.200	430.560
Mandioca	1.164,00	1.011,00	0,46	0,44	quilo	535.440	444.840	355.872
Cana-de-açúcar	3.800,00	4.000,00	57,67	80,53	tonelada	219.146	322.120	257.696
Ovos (milhões de dúzias)	66,60	66,60	3,79	4,12	dúzia	252.414	274.392	219.514
Algodão	107,74	120,12	32,25	32,10	arroba	231.641	257.057	205.646
Carne suína	20,11	34,36	105,54	103,22	arroba	141.494	236.443	189.154
Soja	62,09	86,95	70,00	78,00	sc.60kg	72.438	130.035	104.028
Amendoim	5,28	4,09	42,25	49,74	sc.25kg	8.923	8.137	6.510
Valor total da produção (crescimento real = -6,71%)						13.976.088	16.297.861	13.038.289
Valor total da produção de origem vegetal (crescimento real = -12,12%)						7.114.122	7.815.102	6.252.082
Valor total da produção de origem animal (crescimento real = -1,10%)						6.861.966	8.482.759	6.786.207

Fonte: Produtos vegetais: EPAMIG, IBGE, IBC;  
 Produtos de origem animal: EPAMIG;  
 Preços: FGV ( IBE - CEA ), IBC, IAA, EPAMIG.

QUADRO 134. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Rio de Janeiro, 1973/74 a 1974/75

Produto	Produção (1.000t)		Valor corrente (Cr\$1.000)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1974/75
	1973/74	1974/75	1973/74	1974/75		1973/74	1974/75	
Cana-de-açúcar	5.713,80	6.945,95	57,67	80,53	tonelada	329.515	559.357	447.486
Leite (milhões de litros)	300,00	300,00	0,98	1,41	litro	294.000	423.000	338.400
Aves	40,80	43,09	5,63	6,15	quilo	229.704	265.004	212.003
Ovos (mil dúzias)	46.039,70	46.044,70	3,60	4,20	dúzia	165.743	193.388	154.710
Arroz em casca	70,70	74,60	72,60	115,20	sc.60kg	85.547	143.232	114.586
Tomate	65,86	73,08	1,39	1,88	quilo	91.545	137.390	109.912
Feijão	8,10	7,20	180,00	156,00	sc.60kg	24.300	18.720	14.976
Laranja (mil centos)	28.049,74	30.851,56	15,00	11,81	cento	4.207	3.644	2.915
Valor total da produção (crescimento real = 13,92%)						1.224.561	1.743.735	1.394.988
Valor total da produção de origem vegetal (crescimento real = 28,92%)						535.114	862.343	689.874
Valor total da produção de origem animal (crescimento real = 2,27%)						689.447	881.392	705.114

Fonte: Produtos de origem vegetal: EMBRAPA, ACAR / RJ;

Produtos de origem animal: (dados primários) - SAA / RJ, ACAR /RJ, FIBGE, APA, UBA;

Preços: FGV ( IBE - CEA ).

QUADRO 135. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Espírito Santo, 1973/74 e 1974/75

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1974/75
	1973/74	1974/75	1973/74	1974/75	Unidade	1973/74	1974/75	
Leite (mil litros)	214.485,87	260.664,67	0,95	1,39	litro	203.761	362.324	289.859
Carne bovina	47,30	47,30	105,80	108,02	arroba	333.623	340.623	272.498
Cafê beneficiado	84,00	36,60	291,49	507,75	sc.60kg	408.086	309.728	247.782
Mandioca	942,38	940,28	186,47	272,02	tonelada	175.726	255.775	204.620
Milho	209,80	241,99	33,60	42,60	sc.60kg	117.488	171.813	137.451
Arroz em casca	92,12	68,66	71,40	111,00	sc.60kg	109.623	127.021	101.617
Feijão	51,80	46,20	131,80	130,80	sc.60kg	113.787	100.716	80.573
Cana-de-açúcar	498,60	682,00	57,67	80,53	tonelada	28.754	54.921	43.937
Soja	0,23	0,28	67,00	75,00	sc.60kg	257	350	280
Valor total da produção (crescimento real = -7,54%)						1.491.105	1.723.271	1.378.617
Valor total da produção de origem vegetal (crescimento real = -14,41%)						953.721	1.020.324	816.259
Valor total da produção de origem animal (crescimento real = 4,65%)						537.384	702.947	562.357

Fonte: Produtos de origem vegetal: ACARES, IBC, Secretaria da Agricultura do Estado do Espírito Santo;

Produtos de origem animal: ACARES, IBGE;

Preços: FGV ( IBE - CEA ), IBC, IAA.

QUADRO 136. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Goiás, 1973/74 e 1974/75

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1974/75
	1973/74	1974/75	1973/74	1974/75	Unidade	1973/74	1974/75	
Arroz em casca	958,94	868,20	78,00	114,60	sc.60kg	1.246.622	1.658.262	1.326.610
Carne bovina (abate)	142,22	159,77	101,00	102,87	arroba	957.615	1.095.703	876.562
Milho	1.084,19	1.190,40	31,80	39,60	sc.60kg	574.620	785.664	628.531
Leite (milhões de litros)	473,16	506,12	1,01	1,31	litro	477.892	663.017	530.414
Feijão	92,35	112,60	154,80	168,00	sc.60kg	238.263	315.280	252.224
Mandioca	1.273,30	870,00	225,80	357,35	tonelada	287.511	310.894	248.715
Algodão	82,06	52,00	33,90	37,65	arroba	185.456	130.520	104.416
Soja	99,00	67,32	65,40	76,80	sc.60kg	107.910	86.170	68.936
Amendoim	2,34	2,60	43,50	49,75	sc.25kg	4.072	5.174	4.139
Valor total da produção (crescimento real = - 0,97%)						4.079.961	5.050.684	4.040.547
Valor total da produção vegetal (crescimento real = - 0,41%)						2.644.454	3.291.964	2.633.571
Valor total da produção animal (crescimento real = - 1,99%)						1.435.507	1.758.720	1.406.976

Fonte: Produtos de origem vegetal: PESAC, Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás, FIBGE;

Produtos de origem animal: DIPOA, CONDEPE, FIBGE;

Preços: FGV (IBE - CEA).

QUADRO 137. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Mato Grosso, 1973/74 e 1974/75

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1974/75
	1973/74	1974/75	1973/74	1974/75	Unidade	1973/74	1974/75	
Arroz em casca	732,30	979,60	60,84	104,40	sc.60kg	742.552	1.704.504	1.363.603
Carne bovina (abate)	116,88	124,81	106,18	107,36	arroba	827.355	893.307	714.646
Soja	103,23	316,67	65,40	75,00	sc.60kg	112.521	395.837	316.669
Milho	245,11	373,57	33,60	38,40	sc.60kg	137.262	239.085	191.268
Algodão	73,27	96,13	31,20	27,00	arroba	152.402	173.034	138.427
Feijão	50,74	38,90	168,60	177,00	sc.60kg	142.579	114.755	91.804
Amendoim	56,01	58,93	31,00	38,75	sc.25kg	69.452	91.341	73.073
Leite (mil litros)	34.203,00	40.000,00	1,30	1,66	litro	44.464	66.400	53.120
Trigo	12,95	37,80	84,00	100,20	sc.60kg	18.130	63.126	50.501
Valor total da produção (crescimento real = 33,22%)						2.246.717	3.741.389	2.993.111
Valor total da produção vegetal (crescimento real = 61,86%)						1.374.898	2.781.682	2.225.345
Valor total da produção animal (crescimento real = - 11,94%)						871.819	959.707	767.766

Fonte: Produtos de origem vegetal: Secretaria da Agricultura do Estado de Mato Grosso, FIBGE, ACARMAT;  
 Produtos de origem animal: AGRISAC, DIPOA; Preços: FGV (IBE-CEA).

**SECRETARIA DA AGRICULTURA**

**INSTITUTO DE ECONOMIA**

**AGRÍCOLA**

Centro Estadual da Agricultura  
Av. Miguel Stefano, 3.900  
04301 - SÃO PAULO, SP

Caixa Postal, 8114  
01000 - SÃO PAULO, SP

**Editado pelo IEA**

Impresso no Setor Gráfico  
SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO TÉCNICO  
CIENTÍFICA